



Revista de Geografía **MERIDIANO**

Número 2. 2013 – versión digital | <http://www.revistameridiano.org/>

Consejo Editorial

Omar Horacio Gejo

Director

Elias Antonio Vieira

Director Adjunto

Nathan Belcavello de Oliveira

Secretario de Redacción

Comité Académico

BENÍTEZ, Juan Roberto

Argentina

MANTELLI, Jussara

Brasil

BUZAI, Gustavo D.

Argentina

MORINA, Jorge Osvaldo

Argentina

COSTA, Everaldo Batista da

Brasil

ROVIRA Pinto, Adriano

Chile

DACHARY, Alfredo Cesar

México

SEGRELLES Serrano, José Antonio

España

LIBERALI, Ana María

Argentina

SUZUKI, Julio Cesar

Brasil

SUMÁRIO

EDITORIAL	5
GEJO, Omar y VIEIRA, Elias Antonio	
O HOMEM A SEU ESPAÇO-TEMPO: abordagens, perspectivas, teorias e métodos	7
RÚBIO, Rúbia de Paula; LIMA, Ronei Coelho de e OLIVEIRA, Rafael Fabricio de	
ESPAÇO E HABITAÇÃO: considerações a partir da filosofia heideggeriana	23
PISETTA, Ecio Elvis	
ESPAÇO E CONTRADIÇÕES: os resultados da acumulação flexível no campo da cotidianidade	41
CARMO, Roney Gusmão do e ALVES, Ana Elizabeth Santos	
URBANISTIC CLIENTELISM: critical analysis of logic behind the urns of production of risk areas in Ouro Preto – Minas Gerais / Brazil	55
MOUTINHO, Zaira Anislen Ferreira and KUNZ, Sidelmar Alves da Silva	
ESPAÇO DO TRABALHO E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS: a reconstrução dos espaços urbano-fabris no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro	67
MORAES, João Marçal Bodê de	
DEL ETNOCENTRISMO EUROPEO AL CRIOLLOCENTRISMO: pero no a la independencia nacional	83
ESPINOSA Rico, Miguel Antonio	
O RESGATE DO IMPERIALISMO NA INTERPRETAÇÃO DAS TENSÕES DE TERRITORIALIDADES E A REFUNDAÇÃO DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA	93
CARVALHO, Marcos César Araujo; PINA, Rodrigo e FARIA, Marcus Vinícius Castro	
ALGUNOS SEMIÓFOROS DEL “PLANALTO CENTRAL” BRASILEÑO	113
ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de y OLIVEIRA, Nathan Belcavello	
A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: entre planejamento regional e gestão metropolitana	131
SERRANO, Agnes de França; AVENI, Alessandro; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz e LIMA, Saimon Freitas Cajado	

CICLOS GANADEROS Y MERCADO BOVINO EN LA ARGENTINA, 2000-2010. Comportamiento de los productores de General Belgrano, provincia de Buenos Aires 153
FRATINI, Susana Beatriz y MORINA, Jorge Osvaldo

THE SOYAZATION OF ARGENTINA: an actor network analysis of the soya production in the argentine provinces of Chaco and Santiago del Estero 173
BERGÉ, Thaddeus

FEIJÃO MADE IN CHINA 199
SIMONCINI, João Batista Villas Boas

ESTABELECENDO A TIPOLOGIA DOS PRODUTORES DE FUMO: Município de Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil 217
DUTRA, Éder Jardel da Silva e FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini

Reseña

A LÓGICA TURBULENTA DO CAPITAL: resenha do livro *Seventeen contradictions and the end of capitalism* de David HARVEY 239
MERCATANTE, Esteban (tradução de Nathan Belcavello de Oliveira)

Normas de Publicación en Meridiano – Revista de Geografía 249



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

TEMAS Y GEOGRAFÍAS

La presente edición, el número 3, de Meridiano – Revista de Geografía, es la suma del esfuerzo de un respetable grupo de investigadores que actúan en distintos países y variadas áreas científicas, sobre todo de la geografía y sus ramas. Por lo tanto, este número 3 continúa fomentando el debate cualitativo del capitalismo de sesgo imperialista y su influencia en las políticas públicas y otras actividades humanas.

En este contexto, publica artículos de la crítica de la realidad de geografía local, regional y mundial, de amplio espectro temático, que van de la producción extractiva y rural, a las cuestiones sociales, ambientales, políticas y económicas territoriales.

Pero también no deja atrás temas de gran relevancia para el cotidiano de la sociedad cuando, por ejemplo, sus artículos tratan de la violencia, desigualdad y pobreza, del mercado de trabajo, así como del fenómeno del turismo y de las concepciones ecológicas.

De carácter anual, el foco de Meridiano – Revista de Geografía no se remite a la publicación de artículos de padrón común, sino de aquellos que realmente contribuyan para un salto de calidad a la comunidad actuante en esa área y otras relacionadas.

Por último, el Consejo Editorial de Meridiano – Revista de Geografía manifiesta el reconocimiento al inestimable esfuerzo del Secretario de Redacción, a los miembros del Comité Académico y a los articulistas para la concreción de esta publicación.

Un fraternal saludo,

Buenos Aires (Argentina) / Ribeirão Preto (Brasil), noviembre de 2014.

Omar Horacio Gejo
Director

Elias Antonio Vieira
Director Adjunto

TEMAS E GEOGRAFIAS

A presente edição, de número 3, da Meridiano – Revista de Geografia resulta da soma de empenhos de um respeitável grupo de pesquisadores que atuam em diversos países e variadas áreas científicas sobretudo da geografia e seus ramos. Portanto, este número 3 continua fomentando a discussão qualitativa do capitalismo de viés imperialista e sua influência nas políticas públicas e outras atividades humanas.

Neste contexto, publica artigos da crítica da realidade das geografias locais, regionais e mundiais, de amplo espectro temático, que percorrem da produção extrativista e rural, às questões sociais, espaciais, ambientais, políticas e econômicas territoriais.

Mas também não deixa para trás temas de grande relevância para o cotidiano da sociedade quando, por exemplo, seus artigos tratam da violência, desigualdade e pobreza, do mercado de trabalho, assim como do fenômeno do turismo e das concepções ecológicas.

De caráter anual, o foco da Meridiano – Revista de Geografia não se prende à publicação de artigos de padrão comum mas daqueles que realmente contribuam para um salto de qualidade à comunidade atuante nessa área e outras afins.

Nestes termos, o Conselho Editorial da Meridiano – Revista de Geografia manifesta o reconhecimento do inestimável esforço do Secretário de Redação, dos membros do Comitê Acadêmico, e articulistas para a concretização dessa publicação.

Saudações fraternais,

Buenos Aires (Argentina) / Ribeirão Preto (Brasil), novembro de 2014.

Omar Horacio Gejo
Diretor

Elias Antonio Vieira
Diretor Adjunto



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

O HOMEM A SEU ESPAÇO-TEMPO: abordagens, perspectivas, teorias e métodos

Rúbia de Paula Rúbio^{*}

Ronei Coelho de Lima^{**}

Rafael Fabricio de Oliveira^{***}

Resumo

Este artigo almeja destacar algumas abordagens e concepções que se têm ou se assumem acerca do homem, enquanto categoria de análise, e que serviram de perspectiva às construções teórico-metodológicas do pensamento geográfico ocidental. Pretende-se realizar um esforço de se destacar o que se concebia como homem nas teorizações geográficas, e relacionar às noções paradigmáticas percebidas ao longo desse pensamento.

Palavras-chave: Homem; Epistemologia; Teoria; Método; Pensamento Geográfico.

Abstract

This paper discusses some approaches and concepts about the human being. As a category of analysis, those concepts served to build perspectives to theoretical and methodological construction of Western geographical thinking. The paper's intention is to perceive what has

^{*} Mestranda em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Bolsista CAPES-DS. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização – GECIPA, coordenado pelo Professor Doutor Everaldo Batista da Costa (UnB). Correio eletrônico: georubiarubio@gmail.com

^{**} Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Docente da Universidade Federal do Mato Grosso, campus Rondonópolis. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq sobre o Urbano e a Cidade – GEURB, coordenado pela Professora Doutora Nelba Azevedo Penna (UnB). Correio eletrônico: roneicoelho@gmail.com

^{***} Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Membro do Grupo de Pesquisa CNPq Cidades e Patrimonialização – GECIPA coordenado pelo Professor Doutor Everaldo Batista da Costa (UnB). Correio eletrônico: rafabricio@gmail.com



been conceived as human in the geographical theories, in a way to relate this portrait to the paradigmatic notions taken from this thought.

Keywords: Human; Epistemology; Theory; Method; Geographic Thinking.

Introdução

A epistemologia, calcada no estudo e análise do conhecimento, é um caminho profícuo à apreensão de conceitos e teorias dominantes em diferentes formas de saber, nos mais diversos regimes de tempo. Compõe na atualidade, sobretudo no âmbito da ciência, meios objetivos de apreender a existência dos sujeitos e a realização da sociedade nos liames da história e da produção do mundo.

Em meio às preocupações com o rigor das bases teóricas e metodológicas, a influência filosófica de uma particularidade disciplinar, ou mesmo de suas categorias ou conceitos, pouco acaba por ser reservado ao entendimento das aspirações fundamentais que levam os homens a agirem, inclusive em seu labor científico. É necessário, pois, situar os pilares estruturais no entendimento da relação entre pesquisador e pesquisa na concretização de múltiplos projetos.

Ainda que haja uma notável crítica pela sistematização uniformizada das periodizações científicas, mesmo porque as fronteiras e limites de sua produção apresentam-se difusas e relacionadas, é possível entender, como Godoy (2010), que este procedimento pode ser relevante por cumprir uma cumplicidade com a reflexão sobre as concepções teóricas e ideológicas determinadas, que orientam o curso da vida.

Simultaneamente, as possibilidades e limitações reveladas pelas ciências humanas e sociais ao estudo de padrões e de tipos de conhecimento, como a religião ou o senso comum, situando suas interdependências e, no caso do conhecimento científico mais especificamente, sua história e seus temas mais gerais são dialeticamente observados. Primeiro pela dificuldade do estabelecimento de uma objetividade, já que seu objeto é ao mesmo tempo sujeito da pesquisa. Em segundo, no problema de uma generalização lógica, com a conseqüente ausência de uma representação matemática do conhecimento produzido. Ou mesmo dos abalos sofridos pelas dinâmicas condições de instabilidade paradigmática. Tal perspectiva requer o entendimento do contexto histórico de desenvolvimento da pesquisa, sobretudo de seu método, teorias e procedimentos. O reconhecimento de sua situação histórica geográfica

faz com que estes resultados convirjam em propostas reais de intervenção na realidade, viabilizando sua transformação e a consciência destas práticas.

Como os séculos XVIII e XIX marcaram profundas transformações na história do pensamento ocidental, sobretudo pela emergência de uma primitiva organização estrutural das ciências, o conhecimento descritivo das paisagens, lugares e regiões se institucionaliza sobre a qualificação de Geografia. Ganhando corpo no final do século XIX, principalmente em universidades europeias, esta disciplina passa pela autoridade de ciência, e as suas investigações se desenvolvem em meio a expedições e viagens exploratórias, pela busca de novas e diferentes faces da relação entre homem e natureza, assim como dos interesses políticos, econômicos e culturais que emergem com a Modernidade.

Sendo a Geografia associada como disciplina que estuda a relação do homem com a natureza, as significações desse homem e dessa natureza foram se transformando. Percebe-se ora o homem sendo tratado enquanto um ser que sobrevive, ora sendo considerado de forma dissolvida numa sociedade e numa classe social, ora ainda a noção corpórea do homem se tornando complexa e em movimento. Com a natureza também não haveria de ser diferente. Nomenclaturas tentam designá-la ou preenchê-la de sentido para fundamentar determinada análise. Ora ela perfaz um modo de vida, ou um meio, ora ela se humaniza por via do trabalho, ou se dialetiza na relação com o homem.

É hipotético que haja um homem e uma natureza a cada espaço-tempo percebido como paradigmático ao longo da construção da ciência geográfica, para se focar nessa lente científica. E é sobre isso mesmo que este artigo vem dialogar: pretende-se apreender as noções que perpassam a ideia de homem na construção teórico-metodológica de Geografia. A despeito de ser o foco desse estudo o homem, perceber-se-á como desdobramento algumas noções de natureza que se edificam no tensionamento e na correlação para com aquele.

Antes, será preciso esclarecer: optou-se por não elevar o homem, e também a natureza, a uma categoria que o designa enquanto instituição. Isso poderia ser feito, por exemplo, colocando-se letra maiúscula e dando-lhe a forma de Homem, que talvez escondesse a hierarquização de seu aspecto racional perante outros seres com letras minúsculas. Aqui se assumirá o homem enquanto ser que se define ininterruptamente no movimento do mundo, de forma processual, histórica, e que estabelece relações com esse mundo de forma a se voltar a elas mesmas, defini-las, de exercer um esforço cognitivo sobre o Outro e sobre si. Como processo, não se traduz em Homem substantivo e com propriedade de si: são homens que se constroem na simbiose com o mundo.

Dessa forma, irá se realizar uma pequena transição de definições que não devem ser entendidas de forma alguma enquanto substituição de uma noção por outra. São aspectos percebidos deste espaço-tempo de escrita do artigo, e que dispõe sobre aqueles outros anteriores em que essas noções foram teorizadas. Assume-se aqui o risco de não captar os sentidos que se quis dar a essa ou aquela noção, e ainda que a interpretação feita num agora seja tendenciosa a encontrar um sentido evolutivo de pensamento. Entender-se-á, portanto, como sobreposições de noções, que convivem e preenchem análises do presente, e que ainda estão sendo interpretadas de forma situada num espaço-tempo e a seis mãos – que escondem três trajetórias e percepções de vida e de ciência, ou seja, três autores.

Isto posto, explica-se que a tentativa de trazer algumas ideias acopladas no que se chama de Geografia Clássica, para posteriormente trazer as transições e tensões de pensamento para com aquela chamada de Quantitativa, seguida daquela grandemente influenciada pelo que se chama de materialismo histórico e dialético, que possui nomenclaturas diversas, quais sejam Radical, Crítica, Marxista, Ativa. Almeja-se destacar algumas noções presentes em autores que tentaram reafirmar o espaço na ciência, bem como alguns outros que vem tentando preencher as lacunas da Geografia que a impedem de dar conta da complexidade e dos simbolismos em torno da construção e reprodução espacial, identificados como geógrafos com perspectivas culturais.

Antes de prosseguir com os destaques, é preciso ainda realçar que essas adjetivações da Geografia ratificam a ideia de considerar as formulações como dependentes de seus contextos de criação, seus espaços-tempos de pesquisa e de teorização. Servem muito mais para agrupar didaticamente as ideias, do que para dispor sobre suas legítimas significações. E é por isso mesmo que não se deve ater às nomenclaturas.

1. Os homens nas geografias: noções clássicas acerca do homem

Ao se falar em Geografia Clássica, percebe-se que clássico possui a carga de ser algo que resiste ao tempo, mas que também é ultrapassado, ou possa ter sido superado. Dessa forma, as nomenclaturas usadas não seriam livres de pretensas intenções advindas de um espaço-tempo diferente e posterior àquele quando tais ideias foram pensadas e textualizadas. Autores como o francês Paul Vidal de La Blache, o alemão Friedrich Ratzel e o americano Richard Hartshorne não se autodenominaram como clássicos em seus espaços-tempos de

textualizações, e, no entanto, são locados nessa corrente geográfica. Contudo, é possível apreender um eixo norteador ou comum de análise em torno do qual as noções acerca do homem estariam edificadas, através, por exemplo, do diálogo entre os mencionados autores, quais sejam Vidal de La Blache (1911; 1913; 1954), Ratzel (1909) e Hartshorne (1978).

Ratzel (1909) e também Vidal de La Blache (1954) afirmam a possível contribuição de outras disciplinas ao entendimento da pluralidade que envolve a relação homem-natureza, por esta se expressar de forma vasta na superfície terrestre. O homem seria aquele que possuiria características físicas e culturais resultantes das diferenças físicas da natureza e da apropriação distintamente histórica e tecnológica dessa mesma. O homem existiria na natureza, e aí reside sua exterioridade. Ora essa relação é chamada de espaço vital, onde emerge uma noção de onde se vive, ora é chamada de gênero de vida, que dá uma noção de simbiose entre o homem e a natureza. Mas ainda não se verifica a ideia da humanização da natureza a partir de sua apropriação, que alguns chamam de trabalho, ou o papel da imaginação.

As teorias desses autores, que dispõem sobre a vastidão e complexidade da relação homem-natureza no plural, foram de certa forma mutiladas através do que Hartshorne (1978) percebe como exacerbação da rigidez metodológica. Essa se deu a partir da difusão do positivismo, que se impôs – claro, através de sua perpetuação – como uma uniformização metodológica somada à capacidade de definir tudo aquilo que não se encaixaria no rol científico: o mundo da construção do conhecimento, ao menos ocidental, sofreu essa ruptura a ponto de se possuir um método rígido que induziria ao reconhecimento de se tratar de conhecimento válido, legítimo e, pois, científico. Essa rigidez metodológica, pondera esse mesmo autor, poderia sim oferecer caminhos a ser seguidos e possíveis evoluções de pensamento, mas também poderia impedir a criação do novo, inclusive a partir de uma nova abordagem metodológica. Defendendo, portanto, uma produção científica contínua, crítica, criativa, ou o que Vidal de La Blache (1913) chamaria de prazerosa, ou apaixonada.

Porquanto, ainda que se quisesse intrinchar o homem à natureza, destacando suas interdependências – e considerando ainda faltar o que se chamou mais tarde de dimensão psicológica, que diz respeito aos simbolismos e subjetividades que perpassam essa relação –, a exigência metodológica induziu à concepção de homem enquanto aquele que se relaciona a uma natureza específica, e o seu entendimento poderia sobrevir através da descrição de onde se vive, de seu meio, de seu gênero de vida.

Em suma, esses três autores, especificamente em suas obras destacadas aqui, concordam que a Geografia deveria dedicar-se ao estudo da relação Homem-Natureza, e essas

letras maiúsculas guardam em si a ideia de se tratar de duas instituições, dois corpus, um exterior ao outro, a despeito da pretensão de ratificar cada vez mais sua simbiose, seu atravessamento.

O homem se definiria, por conseguinte, a partir da natureza na qual vive, e a Geografia debruçou-se sobre as descrições que perpassam essa relação, com o problema de esgotar aí o fazer-geográfico, fundamentando a grande crítica acerca dessa linha paradigmática da ciência. Fala-se não da crítica à descrição, que ainda hoje é crucial a essa ciência, e sim das descrições fecharem-se em si mesmo, o que motivou algumas inquietações que perpassam a chamada Geografia Quantitativista, em termos da pretensão em dar uso e utilidade aos resultados das descrições.

2. Quantitativista: o homem que se generaliza

Esta Nova Geografia, também chamada de Quantitativista, segundo David Harvey (1974), concebe aquela que vem sido feita como inconsistente, frágil e até informal. A crítica se pauta grandemente sobre as descrições das relações homem-natureza estarem de certa forma se bastando na ação de descrever. Reivindicou-se, por conta disso, a sistematização daquilo descrito: a Geografia caminhava agora num sentido de haver uma complementaridade entre aquilo descrito, convergindo a um modelo geral de descrição que se pautava justamente numa sistematização das descrições. Reside aí uma noção de sistema geral que poderia fundamentar teorias e hipóteses e que seria formado pelo conhecimento daquilo mais local, numa dimensão escalar e aproximativa de análise.

Havia, portanto, uma reivindicação de formalidade na construção do conhecimento geográfico, e esse conhecimento era concebido, segundo Faissol (1973), como aquele que melhor abarca a heterogeneidade da relação homem-natureza e que melhor perpassa as ciências. Esse ritual representava que tais hipóteses, depois de verificadas, aproximariam cada vez mais o homem do conhecimento da realidade.

No entanto, há uma convergência entre os autores locados nessa corrente ou que a discutem, tais como Schaefer (1953), Hartshorne (1978), Faissol (1973) e Harvey (1969; 1974), que é o entendimento acerca dos riscos oferecidos pela simplificação da realidade por grande parte dos modelos. Mas estes autores evidenciam o importante caráter e também a utilidade da vigilância do real pelos sistemas matemáticos, a modelagem e as suas projeções,

bem como as amplas possibilidades de resolução dos enigmas modernos através deles pela Geografia. Com certo respaldo, conferem conclusivamente que, mesmo tendo importante função para o desenvolvimento científico da Geografia,

[...] a aplicação com sucesso de modelos em geografia, não assegura qualquer progresso teleológico no sentido da compreensão completa, porque o esforço científico não reduz a soma total dos problemas a serem resolvidos, pelo contrário, produz um aumento (HAGGET; CHORLEY, 1974, p. 20).

O homem seria, nesse sentido, aquele que verifica a confiabilidade dos dados, como também aquele que pertence ao quadro geral como um próprio dado. Cria-se sistemas sob critérios determinados de análise, e o homem emerge como parte desse sistema se expressando como uma unidade, como uma especialidade, como, de fato, um dado. Porquanto, a noção escalar é merecedora de importância. Quanto maior a escala, entendendo ser aquela que melhor se aproxima das dimensões do real, e aqui se acredita ser um real cartesiano, pois foi verificado; mais uniforme ou passível de total elucidação se torna essa realidade. O homem, como parte dela, torna-se um dado passível de ser generalizado, dependendo do critério da análise. E é o mesmo homem, que é generalizado de forma diferente e dependente do critério generalizador.

Em resumo, as contribuições trazidas pela abordagem sistêmica em Geografia, sobretudo no que se refere à análise ambiental, estariam associadas às propostas de constituição de um método unificador para a Geografia, por meio do estudo da superfície terrestre por uma perspectiva integrada, do desenvolvimento de trabalhos científicos multidisciplinares, do uso efetivo da estatística e cartografia como técnicas de estudos e, por fim, pela preocupação com a gestão e planejamento do território na perspectiva ambiental. O homem ganha em termos de preocupação acerca da realidade que o rodeia e que dela faz parte, mas sua ação, de certa forma, é restringida a um enquadramento de ser um dado, a uma replicação de um modelo, a uma uniformização da própria ação. E é este ponto que motiva grandemente a corrente influenciada pelo materialismo histórico-dialético.

3. Geografia Crítica: o homem que se dissolve numa classe, ou sociedade

Dialogar sobre obras contextualizadas na década de 1970 é pressupor que elas tragam, de alguma forma, contribuições teórico-metodológicas advindas não só do estado cumulativo

de discussão científica, mas como do momento tenso que caracterizava a referida época em que foram escritas, ou que suas escritas foram motivadas. As diversas crises, econômicas, ambientais, sociais, afetavam diretamente os países e seus habitantes de modo que legitimavam uma abordagem questionadora dos rumos tomados pelo homem. Nesse sentido, a Geografia acaba ganhando alguns adjetivos – Ativa, Crítica, Radical, Marxista... – que possuem em comum a tentativa de demonstrar que alguma formulação crítica acerca da sociedade estava sendo feita, e isso preencheria o sentido de se adjetivar essa ciência. Mas, não apenas isso. Os escritos desse momento são carregados de chamados, reclamações e alardes sobre a importância do papel do homem na modificação de sua própria situação na sociedade. É um homem social, em processo social de construção de si mesmo, e que intervém também socialmente, ou como aponta Harvey (1980) para o marxismo, o homem podia mais moldar a história do que o contrário. Seria o homem timoneiro do seu próprio destino, contudo, em conjunto com outros homens, na sociedade, poderia potencializar os processos necessários às transformações almejadas.

Autores, tais como os norte-americanos Smith (1988), Soja (1993), Harvey (1980), e também o italiano Quaini (1979; 1983), explanam com muita propriedade sobre o papel da Geografia ou sobre os rumos que o fazer geográfico deveria seguir mediante esse cenário. Nota-se, nas quatro obras, como a influência do marxismo sobrepujou, ao menos no discurso, as análises que outrora eram apontadas como tendenciosas ao chamado positivismo ou quantitativismo, chamando atenção à sociedade na relação espaço-tempo. É esse o grande enfoque desse momento: onde o indivíduo é considerado na solvência da sociedade que o molda, que lhe dá sentido, e que é construída por ele próprio.

Nesse contexto, Smith (1988) passa a considerar a sociedade-espaço de forma espelhada, da mesma forma, Harvey (1980) discutindo o urbanismo, o concebe como sendo um espelho que reflete outros aspectos da sociedade para além do que se designa de urbano nesse momento, devendo ser tratado relacionalmente, como exemplo um centro urbano que contém uma periferia, não havendo um sem o outro. Porquanto, Smith (1988), mediante a aparente impossibilidade de tratar nesse cenário espelhado a natureza, a coloca como se expressando de duas formas: a primeira estaria ligada diretamente à própria sociedade, influenciando-a em seus mecanismos de rearranjo, ou sendo o alvo de suas intervenções e de seu trabalho. E, outra natureza maior, que compõe o homem, mas que também guarda em si uma nuance da totalidade, em que o tudo seria acometido por essa natureza ampla, objeto de investigação científica. Sendo preciso se atentar para o fato de se falar agora em sociedade, e

não mais em homem como indivíduo, também por conta das análises inspiradas na concepção de classe de Marx.

A partir das noções dessas duas naturezas, e do materialismo histórico-dialético influenciando as análises, desdobram-se noções de homem que poderiam aqui ser destacadas: há aquele homem que interage diretamente com a natureza, a apropriando, e a humanizando através de seu trabalho; como também, há aquele homem contido numa natureza que está além dele próprio e que se traduz numa totalidade dos fenômenos. Percebe-se um atentar para a noção de que o homem humaniza a natureza, e esta natureza naturaliza o homem, numa relação dialética. A dialética passa a fazer parte, portanto, das orientações teórico-metodológicas da Geografia, segundo Neil Smith (1988). Esse esforço abrangente é construído com muita maturidade acerca da noção de totalidade que ainda hoje está em voga. Essa noção dialética hibridiza a sociedade – que abarca o homem - à natureza. O homem se definiria como aquele social, que intervém na natureza a partir de sua produção e reprodução, e que também é naturalizado por ela mesma, que influencia em sua intervenção ou desenvolvimento tecnológico, por exemplo.

Esse homem seria, portanto, um dos elementos que integra essa natureza enquanto totalidade, mas que também exerce o esforço cognitivo de apreender esta totalidade, assim como toma consciência de si próprio quando se reconhecesse enquanto ser social e que produz espaço através dessa condição de ser em sociedade: o que se chamou de espaço socialmente produzido.

4. A espacialidade e a corporeidade: a subjetividade, os imaginários, os processos sociais, contextuais e culturais

Contudo, esse espaço que se produz socialmente tem dimensões para além da produção, esta se expressando por meio do trabalho ou da apropriação da natureza, e que converge aos aspectos que integram sua reprodução. Trata-se de dimensões ligadas ao homem enquanto corpo, considerando que ele se dialetiza num coletivo, e aos imaginários, representações e subjetividades em torno da construção percebida de mundo e que também criam e dão movimento a esse mundo. O espaço, então, não se restringiria a ser socialmente construído, ainda que essa noção disponha sobre uma amplitude importante e paradigmática na construção do pensamento geográfico sobre o mundo. Há imaginários que criam espaço.



Imaginários de si, formados na consideração do Outro. O Eu e o Outro, o Eu-corpo e aquilo colocado como exterioridade se interpenetram, se tangenciam, se constroem no movimento dialético de dobrar-se e desdobrar-se perante o mundo. Claval (2002, p. 32), citando Berdoulay (1988), considera que esse movimento de reforçar o que tem sido chamado de perspectiva cultural na análise geográfica:

[...] implica que se renuncie aos pontos de vista totalizadores e às generalizações sem fundamentos sólidos que proporcionavam. Ela parte do indivíduo e de suas experiências porque é através delas que os homens descobrem o mundo, a natureza, a sociedade, a cultura e o espaço. Indaga também a respeito do real, da maneira como é percebido, das palavras que dizem e das imagens que o traduzem.

Parte de um indivíduo que é situado num contexto social, e que cria a realidade, o espaço e os imaginários de espaço, de realidade e de si mesmo. As ações do homem enquanto indivíduo passam a ser consideradas. Aquilo resultado de sua atividade, os seus produtos e reproduções expressam “o que ele já é e o que ele já alcançou, mas também tudo o que ele pode vir a ser” (KOSIK, 1976, p. 123). Há, pois, e se expressando através de sua existência social, uma hibridização daquilo que seria particular ou individual e aquilo coletivo ou social.

Isso fornece uma abertura de análise à apreensão do indivíduo construtor de mundo através de sua trajetória e de sua imaginação espacial enquanto um ser que é social e que existe mediante uma coletividade. Essa noção se converge para aquela tendência de resgatar os lugares da compreensão social. Ao se pensar, por exemplo, uma cidade, passa-se a considerá-la para além de sua funcionalidade, para além de compatibilizá-la àquela vida considerada urbana – e que poderia ser mais bem problematizada em relação à equiparação entre vida urbana e ofertas de serviços mais complexos e característicos de grandes cidades. O lugar na e da cidade se torna complexo. Passa-se a considerar os lugares criados pelos sentimentos dos indivíduos, que compartilham muitas vezes da ideia do próprio lugar a partir de sua convivência coletiva, de seu cotidiano, mas as significâncias persistem em suas particularidades (MOGIN, 2009).

Oliveira (2002, p. 195) aponta que aos estudos costumeiros, empreendidos pela geografia, deve-se acrescentar:

[...] a atenção às respostas individuais e grupais das pessoas, os levantamentos para se conhecer a percepção e a cognição de moradores e usuários de lugares. Talvez o mais relevante seja considerar a afetividade humana para com a natureza e a sociedade; considerar a ética, os direitos naturais e humanos e quiçá aceitar as diversidades geográficas.

Neste sentido, Kozel (2002) entende, por exemplo, que o ensino de geografia e o estudo das regiões seriam mais profícuos se partissem do cotidiano de vivência dos grupos humanos e suas subjetividades. Assim, “todo conhecimento geográfico está interligado a um contexto de representações sociais que se difundem e podem ser integradas aos conhecimentos científicos.” (KOZEL, op. cit., p. 217). O cotidiano se constituiria, portanto, numa potencialidade através do reconhecimento em si de teorizações científicas que muitas vezes parecem distantes de seu contexto e da caracterização aproximativa no que concerne à escala de análise.

Em suma, o homem parece ganhar as análises como um ser híbrido, e que hibridiza o espaço. Kozel (op. cit., p. 216) entende que “ao resgatar o vivido e as subjetividades, atribui-se à análise espacial maior amplitude para desvendar aspirações e valores pertinentes aos grupos humanos, refletindo-se na organização espacial”. O homem passa a ser aquele que se constrói socialmente, possui também a sua memória formada na hibridização do social com o particular, construindo, por consequência, também a sua identidade a partir dessa hibridização (POLLAK, 1989). Numa lente geográfica, o homem criaria territorializações de memórias na criação de espaço.

O homem, que cria memórias e identidades conjuntamente ao espaço, se torna alvo de atenção, de análises, de gestões e de planejamentos do espaço, ao menos ao nível teórico. Quando se incorpora o vivido às análises geográficas, a compreensão dos processos espaciais, em sua totalidade é enriquecida. Ao considerar suas experiências, ações e valores, distancia-se das classificações, causas e estruturas profundas, base do viés objetivista, já que o homem, em sua plenitude, não pode ser compreendido em fragmentos (KOSEL, 2002). O ser, o homem e seu corpo, surge como contrapartida das análises paradigmáticas. Quando se atinge uma dialeticidade no entendimento geográfico a partir dessa hibridização do Eu-exterior, a Geografia assume um formato que lhe designa a nomenclatura de perspectiva cultural: que poderia acompanhar essencialmente as análises preocupadas com uma importante escala aproximativa a ser considerada na construção do conhecimento geográfico que diz respeito à corporeidade, para além de seu aspecto físico, que incorpora dimensões imaginárias, subjetividades, singulares e o porvir. Corpo que também reivindica espaço e espacializações, na criação de memórias, identidades e existência.

Considerações finais

Dessa forma, a pluralidade atual nas abordagens em Geografia torna-se cada vez mais evidente. A elas associam-se a contribuição de outras disciplinas, tanto humanas e sociais, quanto um demasiado embasamento das próprias ciências naturais. Muitos autores concordam com a dificuldade de classificar as tendências e correntes renovadas da ciência geográfica, levando em consideração o desprendimento com teorias e métodos particularizados.

Percebem-se os diversos imaginários e pressupostos que preenchem o homem enquanto categoria analítica. A categoria não necessariamente tem que representar algo já dado, imutável, significações cristalizadas. O homem só existe em seu movimento: e esse movimento criou noções de homens presas aos seus espaços-tempos de pesquisa e de teorizações.

Tais perspectivas ainda sobrevivem umas com as outras, a despeito das falas que pregam entendimentos paradigmáticos de conhecimento: onde se pretende expressar rupturas de pensamento. Entende-se não se tratar de substituições: abre-se ao entendimento de sobreposições de pensamento, de paradigmas, de reavivamento constante daquilo locado num passado e que ganha vida nas releituras, e que também se projeta num sentido ou num caminho desejado. Ou seja, evidentemente também ao nível do pensamento, as formas e os formatos do pensamento devem incorporar o passado, o presente e o futuro num diálogo constante, simbiótico e dialético. De outra forma, correríamos o risco de incorporar o conhecimento como dogmático, imutável, incorrendo em grave erro, pois como aponta Morin (2000) sendo mencionado por Spósito (2004, p. 79) “todo conhecimento comporta o risco do erro e da ilusão” que podem parasitar a mente humana. A verdade de hoje, mesmo aquela de base científica e aceita como um axioma, pode ser o equívoco de amanhã. As verdades, logo, se sobrepõem, em seus pluralismos e movimentos.

O homem, que cria as visões de mundo, as teorizações, e também cria a si mesmo, possui essa peculiaridade que reside no ato de criar (KOSIK, 1979). Ele criou suas próprias significações nos espaços-tempos. Criou paradigmas, abordagens, condicionadas ao seu espaço-tempo num sentido de estarem sempre situadas num espaço-tempo, e não de determinação social da atividade humana.

Portanto, as análises poderiam ser sintetizadas num sentido de considerar que o homem possui sua corporeidade e reivindica um espaço que é social. Imprime a busca da sua própria afirmação como objeto e sujeito. Este homem e a concepção que se tem dele não

pressupõe rompimento com aquele modelo clássico pensado para a disciplina, que poderia ser locado num passado aparentemente superado de conhecimento. Esse homem é resultado de reavivamento de delimitações de si próprio. No que concerne à Geografia, é um homem que emerge e se transforma a partir dos próprios questionamentos acerca do espaço, que segundo Gomes (2009) deve ser problematizado. Esse intrincamento subsidiaria as análises, e alimentaria outras mais. Assim, se ampliaria o olhar sobre a produção do conhecimento e da complexidade constituinte do paradigma atual – em sua construção sobreposta àquilo já trazido à baila.



Referências bibliográficas

- CLAVAL, Paul. A revolução pós-funcionalista e as concepções atuais da geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 11-43.
- CHORLEY, Richard J.; HAGGETT, Peter (org.). *Modelos integrados em geografia*. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. São Paulo: USP, 1974.
- FAISSOL, Speridião. *Problemas geográficos brasileiros: análises quantitativas*. IBGE, 1973.
- GODOY, Paulo R. Teixeira de. Algumas considerações para uma revisão crítica da história do pensamento geográfico. In: _____. *História do pensamento geográfico e epistemologia em Geografia*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 145-156.
- GOMES, Paulo Cesar da Costa. Um lugar para a Geografia: contra o simples, o banal e o doutrinário. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: ADEMADAN, 2009. p. 13-30.
- HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1978.
- HARVEY, David. *Explanation in Geography*. London: Edward Arnold, 1969.
- HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo, 1980.
- HARVEY, David. Modelos da evolução dos padrões espaciais na geografia humana. In: CHORLEY, Richard J.; HAGGETT, Peter. (org.). *Modelos integrados em geografia*. Tradução de Arnaldo Viriato de Medeiros. São Paulo: USP, 1974.
- KOSEL, Salete. As representações no geográfico. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salete. (org.) *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002.
- KOSIK, Karel. Metafísica da cultura. In: _____. *A dialética do concreto*. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio, 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. p. 111-154.

MOGIN, Olivier. Por uma cultura urbana dos limites. In: _____. *A condição urbana: a cidade na era da globalização*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009, p. 239-286; 309-315.

OLIVEIRA, Lívia de. Ainda sobre percepção, cognição e representação em geografia. In: MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (org.). *Elementos de epistemologia da geografia contemporânea*. Curitiba: UFPR, 2002. p. 189-195.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

QUAINI, Massino. *Marxismo e geografia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUAINI, Massino. *A construção da geografia humana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

RATZEL, Friedrich. Antropogeographie. Stuttgart. 1 ed. (1909). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (org.). *Ratzel*. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1990.

SCHAEFER, Fred K. Exceptionalism in geography: a methodological examination. *Annals of the Association of American Geographers*, v. 43, n. 3, 1953.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, Edward. Espacializações: a geografia marxista e a teoria social crítica. In: _____. *Geografias Pós-Modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, p. 57-116, 1993.

SPOSITO, Eliseu. *Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: UNESP, 2004.

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Las divisiones fundamentales del território Frances. 1 ed. (1913). In: GOMEZ Mendonza, Josefina; MUÑOZ JIMENEZ, Julio; ORTEGA Cantero, Nicolás. *El pensamiento geográfico*. Madrid: Alianza Editorial, 1982.

_____. Os gêneros de vida na geografia humana. 1 ed. (1911). *Geographia*, Niterói, ano 7, n. 13, 2005.

_____. *Princípios de geografia humana*. Lisboa: Cosmos, 1954.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

ESPAÇO E HABITAÇÃO: considerações a partir da filosofia heideggeriana

Ecio Elvis Pisetta*

Resumo

O texto é o modesto e provisório resultado de um diálogo entre a geografia e a filosofia. Seu conteúdo possui o modo do ensaio pretendendo ser lido e discutido por um público interdisciplinar. Assim, como o espaço-mundo se torna acessível ao ser humano? Primariamente, nem como uma "coisa" dotada de propriedades tais como largura, altura e profundidade, nem como algo exterior que possa conter outro corpo, nem como algo interior ou subjetivo que possa ser projetado, nem como algo que se torna exclusivamente visível a partir de algum sistema de quantificação. Tomaremos como ponto de partida as discussões expostas pela fenomenologia, especialmente a do filósofo alemão Martin Heidegger. Sua interpretação existencial do espaço, apresentada principalmente na obra *Ser e tempo* (1927), responde e opõem-se à interpretação moderna e cartesiana do espaço como res extensa, onde o mesmo é visto como dotado de propriedades simplesmente dadas. Para o filósofo não é na *extensio*, na extensão, que devemos buscar uma compreensão fundamental para o “ser” do espaço. Onde, então? No próprio modo de ser daquele ente que vive espacialmente, no ser humano.

Palavras-chave: Espaço; Geografia; Filosofia; Ciência; Heidegger.

Abstract

This article is a modest and temporary result of a dialogue between geography and

* Professor Adjunto II de Filosofia, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO, Rio de Janeiro, Brasil. Correio eletrônico: eciopisetta@gmail.com

philosophy. Its contents have a way of testing intended to be read and discussed by an interdisciplinary audience. So, as the world-space becomes accessible to human beings? Primarily, not as something that has properties such as width, height and depth, not as something external that can contain another body, nor as something inner or subjective that can be designed, not as something that only becomes visible from some quantification system. We will take as our starting point the discussions exposed by phenomenology, especially that of the german philosopher Martin Heidegger. His existential interpretation of space, given especially in the work *Being and Time* (1927), responds and opposes itself to the modern interpretation of the Cartesian space as *res extensa*, that it is seen as having just given properties. For the philosopher is not in extensive space that we shall seek a fundamental understanding for the “being” of the space. Where, then? In the way of being that one who lives spatially, in the human being.

Keywords: Space; Geography; Philosophy; Science; Heidegger.

Introdução

O ser humano habita ou mora no mundo à medida que o organiza continuamente. Dessa forma ele vive, isto é, constrói e pensa o espaço¹. Tal situação nos mostra que espaço e/ou mundo² impõem-se como temas fundamentais em nosso tempo, estimulando as mais diversas pesquisas e se tornando acessíveis sob as mais diversas perspectivas. Assim, elaborar algum estudo acerca das relações entre o ser humano e o espaço exige uma disposição interdisciplinar. Pertence não somente à ciência da geografia, mas, também, e de modo diferenciado, à filosofia, a insistente investigação acerca do modo como o ser humano habita seu mundo ou, por outra, como ele se relaciona com o espaço. Semelhante ocupação

¹ O trabalho é um tanto desprezioso na utilização de certos termos geográficos e filosóficos. Trata-se do resultado provisório de um rico e frequente diálogo que, já há alguns anos, os professores João Marçal Bode de Moraes (UERJ-FFP-São Gonçalo, RJ) e Écio Elvis Pisetta (UNIRIO, RJ) têm ensaiado. O diálogo nasceu da percepção mútua de que os resultados encontrados no trabalho de campo da geografia humana, onde os personagens-sujeitos falam, encontram ressonância e ampliação de sentido nas compreensões fundamentais de ser humano e de mundo desenvolvidas pela filosofia. Assim, o diálogo mostra-se, a cada vez, como um exercício contínuo de escuta entre geografia e filosofia, onde uma não quer dizer para a outra como aquela deve ser ou proceder. O lugar do diálogo, ora experimentado, mostra-se como uma linha fronteira, não aquela onde deixamos de ser o que somos enquanto profissionais, mas onde começamos a fazer geografia e filosofia.

² Os termos “espaço” e “mundo” não são sinônimos. Mas não nos preocupamos, aqui, com uma árdua distinção de ambos. Entendemos que, para as necessidades deste texto, o próprio uso dos termos fornece uma proveitosa riqueza semântica ao leitor. Este é levado ora a pensar o mundo que se mostra em determinado espaço organizado, ora a pensar o espaço como um mundo disponível e aberto onde o ser humano se organiza.

questionadora dirige-se tanto para os modos efetivos em que se consolida a habitação humana (cidades, bairros, casas, prédios e praças, pontes, fazendas, florestas e montanhas, etc.), com seus visíveis sucessos e fracassos, quanto para as razões que orientam subterraneamente estas decisões. Afinal, por que o ser humano vive e se organiza de um modo e não de outro?! A este segundo ponto dirigiremos nossa atenção. Causas, razões, motivos, estruturas ou compreensões fundamentais perfazem nosso interesse.

De fato, pertence ao ser humano habitar ou morar espacialmente. Ele sempre conta com o espaço de alguma maneira. Mas de que qualidade é este já contar com o espaço? É o espaço alguma coisa, à semelhança de tantas outras, dotado de qualidades espaciais tais como altura, largura, profundidade? Onde está o espaço? Dentro ou fora do ser humano? Ou, nem dentro nem fora? Na grande maioria das vezes o geógrafo profissional pode prescindir destas interrogações. Mas nunca sempre e continuamente. O que está em jogo nesta experiência antecipada de sempre já contarmos com um espaço aberto? O que está em jogo nesta co-pertinência de ser humano e espaço? De que forma o ser humano já conta, já sabe, já se relaciona espacialmente com seu mundo? Como é esta relação que se distingue de um simples contato entre duas instâncias previamente existentes, ser humano e mundo? Estas questões serão direta ou indiretamente abordadas.

Como o espaço-mundo se torna acessível ao ser humano? Primariamente, nem como uma “coisa” dotada de propriedades tais como largura, altura e profundidade, nem como algo exterior que possa conter outro corpo, nem como algo interior ou subjetivo que possa ser projetado, nem como algo que se torna exclusivamente visível a partir de algum sistema de quantificação. Tomaremos como ponto de partida as discussões e os limites destas expostas pela fenomenologia, especialmente a do filósofo alemão Martin Heidegger. Sua interpretação existencial do espaço, apresentada principalmente na obra *Ser e tempo* de 1927 (HEIDEGGER, 2006), responde e opõem-se à interpretação moderna e cartesiana do espaço como res extensa, dotado de propriedades simplesmente dadas (HEIDEGGER, 2006, §19-§24, p.140ss; Cf. tb. DREYFUS, 2003, p.143ss). Para o filósofo, o ser do espaço que encontramos na *extensio*, na extensão, responde apenas parcialmente à questão acerca do espaço. Mas, há alguma outra compreensão do espaço a ser considerada? Entendemos que sim. Aquela que se manifesta no próprio modo de ser daquele ente ímpar que vive espacialmente, no ser humano.

Pretendemos, então, tecer *algumas considerações* acerca do modo como o ser humano habita ou mora no mundo, trazendo à tona certos aspectos ontológicos, úteis para uma ampliação de nossa compreensão do tema. Usaremos os tópicos: 1. Filosofia e geografia:

diálogo; 2. O ser humano; 3. Ser-em: habitar, cuidar, morar; 4. Ser-em: ocupar-se ou empenhar-se junto ao mundo; 5. Ser-em: compreensão pré-científica e não “subjetiva”; e Considerações finais: Ser-em como “construir e habitar”.

1. Filosofia e geografia: diálogo

Muito se discute hoje sobre o espaço tanto no âmbito das ciências exatas quanto das humanas. Semelhante tensão se torna visível, de modo singular, nas ciências geográficas. Ali, por um lado, sente-se a carência de uma compreensão explícita do que seja o espaço e, por outro, a impertinência de tal preocupação. Afinal, há quem diga que o geógrafo já sabe o que é o espaço e que deve, tão somente, dedicar-se ao seu estudo aplicando os métodos já conquistados, sobretudo aqueles provenientes das ciências físicas e matemáticas. Mesmo assim, no âmbito da ciência geográfica, fala-se de espaço físico, econômico, cultural, social, astronômico, espaço estatístico, matemático, marxista, etc. São tantos os espaços que a sensibilidade do pesquisador em geografia se vê forçada a levantar a pergunta de base: *mas, o que é o espaço? Bem, e o que o geógrafo quer ou busca com esta pergunta?* Talvez, refletir acerca de algo que se tornou difícil em meio a tantas perspectivas. O geógrafo percebe que nesta situação, onde conflitam diversas abordagens, menos se leva em questão o ponto de vista, subjacente a cada vez, que orienta toda e qualquer discussão acerca do espaço. A partir *de onde* falamos acerca do espaço? São tantos os espaços! E cada compreensão de espaço, talvez, reivindique certa primazia no âmbito da geografia! No entanto, qual o proveito dessa pergunta pela perspectiva? Por certo, com ela visamos um esclarecimento do que, a cada vez, se está compreendendo por espaço. Dessa forma vêm à tona, tocando nossa consciência pensante, aqueles entendimentos primeiros e decisivos, nem sempre esclarecidos, que como pontos de encontro e de desencontro antecedem todos os debates. São tantas as noções fundamentais e, talvez, são tantas as geografias, são tantos os espaços! *Uma geografia ou diversas ciências geográficas?* Problemas desta espécie podem também ser encontrados em outras ciências. E também na filosofia. No entanto, e de modo especial, a pergunta que deve ser agora destacada é a seguinte: mesmo em meio a esta imensa e rica dispersão dos objetos e das compreensões acerca do que é a geografia, o que as faz serem, cada uma à sua maneira, *geografia?* Se todas têm ou reivindicam o direito de se intitularem “geografia” e de produzirem um discurso geográfico, o que as une? O que torna possível em meio a tanta

diversidade a *unidade* do saber denominado “geográfico”? A busca por uma resposta razoável a estas questões oferece dificuldades que, a nosso ver, extrapolam o âmbito positivo da geografia.

Perguntar pela perspectiva, por certas compreensões fundamentais que subjazem ao trabalho positivo das ciências especializadas – inclusive da geografia – foi, tradicionalmente, trabalho da filosofia. Esta, desde sua origem, ocupou-se com a clarificação e disponibilização de certas compreensões de fundo acerca do ente temático, ou seja, do objeto subjacente e prévio a todo trabalho progressivo e cumulativo. Ser humano e mundo (espaço), por exemplo. Justifica-se então o interesse do geógrafo: ele busca um esclarecimento acerca destas compreensões de fundo que já o influenciam e que não encontra ou não pode encontrar exclusivamente em seu esforço produtivo. Mas *qual é o interesse do filósofo?* Ele simplesmente ocupa aquele lugar pedante ou arrogante de fornecer auxílio a outros saberes? Sabe ele tudo, então, acerca dos objetos das ciências especializadas e, além disso, de seu objeto específico, do “ser”? De forma nenhuma! Não será o caso de dizer que o filósofo está a descobrir e realizar seu trabalho específico exatamente no diálogo com outros saberes? Se assim for, o filósofo também precisa – a partir de uma compreensão de sua identidade profissional – do diálogo com outros saberes. Entendemos que a filosofia, a partir dela mesma, somente se torna visível na experiência com o outro, ou seja, a partir do diálogo pensante ou a partir das questões que se impõem e que não são artificialmente produzidas. “Pois questionar é a piedade do pensamento” (HEIDEGGER, 2002, p. 38).

A ciência geográfica ocupa-se do estudo do espaço. Mas, o que vem a ser o espaço já deixou de ser algo pacífico. O espaço tornou-se um problema, o que pode ser visto como um frutífero estado de coisas. Serve como prova as diversas tendências ou escolas geográficas convivendo e conflitando no seio da ciência geográfica. Assim, afinal, a geografia vê-se constrangida a partir de suas investigações a pensar o espaço. O que é o espaço? Soa como um problema a ser resolvido. Senão de imediato, daqui a algum tempo. Ou, se ela constata a dificuldade de responder acerca de seu objeto, percebendo que não existe “o” espaço, mas múltiplos espaços – o que já significa uma compreensão e uma resposta acerca do ser do espaço – mesmo assim, tal resposta serve como impulso ou estímulo a novas pesquisas. Esta observação é importante para que não se considere que a geografia deva ser outra coisa distinta do que é, ou seja, ciência geográfica. É a partir da geografia que a pergunta pelo espaço nasce. Diferente é o caso da filosofia. Esta, desde a antiguidade, se pergunta pelo ser do espaço. Mas não para sair da filosofia. E sim para fazer filosofia. Então, por que conversam, aqui, filosofia e geografia? Talvez apenas para aprender a conversar e a se

admirar diante do fenômeno do mundo ou, por outra, apenas para tornar visíveis os preconceitos que, sem mais, já nos influenciam e determinam nossas atividades teóricas e práticas acerca do espaço-mundo e acerca do ser humano.

Bem, ultrapassa nosso objetivo trazer à tona, a cada vez, as diversas perspectivas que orientam a compreensão de espaço nas mais diferentes abordagens geográficas e filosóficas. Semelhante atitude pertence a qualquer pesquisa que queira tomar a sério a questão do espaço. Nosso objetivo atual situa-se na elucidação mínima de um pressuposto geral, a saber, de que o espaço remete ao ser humano e de que este, desde sempre, habita o espaço. Neste propósito, nos servimos de reflexões extraídas de alguns textos do filósofo alemão Martin Heidegger. Assim, por ele orientados, perguntamos: O que significa “ser humano”? E, igualmente, habitar, morar? De que modo, filosoficamente, o espaço remete ao ser humano? Afinal, sempre nos encontramos em algum “lugar”, habitando de alguma forma, interferindo e nos submetendo aos mais diversos meios.

2. O ser humano

Em sua obra mais conhecida, Heidegger interpreta o ser humano como Dasein, cujas traduções, presença (tradução brasileira) e *ser ahí* (tradução espanhola) (HEIDEGGER, 1993, §4, p. 21), tentam explicitar o que está em questão. *Ser e tempo* é a analítica do ser humano, isto é, como este ente é antes de tudo e na maioria das vezes, antes de qualquer abordagem teórica como a que encontramos no âmbito das ciências, por exemplo. Trata-se, então, não de uma definição “nova” de ser humano que poderia ser somada a tantas outras, mas da tentativa de apreendê-lo em seu fato de ser e estar *aí*, situado, deste ou daquele modo, sempre como atividade, como “jeito” de ser, sendo ou fazendo algo. Para nós é sempre difícil perceber – a partir da filosofia deste autor e de outros assemelhados – que o ser humano não possua um ser que preceda sua efetividade. Este “ser”, ou a “substância” buscada para definir o ser humano, é apresentado como sendo a própria existência situada ou engajada. Então, em termos gerais, como o ser humano é assumido ou compreendido nesta obra? Não como algo já dado ou pronto, dotado de alguma interioridade, mas como um ente que “tem de ser”, como o ente que “existe” sempre “fora de si” mesmo, junto ao mundo, exposto, isto é, como o ente que, em sendo, está em jogo seu próprio ser e este jogo consiste numa tarefa constante de apropriação onde ser humano e mundo se co-pertencem (HEIDEGGER, 2006, §9, p. 85-86). A cada vez,

sendo de determinada maneira, o ser humano deve se ocupar e preocupar com seu próprio ser, quer ele saiba conscientemente disso ou não. Antes desta relação comprometida não se pode falar nem de ser humano nem de mundo.

Concentremo-nos na relação ser humano e espaço-mundo. De que forma é este co-pertencimento de ser humano e mundo? Esta pergunta será gradativamente explorada por nós. “Como existencial, o ‘ser-junto’ ao mundo nunca indica um simplesmente dar-se em conjunto de coisas que ocorrem. Não há nenhuma espécie de ‘justaposição’ de um ente chamado ‘presença’ e um outro ente chamado ‘mundo’” (HEIDEGGER, 2006, §12, p.101).

O ser humano não está no mundo como a água dentro do copo, um ente sobre ou justaposto a outro. Nós não estamos no mundo como uma coisa sobre ou dentro de alguma outra coisa já dada, como o mundo ou o espaço, por exemplo. O modo de ser do ser humano não é o das meras coisas. Igualmente o mundo, o mundo como experiência que ao ser humano sempre perturba, não corresponde a uma mera coisa, maior ou mais extensa. Então, como é este co-pertencimento que atenda ao ser humano e ao mundo-espaço existencialmente pensados?

No § 12 de *Ser e tempo* Heidegger (2006) nos diz que o ser humano é ser-no-mundo. Dessa forma o filósofo se vê na necessidade de responder, entre outras, à seguinte questão: em que consiste o “em”, de ser-em-um-mundo? Como é este modo de ser em que o ser humano sempre e necessariamente é em um mundo, mas não como a água dentro do copo? Como mundo está sendo compreendido? É na resposta a estas questões que ser humano, existência, espaço-mundo e habitação se co-pertencem.

Para o prosseguimento de nossa reflexão é necessário sempre de novo lembrar que somos atravessados por preconceitos acerca do que seja o ser humano, espaço, mundo, habitar e habitação, existir e existência. Estes freiam, limitam, perturbam nossas análises. Por outro lado, é a partir dos preconceitos que nós sempre iniciamos um trabalho reflexivo. Ou seja, nós nunca somos completamente sem preconceitos. Ter isto em mente – como num jogo – é vital para a compreensão do que é essencial. Em pauta está não meramente o conjunto das construções onde o ser humano posteriormente habitará. O ser humano desde sempre habita, mora, se demora no mundo e, por isso e a partir disso, constrói casas, pontes, estradas, prédios, cidades, etc. Então, como estamos a entender o humano que somos? Como um “eu”, um “ele”, um “nós”? Como animal racional? Como alma e/ou corpo? Como uma arena onde se digladiam desde sempre os aspectos sensíveis ou corporais e os espirituais ou intelectuais? Como criatura assemelhada ao ente suprassensível máximo, Deus? Como *Homo faber*? Como

força de trabalho? Será o homem dotado de alguma substância para além de toda outra qualidade e que o defina de maneira firme e estável?

Em resposta a este modo de abordar Heidegger apresentou sua compreensão existencial a partir da qual orientamos nossa reflexão. O que ele entende por “ser-em”?

3. Ser-em: habitar, cuidar, morar

Então, o que Heidegger entende por “em”, o “em” de ser-em-um-mundo? Já dissemos que o ser humano é compreendido como presença, *ser ahí*, ser-no-mundo. Observaremos brevemente a interpretação etimológica que Heidegger faz do “em” (HEIDEGGER, 2006, §12, p. 100; e 2002, p. 126-127). A partir dela, e atendendo ao nosso interesse, encontraremos uma primeira indicação para compreendermos o que o ser humano tem a ver com construir e habitar, com construção e habitação.

O ser humano é o ente que *eu mesmo sou, que tu és*, etc. “Eu sou” diz o quê? Para nós, em geral, trata-se de uma frase vazia, carente de conteúdo, exigindo um complemento, um objeto, um predicativo: eu sou isso ou aquilo, sou operário, agricultor, aposentado, etc., eu estou aqui ou ali, no campo, num bairro periférico, numa cidade industrial, etc. Mas o fato desta necessidade se impor, chama a atenção do filósofo. Por que o ser humano precisa de um complemento? O que significa ou mostra tal situação? A resposta deve ser buscada numa distinta compreensão de ser humano. A partir dos textos usados, Heidegger encontra, etimologicamente, os significados ou sentidos de: eu cuido, estou familiarizado com (um mundo), estou junto ao mundo, cultivo (*diligo*), no sentido de cuidar do mundo e do espírito (cultura), fazer, habitar ou morar. Assim, o ser de “eu sou” detém os significados de “eu cuido, eu cultivo, eu habito”, significados que merecem uma melhor exploração. Os complementos possíveis que preenchem os “aqui” e “lá”, os “isso” ou “aquilo”, etc., correspondem às efetivações do cuidado, da habitação, do cultivo. Afinal, o ser humano sempre o é situado de fato, isto é, engajado num mundo possível. Diz Heidegger (2006, §12, p. 100; *Cf. tb.* HEIDEGGER, 2002, p. 126-128):

A expressão “sou” conecta-se a “junto”; “eu sou” diz, por sua vez: eu moro, detenho-me junto... ao mundo, como alguma coisa que, deste ou daquele modo, me é familiar. Como infinitivo de “eu sou”, isto é, como existencial, ser significa morar junto a, ser familiar com.

Dessa forma, não se deve conceber ou pensar o ser humano como um sujeito destituído de mundo, como um “eu” à parte e separado que, de vez em quando “entre outras coisas”, se ocupa do mundo, se ocupa do espaço. Pelo menos, não quando se deseja descrever esse modo de ser primário ou estrutural, prévio a toda descrição científica e que corresponde à interpretação existencial do ser humano.

Agora é necessário destacar e esclarecer o seguinte: em que consiste este “em”? Qual é o seu modo de ser? Como o “em” de um possível ser no espaço ou no mundo se efetiva, se realiza? Afinal queremos pensar e responder à pergunta como o ser humano está no mundo, está no espaço.

4. Ser-em: empenhar-se ou ocupar-se junto ao mundo

Na sequência diz o filósofo: “O ‘ser-junto’ ao mundo, no sentido de empenhar-se no mundo, [...] é um existencial fundado no ser-em” (HEIDEGGER, 2006, p. 100). Nos mais diversos empenhos o ser humano efetiva seu ser no mundo. Mas, o que significa “empenhar-se” junto ao mundo? O empenho não está, aqui, designando um comportamento indiferente e, talvez, vazio, onde um sujeito chamado “ser humano”, eventualmente, faz alguma coisa no mundo. Aponta, antes, para o modo de ser prévio próprio do ser humano que nós mesmos somos a cada vez. E que modo é esse? “Empenhar-se” significa “ocupar-se”. O termo remete à multiplicidade de modos por meio dos quais o ser humano efetiva-se espacialmente, “é” no mundo. Explicamos este modo de ser com exemplos dados pelo filósofo:

Ter o que fazer com alguma coisa, produzir alguma coisa, tratar e cuidar de alguma coisa, aplicar alguma coisa, fazer desaparecer ou deixar perder-se alguma coisa, empreender, impor, pesquisar, interrogar, considerar, discutir, determinar...; [...] omitir, descuidar, renunciar, descansar, todos os modos de “ainda apenas”, no tocante às possibilidades da ocupação; [...] [significado pré-científico de] realizar alguma coisa, cumprir, “levar a cabo”; [...] preocupar-se com que uma empresa fracasse; [...] [designa] o ser de um possível ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2006, §12, p. 103).

A partir disto, podemos, então, acrescentar os sentidos de fazer, experimentar, estar relacionado com algo numa atividade, usar, lidar, “agir”. Nós sempre estamos no mundo, nunca como a água dentro do copo, mas numa atividade ou ocupação possível. Nós nunca encontraremos um ser humano “nada fazendo” ou, a bem dizer, “nada fazer” é ainda um

afazer determinado. Então, o ser humano mora ou habita no mundo segundo este modo de ser, isto é, ocupando-se.

Mas, devemos insistir nesta questão: que é ocupar-se? Que é fazer, experimentar? O que acontece no íntimo desta compreensão? A necessidade desta pergunta reside no seguinte: tendemos a compreender a ocupação como a ação de um sujeito que pré-existe à atividade, que é antes de todo empenho. E dessa forma cindimos o ser-no-mundo, colocando numa oposição “sujeito” e “mundo”. Esta atitude “teórica” atinge a maior parte de nossas pesquisas não sendo, em geral, questionada. Ocorre que, assim, não captamos existencialmente a unidade primeira, unidade fenomenal, ativa, que compõe a realidade na qual, desde sempre, moramos. Esta compreensão cindida equivoca-se em relação à interpretação existencial aqui ensaiada.

Então, como evitar tamanho equívoco? *Percebendo* que, antes de qualquer coisa, os objetos, todas as coisas, materiais e imateriais, vêm ao nosso encontro, se tornam acessíveis a nós com um sentido determinado, por meio de algum uso, de alguma ocupação ou empenho possível. Lidando com as coisas nós as conhecemos, elas adquirem sentido ou ser e mundo ou espaço se tornam acessíveis. Experimentamos o espaço como um espaço efetivo onde nos encontramos fazendo alguma coisa. Podemos, então, explorar “teoricamente” o que acontece em determinado afazer, desta ou daquela espécie. Não podemos nos furtar de nos perguntar: o que estamos entendendo por “teoria” nestes casos? Serve, como exemplo, o que encontramos na pesquisa de campo tal como é realizada pela geografia humana. O material que é ali colhido e teorizado se distingue, metodologicamente, daquela objetividade cultivada pelas ciências naturais e que influencia algumas correntes geográficas. Toda atividade teórica, *à medida que se entende como oposta a uma atividade prática e a esta se opõe*³, é posterior, é secundária. Isto é, somente pode haver reflexão ou teoria quando algo – um algo como “objeto” – já se apresentou, já afetou nossa consciência. A atividade teórica pode ser, ela mesma, compreendida como uma atividade ou empenho próprio e que possui diversas faces (teoria antiga, medieval, moderna, científica, artística, etc.). Assim, a atividade teórica (atividade posterior), aquela que “conhece” objetivamente as coisas do mundo, que descobre certa objetividade na realidade, consiste ela mesma numa ocupação que descobre algo como “objeto” em diversos sentidos. Ela é uma ocupação possível, mas não aquela primária e exemplar que caracteriza o modo de ser prático do ser humano. Dentre tantas ocupações

³ Mas não podemos deixar de recordar que, para Heidegger, as mais diversas ocupações possuem também sua teoria, sua visão, que nasce e se impõe a partir de cada empenho. Esta teoria se distingue da atitude teórica que impera nas ciências modernas.

possíveis, uma, exatamente uma, aquela designada como “teórica” e que hoje é absorvida pela atividade científica seguindo o modelo das ciências naturais, se destaca a ponto de se impor e sobrepor a toda outra atividade prática ou teórica. Consolida-se, inclusive, o costume de ver como atividade teórica e prática *exclusivamente* a atividade científica assim designada, como se somente essa soubesse fazer e teorizar! Esta atividade determinada tem como pressuposto fundamental a noção de um sujeito fora do mundo que, imune ao mundo, o descobre e conhece objetivamente, segundo o modelo físico-matemático construído pela modernidade. Percebemos então onde se origina este prejuízo para o saber que é o predomínio da mentalidade técnico-científica moderna. Sobre isso haveria muito para refletirmos!

No entanto, para que não se compreenda, ainda, a ocupação ou empenho mecanicamente, como o resultado de algum planejamento técnico, convém lembrar o seguinte: o empenho ou ocupação não compreende o mundo “antes” da ação. Não há nenhuma certeza prévia à ação, que garanta, por exemplo, o seu sucesso. Este caráter perigoso e imprevisível presente antecipadamente em toda ocupação possível, corresponde ao próprio modo de ser do mundo, aqui ontologicamente compreendido como “possibilidade”. Assim, experimentar, ocupar-se ou empenhar-se no âmbito de um mundo possível é, de certa forma, o que diz a palavra “experiência”: prova, ensaio, “ter passado perigos”, ter que se haver com uma vida ou existência perigosa (segundo a interpretação de Ortega y Gasset). Somente experimentando é que se pode sair de alguma dúvida, ou seja, somente ensaiando, provando, experimentando (ORTEGA Y GASSET, 1960, p. 193). Esta exigência fundamental expressa a relação primária em que encontramos o atamento de ser humano e mundo.

Dizendo isso, notamos que o empenho ou ocupação (lida, uso) detém a primazia, isto é, mostra o contexto a partir do qual algo como ser humano e mundo podem ser compreendidos. Antes de toda possível objetivação, já encontramos o ser humano agindo ou fazendo algo. Quando homem e mundo chamam a nossa atenção intelectual, já o fazem a partir de uma relação específica – uma ocupação determinada, um empenho, um “trabalho” – onde se encontram previamente imbricados. É sempre bom que atentemos para algumas atividades determinadas como a do agricultor em seu empenho, do marceneiro, do pescador, do aposentado, do professor, do operário têxtil, ou mesmo, de quem “não faz nada”, etc. Fazendo algo, o ser humano se descobre a cada vez como um ser determinado, sendo, assim – de modo determinado, efetivo, situado – neste empenho junto às coisas, aos outros, isto é, junto ao mundo, antes de toda teoria e antes, sobretudo, daquela teoria que caracteriza o predomínio técnico e científico. Como se mostra o espaço-mundo, então? Mundo é sempre um mundo ocupado, um mundo que “desperta” a partir de um contexto de ocupação ou

preocupação, de uma atividade, como este mundo efetivo, este espaço de relação. Mundo nunca é um mundo como espaço infinito, abstrato, conhecido segundo os princípios da matemática. Ser-no-mundo, visto a partir do empenho, possui em primeiro lugar o “*caráter de familiaridade que não causa surpresa*” (HEIDEGGER, 2006, §22, p. 157). Esta familiaridade, típica da ocupação com as coisas, ainda não despertou para a reflexão conceitual, isto é, o familiar ainda não foi objetivado de alguma maneira. E nesta positiva falta de objetivação encontramos a unidade de ser humano e mundo.

Um exemplo característico desta co-pertinência entre ser humano e seu mundo podemos encontrar em *Ser e tempo*. Nele mundo, espaço, lugar, ser humano encontram-se numa unidade de sentido pré-científica ou pré-teórica.

O espaço que, no ser-no-mundo da circunvisão, descobre-se como espacialidade do todo instrumental, pertence sempre ao próprio ente como o seu lugar. O mero espaço ainda se acha velado. O espaço está fragmentado⁴ em lugares. Essa espacialidade, no entanto, dispõe de sua própria unidade através da totalidade conjuntural mundana do que está à mão no espaço. O “mundo circundante” não se orienta num espaço previamente dado, mas a sua manualidade⁵ específica articula, na significância, o contexto conjuntural de uma totalidade específica de lugares referidos à circunvisão⁶. Cada mundo sempre descobre a espacialidade do espaço que lhe pertence. Do ponto de vista ôntico, a possibilidade de encontro com um manual em seu espaço circundante só é possível porque a própria presença é “espacial”, no tocante a seu ser-no-mundo (HEIDEGGER, 2006, §22, p. 157-158).

5. Ser-em: compreensão pré-científica e não “subjetiva”

Como já estamos acenando, descrições desse tipo, não seriam por demais “subjetivas”, carecendo da devida “objetividade” requerida por qualquer trabalho científico? Deve-se dizer que tal pergunta desconsidera o horizonte a partir do qual falam Heidegger (2006) e Ortega y Gasset (1960), entre outros. “Trata-se, porém, de uma ‘subjetividade’ que talvez descubra o mais real da ‘realidade’ do mundo, a qual nada tem a ver com uma arbitrariedade ‘subjetiva’ nem com ‘apreensões’ subjetivistas de um ente ‘em si’ diverso” (HEIDEGGER, 2006, §23, p. 160).

⁴ Nota de Heidegger ao termo “fragmentado”: “não, justamente uma unidade dos locais, especial e não fragmentada” (HEIDEGGER, 2006, p. 542).

⁵ Manualidade (*zuhanden, Zuhandenheit*): empenho, atividade, ocupação. Remete ao termo “mão” para expressar a riqueza das ocupações possíveis que pertence ao nível pré-científico.

⁶ Circunvisão (*umsichtig, Umsicht*): a visão ou teoria a partir da atividade e que orienta determinado afazer. A falta de “cientificidade” não faz da ocupação “pouco saber”. O empenho não é cego ou arbitrário.

Este problema aparece na compreensão, por exemplo, da proximidade e da distância sob um ponto de vista existencial, que não podem ser abstratamente medidas, mas mesmo assim não expressam meras subjetividades. Apenas demonstram *outra* compreensão, aquela acenada até agora por meio dos termos “ocupação, empenho, atividade”. O rótulo de “subjetividade” demonstra o primado de uma pretensa objetividade, a científica, e sua inabilidade para pensar o mundo cotidiano em que, antes de fazer ciência, já nos encontramos.

Para quem usa óculos, por exemplo, que, do ponto de vista do intervalo, estão tão próximos que os “trazemos no nariz”, esse instrumento de uso, do ponto de vista do mundo circundante, acha-se mais distante do que o quadro pendurado na parede em frente. Esse instrumento é tão pouco próximo que, muitas vezes, nem pode ser encontrado imediatamente. O instrumento de ver, o de ouvir como o fone do telefone, por exemplo, possuem a não-surpresa caracterizada anteriormente do que está imediatamente à mão. Isso vale também, por exemplo, para a estrada que é o instrumento de caminhar. Ao caminhar toca-se a estrada a cada passo e assim aparentemente, ela é o mais próximo e o mais real dos manuais, insinuando-se, por assim dizer, em determinadas partes do corpo, ao longo da sola dos pés. E, no entanto, ela está mais distante do que o conhecido que vem ao encontro “pela estrada” a um “distanciamento” de vinte passos. É a ocupação guiada pela circunvisão que decide sobre a proximidade e distância do que está imediatamente à mão no mundo circundante (HEIDEGGER, 2006, §23, p. 161).

Percebemos que as noções de “distância” e de “proximidade” nada têm de “subjetivo”. E podemos estender, apenas como insinuação, estas compreensões: Como elas aparecem em situações pontuais onde os estudos geográficos se manifestam? Por exemplo, nos estudos que conduzem à demarcação de áreas indígenas, na compreensão do “lugar” como bairro, cidade, centro e periferia, etc.? Como mundo ou espaço se mostram para o pesquisador que, em suas investigações, não sobrepõe sem mais uma noção recebida e não questionada de espaço, de mundo, lugar, território, etc.? O pesquisador atento descobre, antes de suas teorias prévias, um espaço já organizado, já arrumado, um espaço que, como arrumado, também desarruma e muda a sua arrumação a partir de si mesmo. É o que nos ensina o princípio do empenho, da atividade. Espaço sempre remete a um espaço de jogo determinado que o ser humano já sempre descobriu, onde já sempre está inserido, e onde já sempre atua. Fazendo ele arruma, arranja, melhora, amplia, estreita, o espaço. E mundo possui um sentido mais amplo: trata-se da possibilidade do espaço, do aberto da espacialidade, dos espaços sempre possíveis e que não podem ser esgotados nesta ou naquela compreensão do espaço, seja ela científica ou pré-científica.

Considerações finais: Ser-em como construir e habitar

Heidegger (2006) demonstra uma relação entre “eu sou” e “eu habito”, entre ser e habitar ou morar. Existir, ser, consiste em já estar situado num mundo empenhando-se junto a algo mundano. É assim que o ser humano mora ou habita o mundo. Então, a habitação humana, antes de ser uma “casa”, um barraco, um apartamento, uma fazenda, uma cidade, etc., antes de ser uma habitação determinada, designa o modo de ser do ser humano, por meio do qual algo como isto ou aquilo, a realidade, vem a ser o que é. É que o ser humano não mora numa casa como um carro se encontra na garagem ou, preservando-se as diferenças, uma formiga no formigueiro. A habitação, segundo a compreensão de ser-em-um-mundo por nós exposta, aponta para as mais diversas construções humanas nos mais diversificados lugares em seu processo de construção e não como algo já feito. Mas quer isso dizer que nada está, de fato, pronto e acabado? Que dizer, então, de uma casa, uma rodovia, um prédio, etc., já prontos? No entanto, a partir do que expusemos, não podemos afirmar que tais construções são “habitações” pura e simplesmente, prescindindo do ser humano. Este ser humano que está ali (neste lugar determinado, agora), ou que estava (num espaço que, agora, se encontra em ruínas ou desabitado), ou que estará (neste espaço que, agora, está sendo planejado, projetado), ou que modifica, ou que aumenta ou diminui, ou que usa estes ou aqueles materiais... Que interesses, para além de toda subjetividade aparente, o movem? Há o ser humano sem interesse nenhum? E alguma construção não atendeu ou não atende a interesse nenhum? Poderia haver algum ser humano que, enquanto o ser que é de fato, existisse sem nada construir, fosse o ser que é sem fazer *nada*?

Ou seja, o ser humano já sempre está habitando, de um jeito ou de outro, num aqui e agora. Semelhante afirmação possui a capacidade de alargar nossa compreensão a respeito dos termos “morar” ou “habitar”. Talvez isso seja um tanto perturbador porque, na grande maioria das vezes, aceitamos sem mais e previamente um significado determinado de habitação. Mas esse significado corresponde apenas ao interesse que ora domina – a perspectiva atual – e diante da qual ainda não alcançamos uma distância reflexiva suficiente, uma “teoria” distinta. A partir destas considerações podemos observar de outra maneira as mais diversas perspectivas por meio das quais o ser humano interfere no espaço recebido, ou seja, os modos de “inventar” e “compreender” o espaço. Tal distanciamento – que aproxima por meio de uma reflexão característica – possibilita uma descrição *mais fiel* do espaço ocupado, ou seja, do modo como o ser humano vive no espaço. Tal descrição preocupa-se em corresponder a este

espaço vivido por determinado grupo e não, impunemente, interpretá-lo a partir de algum modelo consagrado ou mais eficiente para certos fins. Uma maior fidelidade é sempre obtida quando se leva em conta a finitude do espaço – e não seu aspecto infinito e abstrato – um espaço em que o ser humano vive a cada vez (conforme acenado anteriormente) e que o olhar atento do pesquisador descobre como o “seu objeto”, um objeto que se distingue daquele que predomina nas ciências exatas da natureza porque seu modo de acesso é outro. Ao mesmo tempo, trata-se de um espaço finito que, longe de estreitar, alarga a compreensão do espaço vinculando-o ao ser humano que vive, e onde viver equivale a empenhar-se no mundo. Somente porque o ser humano já sempre foi espacial é que ele pode encontrar e descobrir espaços, pode visualizar um espaço arrumado de um jeito e rearrumá-lo.

Assim, o modo de habitação que corresponde ao ser humano não é compreendido como “estar dentro de algo”, ou seja, eu estou dentro da casa, esta está dentro da cidade, e assim por diante. Habitar, ser, é, segundo o filósofo, ser-no-mundo (*in-der-Welt-sein*). Designa uma relação básica e fundamental: o ser humano não pode ser sem ser num mundo, num espaço, numa relação ou vida possível. Isto de um ponto de vista ontológico ou existencial. Neste caso, a relação é prévia a toda conceituação, teorização de objetos simplesmente dados ou meramente existentes. Tais descrições se apresentam como uma reflexão de base que se pergunta pelas possibilidades de ser e/ou de existir deste ente “estranho” que nós mesmos somos, num mundo que nos é, ao mesmo tempo, sempre familiar – nosso mundo – mas também estranho, à medida que nós nunca o dominamos por completo. Moramos num espaço-mundo que nos provoca. Não é à toa que o geógrafo se vê criativamente forçado a perguntar pelo espaço. Esta constatação aponta para a estrutura prévia “mundo” à qual o ser humano, desde sempre, está remetido.

A partir do que foi dito torna-se mais clara a visada heideggeriana. Empenhar-se num mundo de atividades, ocupar-se, fazer algo, corresponde a um processo de construção numa *dupla acepção*, ou seja, “construir, entendido como cultivo e o crescimento e construir no sentido de edificar construções” (HEIDEGGER, 2002, p. 128). A correspondência entre estes dois significados é patente: Onde se cultiva alguma coisa, não exclusivamente no sentido do empenho do agricultor, mas também da cultura em geral, constroem-se edificações as mais diversas. Neste sentido “construir é propriamente habitar” (HEIDEGGER, 2002, p. 128). Dizendo melhor: “Não habitamos porque construímos. Ao contrário. Construímos e chegamos a construir à medida que habitamos, ou seja, à medida que somos *como aqueles que habitam*” (HEIDEGGER, 2002, p. 128). Heidegger (2002) não interpreta as construções físicas – as habitações possíveis direta ou indiretamente pensadas (prédios, estradas, viadutos, pontes,

etc.) – como coisas simplesmente dadas, mas como habitações, isto é, como lugares – espaços – onde o ser humano efetivo, situado, finito e não abstrato, realiza ou concretiza seu ser. A junção de homem e mundo, homem e espaço, *acontece no construir, no empenhar-se ou ocupar-se*, no processo de construção (segundo a dupla acepção já citada). Sob esta condição acontece e deve ser pensada a habitação do homem no mundo. Diz-nos Heidegger, “[...] enquanto não pensarmos que todo construir é em si mesmo um habitar, não poderemos nem uma só vez *questionar* de maneira suficiente e muito menos decidir de modo apropriado o que o construir de construções é em seu vigor de essência” (HEIDEGGER, 2002, p. 128).

Está Heidegger (2002) aqui reivindicando um conjunto de questões – hoje sentidas também pela geografia – que antecedem qualquer descrição, por exemplo, meramente física da natureza ou do espaço? Está ele acenando que antes de qualquer espaço compreendido como estando aí, já dado, existe algo como “o espaço se fazendo espaço” nos mais diversos empenhos humanos? Que neste esforço, propriamente, neste “construir”, encontramos o modo de ser, a habitação por excelência do ser humano? Que esta habitação, construção (ser-em-um-mundo), não é uma mera atividade ao lado de tantas outras, mas o modo de ser do ser humano pensado como presença, *ser-aquí, Dasein*? Que, neste sentido, abrir espaços, descobrir mundo ou mundos, é jeito humano básico de ser? E que, de certa forma, pertence não apenas à filosofia, mas, igualmente, à geografia levar em conta este evento de base, antes de toda pesquisa e apropriação objetiva da realidade?

Referências bibliográficas

DREYFUS, Hubert L. *Ser-en-el-Mundo*. Comentario a la División I de Ser y Tiempo de Martin Heidegger. Tradução de Francisco Huneeus y Héctor Orrego. 3. ed. Santiago de Chile: Cuatro Vientos, 2003.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e tempo*. Tradução de Márcia Sá Cavalcante Schuback. Petrópolis: Vozes, 2006.

_____. *El ser y el tiempo*. Tradução de José Gaos. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

_____. *Ensaaios e conferências*. Petrópolis: Vozes, 2002.

ORTEGA Y GASSET, José. *O homem e a gente*. Rio de Janeiro: Livro Ibero-Americano, 1960.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

ESPAÇO E CONTRADIÇÕES: os resultados da acumulação flexível no campo da cotidianidade

Roney Gusmão do Carmo^{*}

Ana Elizabeth Santos Alves^{**}

Resumo

Evidências de um “novo” capitalismo flexível têm aportado nos mais remotos espaços do globo. Esse fenômeno repercute diretamente, tanto no desenho espacial urbano, como também na subjetividade das pessoas, instituindo novos e fugidios valores de consumo. Evidentemente, o espaço se mostra como empiria da contradição, sedimentando disputas sociais e permitindo a coexistência caótica entre “velho” e “novo”, entre o “local” e o “global”. Por fim, é entendendo a dialética do nexu expansionista do capital que compreendemos também a forma como as diferenças coexistem e conflitam na cotidianidade das pessoas.

Palavras-chave: Acumulação Flexível; Memória; Espaço; Contradição; Economia.

Abstract

Evidences of a “new” flexible capitalism has arrived in the most remote areas of the world. This phenomenon directly affects both the urban spatial design, as well as the subjectivity of people, introducing new values and consumption habits. Of course, space appears as empirical contradiction, solidifying social disputes and the chaotic allowing coexistence between “old” and “new”, between “local” and “global”. Finally, understanding the expansionary capital

^{*} Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB; Professor Adjunto da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB. Correio eletrônico: guzmao@hotmail.com

^{**} Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia – UFBA; professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas e do Programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.



nexus that also understand how differences coexist and conflict in daily life of people.

Keywords: Flexible Accumulation; Memory; Space; Contradiction; Economy.

Introdução

O presente artigo é inspirado na tese de doutoramento que estamos desenvolvendo, cuja temática se ocupa dos impactos da acumulação flexível sobre o espaço urbano do município de Vitória da Conquista, situado no Estado da Bahia – Brasil. Foi no início do século XXI que a referida cidade presenciou os efeitos mais marcantes do processo expansionista do capita, que fez aportar diversas redes de lojas franquizadas a redes internacionais, alterando substancialmente a silhueta urbana e modificando o perfil do consumo local.

Se até os anos 1990, o comércio conquistense era marcado por regionalismos, dominado exclusivamente por negociantes locais e por um relacionamento próximo com os fregueses; a partir dos anos 2000 essa realidade foi profundamente modificada por um adensamento da concorrência com grandes empreendimentos que aportaram na cidade. Redes de *fast-food*, hipermercados, gigantescas lojas do ramo eletroeletrônico, lojas de departamento seguindo conceitos internacionais são apenas alguns exemplos da “novidade” resultante da busca predatória por novos nichos do mercado consumidor efetuado pelo capitalismo transnacional.

Nesse sentido, as transformações espaciais do cenário urbano da cidade que estudamos foram expressivas, tanto porque erigiu uma “nova” configuração predial, agora muito mais cosmopolita equalizada a tendências globais, como porque adentrou a subjetividade das pessoas, reorientando condutas e introduzindo novos hábitos e valores. O “novo” capitalismo flexível mostrou-se imponente, realçado pela extravagância de logomarcas gigantescas, empreendimentos comerciais de iluminação golpeante e marketing extremamente articulado.

Na outra extremidade, os micronegociantes locais se viram sufocados pelo acirramento da concorrência com os empreendimentos estrangeiros. As regiões mais privilegiadas do centro comercial foram acometidas de uma grave especulação imobiliária, tornando-se hostil para comerciantes locais, que se viram esmagados pelos novos critérios de perpetuação na arena concorrencial. Tão logo, constrangidos pelas condições severas impostas à economia local, os pequenos empreendedores migraram para um território mais

marginal do centro que hoje se qualifica por comércio popular.

Nesse sentido, o espaço geográfico demonstrou marcas das transformações econômicas que, embora se interconecte a um fenômeno global do capitalismo, revela-se na cotidianidade mais elementar das pessoas, redesenhando cenários e agudizando a contradição, ora porque trinca a identidade dos sujeitos, ora porque agride a simplicidade. O espaço, portanto, é *locus* privilegiado onde se observam assimetrias e contraditoriedades decorrentes da sociedade, fazendo coexistir passado e presente, “velho” e “novo”, identidades e contradições.

Para desenvolvimento dessa análise, recorreremos a um marco teórico que permitiu entender a vinculação dialética entre o local e o global, com uma reconstrução histórica do atual fenômeno da flexibilidade vivenciado pelo capitalismo. Além disso, a investigação também foi acompanhada por etapa empírica, quando se tornou necessário entrevistar microempreendedores locais e comerciários da cidade que atuam nos muitos ramos. Foi um total de dez comerciantes e cinquenta empregados entrevistados, o que permitiu entender a forma destoante pela qual o fenômeno da acumulação flexível tem atingido as representações e discursos de pessoas comuns.

1. Resultados espaciais do “novo” capitalismo flexível

Na superfície mais evidente do expansionismo capitalista, o espaço também se articula às mudanças de ordem social e econômica, demonstrando-se como palco privilegiado onde precipitam as incongruências do modelo organizacional da flexibilidade. A organização do espaço é, então, produto social repleto de conflitos, contradições e resistências, que, pela mesma premissa ideológica anteriormente mencionada, é arquitetado segundo forças que tentam perpetuar na montagem dos cenários.

As relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim, efetivamente a sociedade produz o espaço. Cada local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e deste modo o espaço vai sendo produzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade (CARLOS, 1999, p. 63).

Desse modo, o espaço a qual mencionamos é entendido como produto do desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista, é, também, palco onde se materializa os contornos sociais da civilização humana. Não é porção conclusa, sedimentada



no presente por objetos imóveis, mas é fruto da contradição histórica das relações sociais que se complexificam à medida que coadunam o ontem e o hoje na sua materialidade.

A acumulação flexível envolve rápidas mudanças dos padrões do desenvolvimento desigual, tanto entre setores como entre regiões geográficas, criando, por exemplo, um vasto movimento no emprego do chamado “setor de serviços”, bem como conjuntos industriais completamente novos em regiões até então subdesenvolvidas [...]. Ela também envolve um novo movimento que chamarei de “compreensão do espaço-tempo” [...] no mundo capitalista – os horizontes temporais da tomada de decisões privada e pública se estreitam, enquanto a comunicação via satélite e a queda dos custos de transporte possibilita cada vez mais a difusão imediata dessas decisões num espaço cada vez mais amplo e variegado (HARVEY, 1993, p. 140).

Nesse sentido, ultrapassando a obviedade do que nossos olhos contemplam no espaço, as lutas e contradições afloram, mostrando o quanto a “ordem” instituída pelo capital suprime para a periferia da contemplação aqueles que foram excluídos do processo expansionista do capitalismo. Mas, mediante essa situação complexa, como o pujante crescimento econômico induzido pela flexibilidade dissimula a exclusão social? Em grande parte, pela carga ideológica contida no discurso que o antecede. Os relatos dos entrevistados que aqui investigamos confirma tal fato, uma vez que o componente subjetivo da acumulação flexível vem moldando a consciência desde tempos anteriores, quando o sucateamento do serviço público era entendido como pretexto para privatizações, quando a sofisticação narrada nos filmes hollywoodianos impunha um desejo pela aquisição de hábitos antes mesmo de que eles fossem acessíveis. A fantasia já tinha sido capturada antes mesmo de que a acumulação flexível aportasse mais claramente por aqui, ou seja, antes mesmo de que a economia fosse transnacionalizada, a subjetividade, o desejo e a fantasia já haviam sido transnacionalizadas. Tendo reconhecido tal fato, não podemos, então, subestimar o poder perpassante do discurso que se monta com o “novo” capitalismo, realçado pela globalização da economia.

[...] Um dos efeitos mais nocivos da globalização e que ela conseguiu sequestrar nossa imaginação, fazendo-a prisioneira do imutável [...] Essa situação objetiva cria a necessidade de se pensar o seu contrário, ou seja, cria a necessidade da utopia, ou seja, de imaginar algo diferente do que é (CEVASCO, 2006, p. 137).

A empreitada ideológica se posiciona, inclusive, no desenho espacial que faz parte do rol de transformações impostas no atual contexto. Logicamente as temporalidades são distintas, pois as mudanças não precipitam em simultaneidade pelo mundo, até mesmo porque as transformações que aqui analisamos perpassam por subjetivações muito mais complexas e que exigem tempos peculiares para tal, afinal, mudanças comportamentais carecem de um

processo muito mais articulado de persuasão. Alterar atitudes solicita mudar representações e afinidades sendo que, para tal, há que se invadir a cultura, o desejo e a fantasia de modo perspicaz e efetivo.

De todo modo, muito eficazmente a acumulação flexível executou esse papel, instaurando transformações profundas no seio social e nas representações dos sujeitos, equalizando desejos e sonhos a moldes homogeneizantes. A própria organização do espaço se tornou um lócus privilegiado onde se sedimentam essas transformações, induzidas pelo momento histórico do capitalismo. Sobre essa ideia, Milton Santos chama atenção para o processo vertiginoso de internacionalização da produção com exemplos bastante pontuais.

[...] Os objetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (SANTOS, 1996, p. 56).

O trecho permite uma série de análises que são úteis para o debate que aqui propomos. Primeiro, o autor entende que a transnacionalização da produção se mostra hostil à medida que gera estranhamento de significados contidos nas mercadorias. À medida que ocorre a internacionalização dessa produção, com retirada de caracteres regionais do objeto, bem como do discurso nele embutido, existe um simultâneo distanciamento do sujeito em relação à “coisa” carregada de conflituosidade. Assim, o manuseio (ou o comportamento) requerido pela “personalidade” intrínseca ao objeto em questão se torna estranha, alienada e alienante. A transnacionalização do capital, portanto, agrava a alienação, acirrando fissuras contidas nas relações sociais advindas do modo de produção, cujo distanciamento impede os sujeitos de se reconhecerem nos padrões de comportamento cada vez mais sincronizados ao nexo global.

Em comparação ao período que antecede ao que Santos entende por sociedade técnico-científica-informacional, o autor salienta que “antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização é, cada vez mais, longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje é uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços” (SANTOS, 1996, p. 57). Em



outras palavras, temos “existências” e “espaços” cada vez menos humanizados, menos feitos por sujeitos locais, e mais racionalizados a uma lógica produtiva global.

Outra observação pertinente relatada por Santos é o uso do exemplo sobre a hidrelétrica. O autor chama atenção ao fato de que transformações estruturais, assentadas em mudanças de cenário político e econômico que, por extensão, se materializam no espaço, são carregadas de discurso, aliás, são em si, discursos ideológicos. Essa realidade pode ser constatada pela aceitação que as transformações acabam adquirindo no senso comum, pois, quando envoltas por textos ideológicos, tornam-se mais palatáveis e encontram menores resistências, mesmo que arrastem consigo um número infindável de prejuízos sociais.

Oportunamente, o exemplo abordado por Santos serve para o tema que propomos estudar. Semelhante ao discurso sobre a positividade da hidrelétrica e seus promissores benefícios, a acumulação flexível também aportou envolta por esse discurso otimista. A cidade que analisamos vivenciou os efeitos mais claros da acumulação flexível um pouco mais tardiamente, afinal, como já afirmamos, as temporalidades são distintas em cada lugar e, pensando na flexibilidade como um processo não apenas territorial e econômico, a subjetivação que lhe é implícita torna sua propagação um fenômeno muito mais inconstante.

2. Espaço: a empiria da memória

“Empiria” é o termo utilizado por Nora (1993) para defender a tese de que a memória se cristaliza no espaço, tendo nele a oportunidade de externalização de representações e materialização de identidades. A partir dessa ideia, Nora (1993, p. 7) verifica que “o sentimento de continuidade torna-se residual aos lugares”.

Embora não necessitemos discorrer tão profundamente sobre o conceito de “lugares de memória”, pois não é categoria central do presente texto, é em Nora que encontramos a pertinente observação de que nos lugares as memórias se sedimentam e, num contexto de mundialização, se conflitam. O espaço pode se tornar lócus onde forças poderosas tentam prevalecer, seja gerando uma frágil sensação de homogeneidade, seja eclodindo rupturas desconfortáveis que perturbam o senso de pertença.

O cenário urbano hoje erigido pelo “novo” capitalismo flexível reorganizou muitas cidades e, para aqueles que viveram outrora, transitar pelo comércio hoje é provocar um não-reconhecimento (ou não-pertencimento) ao ambiente, assim como, as gerações mais jovens

difícilmente reconhecem a cidade de hoje em imagens antigas. O gigantismo das fachadas de Casas Bahia, Renner, Riachuelo, Subway, Wal Mart ou C&A explicitam que hoje as cidades se renderam às tendências ocidentais de organização urbana. Uma perturbadora estandardização dos espaços com vistas ao favorecimento do fluxo capitalista, que escamoteia o passado pelo enrijecimento de um consumismo que se especializa e opõe-se simbolicamente à insubordinação ao nexó do capital.

Embora sejam recorrentes cenas urbanas compostas por logomarcas exuberantes com vistas a fisgar a atenção dos transeuntes, também existe uma arquitetura antiga, bastante opaca, quando comparada com a novidade dessas cores vibrantes do comércio moderno. É impossível não notar a destoante combinação de cores das lojas comerciais, posto que ofusca arquiteturas simplórias que subsistem espremidas entre empreendimentos de grande porte.

As palavras de Nora (1993) são possíveis de ser constatadas à medida que a conflituosidade social cristalizada nessas cenas e desperta sensações múltiplas entre as pessoas. Embora não seja possível discorrer aqui nesse texto detalhes sobre a etapa empírica do trabalho de tese que estamos desenvolvendo, é útil salientar que as representações suscitadas pelos novos contornos deixados pela acumulação flexível no espaço são bastante destoantes, pois oscilam a partir do lugar social ocupado pelos sujeitos e também em função de suas trajetórias pessoais.

Nosso empenho foi entender a forma como as pessoas significam o processo de transformações econômicas e espaciais nesse início de século, fato que permitiu observar que os entrevistados mais jovens se orgulham da mudança, não demonstrando nenhuma consternação com a mutilação do “antigo” a serviço da “modernidade”.

Quando questionávamos sobre a percepção de transformações sociais ou espaciais, colocações recorrentes eram: “... estamos numa nova era” (Felipe, 19 anos), “... a cidade está crescendo” (Mateus, 23 anos), “... Vitória da Conquista agora foi pra frente” (Sandra, 27 anos). Os entrevistados mais velhos mostram-se indecisos, posto que, ora se orgulham da sensação de prosperidade, ora põe-me num estado de pequenez diante da magnitude do fenômeno: “... a cidade cresceu muito, isso é necessário, mas a gente tem de ter cuidado para não ficar para trás” (Julio, 35 anos), “... esse crescimento todo ai é para os jovens mesmo” (Mauro, 38 anos).

Engolidos pela concorrência, os velhos empresários, por outro lado, inibem-se com as mudanças espaciais e sempre se orgulham de lembrar o desenho espacial do município no passado. Não obstante, é a desigual posição ocupada por esses homens e mulheres que fazem suscitar também diferentes interpretações sobre o lugar, afinal a conflituosidade da memória



sedimentada no espaço nada mais é do que efeito de assimetrias sociais que encontram no espaço a sua empiria. Se prédios históricos hoje se comprimem em meio a placas de trânsito e fachadas gigantes de lojas franquizadas, é porque a organicidade da “mundialização” assim requer.

Trânsito carregado, veículos estacionados, bancas instalada em calçadas, pedestres disputando espaço com motocicletas e carros de som, tornam a cotidianidade do comércio altamente poluída, carregada de cores, com fiação de postes e placas de trânsito na paisagem local. Aquele centro comercial da “velha” Vitória da Conquista se tornou pequeno para o número de empreendimento que resolveram erigir na cidade e para o volume de sujeitos que necessitam desse espaço como ambiente de sobrevivência. A praça principal da cidade, por exemplo, mostra uma infinidade de símbolos que carregam em si uma lógica própria, permeados de conflituosidade e contraditoriedade, revelando o quanto o capital imprime no espaço caracteres que garantam sua subsistência, uma vez que o funcionamento da logística da acumulação recruta do espaço para sua fluência.

Assim, as sinalizações de trânsito, os fios que se emaranham ou os veículos que caoticamente se põem à frente das lojas fazem parte da imagem que pretendemos registrar, isso porque o processo desarmônico, que aporta na cidade, irradia sensações dicotômicas, seja de orgulho ou repulsa, de empolgação ou constrangimento naqueles que o contemplam. Não se tratam de objetos aleatoriamente postos num espaço, na verdade, eles são parte de um fenômeno global e sinalizam uma etapa histórica, cuja “novidade” adentra a vida das pessoas e recompõe suas perspectivas.

De todo modo, configuração espacial urbana pode deixar uma falsa sensação harmônica que frequentemente é representada nos discursos dos entrevistados. A aparência de crescimento falseia o terreno movediço ao qual o processo de transnacionalização comercial tem posto a economia local. É nesse teor que concordamos com Sennet (2007) ao entendemos a instabilidade como máxima do capitalismo globalizado, como única regra do tempo atual. Não há longo prazo, não há certezas, tudo se mostra fugidio e fugaz, numa subjugação crônica aos ditames especulativos do capital global.

3. Identidades corroídas

Havia um sutil desconforto implícito nas narrativas dos mais “velhos”. Sejam os

comerciantes ou comerciários, apenas aqueles que passaram dos 35 anos pareciam expectadores assombrados com o que presenciavam. Esses sujeitos de mais idade não se sentem protagonizando a cena, notam-se agora assistindo o desmonte de uma cidade que outrora lhes “pertenceu”, pela amputação do “atraso” e levante do “arrojado”.

Essa sensação agonizante se mantinha nítida no diálogo com os entrevistados mais “velhos”. O desconforto é motivado por uma perda de controle e autoridade sobre o tempo presente, num recolhimento à própria obsolescência. Para os entrevistados, a novidade conferida aos novos modelos de gestão e às tendências estrangeiras que orientam o perfil do consumo local chega a ser sufocante para emitir opiniões. Esse constrangimento justifica a dificuldades dos entrevistados mais “velhos” em emitir opiniões acerca do tema investigado e a insegurança sobre a utilidade de suas narrativas para o trabalho que desenvolvemos. Vez ou outra surgiam observações do tipo: “Hoje tudo mudou, não sei se posso ajudar”, “Não se pensa atualmente como na minha época”, “Dentro do possível eu te respondo, mas não sei se na minha idade ainda posso falar sobre isso” ou “Se quiser eu te apresento meu filho, ele está mais por dentro disso que você quer saber”. Mesmo que insistíssemos nas suas narrativas, para os entrevistados mais “velhos” suas opiniões eram ultrapassadas e pouco relevantes para serem relatadas.

Esse desconforto em versar sobre as transformações vivenciadas pela economia local se justifica porque as rupturas foram bruscas e invasivas à medida que impuseram a novidade de modo muito mais rápido do que se pôde acompanhar. De repente, aquela antiga loja do centro foi demolida para ceder espaço ao gigantismo de uma rede recém-chegada, em seguida, a fachada de uma lojinha foi sendo alterada para ganhar um novo nome e uma nova roupagem e, finalmente, a mídia anunciava a novidade e a população, uníssona, acatava. Como externar saudosismo quando há consenso de que agora tudo mudou, e mudou pra melhor?

Para avigorar essa análise, é útil insistir na ideia de que as mudanças impostas pela acumulação flexível são, também, impressas no espaço geográfico, tornando-se imponente pela megaestrutura montada na malha urbana. A altivez da economia capitalista ofende a simplicidade, principalmente porque tem sido polarizada por megaempreendimentos capazes de estabelecer padrões de gestão que penetram os mais remotos espaços do globo. Nesse sentido, a imponência do capital transnacional se sobressai de tal forma no espaço geográfico, tanto pela impiedosa concorrência, como também pela ideologia que “recolhe” o simplório à marginalidade da economia. Na magnitude desse fenômeno, os mais “velhos” se notam ultrapassados, veem-se prendidos a um passado “simplório” e descolados da complexidade do mundo “moderno”.



A imposição espacial do “novo” capitalismo ocorre mediante a espetacularização do consumo em sintonia com tendências globais que se metamorfoseiam numa velocidade perturbadora, tornando-se indigesta para aqueles que são fruto de outra época. Os comerciantes e ex-comerciantes entrevistados confirmaram tal fato: “sou de uma época em que o freguês era chamado pelo nome” (Marli Miranda, comerciante), “eu apostava no comércio porque, tanto o governo, como a população, valorizava o que era da terra” (Novais, ex-comerciante), “se eu não tivesse investido na loja, teria ficado de fora... observe a fachada dessas lojas novas: são grandes, tomam quarteirões inteiros e dão impressão de credibilidade” (Amorim, comerciante).

Essa espetacularização do capitalismo, imposta hostilmente no espaço, afetou todos os ramos comerciais: lojas de material de construção hoje contrastam com franquias de gigantismo avassalador, lanchonetes se comprimem em meio *fast-foods*, lojas de confecções se acomodam modestamente entre famosas redes do varejo como C&A, Renner ou Riachuelo. Assim sendo, a espacialidade do referido fenômeno monta uma “nova” cidade, cuja sofisticação é antítese de toda carga afetiva inerente à “velha” Vitória da Conquista. Destarte, ser “velho” nesse contexto de transformações é “estar por fora desse ‘mundão’ moderno que chegou aqui” (palavras Mauro, empregado de 38 anos). O “mundão” que Mauro se refere é, certamente, aquele fruto de um processo acentuado de globalização, que nada mais é do que a mundialização das contradições capitalistas, numa estandardização cada vez maior das “manias” de consumo, com implacável agravamento da desigualdade. O referido “mundão” que finalmente “chegou aqui” é o ápice da interconexão do local ao global, com eclosão de desarmonias que desfiliam sentimentos locais e ruem identidades; é, também, o projeto da globalização para Vitória da Conquista, agora, sim, “mundializada” e esvaziada de subjetivações que são parte do teor saudosista explicitado nas palavras dos entrevistados.

Além do mais, os “velhos” não conseguem reconhecer suas histórias pessoais no espaço local, não se percebem como extensão da engenharia local, ao contrário, recolhem-se e não se atrevem a falar de uma Vitória da Conquista desconfigurada, pois, se assim o fazem, tornam-se petulantes: “agora é o tempo dessa turma mais nova pegar no batente, minha época já foi” (Novais, ex-comerciante).

É útil acrescentar que todos os comerciários entrevistados sentiam a necessidade de informar como era o espaço urbano nos seus tempos, sempre estavam desenhando com gestos ou apontando para explicar como se organizava a cidade. Em suas palavras havia uma nostalgia latente, principalmente porque as transformações espaciais foram acompanhadas por um processo severo de exclusão e desfiliação através dos novos traçados urbanos.

Paulatinamente a cidade foi se transformando e, para os entrevistados, é impossível falar dessas mudanças sem a carga emocional que elas explicitam. Assim, a imposição do “novo” capitalismo flexível se caracteriza como onda de transformação para os mais “novos”, mas para os mais “velhos”, ela assusta, principalmente pela corrosão das identidades que, substituídas por adesões artificiais e arbitrárias aos novos valores de consumo, são comprimidas pela avalanche de apelos à “modernidade”.

O capital encontrou, portanto, na mundialização a oportunidade de dilaceramento das filiações locais, pois, sempre que elas se opõem aos ditames da acumulação, há que equalizá-las aos imperativos do consumo e da subsunção à ideologia da flexibilidade. Tal fato constata o afirmado por Lukács (1992, p. 125) que entende a sociedade capitalista sob “um místico e obscuro poder, cuja objetividade fatalista e desumanizada se contrapõe ao indivíduo”.

Dessa forma, o poder penetrante do trabalho ideológico advindo da flexibilidade gera fissuras no senso de identidade, tanto porque reestrutura o espaço onde a filiação se apoiaria, como também porque afeta a subjetividade com apelos à “novidade” que arbitrariamente aportou nos mais longínquos espaços.

Para acrescentar conteúdo ao que tratamos, recorremos a Stuart Hall para entender melhor o conceito de identidade nesse contexto de transitoriedade que vivemos. O autor compreende identidade como um mecanismo que costura o sujeito à estrutura, preenchendo o espaço entre o mundo interno ao sujeito e o mundo público, o que estabelece um movimento entre o que “projetamos a ‘nós próprios’ nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os ‘parte de nós’, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural” (HALL, 2006, p. 11-12). Mas, e quando a estrutura material, os valores, bem como os sentimentos foram alterados por uma parafernália apelidada de “modernidade”? Onde se apoiaria a identidade? As memórias não seriam suficientes para exercer essa função de apego ao espaço local?

Estudando o campo interdisciplinar da memória social, Sá a observa que existem vários subtipos de memória. O autor ressalva que essa tipologia não é estanque, ao contrário, fundem-se aleatoriamente no cotidiano das sociedades, podendo ser acionadas reciprocamente pelos usos informais do passado. Entre os tipos de memórias indicadas pelo autor, estão as memórias públicas que, segundo o ele, é “onde proliferam os chamados ‘usos públicos da história’, onde são esgrimidos os argumentos opostos do ‘dever de memória’ e da ‘necessidade de esquecimento’, onde as memórias se encontram cada vez mais submetidas à mediação dos meios de comunicação de massa” (SÁ, 2007, p. 294).



Fazendo um inter cruzamento entre os conceitos de identidade e memórias públicas, é possível ressaltar que a relação presente entre trajetórias pessoais de vida e os usos públicos da memória são carregados de conflituosidade. Isso ocorre porque é no ato de externar memórias e inscreve-las no coletivo que intercalam relações de identificação e estranhamento. É na articulação entre a dimensão individual e a pública, onde afinidades e dessemelhanças coexistem, que esgrimam interesses conflitivos e estabelecem disputas por significados, onde também ocorre a subjugação de partes mais vulneráveis às forças que se interpõem.

Assim, as identidades arrastadas pelas memórias dos mais “velhos” encontram embates de forças poderosas, quando externadas, o que intimida o resgate de um passado hoje aviltado por sua obsolescência. Por essa razão, os entrevistados de mais idade depreciavam muito sutilmente seu próprio discurso, tentavam suavizar o estranhamento provocado pela “modernidade”, mas, no fim, assumiam sua “inapropriação” para a fruição do futuro: “esse novo comércio aí é para os jovens, porque eles, sim, têm espírito corajoso, eu, como sou de outra época... [ideia inconclusa por uma expressão reticente]” (Júlio, comerciante, 35 anos).

Conclusão

Nos anos 1990, quando iniciou mais incisivamente o processo de privatizações, ingresso pesado de novas tecnologias e vertiginosa internacionalização do capital, observava-se também um discurso esperançoso sobre o novo século. Havia expectativa de que a popularização das tecnologias pudesse criar novas relações sociais e que a penetração do capitalismo transnacional melhorasse significativamente os índices de crescimento e democratizasse o usufruto do mesmo (CHOMSKY, 2008). Uma grande ingenuidade acometeu a todos que assim acreditaram, pois se ignorou o fato de que a economia podia crescer e a pobreza aumentar sem que uma coisa impedisse a outra (GENTILI, 2008). Logo, a euforia que acometeu muitos brasileiros no final do século XX foi se esvaindo com a paulatina percepção de que as mudanças ocorriam sim, porém se mostravam altamente conservadoras e excludentes.

Foi envolta por essa situação que a conversão de séculos foi marcada por arrojadas transformações no cotidiano das pessoas, pela popularização de aparatos tecnológicos e mudanças hábitos de consumo, que surpreendentemente não foram capazes de melhorar as sociedades como um todo. A suposta “aldeia global” não apaziguou conflitos, ao contrario, os

agudizou à medida que escancarou fissuras nas relações sociais e dissolveu identidades, condensadas pela artificial tentativa de “ocidentalizar” o mundo. Nas palavras de Hobsbawm (1995, p. 393): “a história dos vinte anos após 1973 é a de um mundo que perdeu suas referências e resvalou para a instabilidade e a crise”. Tão logo, a globalização foi se revelando como um fenômeno totalmente desarmônico, capaz de acentuar assimetrias sociais pelo rompimento da individualidade a serviço de um projeto global de subsunção ao nexo do capital.

Assim, ao afirmar, no fragmento anterior, que a intencionalidade mercantil necessita, antes, ser simbólica, Milton Santos já havia constatado o quanto o discurso ideológico antecipa o expansionismo econômico, ou seja, o teor fetichista implícito nas logomarcas do Mac Donald’s, Bob’s ou Lojas Americanas antecede sua chegada. É por esta razão que o discurso ideológico tão facilmente tem ultrapassado limites territoriais, atraindo o imaginário nos mais remotos espaços, preparando terrenos ao redor do mundo para uma postura absorta por parte da população ao consentir com a mutilação das identidades locais em nome da “modernidade”.

O próprio desenvolvimento tecnológico favoreceu a disseminação de novos padrões de consumo, atingindo diretamente a subjetividade de sujeitos, mesmo com ausência física do objeto de desejo. Além do mais, as tecnológicas viabilizaram a dispersão da retórica que submete a ideia de desenvolvimento à lógica do consumo, ou seja, fez prevalecer a visão de que a chegada das transnacionais implicaria no desenvolvimento econômico com usufruto de todos. Desta feita, o discurso ideológico, que antecede o próprio expansionismo econômico, tem dupla função: ao mesmo tempo em que molda a fantasia, impondo novos modelos de consumo, também ilude, pois agrega crescimento econômico, internacionalização do capital e qualidade de vida como se fossem consequências mútuas, sonhando a essência local, sob o pretexto da ostentação econômica.

Com a chegada das transnacionais nos mais remotos espaços, fica nítido observar que a desordem instaurada pelo “novo” capitalismo flexível não é uma obviedade, pois sua arquitetura ideológica falseia o lado perverso e unilateral de sua estrutura. Esse fenômeno global apresentou contornos locais, conectando espaços aceleradamente e, ao mesmo tempo, impondo padrões que ofuscaram - por vezes, extinguiram - peculiaridades. Logo, a indumentária ideológica do “novo” capitalismo foi se revelando incompatível com as necessidades sociais da população, instituindo sim “novas” formas de organização financeira, mas desregulando mercados, fragilizando economias e mutilando culturas pelo estranhamento típico de uma globalização unilateral.



Referências bibliográficas

- CARLOS, Ana Fani Alessandri. “Novas” contradições do espaço. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho de Lima (org.). *O Espaço no fim do século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.
- CEVASCO, Maria Elisa. Hibridismo cultural e globalização. *ArtCultura*, Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 131-138, jan.-jun. 2006. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/1408>>. Acesso em: 5 jan. 2014.
- CHOMSKY, Noam. Democracia e mercados na nova ordem mundial. In: GENTILI, Pablo (org.). *Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial*. 5. ed. Petrópolis: Vozes / Buenos Aires: CLACSO, 2008. p. 7-46.
- GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 76-99.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. Tradução de Adail Sobral. São Paulo: Loyola, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX 1914-1991*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LUCÁKS, Georg. Sociologia. In: NETTO, José Paulo. *Sociologia: Lukács*. São Paulo: Ática, 1992.
- NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. *Projeto História: revista do Programa de Estudos Pós-Graduação em História do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, v.10, p.7-28, dez.1993.
- SÁ, Celso Pereira de. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia Reflexão e Crítica*, Porto Alegre: UFRGS, v. 20, n. 2, p. 290-295, 2007.
- SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

URBANISTIC CLIENTELISM: critical analysis of logic behind the urns of production of risk areas in Ouro Preto – Minas Gerais / Brazil

Zaira Anislen Ferreira Moutinho^{*}

Sidelmar Alves da Silva Kunz^{**}

Abstract

This article aims to discuss the idea of urbanistic clientelism, the exchange ratio of votes for carrying out the politics of urbanization. The object of study was areas of risk in Ouro Preto, State of Minas Gerais. To accomplish this analysis were made semi-structured interviews in neighborhoods considered at high risk of slipping in Ouro Preto (Taquaral and São Francisco and São Cristovão) and interviews with civil defense officials of the municipality. For analysis, we chose to qualitative content analysis (FLINCK, 2009). The results point to the fact, that there is a specialization of clientelistic politics relationship, call, in that work, as “clientelism for urbanization” and are an important factor for the production and expansion of risk areas.

Keywords: Risk Areas; Urbanistic Clientelism; State.

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir a ideia de clientelismo urbanístico visto como a relação de troca de votos para levar a cabo a política de urbanização. O objeto deste estudo são as áreas de risco em Ouro Preto, Minas Gerais. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas em

^{*} Researcher, Master in Agroecosystems (UFSC) and Geography (PPGGEA/UnB). Universidade de Brasília, Campus Universitário Darcy Ribeiro, ICC, Brasília, Distrito Federal. E-mail: zairamoutinho@hotmail.com

^{**} Researcher, Master in Geography (PPGGEA/UnB). Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, SIG, Quadra 04, lote 327, Zona Industrial, Brasília, Distrito Federal. E-mail: sidelmar.kunz@inep.gov.br



bairros considerados de alto risco de deslizamento em Ouro Preto (Taquaral, São Francisco e São Cristovam) e entrevistas com funcionários da defesa civil do município. Para a análise, optou-se pela perspectiva metodológica da análise qualitativa de conteúdo (FLINCK, 2009). Os resultados apontam para a existência de relações políticas clientelistas cada vez mais refinadas, as quais este trabalho denomina “clientelismo urbanístico” que se apresenta como fator importante para a produção e expansão das áreas de risco.

Palavras-chave: Áreas de Risco; Clientelismo Urbanístico; Estado.

Introduction

This work aims to discuss the idea of urbanistic clientelism, namely, the relationship between poor people, living in areas of risk, characterized by the exchange of votes for the realization of urbanization policies necessary. Such clientelism is surrounded by the trend in which a political candidate or occupier of power explores and accumulates votes in exchange for shares of precarious urbanization and puts at stake the security of many families. The focus of the analysis refers to the risk areas in the city of Ouro Preto, State of Minas Gerais.

This work starts from the assumption that the production of risk areas in Ouro Preto is a complex phenomenon that cannot be explained by the idea of the absence of the state. One realizes that when it *unveils the social masks* (MOREIRA, 1982) it becomes clear that the State or its political structure, is not far from reality, on the contrary, has benefited from risk areas. So much so that contributes to the production and maintenance of these areas.

In that perspective, it is claimed that there is urbanistic clientelism as a generating factor and producer risk areas. This hinders the realization of planning instruments. There is no neglect, but an appropriation of secondary gain achieved by maintenance, production and expansion of risk areas. Thus, the idea of urbanistic clientelism is an attempt to understand more specifically the political reality associated with the production of urban space in these areas.

To perform the analysis, semi-structured interviews were conducted with residents of neighborhoods considered at high risk of slipping in Ouro Preto (Taquaral, São Francisco and São Cristovão), as well as interviews with employees of the civil defense of the city. Qualitative content analysis is guided by the recommendations carried out by Flink (2009).

1. Urbanization and risk areas in Ouro Preto

The city of Ouro Preto is located in the southeastern portion of the iron quadrangle with altitudes ranging from 989 at the mouth of the Rio Maracujá and 1772 at the peak of Itacolumi (CASTRO, 2006). More specifically, the city is located at the beginning of the Serra do Espinhaço separating the São Francisco basin of the eastern rivers flowing into the Atlantic, so it sits at the level of the ridge branching matrix, in other words the lines of secondary ridge (GUERREIRO, 2000). It can be said that geomorphologically, Ouro Preto is characterized by a rugged topography with very steep slopes and deep valleys, with about 40% of the areas located between 20 and 45% slope and 30% of the areas between 5 and 20% slope (CASTRO, 2006).

Regarding the use of the territory, Costa (2011) when analyzed the process of socio-spatial formation of the city of Ouro Preto, reported that by the eighteenth century the constitution of the city was related to the dynamics of gold mining in the region. According to the author, even with the decline of gold, the city remains economically since the nineteenth century takes over as the administrative capital of Minas Gerais. With the transfer of headquarters to the city of Belo Horizonte, in 1897, Ouro Preto went through a second decline and assumes a new role: establishes itself as the main educational center of the state (COSTA, 2011).

Another important event that characterizes the urban formation of the city is the installation of the aluminum plant by Canadian group Aluminum Limited, which favored a differentiated economic dynamics of the city (COSTA, 2011). This event promoted population growth by enhancing migration flow constant until the 1980s, which impacted directly on the urban planning process and thus contributed to the occupation of areas vulnerable to sliding (COSTA, 2011). According to the author, the first areas of consolidation were: Saramenha, Morro do Cruzeiro, historical center, Morro São Cristovam, Morro da Queimada, Morro Santana and Morro São João.

After the 1950s, three elements are key to defining spatial planning: the economy around the mining of aluminum; the dynamics associated with tourism; and the expansion of the Universidade Federal de Ouro Preto (COSTA, 2011). This dynamic has meant that, first, the original urban centers expand towards the Praça Tiradentes (divider natural waters); then pressed by the increase in land value registered by the Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), the areas of the hills were occupied. For the author, this



occupation was carried out by an impoverished population that failed to attract investment (or urban facilities) for the neighborhoods. With the construction of the highway 56 MG densification process intensified in the southern portion of the city neighborhoods consolidating areas of Novo Horizonte and Nossa Senhora do Carmo (COSTA, 2011).

According to Ferreira (2011), was from 1960, when the population increased and intensified urban expansion towards the peripheries occurrences of accidents related to mass movements, especially landslides, began to be recorded in the rainy season. Ferreira (2011) cautions that this does not mean the absence of such events in previous times. What we have, in fact, justified by the lack of records with less intense occupation in this period, considering that the areas are only seen as risk occurs when the human presence.

Pinheiro *et alli* (2003), reviewing the work of Sobreira and Fonseca (2001), states that the need for creation of new urban areas as a function of population growth, from the sixties was not accompanied by adequate prior planning, leading to the occupation of areas where it developed mining activities in the past. According to the authors, the areas occupied mostly present unfavorable geomorphological characteristics, generating problems in regards to the safety of the population.

The context of risk that has been developed in these areas is currently in Ouro Preto dramatic. Neighborhoods like São Francisco, Taquaral, Piedade and Santa Cruz have condemned areas by civil defense and with great density of houses. Are occupied areas without the minimal planning, where the government conducts palliative and low technical quality urban works. Therefore, these areas have running water, electricity and streets with sidewalks. But do not have urban drainage, engineering works were not carried out to mitigate the risks, such as preparing the ground for construction obeying the level curves, slope retention, and an infinity of actions of urbanization to ensure “dignified living”¹ (COSTA 2011). Thus in these areas the risks are concentrated.

Beck (2010), when discussing modern society, says the fact that transformation in late modernity is that the logic to understand society is not only the distribution of wealth, but fundamentally the distribution of risks. According to this author,

Risks, as well as wealth, are the object of distribution [...]. In the case of social wealth, it means consumption, income, educational opportunities, property, among others, as coveted goods [...]. The positive logic of appropriation is confronted by a

¹ Free translation: “morar digno” (COSTA, 2011).

negative logic of expulsion by distribution, rejection, denial and reinterpretation. (BECK, 2010, p. 32)².

Furthermore, the author says that although the standards and means of distribution of risks differentiate the patterns of distribution of wealth, it does not nullify the fact that many risks are distributed according to the social class of individuals. This fact requires us to understand it from the perspective of politics. Another author who discusses the theory of risk is Veyret (2001), for whom the risk is a central concept of society and one of its main components structuring. These risks can be engendered from the combination of natural, scientific, technical and human factors.

2. Relations policies clientelistic

Risk areas have been the subject of constant debate in Brazil, both by the media and within academia. The media discussed from the point of view of “natural disasters”, without presenting the complexity of the question to the viewer. The information provided is fragmented and insufficient to motivate a positive attitude on the part of the community in relation to the increase in these areas, especially in the areas of urban density.

In academia, the approaches vary between those of the development of mathematical and geotechnical aiming to build technical solutions to the problem models. And those who run the analysis of the socio-spatial dynamics to understand the problem. This article falls into this last line, specifically the tradition of studies of the production of urban space. The challenge is to contribute to the elucidation of the problem, in that the “technical solutions” have not been sufficient to minimize or prevent the proliferation of risk areas (COSTA, 2010).

The risk areas are those that offer any kind of danger to human occupation. This paper deals specifically related to the risk of slipping in the city of Ouro Preto. Considering that the production of these areas is an association between two dimensions: the natural and human. One ponders that the human dimension involves the following factors: cultural (as own variation of risk perception), economic (such as price areas) and political (the functionality of

² Riscos, assim como riquezas, são objeto de distribuição[...]. No caso das riquezas sociais, trata-se de bens de consumo, renda, oportunidades educacionais, propriedade etc., como bens cobiçados. [...] A lógica positiva da apropriação é confrontada por uma lógica negativa do afastamento pela distribuição, rejeição, negação e reinterpretação. (BECK, 2010, p. 32).



the areas within the context of the exchange of vows and political expansion of risk areas). Since the political factor is the focus of the reflections produced in this study.

This study seeks to clarify the relationship of municipal government, as well as candidates for elective office with the resident at risk areas in the city of Ouro Preto. Leal (1975), in the book “*Coronelismo, hoe and voting: the municipality and the representative regime in Brazil*”³ highlighted the perverse logic of patronage behind the old republic electoral system to analyze the *coronelist* system that prevailed at the time.

For this discussion a definition of clientelism is required. According to Carvalho (1997) this concept is extremely broad and can be understood as a pattern of exchange of votes for state actions, and this way of doing politics in Brasil has grown strongly with the implementation of democracy and is associated with low degree of citizenship. To Seibel and Oliveira (2010) clientelism is an obstacle to the implementation of social and political rights. States that:

The patronage as exchange between subjects mechanism mediated by the practice of favor, stimulates selective actions that permeate State-Society relations and condition the effectiveness of social policies. This logic of political and administrative action that is internalized in terms of both policy makers as their clientele, expressed a sly game of a non-explicit contractuality that reduces favors, social and political rights [...]. Patronage therefore means a stock exchange among individuals who, on one hand, demand a public service character that normally could not be obtained through the market and on the other by those who manage or have access to decision makers on the granting of this service. This mediation takes place via “political currency” whose debt is charged, probably in the next electoral event (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p. 135-138)⁴.

Areas, from its formation to its stabilization and expansion, are in constant relationship with the government and working in connection with the electoral system. In hazardous areas initially occupied various political relations with the government are constituted. First, the process of resistance manifests to settle in areas that are generally not regulated. In this first phase, the government tends to position itself establishing dialogue to poor urban areas or implementing policies removal.

³ Free translation: “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil”.

⁴ Free translation: “O clientelismo, como mecanismo de troca entre sujeitos, mediado pela prática do favor, estimula ações seletivas que perpassam as relações Estado-Sociedade e condicionam a eficácia social das políticas públicas. Essa lógica de ação político-administrativa, que se internaliza tanto ao nível dos formuladores das políticas como de sua clientela, expressa um jogo dissimulado de uma contratualidade não-explicita que reduz a favores, direitos sociais e políticos [...]. O clientelismo significa, portanto, uma ação de troca entre sujeitos que, por um lado, demandam um serviço de caráter público que, normalmente, não poderia ser obtido por meio do mercado e, de outro, por aqueles que administram ou têm acesso aos decisores sobre a concessão desse serviço. Essa intermediação dá-se via ‘moeda política’, cujo débito será cobrado, provavelmente, no próximo evento eleitoral” (SEIBEL, OLIVEIRA, 2010, p. 135-138).

The removal policies are clearly unpopular and are only effective when there is pressure from some group in society (COMPANS, 2007). By hurting the interests of elites, these can pressurize the government for removal actions. The political relationship between government and the area itself is cut by other interests and vectors. Santos (2007) states that the places are produced by vertical and horizontal vectors.

To Santos (1996) the place (the relationship with the place) is, in a given time interval, the concrete (system objects arranged in space-technosphere), as well as a system of actions (psychosphere). In this sense, the verticalities seen as arising out of orders actors who organize the place is associated behaviors. States that “there is not a place commanding another, but as a metaphor. But limits the choice of behaviors in one place may be due to interest based on another” (SANTOS, 1996, p. 35)⁵. Therefore, the scope of this work the state itself is analyzed as a component of the external vector, because the interest is based on the structure supporting the electoral process.

3. Urbanistic clientelism: a specialization of clientelistic relations in Ouro Preto

The results of this research indicate that, in Ouro Preto, when the risk area or slum does not clash with the interests of the ruling class, which is established in the areas of risk is a precarious urbanization process articulated the local political system. Some statements, reproduced below, allow exemplify the issue. A resident of the area considered the risk of slipping (Neighborhood Taquaral) O. F. A. 49 years reported: “The father gained lot more or less in 1970, and almost had no home. It was an old land where operated a paint factory [...]. People were coming and making tents and [there] some 15 years later asked the mayor to put water, electricity, road and the mayor did ... People here still vote for him ...”⁶.

The speech illustrates this resident that the city allowed the installation of water, electricity and access to the area built even without settling the area and aware of the characteristic of risk, since the city hall of Ouro Preto already had a mapping of risk areas,

⁵ Free translation: “Não que haja um lugar comandando um outro, senão como metáfora. Mas os limites à escolha de comportamentos num lugar pode se dever aos interesses sediados em um outro” (SANTOS, 1996 p. 35).

⁶ Free translation: “O pai ganhou lote mais ou menos em 1970, e não tinha quase nenhuma casa. Era um antigo terreno onde funcionava uma fábrica de tintas [...]. As pessoas foram chegando e fazendo os barracões e [há] uns 15 anos pediram pro prefeito colocar água, luz, estrada e o prefeito fez... O pessoal aqui ainda vota nele...” (O. F. A.).



initially performed in 1979. The resident's house was, in the early 2012, condemned by the civil defense, but the resident remained in the residence because she had nowhere to go.

Another illustrative example is the case in São Cristovam Neighborhood: G. C. R. lives with her mother, her children and her husband in a lot where there are four other houses in an area considered at risk. The area has been regularized by the prior management of city hall. “The mayor ‘Jane Doe’ built the wall [, talking about the retaining wall built in the backyard]. Was the only help they gave” (G.C.R.)⁷. The resident uses the term “aid” indicating it does not recognize the meaning of urban policy. Additionally, you can see that the inhabitant customize the action by saying “the mayor ‘Jane Doe’ built”. About this logic of “aid” or favor, Seibel and Oliveira (2010) say: “while holding the paraphernalia of the state, clientelism becomes a reason in itself, because it strengthens the circle ‘patronage-elections-patronage’, based on the exchange of gratitude favors” (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p. 136)⁸.

Important to note that from the point of view of residents in areas at risk of Ouro Preto, they are “abandoned” because “the mayors only look at tourism”. Or as pointed out another villager, 79, of the town of entitled Morro do Piolho, in neighborhood São Francisco, “the government does nothing. Just look at our downtown . They only take care of the historic downtown. . The *cantão* be damned ... Every one for themselves...” (J. M.)⁹.

The context of abandoned indicated by previous statements reinforces the exchange system and customization of action, as in a reality where the pessimism regarding the occupants of government prevails, a policy of precarious urbanization already seems a gain for those living in the vicinity of the system. In addition, the customization of the action becomes easier, because when the government is understood as one that “does nothing”, a particular point action can only be the fruit of the good will of the mayor (a) or councilman to be no exception. That is, the logic of an absent government encourages customization of personal actions. Thus:

The logic of gift and favor has become the main content of the political and social ties, operating in the spheres of private and privacy issues that a society of rights, should be established as a public character [...]. Is the field of social policies that social selection clientelistic assumes it's most primary form, therefore the guideline

⁷ Free translation: “A prefeita ‘Fulana’ construiu o muro [, falando do muro de contenção construído no quintal da casa]. Foi a única ajuda que deram” (G. C. R.).

⁸ Free Translation: “ao mesmo tempo em que sustenta a parafernália do Estado, o clientelismo se torna uma razão em si, pois fortalece o círculo ‘apadrinhamento-eleições-apadrinhamento’, baseado na troca de gratidão por favor” (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p. 136).

⁹ Free translation: “O poder público não faz nada. Só olham para o centro. Só cuidam do centro histórico. O *cantão* que se dane... Cada um que se vire...” (J. M.).

in organizing relations between state and society based on personalism, mutuality of benefits and individual loyalties (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p. 137)¹⁰.

In those contexts in which the perception is compromised by poor vision anchored in the absence or scarcity (water on tap, new streets or installation of electricity) an improvement has great significance for these families. These clientelistic relationships that explores the context of abandonment without resolving it effectively, favoring the growth of urban clientelism. The imbalance in the power game to the detriment of those pushed to the risk areas is a result of local political strategies aimed at absorbing votes by maintaining basic needs.

The unfavorable scenario of the local policy is indicated in the interview with an official of the civil defense of the city. Regarding Taquaral neighborhood that presents problems in urban drainage and has been occupied daily by poor families, states that “political talk to people occupy in exchange for votes. Say they will regularize...”¹¹. This statement reveals the political irresponsibility in Ouro Preto which contributes to the expansion of risk areas. The promises of regularization continue to occur even in the face of condemnation by civil defense and public agents that have full knowledge of it.

In Ouro Preto, field research indicates that this precarious urbanization is the basis for the reproduction of a clientelist politics, which we are calling specifically for urban clientelism. The study of risk areas in Ouro Preto, lets say the exchange of voting is the mechanism that “articulates” – the dialectical perspective of Lefebvre (2008) – in other words, becomes functional production and expansion of risk areas.

Conclusion

This paper has attempted to show that the form of the power of patronage politics is, nowadays, a factor that streamlines production and expansion of risk areas in cities, from the

¹⁰ Free translation: “A lógica da dádiva e do favor tornou-se o conteúdo principal dos vínculos políticos e sociais, operando nas esferas da vida particular e privada as questões que, numa sociedade de direitos, deveriam ser fixadas como de caráter público [...]. É no campo das políticas sociais que a seleção social do tipo clientelista assume seu formato mais primário, pois se pauta na organização de relações entre Estado e sociedade baseadas no personalismo, na reciprocidade de benefícios e nas lealdades individuais” (SEIBEL; OLIVEIRA, 2010, p. 137).

¹¹ Free translation: “Políticos da cidade falam para a população ocupar em troca de voto. Dizem que vão regularizar...”.



case analysis of the city of Ouro Preto. That is, the political factor of this complex equation is to exchange votes and the perpetuation of a clientelistic state.

You could say that in Ouro Preto, the policy of urbanization related to hazardous areas is being used for electoral machine. And that if the areas of risk do not clash with class-interests, poor urbanization will be implemented to keep the urbanistic clientelism. Prevails a situation in which poor people of these areas of risk exchange votes for the execution of basic policies of urbanization. On the other hand, candidates or those in power who exploit and accumulate votes for favors, putting into question the safety of many families.

According to Beck (2010) and Veyret (2001), which emphasize the importance of risk in the structure of modern society, it is clear that this relationship - risk area and local policy - must be analyzed. In this sense, this is an initial attempt to raise the issue or the debate and to look again at the issue of the relationship between the production of urban space and politics. That's because "the construction of urban problems reveals the role of space and the production of urban space in its contradictions" (CARLOS, 2009, p. 291)¹².

Furthermore, it is possible to consider, also, that the policy of urban clientelism is another key defining element of spatial planning in Ouro Preto. This form of policy weakens the instruments of urban planning of the city making them ineffective on behalf of the dominant logic of territory use. It is emphasized that the public power as well as its local agents, are present in these risk areas feeding on them and with that causing damage in terms of production quality of life in the city.

Finally, we point out a number of interrelated questions that guide this study. The first refers to the scale of the phenomenon presented. As such patronage politics is articulated in other scales, for example, the historical state and national level? We can speak of a logic of maintaining urban precariousness in favor of a secondary gain in politics on a broader scale?

In order to revert the situation of subordination of the population of the areas of risk to the electoral game that aims at exploit the suffering of urban insecurity is necessary to reflect on the extent of formal politics, as well as on urban production of these risk areas, with the purpose to promote effective improvements.

¹² Free translation: "a construção de problemas urbanos revela o papel do espaço e da produção do espaço urbano em suas contradições" (CARLOS, 2009, p. 291).

Bibliographic references

BECK, Ulrich. *Sociedade de Risco*. São Paulo: 34, 2010.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A “ilusão” de transparência do espaço e a “fé cega” no planejamento urbano – desafios de uma geografia urbana crítica. *Revista Cidades*, v. 1, p. 289-306, 2009.

COSTA, Everaldo Batista da. *Totalidade-Urbana e Totalidade-Mundo: As Cidades Coloniais Barrocas face à Patrimonialização Global*. Thesis (Doctorad in Geography) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011. Available in: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-14032011-104656/pt-br.php>>. Accessed on: 10 may 2014.

COMPANS, Rose. A cidade contra a favela: a nova ameaça ambiental. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 1, may 2007. Available in: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/172/156>>. Accessed on: 10 may 2014.

FERREIRA, Tatiane A. Impactos socioambientais e áreas de risco em Ouro Preto (MG). Monography (Geography) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

FLINK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Porto Alegre: Artemed, 2009.

LEAL, Victor Nunces. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega / P. Imprensa, 1975.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

GUERREIRO, Maria Rosália. A lógica territorial na gênese e formação das cidades brasileiras: o caso de Ouro Preto. *Urbanismo 3 de origem portuguesa*, 2000. Available in: <<http://urban.iscte.pt/Revista/numero3/default.htm>>. Accessed on: 10 may 2014.

MARANDOLA JÚNIOR, Eduardo; HOGAN, Daniel Joseph. O risco em perspectiva: tendências e abordagens. *Geosul*, v. 19, n. 38, 2004. Available in: <<http://morrodobau.ufsc.br/files/2011/03/O-risco-em-perspectiva-tend%C3%A2ncias-e-abordagens.pdf>>. Accessed on: 10 may 2014.



- MOREIRA, Rui. A Geografia serve para desvendar máscaras sociais. In: _____ (org). *Geografia: teoria e crítica. O saber posto em questão*. Petrópolis: Vozes, 1982.
- PINHEIRO, Antônio Luiz; SOBREIRA, Frederico Garcia; LANA, Milene Sabino. Influência da expansão urbana nos movimentos em encostas na cidade de Ouro Preto, MG. *Revista Escola de Minas, Ouro Preto*, v. 56, n. 3, p. 169-174, 2003. Available in: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0370-44672003000300004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Accessed on: 10 may 2014.
- RIBEIRO, Wagner Costa. Riscos e vulnerabilidade urbana no Brasil. *Scripta Nova, Barcelona: Universidad de Barcelona*, v. 14, n. 331(65), aug. 2010. Available in: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-331/sn-331-65.htm>>. Accessed on: 10 may 2014.
- SANTOS, Milton. O lugar: encontrando o futuro. *Revista de Urbanismo e Arquitetura, Salvador: UFBA*, v. 4, n. 1, p. 34-39, 1996. Available in: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3113/2230>>. Accessed on: 10 may 2014.
- _____. Modo de produção técnico-científico e diferenciação especial. *Território, Rio de Janeiro*, ano 4, n. 6, jan.-jun., 1999. Available in: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/06_2_santos.pdf>. Accessed on: 10 may 2014.
- _____. O papel ativo da geografia um manifesto. *Território, Rio de Janeiro*, ano 5, n. 9, p. 103-109, jul.-dec., 2000. Available in: <http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/09_7_santos.pdf>. Accessed on: 10 may 2014.
- _____. *O espaço do Cidadão*. São Paulo: USP, 2007. Available in: <http://books.google.com.br/books/about/Espa%C3%A7o_do_Cidad%C3%A3o_Vol_8.html?hl=pt-BR&id=B8-eOMPMpZcC>. Accessed em: 10 may 2014.
- SEIBEL, Erni José; OLIVEIRA, Heloisa Maria José de. Clientelismo e seletividade: desafios às políticas sociais. *Revista de Ciências Humanas, Florianópolis: UFSC*, n. 39, p. 135-145, apr. 2006. Available in: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/17989/16939>>. Accessed on: 10 may 2014.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

ESPAÇO DO TRABALHO E MUDANÇAS SOCIOESPACIAIS: a reconstrução dos espaços urbano-fabris no Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro

João Marçal Bodê de Moraes*

Resumo

O Município de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, tem passado por uma profunda modificação em sua organização social a partir do fim das antigas atividades econômicas e da retomada da dinâmica urbana-operária-fabril, sendo que estas mudanças na divisão do trabalho atualmente marcam as relações sociais desta população.

Este trabalho pretendeu analisar os processos de transformação da classe trabalhadora de São Gonçalo e as suas relações com um território cujas transformações estão relacionadas com a inserção de novas atividades econômicas na região, distintas das atividades tradicionais formadoras da identidade operária-fabril do Município, segundo os seus trabalhadores e suas representações socioespaciais, enfocando a construção de relações espaço-temporais e de uma cultura local própria concentrada em dois bairros: Vila Lage e Porto da Pedra.

Palavras-chave: Espaço; Industrialização; Trabalhador; Identidade.

Abstract

The municipality of São Gonçalo, State of Rio de Janeiro, has undergone a profound change in social organization from the end of the ancient economic activities and the resumption of the urban-industrial working-dynamics, and these changes in the division of labor currently influence social relationships this population. This work wished to examine the processes of transformation of the working class São Gonçalo and its relations with a territory whose

* Professor adjunto do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores, Campus São Gonçalo, Rio de Janeiro. Correio eletrônico: joaobode@terra.com.br

transformations are related to the insertion of new economic activities in the region, other than the traditional training of the working-industrial identity of township activities, according to their workers and their sociospatial representations, focusing on the construction of spatio-temporal relations and its own local culture concentrated in two neighborhoods: Vila Lage and Porto da Pedra.

Keywords: Space; Industrialization; Worker; Identity.

Introdução

“O espaço em si pode ser primordialmente dado, mas a organização e o sentido do espaço são produto de translação, da transformação e da experiência sociais” (SOJA, 1993).

Este trabalho faz uma análise dos espaços urbanos segundo as práticas sociais geradas em meio às transformações da cidade de São Gonçalo, ou seja, como os trabalhadores relacionam e delimitam concreta e simbolicamente os seus espaços. A observação dos marcos simbólicos do espaço social nos bairros, do processo de urbanização e do espaço urbano-industrial, dos diferentes processos de industrialização, bem como do papel da acumulação de capital e do Estado na organização espacial, dos fatores de localização industrial e sua relação com as cidades em diferentes escalas, redes, hierarquias, assim como do processo de metropolização, foram pontos fundamentais articulados como base para as reflexões. Esta pesquisa focaliza este fenômeno urbano segundo as questões levantadas pelos trabalhadores de São Gonçalo e suas representações dos espaços por meio da ligação com o lugar em que vivem. Utiliza-se uma abordagem particular da ocupação espacial, considerando-se alguns aspectos, entre os quais os marcos espaciais e simbólicos que constituíram a cidade de São Gonçalo e que ainda são um referencial para sua população, já que, nesta região, localizam-se vários espaços voltados para os trabalhadores de empresas (conjuntos residenciais, sindicatos, clubes etc.).

Assim, esta pesquisa visa investigar o espaço social ali constituído, mediante o processo de reestruturação produtiva e da (re)significação das relações sociais e culturais que ele ocasiona. Portanto, para compreender o fenômeno urbano que ocorre em São Gonçalo, sobretudo no que tange à esfera operário-fábrica e suas facetas, considera-se relevante a investigação da construção do espaço social sobreposto ao espaço físico/geométrico

transformado pelo seu uso por meio do trabalho e pelas diferentes formas de apropriações simbólicas implicadas.

Num primeiro momento, pretende-se mostrar uma breve reconstrução histórica de São Gonçalo, desde a sua antiga configuração socioeconômica até o seu processo de industrialização e de construção espacial pelos trabalhadores. Para isso, limitou-se esta reconstrução entre a década de 1930 até os dias atuais, o que permitiu focalizar os momentos mais determinantes da industrialização desta região, haja vista que as primeiras indústrias fabris surgiram ali a partir desta década. Num segundo momento, destacar-se-á a importância etnográfica para o entendimento dos dados empíricos levantados em campo, que são utilizados neste trabalho, e o uso da bibliografia adequada para esta etapa, fazendo assim uma análise mais conceitual do objeto da pesquisa – a construção social do espaço urbano, a industrialização e a cultura da classe trabalhadora – por meio das literaturas clássica e contemporânea a fim de nortear o campo teórico de análise do trabalho geográfico, entre as quais se destacam autores como Henry Lefebvre (1976, 1991 e 2004), Edward Soja (1993), Manuel Castells (1983), Yi-Fu Tuan (1980 e 1983), Simoni Guedes (1997), José Guilherme Magnani (2000), Gilberto Velho (VELHO; KUSCHNIR, 2003), entre outros.



Figura 1. Vista do bairro Vila Lage, distrito de Neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro
Fonte: Google Earth.

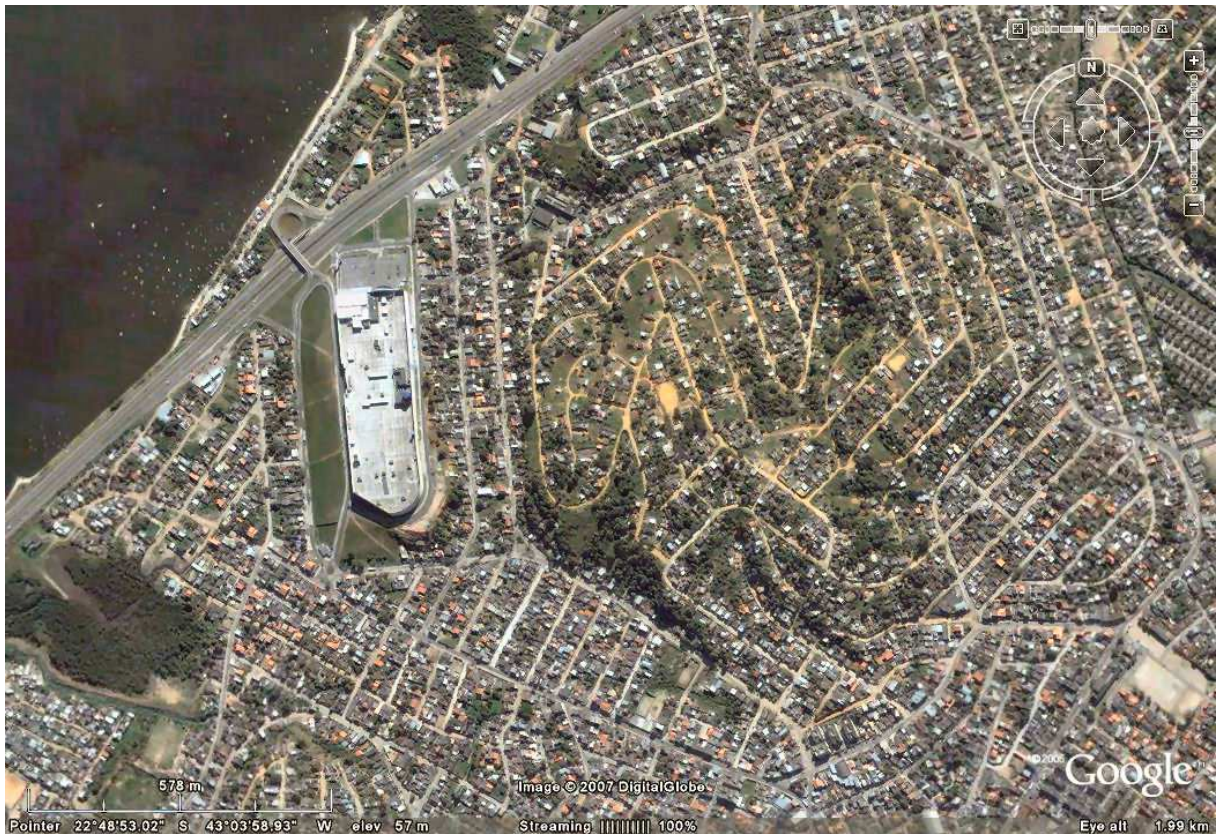


Figura 2. Vista do bairro Porto da Pedra, distrito de Neves, São Gonçalo, Rio de Janeiro

Fonte: Google Earth.

E prosseguirá com a análise da (re)construção dos espaços de trabalhadores urbanos de uma região ainda industrial, por meio de suas representações simbólicas e dos marcos espaciais construídos por eles no Município, pois os diversos bairros deste, embora contíguos, são distintos e possuem suas especificidades. Como já foi observado num estudo anterior sobre a cultura da classe trabalhadora no Município de São Gonçalo (GUEDES, 1997), em entrevistas feitas com os moradores da região, esses espaços são muito bem demarcados, com diferenças locais e fronteiras sociais notórias, sejam elas atribuídas pela ocupação, sejam pelas condições socioeconômicas atuais.

As observações em São Gonçalo se limitaram ao distrito de Neves, especificamente a dois de seus bairros (Porto da Pedra e Vila Lage – figuras 1 e 2), que, entende-se, concentram a rede de relações sociais e espaciais mais relevantes para o estudo, existente desde o seu surgimento como uma região industrial, já que Neves foi o bairro que mais recebeu indústrias nas décadas de 1940 e 1950.

1. São Gonçalo: a formação de uma cidade urbano-industrial

Até a década de 1930, antes da implantação das indústrias, São Gonçalo era uma região em que predominavam antigas propriedades rurais, com produção agrícola (citricultura, fruticultura – figura 3) voltada para os mercados locais. Com a decadência da produção agrícola e a inserção de novas atividades econômicas, sítios e fazendas foram sendo desmembrados para loteamento, a fim de proceder ao que a propaganda oficial da época chamava de “a transformação do rural para o urbano” (FREIRE, 2002, p. 20).



Figura 3. Vinhedo em São Gonçalo, década de 1920

Fonte: Álbum do Estado do Rio de Janeiro.

O processo de industrialização desta região teve início no período do Estado Novo, a partir da década de 1930, conforme os fatores econômicos, políticos e geográficos que favoreceram a instalação de manufaturas na região, tais quais “a urbanização da Guanabara (Distrito Federal) e a posterior implantação de estratégias de proteção fabril, como financiamentos e isenção de impostos, criados pelo Estado” (ARAÚJO, 2002). Segundo Freire e Freire (2006, p. 347), politicamente, o desenvolvimento de São Gonçalo foi proporcionado pela aliança entre o governador do Estado, Amaral Peixoto, e o presidente da República, Getúlio Vargas, pois “o par capital nacional-estatal foi central para o desenvolvimento de tal parque industrial, uma das expressões do projeto do Brasil moderno urbano-industrial pós-1930”.

A localização geográfica do Município, próximo às antigas capitais do Estado (Niterói) e federal (Guanabara) e à baía da Guanabara (figura 4), era um aspecto fundamental para o seu desenvolvimento, já que a proximidade com os grandes centros e o litoral possibilitava o melhor acesso de mão-de-obra, de pessoas e de mercadorias, assim como o estabelecimento de uma indústria naval que já existia (estaleiros e metalúrgicas) e de beneficiamento pesqueiro (sardinhas em lata), bem como de instalações da Marinha.

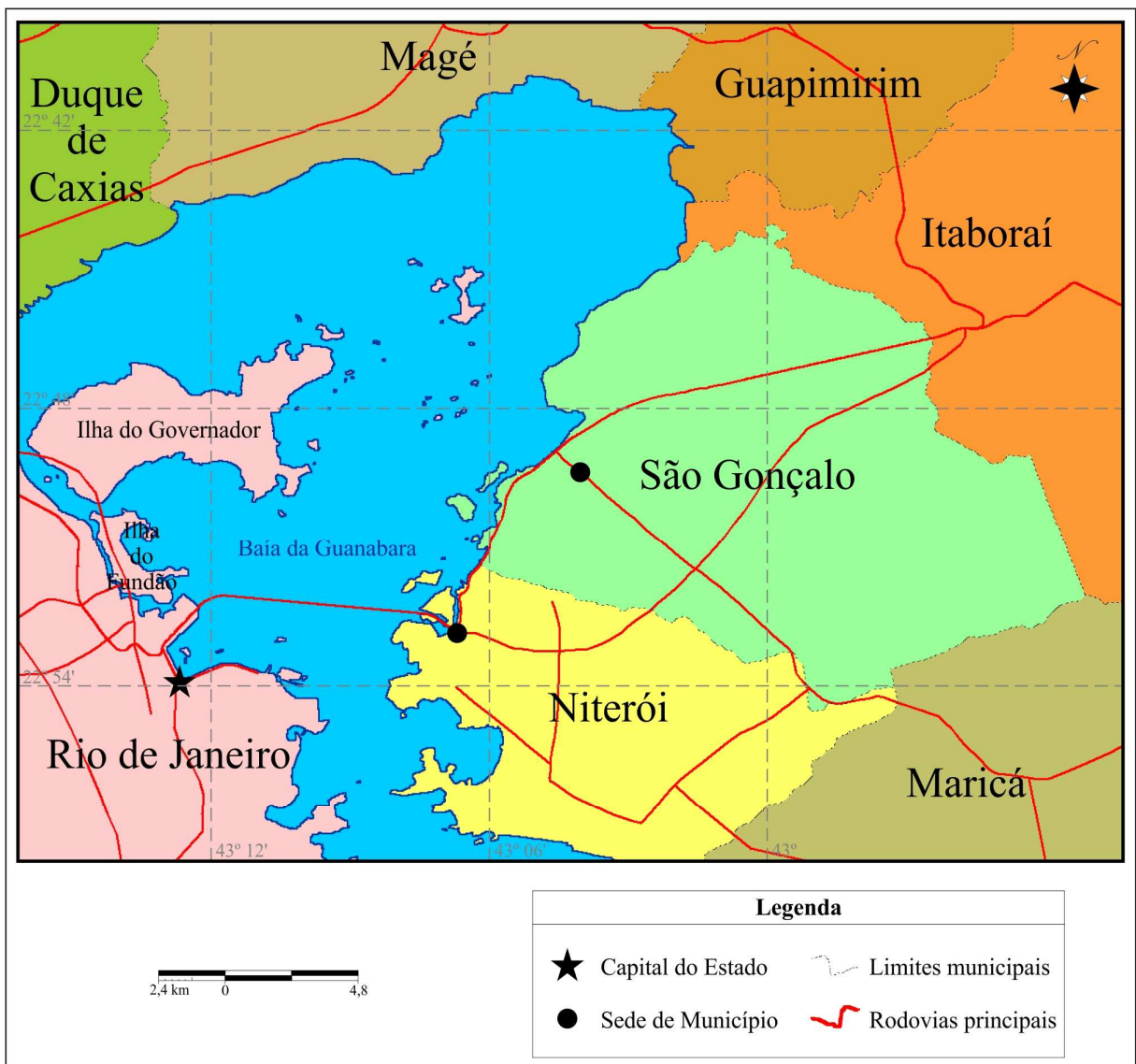


Figura 4. Município de São Gonçalo na Baía da Guanabara

Fonte: Elaboração de Nathan Belcavello de Oliveira a partir de dado de IBGE (2014).

Com a grande demanda imobiliária originada pela afluência de trabalhadores para as indústrias e a necessidade de se construírem casas, vilas operárias, conjuntos habitacionais e toda a infraestrutura para abrigar a população crescente, as propriedades rurais remanescentes passaram a ser loteadas a partir da década de 1940, configurando um novo desenho e

imprimindo novas características à região de acordo com a intensificação da ocupação urbana. A construção da rodovia federal BR-101, que tem um pequeno trecho passando pelo Município de São Gonçalo, proporcionou a ligação mais rápida entre os bairros de São Gonçalo aos centros de Niterói e do Rio de Janeiro, estendendo o crescimento das indústrias e focos populacionais também ao longo das margens da rodovia e aos locais mais distantes e menos urbanizados, posteriormente as “novas periferias” (GUEDES, 1997). Neste sentido, podemos lembrar a metáfora de Lefebvre (2004, p. 11) ao dizer que “o tecido urbano não é apenas um tecido jogado sobre o território”, já que:

com efeito, o interesse do “tecido urbano” não se limita à sua morfologia. Ele é o suporte de um “modo de viver” mais ou menos intenso ou degradado: a sociedade urbana. Na base econômica do “tecido urbano” aparecem fenômenos de outra ordem, num outro nível, o da vida social e “cultural”.

De modo geral, os fatores acima mencionados foram decisivos para fomentar os grandes projetos econômicos instalados no Município de São Gonçalo, determinantes para a transformação da região, cujo modelo de industrialização é muito semelhante ao de outras cidades brasileiras.

Historicamente, São Gonçalo foi marcada por uma dinâmica industrial expressiva no contexto nacional, chegando a ser classificada como a “Manchester fluminense”, dado o seu alto e variado grau de concentração industrial, e o distrito de Neves teve um importante papel entre os bairros de São Gonçalo que cresceram em torno desta atividade, se estruturando, assim, como um bairro formado por operários de diferentes ofícios. Entre as indústrias instaladas na região, havia as de fundição, de cerâmica, de fósforo, de conservas de peixe, de artefatos de cimento, de vidros e porcelanas, de fogos, além das indústrias ligadas à construção naval e instalações militares.

São Gonçalo possui, atualmente, cinco distritos administrativos – São Gonçalo, Ipiúba, Monjolo, Neves e Sete Pontes – que abrigam 91 bairros (vide figura 5). A maior concentração populacional encontra-se no distrito de São Gonçalo, sendo que o distrito de Neves abriga a quarta maior população do Município (IBGE, 2000). De acordo com os dados do IBGE (2005), a população de São Gonçalo é de 958.786 pessoas distribuídas numa área de 251,3 Km² sendo o segundo Município mais populoso do Estado do Rio de Janeiro. A partir da industrialização da região, com a formação da imensa massa de trabalhadores e suas famílias, houve, portanto, um grande crescimento populacional. Entre 1940 e 2000, a população foi multiplicada por dez (GUEDES, 2006).

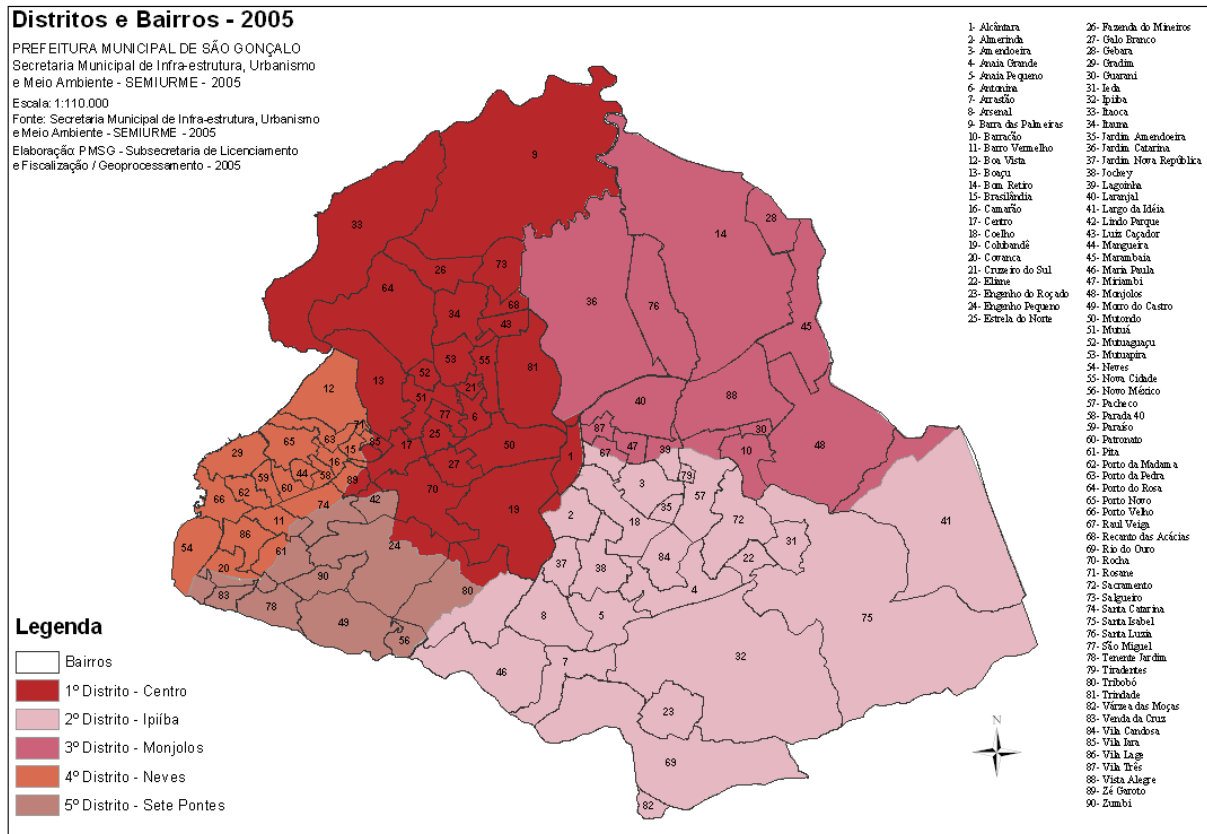


Figura 5. Distritos e bairros de São Gonçalo

Fonte: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Urbanismo e Meio Ambiente de São Gonçalo.

2. Os marcos simbólicos como forma de identidade e pertencimento com o lugar

Como bem lembra Tuan (1980, p. 229), “a própria cidade pode ser um monumento [...]. Seus arranjos físicos, suas geometrias e a ordem hierárquica são meios arquitetônicos para expressar um local do cosmo e da sociedade”. Portanto, para entender de que maneira é dado o uso da paisagem na memória dos moradores desses bairros, é importante ressaltar símbolos que identificam o lugar e que também geram um referencial que os diferenciam dos demais. Tais referenciais estão subjetiva e coletivamente identificados como marcos e marcas de um passado desenvolvimentista, de uma época em que industrialização e crescimento urbano eram sinônimos de progresso incondicional, e que, em São Gonçalo, começou a se alterar depois do seu auge industrial, na década de 1950, quando se intensificaram os problemas de uma urbanização precária que também é exemplar do modelo de crescimento urbano das cidades brasileiras. Ou, como sintetiza Reznick (*apud* GUEDES, 2006, p. 26), “as representações acerca desse fenômeno [da crença na urbanização progressista] começam a se

modificar em meados dos anos 50: surge a ‘cidade-dormitório’, o ‘caos urbano’, o ‘descaso’ com os bairros populares”. Assim, não é raro que os antigos referenciais oponham-se à situação presente, que muitos moradores apontam como de abandono ou decadência.



Figura 6. Vista do comércio de Neves, São Gonçalo
Fonte: acervo próprio.

Podem-se listar tais referenciais simbólicos como sendo antigas fábricas, monumentos, conjuntos residenciais e outras formas arquitetônicas características não apenas no distrito de Neves, mas também encontradas em toda a cidade de São Gonçalo. Esses símbolos urbanos específicos delimitam fronteiras, criam vínculos, aprimoram a rede de relações sociais, são includentes ou excludentes, criam um ethos. Apontam também para a situação local e para a própria atuação do poder público, valorizando ou desvalorizando uma área (figura 6).

Apesar de as paisagens do município serem contíguas, cada bairro de São Gonçalo tem características próprias, pois, conforme Magnani (2000, p. 38), “as discontinuidades significativas do tecido urbano não são o resultado de fatores naturais, como a topografia, ou de intervenção, como o traçado de ruas, zoneamento e outras normas”. Assim, o que determina as diferenças, além de um conjunto de valores culturais, também são os marcos que

simbolizam a apropriação do lugar e suas delimitações de acordo com a visão dos moradores. Ainda segundo Magnani (2000, p. 32), nas representações próprias dos operários, o lugar vira “pedaço” quando:

o espaço – ou um segmento dele – assim demarcado torna-se ponto de referência para distinguir determinado grupo de freqüentadores como pertencentes a uma rede de relações [...]. Dessa forma, o pedaço é ao mesmo tempo resultado de práticas coletivas (entre as quais as de lazer) e condição para exercício de fruição.

Assim, outra distinção importante, a que se pretende referir na pesquisa, para complementar a ideia de “pedaço”, seria a “mancha”, também um conceito dado por Magnani (2000). A escolha dos bairros Porto da Pedra e Vila Lage como locais de estudo, além das razões já explicitadas anteriormente, dizem respeito a uma visão conceitual sobre o que seja uma área contínua e homogênea – a que esta pesquisa se opõe, no caso de Neves. Não há dúvidas de que se trata de uma área conurbada, porém, há muitas distinções entre elas. Utilizar-se-á, neste caso, a categorização usada por Magnani (2000, p. 40-42) de “mancha”:

Existe uma outra forma de apropriação do espaço quando se trata de lugares que funcionam como ponto de referência para um número mais diversificado de freqüentadores. Sua base física é mais ampla, permitindo a circulação de gente oriunda de várias procedências. São as *manchas*, áreas contíguas do espaço urbano dotadas de equipamentos que marcam seus limites e viabilizam – cada qual com sua especificidade, competindo ou complementando – uma atividade ou prática predominante. [Então,] as marcas dessas duas formas de apropriação e uso do espaço – *espaço e mancha* – na paisagem mais ampla da cidade são diferentes. No primeiro caso, no qual o determinante são as relações que estabelecem entre seus membros, pelo manejo de símbolos e códigos comuns, o espaço enquanto ponto de referência é restrito, interessando mais a seus *habitués*. Com facilidade muda-se de ponto, quando então leva-se junto o *pedaço*.

A respeito das modificações da paisagem arquitetônica ocorridas em São Gonçalo, tais transformações reafirmam as mudanças sofridas pelas novas formas de ocupação e apontam a necessidade de reconfigurar os novos espaços urbanos. Considera-se que as marcas do passado, no apogeu da industrialização, ainda estão presentes no imaginário da população desses bairros operários. Entretanto, não se quer aqui afirmar que o projeto arquitetônico anterior, com vilas e conjuntos residenciais característicos do período, seja determinante como um único paradigma de análise para se entender as mudanças locais, ou melhor, o que se vê hoje, nos bairros, é uma nova organização tanto espacial quanto arquitetônica, que também nos conta sobre o lugar e as pessoas de hoje, pois:

a cidade oferece também lugares de lazer, em que seus habitantes cultivam estilos

particulares de entretenimento, mantêm vínculos de sociabilidade e relacionamento, criam modos e padrões culturais diferenciados. Trata-se, enfim, de uma metrópole, com mazelas e também com os arranjos que os moradores fazem para viver (ou sobreviver), combinando o antigo e o moderno, o conhecido e a novidade, o tradicional e a vanguarda, a periferia e o centro (MAGNANI, 2000, p. 19).

Percebe-se que, as formas de relações sociais urbanas específicas do distrito de Neves, essas questões de identidade remetem à minha pesquisa com os índios tupiniquim de Aracruz, tema da dissertação de mestrado deste autor (MORAES, 2002), quando estes se referiam aos antigos marcos simbólicos das aldeias para a sua reafirmação étnica, que poderiam ser tanto o local de uma antiga árvore derrubada, uma ruína de igreja, um riacho que não existe mais, um caminho no meio da mata, assim como outros que eles elegeram também como marcos simbólicos para a comunidade, o que foi importante para entender também como se dava a sua forma de pertencimento com o lugar e como estes marcos faziam a ligação do passado com as novas relações presentes.



Figura 6. Panfleto indicando o acesso para o shopping center
Fonte: São Gonçalo Shopping (2006).

Para compreender o processo de reconstrução do espaço fabril de São Gonçalo e os seus reflexos na relação com os valores e a cultura operária, é necessária a abordagem específica do imaginário simbólico desses trabalhadores com suas memórias de cidade industrial e de “passado bom”, assim como, na atualidade, com os seus novos símbolos.

É visível a nostalgia dos trabalhadores, principalmente os mais antigos, enquanto que o que se percebe nas novas gerações é outra forma de se relacionar com o lugar, com os atuais paradigmas econômicos mais marcantes na região (notadamente o comércio e a presença de *shoppings center* – figura 6).

Quanto às formas de ocupação dos trabalhadores atualmente predominantes no Município, estas “apresentam-se de modo heterogêneo”, de acordo com a pesquisa de Guedes (2006, p. 5):

Há inserções formais e estabilizadas no mercado de trabalho bastante diversificadas, configurando-se um espectro que vai de empregos domésticos a pequenos funcionários públicos, registrando-se também alguns pequenos proprietários, além de inúmeras inserções informais e diversas pessoas desempregadas.

Considerada periférica, São Gonçalo é uma cidade onde se encontram bairros populares, com cultura e valores diferentes de bairros de classe média, em que todo tipo de estigma é possível, como, por exemplo, o de ser uma “cidade-dormitório” □ aquela em que os moradores não possuem nenhuma relação com o lugar. Mas o que se observa é uma situação inversa: há uma forte ligação de pertencimento com o lugar. Esta pesquisa mostrou os espaços e as relações sociais e identitárias da cidade, analisando os processos de transformação da classe trabalhadora do município e as suas relações com um território também em transformação, ressaltando-se que as mudanças no trabalho e na organização social lá ocorridas vêm alterando estas relações, com a inserção de novas atividades econômicas na região distintas das atividades tradicionais que compuseram o imaginário de “cidade”, de “trabalho” e de “trabalhador” que antes havia – principalmente no distrito de Neves, que mais guarda esta “tradição do trabalho” por ter sido uma área que recebeu os maiores investimentos econômicos na fase de crescimento e que formou uma base operária marcante, como a do operariado naval. Portanto, mesmo com as novas inserções econômicas e com a divisão do trabalho dos tempos atuais, tudo indica que a cultura trabalhadora vem reinventando os seus espaços em São Gonçalo.

Considerações finais

Há, no distrito de Neves, uma dimensão visível nos processos de transformação da forma e do conteúdo urbanos, pois ainda se faz presente uma estrutura espacial que, embora não seja mais dominante, possui vários elementos remanescentes da antiga forma urbano-industrial, seja na linha férrea que permanece inutilizada, nas ruínas e vazios industriais, e até no fato de os lugares se denominarem “portos” (Porto Velho, Porto da Pedra, Porto da Madama, Porto Novo etc.), que muito ainda remete a uma referência da antiga estrutura baseada em fatores locacionais. No entanto, mesmo que não haja mais o predomínio da indústria, o distrito mantém-se, nas representações e no imaginário da população, como industrial, por seus marcos simbólicos, pelos saberes e cultura operários remanescentes.

Na situação prioritariamente focalizada por esta pesquisa, nos bairros industriais de Neves, Vila Lage e Porto Velho, ex-operários que passaram parte de suas vidas sob a esfera da produção e do trabalho nas fábricas, como também em bairros e complexos fabris dos moldes clássicos da indústria, mesmo ao se aposentarem, continuaram vivendo o ambiente fabril, concreta e simbolicamente, porque possuíam a identidade e a memória operárias, e ainda viviam no mesmo espaço físico e cultural em que elas se formaram.

No espaço vivido por esses trabalhadores específicos, antigos, que tiveram uma experiência fabril longa ou diretamente ligada a ela, as práticas sociais que marcavam o seu circular e a sua visão estavam fundamentalmente ligadas ao trabalho, ainda que não exclusivamente. Nestes espaços coexistiam suas práticas sociais – de trocas, de circulação, de lazer, de obrigações –, pois, como espaços do cotidiano, retratavam formas e estratégias de viver no bairro, revelando uma dinâmica social que também se reportava às mudanças do espaço e suas ambiguidades, articuladas entre os modos passados e presente do viver um espaço em transformação – mas ainda um espaço operário. Até porque Neves ainda sediava muitas indústrias importantes, como as que foram mencionadas nesta pesquisa, a maioria já inserida nos modos contemporâneos de produção.

Este momento de reconversão urbano-fabril, com a perspectiva da entrada de novos projetos econômicos, investimentos e atores no município – via Comperj, já antevisto como um “terceiro movimento de expansão urbana” que decerto consolidará a conurbação entre São Gonçalo e Itaboraí –, aponta para as novas espacialidades do trabalho e a transformação funcional da cidade.

O que ficou de simbólico para os/dos trabalhadores foram, portanto, suas práticas sociais, identidades culturais e sociais e memórias na formação dos bairros de Neves, que tanto persistem quanto se adaptam às novas relações socioespaciais sem perder o sentido de sua tradição. Assim, a reorganização de espaços degradados desses bairros, muitos hoje arruinados e vazios, poderia transformá-los em espaços com novas concepções e funções não apenas econômicas, mas igualmente simbólicas e doadoras de novos sentidos para os seus moradores, como espaços valorizadores do lugar e de sua história.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Leila de Oliveira. Paisagens urbanas reveladas pelas memórias do trabalho. *Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*, Barcelona: Universidad de Barcelona, v. VI, n. 119 (54), ago. 2002. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn119-54.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FREIRE, Desirée e FREIRE, Denise. Consolidação de São Gonçalo (RJ) na periferia metropolitana e produção industrial: novas questões para a reflexão. In: SILVA, Catia Antonia da; FREIRE, Désirée Guichard; OLIVEIRA, Floriano José Godinho de (org.). *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, FAPERJ, 2006.
- FREIRE, Renato C. B. de Luna. *Poder e sociedade na [trans]formação da cidade: história dos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950*. Monografia (Licenciatura em Geografia) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2002.
- GUEDES, Simoni Lahud. *Jogo de Corpo*. Um estudo de construção social de trabalhadores. Niterói: UFF, 1997.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Downloads*. 2014. Disponível em: <<http://downloads.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- LACOSTE, Yves. *A geografia: serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus, 1988.
- LEFEBVRE, Henry. *Espacio y Política: el derecho a la ciudad*, II. Barcelona: 62, 1976.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2004.

- MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lillian de Lucca (org.). *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: USP / FAPESP, 2000.
- MORAES, João Marçal Bodê de. *De terra tradicional a território indígena: o processo de territorialização dos índios Tupiniquim de Aracruz*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- MOREIRA, Rui. *Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico*. São Paulo: Contexto, 2007.
- RAFFESTEIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- _____. Écogenèse territoriale et territoire. In: AURIAC, Franck ; BRUNET, Roger (org.). *Espaces, jeux et enjeux*. Paris: Fayard, 1986.
- REZNIK, Luís. *História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades*. In: MOSTRA DE EXTENSÃO, 6., 2000, São Gonçalo. *Anais do...* São Gonçalo: UERJ, 2000.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel. 1985.
- SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1993.
- TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. *Topofilia: um estudo da percepção, atividades e valores do meio ambiente*. São Paulo / Rio de Janeiro: Difel, 1980.
- VELHO, Gilberto e KUSCHNIR, Karina (org.). *Pesquisas urbanas: desafios do trabalho antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

DEL ETNOCENTRISMO EUROPEO AL CRIOLLOCENTRISMO: pero no a la independencia nacional

Miguel Antonio Espinosa Rico*

Resumen

El escrito discute la adhesión de las elites criollas de los países andino-amazónicos a una causa plena de independencia frente al imperio español, sosteniendo que éstas estuvieron siempre realmente más preocupadas por reemplazar el eurocentrismo por un gobierno en cabeza de gobernantes criollos, cuyo poder económico, al cual sumaron el deseo real independentista de los sectores sociales mestizos, indígenas y esclavizados, ya les permitía generar una lucha de la cual surgirían las repúblicas oligárquicas.

Palabras-clave: Eurocentrismo; Criollocentrismo; Independencia.

Abstract

The paper discusses the accession of native elites-Amazonian Andes to full cause of independence from the Spanish Empire countries, arguing that they were ever really more concerned about replacing Eurocentrism by a government headed by Creoles rulers, whose economic power to which they added the real desire for independence and social sectors mestizos, Indians enslaved, and allowed them to generate a struggle which arise oligarchic republics.

Keywords: Eurocentrism; Criollocentrism; Independence.

* Licenciado en Ciencias Sociales; magister en Geografía; candidato a Doctor en Geografía; profesor de la Universidad del Tolima; director Grupo Interdisciplinario de Estudios sobre el Territorio “Yuma-íma”. Universidad del Tolima. Ibagué, Tolima, Colombia. Correo electrónico: miguelantonioe3@gmail.com

Introducción

En la historia nacional de los países andino amazónicos (Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia), parte del dispositivo ideológico independentista estuvo centrado en el combate al etnocentrismo europeo, expresión de una práctica que en general privilegió el exterminio de los pueblos indígenas y la imposición de una población foránea sobre el territorio.

Sin embargo es tímida la crítica al hecho no menos cierto de que al producirse la independencia de España y Portugal, la clase dominante, de los comerciantes y terratenientes criollos, se convertiría en un grupo hegemónico, dando lugar al criollocentrismo, que cerró, desde muy temprano, las posibilidades para que la población mayoritaria, conformada por campesinos, artesanos, indígenas y población esclavizada, accediera al gobierno en cargos de responsabilidad y toma de decisiones.

Para estos sectores sociales la independencia no pudo significar la liberación sino el paso de un tipo de opresión foránea a uno criollo, mantenido bajo la férrea aplicación de un derecho acomodado a la nueva dominación, que incluso explica por qué en países como Colombia, la esclavitud solo pudo ser abolida en 1951, cuando en los demás países andino amazónicos lo había sido durante la década de los años veinte del Siglo XIX.

Desde la colonia, era claro para el común de las gentes, que ser criollo expresaba herencia de sangre hispana y una distancia bien definida entre aquel y la población mestiza, la más próxima en linaje, pero ya distante en “pureza de sangre”. La construcción del imaginario de lo “criollo” pudo ser algo involuntario, pero al detonar la independencia, adquirió un sentido práctico y contundente de lo “superior”, hábilmente cultivado y mantenido por las elites criollas, nuevas detentadoras del poder republicano.

El criollismo al que aquí se hace referencia es en primer lugar una manifestación política de vocación de poder y de esencia independentista, pero criollismo no es igual a emancipación para los sectores sociales mayoritarios, como efectivamente lo ha mostrado la historia de casi dos siglos de independencia colonial. El poder militar, político, cultural y social pasó de manos españolas a manos criollas; el poder político-económico que antes descansaba en los encomenderos pasó pronto a manos de los terratenientes criollos; el poder emanado de la educación pasó del control hegemónico de la iglesia española al poder compartido del concordato Estado-Vaticano y; el modelo señorial de la sociedad colonial se transformó en una sociedad cultural y socialmente bi-polar, debatiéndose entre los estereotipos europeo y estadounidense.

Antes que permitir cualquier brote de autoafirmación mestiza, indígena o afrodescendiente, era crucial afirmar el nuevo modelo criollo de sociedad, algo así es lo que hemos decidido denominar criollocentrismo, que en términos concretos, si bien supone el reemplazo del colonialismo español, también la negación de la sociedad mayoritaria, conformada por población mestiza, indígena y afrodescendiente.

1. Del etnocentrismo europeo al criollocentrismo

En la historia nacional de los países estudiados, parte del dispositivo ideológico independentista estuvo centrado en el combate al etnocentrismo europeo, expresión de una práctica que en general privilegió el exterminio de los pueblos indígenas y la imposición de una población foránea sobre el territorio.

Sin embargo es tímida la crítica al hecho no menos cierto de que al producirse la independencia de España y Portugal, la clase dominante, de los comerciantes y terratenientes criollos, se convertiría en un grupo hegemónico, dando lugar al criollocentrismo, que cerró, desde muy temprano, las posibilidades para que la población mayoritaria, conformada por campesinos, artesanos, indígenas y población esclavizada, accediera al gobierno en cargos de responsabilidad y toma de decisiones.

Para estos sectores sociales la independencia no pudo significar la liberación sino el paso de un tipo de opresión foránea a uno criollo, mantenido bajo la férrea aplicación de un derecho acomodado a la nueva dominación, que incluso explica por qué en países como Colombia, la esclavitud solo pudo ser abolida en 1951, cuando en los demás países andino amazónicos lo había sido durante la década de los años veinte del Siglo XIX.

La política indigenista que se aplicó fue también la vivida bajo la colonia, perviviendo incluso hasta bien avanzada la segunda mitad del Siglo XX en países como Colombia¹. No queda duda de que las elites criollas antepusieron sus intereses de clase dominante, sobre quienes pusieron su sangre para expulsar a los colonizadores, a quienes luego convirtieron en sus súbditos, inaugurando el estilo clientelista y corrupto que caracteriza la práctica política en toda Latinoamérica, pero particularmente en los países andino amazónicos.

¹ Hasta la promulgación de la Constitución Política de 1991 se mantuvo en Colombia, la calificación de “salvajes” y “menores de edad”, para los indígenas, que venía de la Constitución de la Regeneración Conservadora de 1886.

Desde la colonia, era claro para el común de las gentes, que ser criollo expresaba herencia de sangre hispana y una distancia bien definida entre aquel y la población mestiza, la más próxima en linaje, pero ya distante en “pureza de sangre”. La construcción del imaginario de lo “criollo” pudo ser algo involuntario, pero al detonar la independencia, adquirió un sentido práctico y contundente de lo “superior”, hábilmente cultivado y mantenido por las elites criollas, nuevas detentadoras del poder republicano.

A esta causalidad étnica debe agregarse entonces la presencia de lo que aquí se llamará el “síndrome del colonizador”², muy presente en todos los países, sin excepción, que otorga mayor reconocimiento a los nacidos en la capital nacional y en los centros de poder regionales. Aunque todos los criollos se consideraron por sí mismos y por los sectores mestizos y otros grupos étnicos, superiores, también se transfería esta misma diferenciación a las escalas regionales. Un valor de posición, no solo desde el punto de vista geográfico sino también socio económico, tomó lugar en esta nueva y particular forma de construir un sello de clase.

En sentido estricto, la nueva dominación política, en cabeza del criollismo³ de elite, es al mismo tiempo el nuevo tipo de dominación étnica, que sepulta en estos países de Latinoamérica, la posibilidad de que sectores sociales mestizos, indígenas y afrodescendientes asciendan hacia posiciones claras de poder. Como se ha ilustrado en diversos estudios, la rebelión contra la dominación española estuvo alimentada en el Perú por la propia familia Pizarro, mientras en los territorios del norte grancolombiano lo estuvo por Bolívar, de padre criollo y madre española, a quien acompañaron muchos intelectuales y familias criollas de elite.

Casanova (2006, p. 186), expresa que:

Con la desaparición directa del dominio de los nativos por el extranjero aparece la noción del dominio y la explotación de los nativos por los nativos. En la literatura política e histórica de los siglos XIX y XX se advierte cómo los países latinoamericanos van recogiendo estas nuevas experiencias, aunque no las llamen con los mismos nombres que hoy usamos. La literatura “indigenista” y liberal del siglo XIX señala la sustitución del dominio de los españoles por el de los “criollos”, y el hecho de que la explotación de los indígenas sigue teniendo *las mismas características* que en la época anterior a la independencia”.

² Esta expresión se manifiesta en la persistencia del dominio centro-periferia, pero trascenderá con la misma noción hacia los posteriores procesos de colonización interna en cada país. Con el tiempo, las elites de regiones colonizadoras reclaman como su extensión cultural y política los territorios ocupados. También ocurrió así en Colombia, cuando como fruto del triunfo de los ejércitos conservadores en las guerras civiles de 1885 y de Los Mil Díaz, los Estados Soberanos del Cauca, Magdalena y Tolima, fueron divididos entre las elites ganadoras de Antioquia, Valle del Cauca, Bolívar y Cundinamarca.

³ Con esta denominación se conoció a los sectores que una vez expulsados los españoles, ocuparon toda la estructura del poder republicano.

El criollismo al que aquí se hace referencia es en primer lugar una manifestación política de vocación de poder y de esencia independentista, pero criollismo no es igual a emancipación para los sectores sociales mayoritarios, como efectivamente lo ha mostrado la historia de casi dos siglos de independencia colonial. El poder militar, político, cultural y social pasó de manos españolas a manos criollas; el poder político-económico que antes descansaba en los encomenderos pasó pronto a manos de los terratenientes criollos; el poder emanado de la educación pasó del control hegemónico de la iglesia española al poder compartido del concordato Estado-Vaticano y; el modelo señorial de la sociedad colonial se transformó en una sociedad cultural y socialmente bi-polar, debatiéndose entre los estereotipos europeo y estadounidense.

Antes que permitir cualquier brote de autoafirmación mestiza, indígena o afrodescendiente, era crucial afirmar el nuevo modelo criollo de sociedad, algo así es lo que hemos decidido denominar criollocentrismo, que en términos concretos, si bien supone el reemplazo del colonialismo español, también la negación de la sociedad mayoritaria, conformada por población mestiza, indígena y afrodescendiente.

A juicio de Ramos (2012, p. 175):

Entre los colombianistas figuraban numerosos apellidos patricios, y patriotas reconocidos, además de clero y de artesanos y gentes del pueblo. La lucha de los partidos al llegar Bolívar a Guayaquil se manifestaba públicamente. Pocos días después de declararse la incorporación de Quito a la Gran Colombia, aparecieron fijados en las paredes de esa ciudad carteles que decían “El último día del despotismo y el primero de lo mismo”.

Bolívar juzgaba a los “independientes” así: “El hecho es que esta docena de bochincheros ha empezado a moverse... más no pueden hacer nada porque aquí la democracia hace poco papel, porque los indios son vasallos de los blancos, y la igualdad destruye la fortuna de los grandes”.

No resulta extraño por lo tanto que ni en los esbozos señoriales de figuras mitificadas, como Bolívar y la mayoría de sus contemporáneos fieles a la posibilidad de un régimen vitalicio de privilegios monárquicos ni en las fulgurosas campañas federalistas de otros “héroes”, como Santander o Rivadavia, se pudiese concretar un proyecto autónomamente soberano.

El mismo autor (Ramos, 2012, p. 172-173) revela los intentos de San Martín y del mismo Francisco Miranda por promover un “Imperio Hispanocriollo” en América, soportado en una conveniente alianza entre las fuerzas anticoloniales y la mismísima Corona Española, para enfrentar, paradójicamente, a los sectores independentistas que no compartían un

régimen de continuidad del tipo de gobierno y estructura de poder colonial, manejado por las elites de Lima y de Santafé.

El enfrentamiento abarcó no solo a las elites criollas de la Gran Colombia y el Alto Perú sino que involucró a sectores rebeldes de la Audiencia del Charcas. Allí estaban los sectores rebeldes comandados por Rivadavia, en la actual Argentina, el doctor Francia, en la actual Paraguay, Olañeta en Bolivia, la resistencia guayaquileña, pero también rebeliones como la de Agualongo, en Pasto, en el límite norte del territorio quechua.

Un aporte valioso, aunque no explícito relacionado con este asunto, extrañamente ausente de las reflexiones intelectuales en Latinoamérica, es hecho por Zibechi (2007, p. 22-27), quien destaca que como resultado de un potente movimiento emancipatorio generado al interior de los movimientos campesinos, indígenas y de mujeres en algunos países como Brasil, México, Bolivia y Ecuador, principalmente, reaparecen como nuevos desafíos, procesos sociales que demandan autonomía no solo intelectual y política sino territorial.

El primero de ocho rasgos comunes, que a juicio del autor identifican a los nuevos procesos de transformación de las sociedades dependientes en Latinoamérica, es justamente la lucha por el territorio o la defensa del mismo, tanto en los espacios rurales como urbanos; el segundo, está relacionado con la lucha por la independencia no solo frente a los partidos políticos tradicionales sino al Estado; “En tercer lugar, trabajan por la revalorización de la cultura y la afirmación de la identidad de sus pueblos y sectores sociales. La política de afirmar las diferencias étnicas y de género, que juega un papel relevante en los movimientos indígenas y de mujeres, comienza a ser valorada también por los viejos y los nuevos pobres”; el cuarto, de profundas implicaciones, “... es la “capacidad para formar sus propios intelectuales. El mundo indígena andino perdió su intelectualidad como consecuencia de la represión de las insurrecciones anticoloniales de fines del siglo XVIII y el movimiento obrero y popular dependía de intelectuales que le trasmitían la ideología socialista “desde fuera”, según el modelo leninista.

La lucha por la escolarización permitió a los indios manejar herramientas que antes sólo utilizaban las élites, y redundó en la formación de profesionales indígenas y de los sectores populares, una pequeña parte de los cuales se mantienen vinculados cultural, social y políticamente a los sectores de los que provienen”; el quinto, es el evidente y creciente papel de la mujer, no solo en los diferentes frentes de lucha política sino de la actividad cotidiana, relacionada con la producción, el cuidado de la familia, la salud y la educación, además de jefas de hogar y determinadoras de un nuevo tipo de relaciones sociales de producción; la sexta, relacionada con la emergencia de formas y organización de la producción y del trabajo,

que recuperan el sentido colectivo de la tierra y la redistribución colectiva del excedente, en el marco de relaciones de armonía y de respeto profundo por la naturaleza; el séptimo se refiere al hecho de que “...los movimientos actuales rehuyen el tipo de organización taylorista (jerarquizada, con división de tareas entre quienes dirigen y ejecutan), en la que los dirigentes estaban separados de sus bases. Las formas de organización de los actuales movimientos tienden a reproducir la vida cotidiana, familiar y comunitaria, asumiendo a menudo la forma de redes de autoorganización territorial.” y; el octavo, está relacionado con nuevas formas de la protesta social, que superan las tradicionales tácticas de huelga heredada del sindicalismo, colocando la movilización social y la toma de espacios emblemáticos, la tierra antes desposeída por el gamonalato o la creación de nuevos hitos espaciales mediante su recurrente “toma”⁴.

De todas las características mencionadas, las nuevas territorialidades son el rasgo diferenciador más importante de los movimientos sociales latinoamericanos, y lo que les está dando la posibilidad de revertir la derrota estratégica. A diferencia del viejo movimiento obrero y campesino (en el que estaban subsumidos los indios), los actuales movimientos están promoviendo un nuevo patrón de organización del espacio geográfico, donde surgen nuevas prácticas y relaciones sociales (Porto, 2001; Fernández, 1996: 225-246). La tierra no se considera sólo como un medio de producción, superando una concepción estrechamente economicista. El territorio es el espacio en el que se construye colectivamente una nueva organización social, donde los nuevos sujetos se instituyen, instituyendo su espacio, apropiándose material y simbólicamente (ZIBECHI, 2007, p. 26).

Tiene sentido el análisis del autor, es otra vía para comprender la emergencia de un movimiento que sacude profundamente los referentes del establecimiento oligárquico, tan presente e incluso actual en países como Colombia, donde las elites criollas se han alternado en el control del poder del Estado con solución de continuidad por casi dos siglos. Las casas Mosquera, Valencia, Vargas, Lleras, Camargo, Santos, López, Pastrana, Uribe, Turbay, Gómez, entre otras, han ocupado en uno u otro orden las fórmulas presidenciales, ministeriales y de las embajadas ante los países más importantes del mundo, en Colombia, hasta la actualidad. Pero han emergido sin triunfar hasta ahora personas de las clases medias, no sin embargo aún de origen campesino, indígena o afrocolombiano.

En Bolivia, Ecuador y Perú, en cambio, es clara la tendencia a borrar la presencia de las familias de la cuna criolla y elite republicana. Son nuevos en el escenario del poder los apellidos Morales, Linera, Choquehuanca, Achacollo, en Bolivia; Ollanta Humala y Pulgar,

⁴ Se refiere específicamente a la Plaza de Mayo, en Buenos Aires, conocida por la presencia allí por más de dos décadas, de la “madres de la Plaza de Mayo”, que retornaban allí cada año para pedir justicia por los crímenes cometidos por las dictaduras militares argentinas.

en Perú; tanto como Correa, Solorzano, Solís, en Ecuador.

Una clase media, culta, incluso con estrechos vínculos con sectores progresistas de las fuerzas armadas en estos mismos países, constituyen una alianza recurrente en los procesos de revoluciones democrático burguesas de las últimas siete décadas. Un cemento que precede la configuración de un movimiento abiertamente pro-socialista de las dos últimas dos décadas y del cual han emergido las propuestas variopintas de “Socialismo del Siglo XXI” impulsados desde Venezuela y acatado en parte por el Ecuador de Rafael Correa y el “capitalismo andino amazónico”, promovido en Bolivia por Álvaro García Linera. En el caso del Perú de Humala, la opción si bien se presenta como democracia liberal, se ha abstenido de producir rupturas con las elites económicas, políticas y militares que siguen determinando el rumbo de la sociedad peruana.

Colombia, como se ha insistido a lo largo del documento, constituye la excepción y sigue siendo un poderoso bastión de una derecha consolidada, que mantiene al país como un aliado incondicional de los Estados Unidos, en una sociedad que se ha debatido entre las alianzas de los oligopolios y el imperialismo estadounidense, con una presencia y soporte importante de co-gobierno con sectores de las mafias del narcotráfico y el paramilitarismo, sobre todo durante las cuatro últimas décadas.

Referencias bibliográficas

AYALA, Mora Enrique. *Resumen de historia del Ecuador*. 3. ed. 2008. Disponible en: <<http://www.cenlibrosecuador.org/>>. Acceso en: 9 feb. 2014.

_____. *Ecuador: patria de todos. La nación ecuatoriana, unidad en la diversidad*. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar, 2002.

BARCLAY, Rey de Castro Frederica. *El Estado Federal de Loreto, 1886. Centralismo, descentralización y federalismo en el Perú, a fines del siglo XIX*. Lima: Tarea, 2009.

DELER, Jean Paul. *Improbable Colombie. Geographie Universelle. Amérique Latine*, Paris: Maxeville, Chapitre 20, 1991.

_____. Transformaciones regionales y organización del espacio nacional ecuatoriano entre 1830 y 1930. MAIGUASHCA, Juan (ed.). *Historia y región en el Ecuador 1830-1930*. Quito: Corporación Editora Nacional, 1994. p. 295-353.

_____. *Ecuador: del espacio al Estado Nacional*. Quito: IFEA / Corporación Editora Nacional / Universidad Andina Simón Bolívar, 2007.

SENPLADES. *Agenda zonal para el buen vivir: propuestas de desarrollo y lineamientos para el ordenamiento territorial*. Quito: Monsalve Moreno, 2010.

DANE. *Cuentas departamentales. Base 2005. Resultados año 2011 preliminar*. Bogotá: DANE, 2012. Disponible en: <http://www.dane.gov.co/files/investigaciones/pib/departamentales/B_2005/Resultados_2011.pdf>. Acceso en: 30 jun. 2013.

ESPINOSA Rico, Miguel Antonio. Ciudades y sistemas urbanos regionales en la configuración de Bolivia, Perú, Ecuador y Colombia. In: MASSIRIS Cabeza Ángel; ESPINOZA Rico, Miguel Antonio; RAMIREZ Castañeda, Teresa; RINCÓN Avellaneda, Patricia; SANABRIA Artunduaga, Tadeo (ed.). *Procesos de Ordenamiento en América Latina y Colombia*. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia / Acción Gráfica, jul. 2012. p. 31-44. Disponible en: <<http://www.facartes.unal.edu.co/otros/ProcesosOrdenamientoAmericaLatinaColombia.pdf>>. Acceso en: 30 jun. 2014.

INE. *Boletín Informativo Censo Nacional de Población y Vivienda 2012*. La Paz: INE. 23 ene. 2013.

INE. *Cuentas Nacionales del Perú*. Producto Interno Bruto por Departamentos 2001 – 2011. Lima: INE, 2012. Disponible en: <<http://www.inei.gob.pe/biblioineipub/bancopub/Est/Lib1048/index.html>>. Acceso en: 30 jun. 2013.

MAIGUASHCA, Juan. El proceso de integración nacional en el Ecuador: el rol del poder central, 1830-1895. In: _____ (ed.). *Historia y región en el Ecuador 1830-1930*. Quito: Corporación Editora Nacional, 1994. p. 355-431.

PULGAR, Vidal Javier. *Geografía del Perú*. Bogotá: Printer Colombiana, 1996.

RAMOS, Jorge Abelardo. *Historia de la nación latinoamericana*. Buenos Aires: Continente, 2012.

ROSTWOROWSKI, María. *Historia del Tahuantinsuyu*. Lima: Tarea, 2012.

TORANZO, Roca Carlos. *Repensando el mestizaje en Bolivia*. La Paz: Cides-UMSA, 2009.

VERGARA Y VELASCO, Francisco Javier. *Nueva Geografía de Colombia*. Bogotá: Banco de la República, 1901.

ZIBECHI, Raúl. *Autonomías y emancipaciones*. América Latina en movimiento. Lima: Biblioteca Nacional del Perú, 2007.

O RESGATE DO IMPERIALISMO NA INTERPRETAÇÃO DAS TENSÕES DE TERRITORIALIDADES E A REFUNDAÇÃO DO ESTADO NA AMÉRICA LATINA

Marcos César Araujo Carvalho^{*}

Rodrigo Pina^{**}

Marcus Vinícius Castro Faria^{***}

Resumo

A produção teórica sobre o imperialismo quase sempre foi marginalizada e passou por avanços e retrocessos nos âmbitos acadêmico e político. Nos últimos anos tomou corpo o debate acerca da validade da categoria imperialismo para a interpretação das questões de natureza geopolítica/geoeconômica na América Latina. Vivemos em tempos e terrenos re-imperializados e marcados não somente pela colonialidade, mas igualmente por uma imperialidade do poder, onde o sentido do mundo se define a partir de uma certa razão imperial, nos termos de David Slater (2010) e Heriberto Cairo (2008). O recrudescimento das ações imperialistas no contexto da crise do capitalismo possibilitou o retorno do imperialismo para o debate crítico na América Latina, assim como a diversificação das ações e manifestações anti-imperialistas em diferentes escalas. A territorialidade do Estado é confrontada com uma miríade de territorialidades subalternas que emergem a cena política e passam a exigir direitos. Com um repertório amplo e difuso de dominação, a imperialidade hegemônica incita diferentes tensões de territorialidades, tanto no plano teórico, quanto no plano prático e no inter/intra-estatal. No contexto das relações de dominação/resistência na América Latina, ocorreram na Bolívia alguns impasses e tensões envolvendo empresas

^{*} Professor Doutor da Faculdade de Formação de Professores – UERJ – São Gonçalo - RJ, Brasil. Correio eletrônico: mcesargeo@yahoo.com.br

^{**} Professor Mestre do Colégio Pedro II – Rio de Janeiro, Brasil. Correio eletrônico: rodrigopina78@gmail.com

^{***} Professor Mestre do ensino básico da rede particular na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. Correio eletrônico: marcusvgeo@hotmail.com



transnacionais brasileiras. O imperialismo brasileiro (ZIBECHI, 2012) tem como um de seus vetores de dominação a associação do Estado com empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores da economia, desencadeadoras de tensões interestaduais.

Palavras-chave: Imperialismo; Anti-Imperialismo; América Latina; Territorialidades; Refundação do Estado.

Abstract

The theoretical discussion on imperialism was often marginalized and left advances and setbacks in the academic and political spheres. In recent years the debate on the validity of imperialism category for the interpretation of geopolitical / geoeconomic considerations in Latin America took shape. We live in times and lands controlled by empires and marked not only by colonialism, but also by an imperial power, where the sense of the world is defined from a certain imperial reason, according to David Slater (2010) and Heriberto Cairo (2008). The resurgence of imperialist actions in context of the capitalism crisis made possible the return of imperialism to the critical debate in Latin America, as well as the diversification of actions and anti-imperialist demonstrations in different scales. The state territoriality is faced with a myriad of subaltern territorialities emerging from political scene and start to demand rights. The hegemonic imperialism encourages different strains of territoriality with their broad and diffuse repertoire of domination, both at the theoretical, practical and inter / intrastate level. In relations of domination / resistance in Latin America, some deadlocks and tensions involving Brazilian transnational corporations occurred in Bolivia. The Brazilian imperialism (ZIBECHI, 2012) has as one of its domination vectors, the state association with public and private companies that operates in various sectors of the economy, triggering interstate tensions.

Keywords: Imperialism; Anti-Imperialism; Latin America; Territorialities; Refoundation of State.

Introdução

Nos últimos anos tomou corpo o debate acerca da validade da categoria imperialismo



para a interpretação das questões de natureza geopolítica e geoeconômica na América Latina e em outras regiões do globo. O imperialismo (e o anti-imperialismo) como teoria e prática passou por metamorfoses que exigem um resgate constante e uma atualização crítica aprofundada. A produção teórica sobre a categoria imperialismo é multidisciplinar e aumentou sensivelmente nos últimos anos, influenciando a leitura do fenômeno do imperialismo como algo multifacetado e multiescalar.

István Mészáros (2003) em sua obra, *O século XXI: socialismo ou barbárie?*, afirma ser fundamental que o debate sobre imperialismo seja conduzido para o ponto culminante da reflexão crítica. Em geografia, David Harvey (2004), por exemplo, trabalha o conceito de novo imperialismo, enquanto Ruy Moreira (2006) resgata e atualiza o debate a partir das teorias marxistas clássicas sobre o imperialismo e Rina Bertaccini e analisa a presença militar imperialista dos Estados Unidos na América Latina.

Nas ciências sociais, de uma maneira geral, os estudos se alargaram principalmente pelas contribuições de autores latino-americanos ou com produção teórica voltada para a América Latina – como Atílio Boron (2002 e 2012), James Petras (1980 e 1999), Roberto Fernandes Retamar (2004), Ana Esther Ceceña (2004 e 2005) dentre outros – em cujas obras estão estampadas as preocupações com o imperialismo estadunidense sobre a América Latina e as lutas anti-imperialistas intensificadas nas últimas décadas.

A atualização da categoria imperialismo corresponde ainda a uma necessidade de nosso tempo: analisar a reconfiguração das relações de poder em curso na América Latina identificando as renovadas formas de dominação e resistência que evoluíram do acirramento das tensões de territorialidades na região. Desde o final do século XX, a aplicação das políticas neoliberais expõe o recrudescimento das ações imperialistas e o crescimento do anti-imperialismo como componentes fundamentais das relações de poder inter e intra-estatais na América Latina.

A entrada em cena, como protagonistas sociais, de amplos setores da população que se encontravam à margem dos mecanismos políticos e decisórios tradicionais reorienta a análise das relações de poder na América Latina, uma vez que permite superar as perspectivas analíticas estadocêntricas sem que se negligencie a importância estratégica do Estado como agente territorializador. A associação do Estado brasileiro com algumas empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores da economia, por exemplo, caracteriza uma nova modalidade de imperialismo em âmbito regional e potencializa tensões de territorialidades.



1. O imperialismo como categoria e as práticas imperialistas

As ações imperialistas estabelecem territorialidades hegemônicas que continuamente se reconfiguram, o que nos encaminha à reatualização da categoria imperialismo e sua aproximação com a geografia e com a geopolítica. Lorenzo Trigal (2013), ao publicar o *Diccionario de geografia política e geopolítica*, afirma que o debate crítico sobre o imperialismo continua muito vivo com explicações geopolíticas e geoeconômicas. O verbete imperialismo é apresentado como uma doutrina geopolítica na qual um Estado manifesta a vontade de estender sua influência e pretensões de dominar outros territórios e Estados.

Por mais que os imperialismos sejam em grande parte denominados por seus “tipos” (por exemplo, inglês, francês, belga, estadunidense, colonial, formal, informal, cultural, global, neoliberal, genético, ecológico, pós-moderno, epistemológico, coletivo etc.), eles parecem conter uma “essencialidade” comum em suas respectivas temporalidades e territorialidades. Trata-se do vertebral papel geopolítico e geoeconômico do Estado nas práticas imperialistas e suas múltiplas escalas e facetas territoriais.

Vivemos em tempos e terrenos re-imperializados e marcados não somente pela colonialidade, mas igualmente por uma imperialidade do poder, onde o sentido do mundo se define a partir de certa razão imperial, nos termos de David Slater (2010) e Heriberto Cairo (2008; 2009). O recrudescimento das ações imperialistas no contexto da crise do capitalismo possibilitou o retorno do imperialismo para o debate crítico na América Latina, assim como a diversificação das ações anti-imperialistas. O anti-imperialismo na atualidade também deve ser reinterpretado a partir de novas perspectivas analíticas e em diferentes escalas. Com um repertório amplo e difuso de dominação, a imperialidade hegemônica incita diferentes tensões de territorialidades, tanto no plano teórico quanto no plano prático, tanto inter quanto intra-estatal.

A reinterpretação e a atualização da categoria imperialismo a partir de uma leitura crítica sobre as formas de territorialização, promovidas nos dias atuais, despontam como estratégicas para a interpretação das tensões de territorialidades. Contudo, seria possível identificarmos a validade temporal da categoria imperialismo? A identificação da validade temporal do termo imperialismo e os questionamentos acerca do que seria o novo imperialismo correspondem a uma árdua tarefa. Com atenção às teorias marxistas clássicas e aos elos conceituais possíveis com a geografia é que nos orientamos por uma interpretação territorial e multiescalar dos novos imperialismos no contexto da geografia política crítica.



2. As teorias marxistas clássicas sobre o imperialismo

Em 2002, Atílio Boron realiza críticas contundentes ao livro *Império*, de Antonio Negri e Michael Hardt (2001) e desenvolve um importante trabalho para impulsionar o resgate do debate sobre o imperialismo, intitulado *Império e imperialismo*. Segundo o sociólogo argentino,

É evidente que um fenômeno como o do imperialismo atual – sua estrutura, sua lógica de funcionamento, suas conseqüências e suas contradições – não pode ser adequadamente compreendido através de uma releitura talmúdica dos textos clássicos de Hilferding, Lênin, Bukharin e Rosa Luxemburgo [...]. Por conseguinte, não se pode entender o imperialismo do começo do século XXI lendo *somente* estes autores. Mas tampouco pode-se compreendê-lo *sem* eles (BORON, 2002, p. 12).

A teoria marxista clássica é a resposta que os autores referidos “dão à indagação que se fazem os intelectuais e militantes socialistas da época sobre a natureza das transformações em curso no período de 1880 a 1914” (MOREIRA, 2006, p. 6). A teoria de Lênin, ponto de partida para grande parte das discussões sobre o tema – e admitida pelo próprio como insuficiente – foi uma das mais interessantes e influentes, além de fundamental (inclusive metodologicamente) para a teoria marxista do imperialismo. Segundo Harvey (2005, p. 68), “Lênin não tentou derivar da teoria de Marx. Ele considerou o fenômeno do imperialismo como algo a ser revelado a partir da análise materialista histórica”, haja vista a necessidade que tinha em explicar a Primeira Guerra Mundial como imperialista. Logo, o método empregado por Lênin é histórico, e ele “utiliza o termo ‘imperialismo’ para descrever as características gerais da forma fenomenal assumida pelo capitalismo durante um estágio específico do seu desenvolvimento” (HARVEY, 2005, p. 68).

Na teoria leniniana do imperialismo indica-se cinco características básicas: concentração da produção do capital; fusão dos capitais bancário e industrial; exportação de capitais¹; associações internacionais monopolistas de capitalistas; e por fim, a partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

No caso da teoria desenvolvida por Rosa Luxemburgo existe uma característica crucial: a dominação de áreas não-capitalistas. Moreira (2006, p. 6) destaca esse ponto como sendo a principal contribuição teórica da autora no que tange a atualidade das teorias clássicas, ou seja, a necessidade intrínseca ao modo capitalista de produção de se expandir

¹ Para Moreira (2006), a “exportação de capitais” é a principal contribuição deixada por Lênin, e uma das mais atuais características do imperialismo.



incorporando periferias (fronteiras não ou pré-capitalistas). O imperialismo é concebido por Rosa Luxemburgo como um momento de exacerbação, “em que a disputa pelas fronteiras extra-capitalistas se torna mais forte”.

Da teoria de Bukharin², situando-o em seu tempo-espaço – assim como Lênin e Rosa Luxemburgo – podemos extrair algumas contribuições, agora mais especificamente pelo âmbito da “política do capital financeiro” (para ele a definição exata do imperialismo) e suas expansões e projeções a partir dos “territórios nacionais”. A escala nacional é bem marcante quando Bukharin faz referência aos “grupos nacionais do capital”, uma espécie de “oligarquias financeiras estatais”, com interesses que se tornam antagônicos e levados ao grau mais extremado com as guerras.

Se algumas características apontadas pelos teóricos clássicos do imperialismo, como as evidenciadas nas frases de Bukharin, Rosa Luxemburgo e Lênin, são tão atuais, parece que realmente estamos diante de um novo imperialismo. Mas o que há de novo no imperialismo? David Harvey (2004) assevera que ainda está por se definir os contornos do novo imperialismo. Segundo o geógrafo, “estamos no meio de uma transição fundamental do funcionamento do sistema global em que há uma variedade de forças em movimento que poderiam facilmente inclinar a balança em uma ou outra direção” (HARVEY, 2004, p. 119).

O novo imperialismo explicita o recrudescimento de práticas econômicas e militares essenciais e acaba por estimular movimentos anti-imperialistas novos. As escalas e as territorialidades se tensionam e redesenham as lutas contra a imperialidade estadunidense e outras formas novas de imperialismos, como o novo imperialismo brasileiro (ZIBECHI, 2012).

3. O recrudescimento do imperialismo sobre a América Latina

Os trinta anos imediatos ao fim da Segunda Guerra Mundial foram marcados pelo esforço de reconstrução das economias nacionais destruídas pela guerra e, ao mesmo tempo, pelas tensões resultantes da bipolarização do mundo entre dois projetos político-econômicos bem distintos. Foi um período de elevado crescimento da economia mundial e de importantes avanços tecnológicos, conquistados, em grande medida, pelos esforços decorrentes da Guerra Fria. Contudo, o *boom* econômico do pós-guerra encontrou seu limite nas crises que

² Partindo da obra *A economia mundial e o imperialismo* (de 1915).



eclodiram na década de 1970, reduzindo drasticamente a margem de lucro das burguesias dos Estados centrais e abrindo períodos de baixo crescimento – ou até recessivos – em importantes economias nacionais.

Nas décadas seguintes, a perspectiva de uma crise econômica em escala global ensejou o recrudescimento das ações imperialistas sobre os Estados periféricos e semiperiféricos, o que se materializou, por exemplo, na aplicação das políticas neoliberais. Por sua vez, a aplicação do receituário neoliberal exigiu um novo modelo de Estado. Na América Latina, os Estados assumem uma feição neoliberal adequando-se às exigências do mercado mundial. Um Estado cada vez menos comprometido em assegurar a sua população o acesso às condições mínimas de vida e mais voltado ao atendimento das demandas do capital financeiro e dos setores produtivos nacionais e internacionais, em consonância com as exigências do imperialismo.

O Estado neoliberal, apresentado com a insígnia da modernidade, tinha como intuito eliminar qualquer entrave ao pleno desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo. Os seus teóricos denunciavam como excessiva a participação do Estado em setores-chave da economia e defendiam a eliminação ou não aprovação – de acordo com o contexto jurídico-político nacional – de leis trabalhistas ou de proteção ao meio-ambiente que fossem consideradas restritivas ao crescimento econômico e à livre exploração dos recursos naturais. Assim, o receituário exigia: a progressiva desnacionalização das economias, com a abertura de mercados e a privatização das empresas estatais; a desregulamentação das leis trabalhistas, com a adoção de uma nova relação capital-trabalho mais favorável à exploração capitalista; o acesso dos grandes grupos transnacionais aos recursos naturais existentes; a assinatura de tratados de livre comércio e o cumprimento dos acordos firmados entre o Estado e os organismos financeiros internacionais, com vistas a garantir a funcionalidade do sistema e o fluxo de bens e capitais ao exterior.

Tamanha ingerência e reformulação do papel das instituições estatais nacionais na América Latina resultaram em problemas para os governantes locais que aplicavam as políticas neoliberais pró-imperialistas. O processo de concentração e centralização do capital retirou da periferia do sistema parte dos excedentes outrora utilizados na remuneração das diferentes frações da classe dominante nacional. Em alguns desses países a impossibilidade de atender a todas às frações dessas elites – habituadas a dividirem o botim da administração estatal – gerou, mesmo que por um curto período, episódios de crises interburguesas e efetiva paralisia das instituições de Estado.



O próprio êxito da estratégia neoliberal em promover a redução do Estado, em especial na periferia, contribui para que aumentem as tensões sociais locais, devido à redução ou eliminação das políticas sociais compensatórias, tornando mais provável a ocorrência de rebeliões, desorganizadas e sem objetivos definidos, que se manifestam na violência urbana e em motins espontâneos, ou organizados em movimentos sociais pacíficos mas eventualmente violentos (GUIMARÃES, 2003, p. 498).

As políticas neoliberais reorientaram a economia global, engendrando uma reformulação das relações de trabalho e, em especial, uma readequação das formas de organização do trabalho industrial. Contudo, não foram capazes de garantir um longo período de crescimento às economias capitalistas centrais. Na periferia, a despeito da estabilização monetária em alguns países e das altas taxas de crescimento econômico em outros, não houve redução significativa das desigualdades sociais. Ao contrário, o crescimento se traduziu, antes, em maior enriquecimento de um setor já privilegiado da população a expensas da deterioração das condições de vida da maioria.

Para tentar reverter a tendência de queda nas taxas de lucro das economias capitalistas centrais, o imperialismo intensificou as condições de apropriação e controle das economias dos Estados periféricos. Os processos de reincorporação de áreas e de penetração das megaempresas imperialistas nas economias nacionais causaram uma profunda alteração nas estruturas sociais na periferia (GUIMARÃES, 2003). Em alguns países, a intensidade das ações imperialistas, associadas aos interesses econômicos das elites locais, levou a um empobrecimento sem precedentes de grande parte da população.

No final da década de 1990 começou-se a falar em “crise do neoliberalismo”, visto que os principais monopólios imperialistas já não conseguiam mais evitar uma desaceleração nas taxas de lucro globais e ocorrera, em nome da modernização neoliberal, um flagrante aumento do desemprego e das desigualdades sociais nos países que mais profundamente aplicaram os seus preceitos. Assim, depois de duas décadas de imposição da agenda neoliberal, abre-se uma conjuntura de rechaço às instituições que materializaram a aplicação dessas políticas, com a população passando a identificar os governos eleitos dos seus países e o imperialismo como responsáveis pela queda brusca do seu nível de vida.

A aplicação das políticas neoliberais na América Latina pressupôs maior grau de subordinação dos Estados da região aos Estados Unidos e mudanças significativas no âmbito, econômico, político e militar. Os diferentes projetos do imperialismo estadunidense para a América Latina assentam-se na perspectiva de integração subordinada da região à economia mundial, preservando-a no marco da espacialidade capitalista e conferindo-lhe um papel complementar em relação às economias dos grandes centros. Ao mesmo tempo, apontam para



a intensificação dos mecanismos de exploração e apropriação dos recursos naturais da região como forma de atender às demandas da produção industrial e do consumo energético dos Estados Unidos.

Promovendo uma nova ordem geopolítica, os Estados Unidos readaptam a sua política externa em função de uma conjuntura mundial onde a contenção do comunismo perdera centralidade. A transição do código geopolítico da contenção pelo código da prevenção (PINA, 2014) denota a preocupação diante de eventuais ameaças à posição hegemônica alcançada pelo país. A prevenção de seu protagonismo na ordem capitalista está comprometida com a manutenção das condições de exploração e das assimetrias existentes no sistema mundial interestatal. O reposicionamento dos efetivos militares com a disseminação de bases em pontos estratégicos para a geopolítica estadunidense na América Latina, bem como a atribuição de novos papéis para as forças armadas latino-americanas, por exemplo, deixa transparecer a intencionalidade do imperialismo em agir preventivamente e em associação com os governos pró-imperialistas da região.

A contradição que abarca o processo está estampada no aumento da reação à presença militar estadunidense na América Latina, gerando tensões de territorialidades e um forte sentimento anti-imperialista que alimenta perspectivas políticas locais refratárias às políticas de Washington. O componente anti-imperialista, associado à experiência das massas com os governos locais (burgueses, neoliberais e pró-imperialistas), dificulta as iniciativas de obtenção de maior controle da região pelos Estados Unidos e, ademais, potencializa as lutas e mobilizações que se colocam na linha de frente contra as reformas estruturais neoliberais e a apropriação das riquezas naturais.

4. As resistências ao imperialismo

Nos últimos anos, diversos processos de lutas irromperam na América Latina, com destaque para a emergência de atores sociais que durante muito tempo permaneceram numa espécie de “estado de latência” e que recentemente emergiram a cena política em alguns Estados americanos. Na verdade, as lutas e os conflitos são elementos constituintes da própria história americana e sempre estiveram presentes na medida em que a terra e as riquezas naturais dos povos originários foram sendo apropriadas pelo projeto colonizador europeu.



Nos processos de lutas mais recentes destaca-se, contudo, a intensidade e a participação de sujeitos sociais, em especial a população indígena e afrodescendente, que historicamente foram mantidos numa condição de subalternidade pelas elites brancas, de origem europeia. Suas lutas – nos momentos em que as tensões e as contradições tornavam-se insustentáveis – foram invisibilizadas pelas elites que não reconheciam os direitos daqueles que, por elas, eram considerados inferiores.

Na América Latina, com peso maior em alguns países, o componente étnico é especialmente determinante na conformação social. E, ademais, as elites *criolas* sempre souberam como utilizar o critério da discriminação étnico-racial para melhor exercer seu domínio sobre as populações pobres, dividindo os explorados (índios, afrodescendentes e brancos pobres), incentivando o estabelecimento de uma hierarquia interna impregnada de preconceitos e que relegava as piores funções (e, conseqüentemente, de menor remuneração) à população indígena ou negra. Isso sem esquecer os muitos anos de escravidão e servidão dessas populações.

A entrada em cena desses sujeitos historicamente invisibilizados, buscando redefinir sua inserção nas cristalizadas estruturas de poder dos Estados da região, constitui, portanto, fato de extrema relevância para a compreensão da geopolítica latino-americana. Por vezes, essa massa de invisibilizados tem protagonizado maior participação na luta política visando o controle de determinados recursos (petróleo, gás, água, minérios etc.) – defendidos como um patrimônio do povo e, portanto, objeto da luta pelo controle nacional. A redistribuição dos ganhos provenientes dessas riquezas é vista como uma forma de democratizar os benefícios de sua exploração. Em outras palavras, a mobilização social tem exigido reformas nos aparelhos de Estado e mudanças nos termos em que são definidas as relações entre os Estados latino-americanos e o imperialismo – dificultado a apropriação de recursos estratégicos pelas grandes transnacionais e Estados imperialistas.

Os primeiros anos da década de 2000 foram especialmente marcados pela eclosão de manifestações massivas, greves e crises de governabilidade na América Latina. Em alguns Estados, a agudização das contradições sociais e o crescente sentimento anti-imperialista potencializaram as insurreições de massas que foram responsáveis pela derrubada de vários governos. O acirramento das tensões sociais levou ao questionamento do regime democrático instituído e ao surgimento de mecanismos alternativos de poder.

A conjuntura aberta com a crise do capitalismo na América Latina e de sua perspectiva neoliberal, em particular, favoreceu a conscientização e a mobilização das populações historicamente relegadas a uma condição de subalternidade. A entrada em cena dessas



populações, protagonistas das situações insurrecionais recentes, enseja uma nova correlação de forças no seio desses Estados e, por extensão, na conjuntura política do continente. A mobilização e a interlocução de povos indígenas, afrodescendentes, camponeses sem terra e de variados movimentos populares urbanos apontam para uma situação especial de questionamento das antigas territorialidades hegemônicas calcadas nas relações de poder no âmbito dos aparelhos de Estado.

Nesse contexto de lutas é que se fortalece a bandeira pelo reconhecimento das diferentes nacionalidades existentes no interior dos Estados latino-americanos com forte presença indígena, culminando com o reconhecimento jurídico-político da plurinacionalidade como componente formativo desses Estados. A exigência de refundação do Estado é incorporada às palavras de ordem e assumida parcialmente após as eleições de Evo Morales (2005) na Bolívia e Rafael Correa (2006) no Equador.

A constituição do Estado Plurinacional reconhece as diferenças culturais e a existência de diferentes nacionalidades no interior do moderno Estado-nação que foram reprimidas em prol de um projeto político-identitário homogeneizador. Desse modo, refundar o Estado moderno implica em “combinar diferentes conceitos de nação dentro de um mesmo Estado” (SANTOS, 2007, p. 18), reconhecendo seu caráter plurinacional. A refundação do Estado torna-se, portanto, uma necessidade que a ideia de plurinacionalidade obriga. Pressupõe ainda, mesmo que inicialmente pareça contraditório, aceitar a existência de uma cultura comum, uma cultura compartilhada entre as diferentes nacionalidades de um Estado e que permita, a cada sociedade, organizar a seu modo sua convivência plurinacional.

A necessidade de refundação do Estado, em outros termos, assenta-se ainda na percepção de que o fim do colonialismo não implicou em uma emancipação de fato das populações subalternizadas, mas sim, na manutenção das relações sociais e de poder originadas em um contexto colonial para assegurar a hegemonia das elites brancas provenientes da Europa. Ou seja, na utilização de um mecanismo de classificação e hierarquização social que posiciona as populações originárias no patamar inferior da estrutura social. Daí a defesa de Santos (2007) em favor de um período transicional nesses Estados, onde haja um tempo de discriminação positiva a favor das populações oprimidas como forma de corrigir injustiças históricas.



5. O imperialismo brasileiro e as tensões da integração regional

O imperialismo – que, em geral, sempre fora associado à ideia da ação de uma potência hegemônica, como os Estados Unidos, sobre regiões economicamente periféricas – pode ser apreendido, também, como componente intrarregional exercido a partir do Brasil em direção aos seus vizinhos.

O país estabelece uma rede de cooperação ao “Sul” e uma sistemática política de integração regional. Ao mesmo tempo se articula, bilateralmente e em conjunto, com a China, Índia, Rússia e África do Sul (IBAS, BRICS) buscando estabelecer uma identidade própria no sistema internacional, e participar de instâncias internacionais como ONU, OMC e, recentemente, o G-20.

É oportuno observar a forma que o Estado brasileiro planeja contornar suas limitações e revelar alguns recursos de poder disponíveis e mobilizados para viabilizar o protagonismo no cenário regional sob sua direta influência e interesses.

De acordo com Moniz Bandeira (2009, p. 77),

extensão territorial, poder econômico e poder militar são três fatores que devem ser considerados para qualificar um país como potência e compreender sua posição na hierarquia entre Estados. Estes são os fatores que permitem a um Estado atuar independentemente e influir sobre outros Estados e, portanto, determinar em que condições ele se expressa como potência regional internacional. Um Estado que dispõe de potencial econômico, força militar e extensão territorial (assumindo, por suposto, que sua população seja correspondente ao espaço que ocupa), pode tornar-se hegemônico, o líder e o guia de um sistema de alianças e acordos de variado alcance.

Na economia brasileira somam-se economias primário-exportadoras de larga escala e grandes empresas de serviços de infraestrutura, incluindo conglomerados industriais especializados em recursos naturais (celulose, etanol, siderurgia, metalurgia, petroquímica, cimento, indústria hidrelétrica). Para alavancar seu crescimento econômico o país tira partido da liberalização do comércio internacional, do moderno setor primário-exportador e da atuação e expansão de um conjunto de empresas transnacionais públicas e privadas - impulsionadas, protegidas e representadas pelo Estado brasileiro. Como exemplos destacados dessas empresas, distingue-se a Petrobras, Vale (antiga Cia. Vale do Rio Doce), Bradesco, Banco do Brasil, Itau S.A., Eletrobras, Usiminas, Gerdau, CSN, Cemig, JBS Friboi, Odebrecht, Brasil Food, Camargo Corrêa, Embraer e Votorantim.



Nesse sentido, é central o empenho do Estado brasileiro, sobretudo a partir da atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para assegurar tanto o impulso à concentração, quanto ao processo de expansão externa de capitais³, capacitando tais empresas a exercerem uma territorialidade hegemônica na região. Desse modo, o BNDES se constitui como um elemento fundamental do imperialismo brasileiro (ZIBECHI, 2012) e inscreve-se na atuação das empresas transnacionais brasileiras. O imperialismo brasileiro apresenta como um dos principais vetores de dominação e influência, a associação do Estado com algumas empresas públicas e privadas que atuam em diversos setores da economia e que agem, também, como desencadeadoras de tensões territoriais interestaduais e intraestaduais.

Um Estado hegemônico está geralmente vinculado a empresas transnacionais que atuam dentro e fora do país, levando sua marca e criando uma imagem positiva junto à imagem do “país potência”. Do mesmo modo, a emergência de uma estreita relação das empresas com um Estado forte é fundamental para financiar e estruturar o campo jurídico e político para sua exitosa atuação e projeção nacional e internacional. Assim, as grandes corporações transnacionais buscam influenciar e direcionar as políticas públicas, tanto para serem beneficiadas por grandes obras, quanto para receberem créditos e incentivos fiscais.

As grandes empresas têm sido tratadas como motor do crescimento econômico e do desenvolvimento nacional. De acordo com o estudo *As empresas transnacionais brasileiras na América Latina* (IRLS, 2009), as vinte maiores transnacionais brasileiras investiram US\$56 bilhões no exterior, em 2006. O Investimento Brasileiro no Exterior (IBE) é especialmente concentrado nas empresas de recursos naturais e primários, Vale e Petrobras especialmente, sendo a compra da mineradora canadense Inco pela Vale o fator que fez com que o Brasil passasse de receptor de investimentos a investidor internacional. Igualmente, Gerdau, CSN, Embraer, Odebrecht, Camargo Correa, OAS, entre outras, estão entre as principais empresas transnacionais com atividades em diversas partes do mundo.

A década neoliberal de 1990 consolidou a internacionalização da economia brasileira e abriu a oportunidade para a expansão das empresas para outros países, sobretudo através da liberalização das importações, do fluxo de capitais e a privatização de algumas das principais

³ Ao explorar o tardio processo de expansão de capitais pelo Brasil, enfatizando o papel central do BNDES na expansão das empresas transnacionais brasileiras na América dos Sul, o sociólogo Luis Fernando Novoa, no livro *As empresas transnacionais brasileiras na América Latina* aponta que “em 2002 forma-se um Grupo de Trabalho no BNDES para conceber linhas de financiamento ao investimento direto ‘brasileiro’ no exterior. O Estatuto Social do BNDES, em seu art. 9º, inciso II, é posteriormente adaptado para que se impulsione a O Banco, além de criar uma subsidiária em Londres, inaugurou em Montevidéu um Departamento específico para tratar da América do Sul. O Departamento da América do Sul tem por objetivo identificar, estimular e criar oportunidades comerciais para exportação, re-exportação e outras modalidades de investimentos externos diretos na região” (IRLS, 2009, p. 196).



empresas brasileiras. Atualmente, a expansão do imperialismo brasileiro é emblemática: 20% dos investimentos externos na Bolívia derivam da Petrobras; 80% da soja produzida no Paraguai pertence a fazendeiros brasileiros; e na Argentina, 24% das aquisições das empresas entre 2003-2007 foram por capital brasileiro (IRLS, 2009).

Dois pilares são importantes da ligação entre o Estado e as empresas: a política externa – particularmente a política de integração regional - e a política de crédito. As empresas contam com diversas formas de incentivo e financiamento à sua internacionalização. Mas foi a partir de 2003, com a nova linha de crédito especial do banco brasileiro de desenvolvimento – o BNDES - as empresas encontraram financiamento governamental específico para sua expansão. O objetivo do banco foi estimular a inserção externa das empresas, mas desde que promovessem as exportações brasileiras. Desse modo, o BNDES alterou seu estatuto e passou a apoiar empresas com capital brasileiro na expansão de investimentos e projetos no exterior, sobretudo obras de infraestrutura que aprofundem a integração regional e viabilizem o incremento do comércio⁴.

Entretanto, as construtoras brasileiras também têm sido apontadas por violações, irresponsabilidade com obras e corrupção: a construtora Odebrecht foi expulsa do Equador por falhas graves na obra da hidrelétrica San Francisco; a Queiroz Galvão teve que sair da Bolívia acusada de graves fissuras na construção de uma estrada, deixando a obra para outra construtora brasileira, OAS, que está sendo acusada de corrupção e fraude no processo de licenciamento (ZIBECHI, 2012). Os impactos ambientais, sociais e trabalhistas das atividades da mineradora Vale vêm sendo registrados no Peru, Indonésia, Canadá, e outros países onde ela opera.

Essas violações e impactos, ao mesmo tempo, não se dão somente fora do Brasil, mas também dentro do país. Os projetos das empresas vêm gerando conflitos, degradação ambiental, violações de direitos humanos e sociais das populações locais, problemas nas condições de trabalho, assim como vêm sendo envolvidas em denúncias de superfaturamento, corrupção e financiamento ilegal de partidos e políticos.

Esses episódios reforçam as intencionalidades e a face autoritária da burguesia brasileira. Contrários aos anunciados e celebrados interesses, supostamente “libertários” ou “integradores”, os reais interesses dessas grandes empresas relacionam-se à exitosa expansão nacional e internacional, à maximização dos lucros e à dominação econômica regional.

⁴ O estudo organizado pelo Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung (IRLS, 2009, p. 14) aponta que o “primeiro grande empréstimo deste programa foi ao frigorífico brasileiro Friboi, que comprou 85% da principal empresa de carne bovina argentina, Swift Armour, aumentando assim significativamente suas exportações totais de carne em 2005”.



Estamos diante, portanto, de novas e renovadas formas de opressão e resistência. Mesmo os novos imperialismos são acompanhados e reproduzem os velhos e conhecidos efeitos: devastação ambiental, grandes barragens, grilagem de terras, avanço dos latifúndios monocultores, violência contra povos indígenas e camponeses. Nesse sentido, recuperamos a ilustrativa afirmação de Johnson (2007, p. 38), de que “o imperialismo é difícil de definir, mas fácil de reconhecer”. Raul Zibechi (2012) nos relata as mobilizações sociais que hoje, em alguns locais da América do Sul, queimam bandeiras brasileiras como tradicionalmente queimavam bandeiras estadunidenses.

Na escala regional, a América Latina assume importância estratégica na política externa brasileira. O país está projetando a arquitetura política, econômica e de infraestrutura da região, transformando-a em sua área privilegiada de atuação, com relações interestatais assimétricas. Raul Zibechi (2012, p. 22) aponta que “em alguns países pequenos, o Brasil controla a economia, o sistema bancário, as empresas do Estado mediante os impostos que pagam suas empresas e mesmo alguns movimentos sociais por meio do financiamento de fóruns sociais que nunca discutem o expansionismo brasileiro”.

A eficaz conexão da economia da América do Sul aos fluxos globais de mercadorias e capitais se viabiliza em grande medida com a intermediação do Brasil, isto é, de seus setores econômicos internacionalizados e concentrados, e de seu Estado, tributário que é do dinamismo desses mesmos setores. Podemos compreender, portanto, a pretendida integração regional como estratégia eficiente empreendida para superação das dificuldades que o Brasil apresenta na geopolítica e geoeconomia mundial.

Nesse sentido, o país busca modernizar as relações e potencializar os efeitos de proximidade e vizinhança sul-americana, formando um espaço ampliado - através de obras e articulações nas áreas de transporte, energia e comunicação - que constitua um ágil e dinâmico sistema circulatório que permita alçar as economias regionais ao mercado mundial. Ou seja, sua coesão regional constitui elemento essencial para uma inserção mais favorável na economia mundial, de forma que possa converter a internacionalização do comércio em meio eficaz para ampliar as oportunidades de promover as exportações brasileiras e viabilizar o crescimento econômico.

As políticas de integração regional, entretanto, não se limitam à dimensão comercial. Um exemplo desse processo foi verificado no ano 2000, quando houve um acordo sobre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul (IIRSA), que modernizasse as relações e potencializasse a proximidade sul-americana, rompendo os



obstáculos fronteiriços e formando um espaço ampliado através de obras e articulações nas áreas de transporte, energia e comunicação.

O processo de integração inscreve os territórios tanto em sua dimensão política quanto econômica, isto é, a perspectiva de integração do espaço econômico da América do Sul, mediante o entendimento entre o Mercosul ampliado e a Comunidade Andina (CAN), estruturando um campo para formação de um espaço econômico ampliado na América do Sul. Esse aprofundamento do processo de integração requer, por conseguinte, criar um quadro institucional, um organismo mais amplo, para abarcar e agregar todas as nações da América do Sul que não participam plenamente do Mercosul, com o objetivo de promover a realização de vários projetos de integração, não só econômica e comercial, mas também de comunicação, infraestrutura, transporte, energética, educacional, cultural, científica e tecnológica⁵.

Conclusão

A renovação das ações imperialistas em direção ao Sul Global estimulou e intensificou sentimentos anti-imperiais, refratários e de resistência às ações do novo imperialismo. A dominação imperialista, impregnada de colonialidade, acaba por estimular o fortalecimento de movimentos que lutam por outras “geografias”, por “novas” territorialidades, por “novos” códigos. Nós epistêmicos devem ser desatados para a construção de propostas e perspectivas emancipatórias mais amplas, de tal forma a decifrar e reconfigurar a natureza e os efeitos da territorialização e da imperialidade hegemônica.

Com base nesse conjunto de apontamentos sugerimos que o tipo de relação assimétrica que o Brasil estabelece com seus vizinhos pode ser classificado como imperialista, uma vez que está visível a intenção de estender sua influência e a pretensão de dominar outros territórios e Estados, não mais no sentido clássico de dominação de Estados nacionais – territórios-zona –, mas no sentido atual de controle de pontos e linhas, como território-rede.

Os grandes projetos, especialmente no marco da IIRSA, têm sido conduzidos prioritariamente para exploração de recursos naturais e para o aprofundamento do modelo

⁵ Em 2008, a celebração do Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) foi um fato de grande significação histórica. A UNASUL passou a ter uma personalidade jurídica, com a forma de uma organização internacional, com um Conselho de Chefes de Estado e de Governo, um Conselho de Ministros de Relações Exteriores e um Conselho de Delegados. E dentro desse marco institucional deve concretizar-se o projeto do Banco do Sul e do gasoduto desde Venezuela, passando pelo Brasil, até a Argentina.



exportador e gerador de desigualdades e injustiças territoriais. A construção das redes de infraestrutura tem levado, em muitos casos, a ampliação de tensões de territorialidades. Ou seja, essa nova modalidade do imperialismo praticado pelo Brasil agrava os conflitos de base territorial ao subalternizar as populações locais e os povos originais.



Referências bibliográficas

- BECKER, Bertha. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BORON, Atílio. *Império & Imperialismo – Uma leitura crítica de Michael Hardt e Antonio Negri*. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- _____. *América Latina en la geopolítica del imperialismo*. Buenos Aires: Luxemburg, 2012.
- CACCIA BAVA, Silvio. Gigante pela própria natureza. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ano 2, n. 19, fev. 2009.
- CAIRO, Heriberto. La colonialidad, la imperialidad y el debate sobre su superación. *Tabula Rasa* [online], n. 8, 2008.
- _____. La colonialidad y la imperialidad en el sistema-mundo. *Viento Sur*, n. 100, 2009.
- CECEÑA, Ana Esther. Estados Unidos: reposicionamento hegemônico para o século XXI. In: SANTOS, Theotonio dos (org.). *Globalização: dimensões e alternativas*. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. “Estratégias de construção de uma hegemonia sem limites”. In CECEÑA, A. *Hegemonias e emancipações no século XXI*. Buenos Aires: Clacso, 2005.
- CERVO, Amado L.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: UNB, 2012.
- GISBERT, Carlos M. Bolívia e Brasil: os meandros do caminho. *Política Externa*, São Paulo: Paz e Terra, v. 20, n. 2, 2011.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. Globalização, Guerra e Violência. In: NOVAES, Aduato (org.). *A crise do Estado-Nação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.



HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

IRLS (org.). *Empresas transnacionais brasileiras na América Latina: um debate necessário*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

JOHNSTON, Ron (org.). *Dicionário Akal de geografia humana*. Madri: Akal, 2000.

MÉSZÁROS, István. *O século XXI: socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz A. O Brasil como potência regional e a importância estratégica da América do Sul na sua política exterior. In: _____. *Geopolítica e política exterior: Estados Unidos, Brasil e América do Sul*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão, 2009. Disponível em: <<http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/0578.pdf>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

MOREIRA, Ruy. Da partilha territorial ao bioespaço e biopoder. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 5., 2006, São Paulo. *Anais do...* São Paulo: ANPEGE / Anablume, 2006.

PETRAS, James. *Imperialismo e classes sociais no terceiro mundo*. Uma perspectiva crítica. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980.

_____. *Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina*. São Paulo: Xamã, 1999.

PINA, Rodrigo. *O novo código geopolítico dos Estados Unidos: imperialismo e militarização na América Latina*. Saarbrücken: NEA, 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. América Latina e a colonialidade do poder. In: HAESBAERT, Rogério (org.). *Globalização e fragmentação no mundo contemporâneo*. Niterói: UFF, 2013.

RETAMAR, Roberto F. *Todo Caliban*. Buenos Aires: CLACSO, 2004.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *La Reinención del Estado y el Estado Plurinacional*. Santa Cruz de la Sierra: Alianza Interinstitucional CENDA-CEJIS-CEDIB, 2007.



SLATER, David. The imperial present and the geopolitics of power. *Geopolítica(s): Revista de Estudios sobre Espacio y Poder*, v. 1, n. 2, 2010.

TRIGAL, Lorenzo López. *Diccionario de Geografía Política y Geopolítica*. León: Universidad de León, 2013.

ZIBECHI, Raul. *Brasil potência: entre a integração e um novo imperialismo*. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

ALGUNOS SEMIÓFOROS DEL “*PLANALTO CENTRAL*” BRASILEÑO

Gilvan Charles Cerqueira de Araújo*

Nathan Belcavello de Oliveira**

Resumen

Desde las relaciones establecidas con el medio que lo rodea, el ser humano genera un complejo de identificación y representación que supera la objetividad. En este sentido, este artículo presenta el concepto de semióforo como aporte para el análisis de la acción de la subjetividad a través de signos y símbolos creados y reproducidos en la región Centro-Oeste de Brasil, también conocida como “*Planalto Central*”, y sus interrelaciones con el territorio.

Palabras-clave: Semióforos; Centro-Oeste; Territorio; Brasil; Política.

Abstract

Since the establishment of relations with the environment that surrounds the human being engenders a complex identity and representation that transcends objectivity. However, this text presents the concept of semiophoro as input for an analysis of the action of subjectivity through signs and symbols created and played in the Midwest of Brazil, also known as the “*Planalto Central*”, and their interrelationships with the territory.

Keywords: Semiophoros; Midwest region; Territory; Brazil; Policy.

* Profesor de Geografía del Magisterio Público del Distrito Federal; discente de doctorado del Programa de Pós-Graduação em Geografia de la Universidade Estadual Paulista, campus de Rio Claro (UNESP-Rio Claro/SP). Correo electrónico: gcca99@gmail.com

** Analista de Infraestrutura Geógrafo del Ministério das Cidades; profesor del Magisterio Público del Distrito Federal; discente de maestría del Programa de Pós-Graduação em Geografia de la Universidade de Brasília; miembro del Centro de Estudios Alexander von Humboldt. Dirección electrónica: <http://www.belcavello.com.br/>; nathan.oliveira@cidades.gov.br

Introducción

Las regiones de Brasil, comprendidas en sus límites geográficos actuales, exponen de manera sutil la complejidad de las tramas espaciales (políticas, sociales, culturales, económicas, entre otras) en las diversas fracciones del territorio brasileño, proporcional a su grandeza. Esto demanda, igualmente, una habilidad de división territorial que muchas veces no atiende a las reales necesidades político-administrativas de la región, pero busca dar cuenta a viabilidad de los flujos de los modales de transporte, las infraestructuras de circulación informacional y de políticas de la hegemonía nacional (SILVEIRA, 2003).



Figura 1. **Grandes regiones brasileñas**
Fuente: Elaboración propia a partir de datos de IBGE (2014).

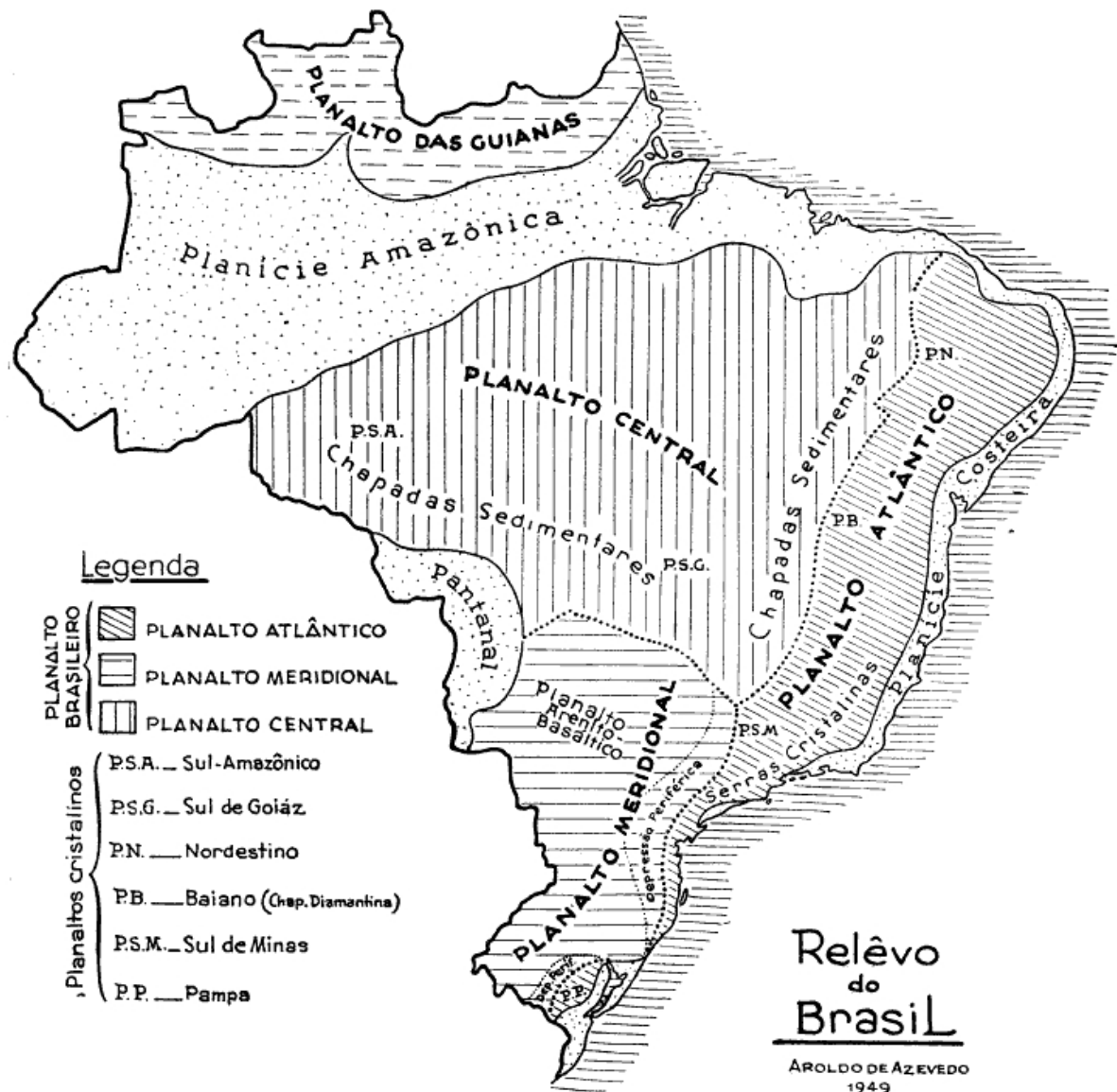


Figura 2. **Relieve brasileiro por Aroldo de Azevedo**
Fuente: Azevedo (1951).

En esto contexto, colocamos la región Centro-Oeste de Brasil como un punto fuerte de debate sobre el papel de la esfera gubernamental de una nación. El gobierno elabora e implementa los planos de división territorial y, en gran medida, está como principal vector de fundación de elementos y acciones constituyentes del ideario de identificación regional. Y siempre con lo intuito de justificar sus acciones de recorte del territorio, teniendo como base un discurso al mismo tiempo integrador, desde el punto de vista nacional y administrativo, y atomizador, contemplando las diversas subdivisiones existentes en sus planos regionales.

La división territorial del poder en un Estado también acaba por proporcionar el surgimiento de semióforos de manera directa, por la materialidad compuesta en los grandes centros de decisión existentes en localidades específicas, e indirecta, al influenciar

contundentemente en el control de las acciones políticas y económicas del país. Esto es el caso del Centro-Oeste brasileño (figura 1), históricamente conocido como el “*Planalto Central*”¹ (figura 2), donde se verifica un fuerte apelo económico por medio del agronegocio y, al mismo tiempo, la completa propuesta de centralización del poder político en un único punto de la totalidad territorial del país.

1. Algunos semióforos del “*Planalto Central*”

El semióforo es todo y cualquier signo que está ligado a una instancia de manifestación de él como fenómeno social, histórico o cultural. Estas instancias de manifestación pueden ocurrir de distintas maneras como, por ejemplo, un acontecimiento histórico que de un modo peculiar se ha destacado en los retos del tiempo, tomando escena en los libros de historia, como un punto de discontinuidad o de importancia en el decurso del todo histórico de un pueblo o local.

Otros ejemplos de semióforo que podemos destacar están en las formas concretas construidas o ya establecidas naturalmente, que acaban por conjurar en si mismas un grado de simbolismo que transborda sus contornos, identificándose con una sociedad al tiempo en que esa se identifica con aquellas. Sobre el concepto de semióforo, Marilena Chauí (2005, p. 12) dice que es:

[...] un signo traducido a la frente o empuñado para indicar algo que significa otra cosa y cuyo valor no es medido por su materialidad y sí por su fuerza simbólica: una simple piedra, se fuera el local donde un dios apareció, o un simple tejido de lana, se fuera el abrigo usado, un día, por un héroe, tienen un valor incalculable, no como piedra o como tejido, pero como lugar sagrado o reliquia heroica. Un semióforo es fecundo porque de él no cesan de brotar efectos de significación².

En eso mutuo proceso de identidad e identificación hay muchas formas de construcción y validación para la existencia de los semióforos. Por ello, podemos sacar en la

¹ Clasificación geomorfológica clásica del relieve brasileño, propuesta por Aroldo de Azevedo (1951), que ganó fuerte expresión sociopolítica, principalmente en el proceso de cambio de la capital federal del Rio de Janeiro hacia Brasilia.

² Traducción libre de: “[...] um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de pano, mas com lugar sagrado ou reliquia heroica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação” (CHAUÍ, 2005, p. 12).

región Centro-Oeste unos como naturales, otros contruidos y, aún, aquellos que, en verdad, son adaptaciones calzadas en objetivos de una clase social.

La sociedad, al largo de su propio desarrollo histórico, crea y recrea significados para las cosas, acciones, personas, lugares y situaciones. Esta cristalización del símbolo en el tiempo ocurre cuando su importancia compenetra la generación y época en que fue creado o idealizado, cambiándose en algo recurrente en la vida, cotidiano y reconocible para las personas del medio donde inicialmente fue creado.

Hay, comprobadamente, un proceso de identificación mutua entre los individuos que viven en el territorio y las infinitas construcciones y representaciones simbólicas en él existente. De manera más enfocada para el campo geográfico, Paul Claval (1982, p. 24) explica que el espacio:

[...] es uno de los soportes privilegiados de la actividad simbólica. Lo perciben y valoran diversamente quienes lo habitan y le dan valor: a la extensión que ocupan, recorren y utilizan, se superpone en su espíritu, la que conocen, aman y que es para ellos signo de seguridad, motivo de orgullo, y fuente de apego. El espacio vive así bajo la forma de imágenes mentales que son tan importantes para comprender la configuración de los grupos y las fuerzas que lo excitan, como las cualidades reales del territorio que ocupan.

Volvamos por un momento a cuatro grandes semióforos del “*Planalto Central*” brasileño: (i) la idea del centro como lugar donde habita el ombligo político-administrativo del país; (ii) el tan mencionado y polémico discurso construido por el agronegocio sobre el “granero del mundo”; (iii) la materialidad dada a los tres poderes en las faraónicas construcciones de Brasília, Distrito Federal; y, por fin, (iv) en la pulverización de la histórica concepción de los “dos Brasiles” (CHAUÍ, 2000), es decir, el costero y del “*sertão*” (del interior lejos) que, hasta el siglo XIX, representaba la división entre la clase burguesa y letrada y la masa o naciones ubicadas en los principios de Brasil.

1.1. El ombligo del poder político brasileño

Desde la transferencia de la capital federal de Brasil del Rio de Janeiro hacia Brasília, se han oído diversas especulaciones de la verdadera razón que llevó al proceso de cambio del centro de gravedad de los tres Poderes del Brasil costero burgués hacia al corazón del “*sertão*”.



Figura 3. “*Candango*” en foto con los predios de la zona central de Brasilia en construcción al fondo
Fuente: Jablonksy (195-¿?).

Aldo Paviani (1987) nos muestra como el proceso de construcción de la capital nacional en pleno “*Planalto Central*” ha influenciado de modo sutil toda la sociedad, pues tenemos que resaltar la manera como el pueblo de la nueva capital fue engendrado de dos grandes clases: de un lado teníamos los obreros (llamados “*candangos*” – figura 3) de las gigantescas construcciones que abrigarían organismos gubernamentales y de otro llegaban las olas de políticos y correligionarios que ocuparían esos grandes predios.

José William Vesentini (1996, p. 113) aun acrecienta que “desigualdades, violencia, fuerte control sobre los obreros, sobretrabajo – todos esos elementos se interconectan en las obras de edificación de la nueva Capital Federal de Brasil”³.

Por ello podemos afirmar que hubo sí el modelado minucioso del semióforo del punto territorial de poder, concretizado en la fundación de la ciudad de Brasilia como nueva capital del país. Georges Burdeau (2005, p. xii), en su obra sobre el Estado, nos presenta que, mismo siendo conceptualizado como una “idea” en los moldes platónicos, el Estado deja transpirar el poder que exuda en su materialidad visible en el territorio:

³ Traducción libre de: “Desigualdades, violências, forte controle sobre os trabalhadores, sobretrabalho – todos esses elementos interligam-se nas obras de edificação da nova Capital Federal do Brasil” (VESENTINI, 1996, p. 113).



Sin embargo, un análisis más detenido muestra que, mismo siendo del orden de las ideas y no de los fenómenos concretos, el Estado no deja de ser un dato objetivo, cuya realidad es imposible negar sin privar, al mismo tiempo, de la comprensión de fatos que, a su vez, son observables⁴.

En el caso del Centro-Oeste brasileño, vemos a construcción de la imagen de un punto de convergencia del poder o, como nos ejemplifica Raffestin (2011), una concentración espacial de poder, materializada en la forma de predios y difundida por los medios de comunicación de masa, que en la época atingían su principal momento de expansión.

La concentración territorial del poder ocurre en Brasil en momentos de intenso cambio de las localidades mandantes en el escenario político nacional. Así fue con la transferencia de la capital de Salvador hacia Rio de Janeiro en la colonia y, posteriormente, de esta última hacia Brasíla. Como escribe José William Vesentini (1996, p. 136):

[...] Brasíla hay simbolizado en la ideología nacional-desarrollista el “futuro de Brasil”, el arremate y la obra monumental de la nación a ser construida por la industrialización coordinada por el Estado planificador [...]. Ubicada en el “corazón de Brasil”, en el “centro geográfico” [...] del País, en oposición a la vieja Capital costera, símbolo de la “nuestra dependencia económica en relación a los centros mundiales del capitalismo” y de la política tradicional y corrupta, Brasíla sería el ejemplo meridiano de la “nueva civilización” que se gestaba, del Estado funcional y planificador, vuelto apenas para los “verdaderos anhelos de la Nación” y libre de mala política y corrupción⁵.

Así, aunque no fuera esencial, la nueva capital es responsable por avances significativos de la integración nacional y la formación de una identidad nacional moderna, llevada a cabo por la industrialización concentrada en la región Sudeste, pero que tenía que formar un territorio nacional, sea para atender su demanda por materias primas, sea para ser su mercado consumidor⁶.

Pero de ingenuidad nada hube en la selección del “*Planalto Central*” como nueva

⁴ Traducción libre de: “Ora, um exame um pouco atento deixa claro que, mesmo sendo da ordem das idéias e não dos fenômenos concretos, o Estado não deixa de ser um dado objetivo, cuja realidade é impossível negar sem se privar, ao mesmo tempo, da compreensão de fatos que, por sua vez, são observáveis” (BURDEAU, 2005, p. xii).

⁵ Traducción libre de: “[...] Brasíla simbolizou na ideologia nacional-desenvolvimentista o ‘futuro do Brasil’, o arremate e a obra monumental da nação a ser construída pela industrialização coordenada pelo Estado planificador [...]. Localizada no ‘coração do Brasil’, no ‘centro geográfico’ [...] do País, em oposição à velha Capital litorânea, símbolo da ‘nossa dependência econômica em relação aos centros mundiais do capitalismo’ e da política tradicional e corrupta, Brasíla seria o exemplo meridiano da ‘nova civilização’ que se gestava, do Estado funcional e planificador, voltado apenas para os ‘verdadeiros anseios da Nação’ e isento de politicagem e corrupção” (VESENTINI, 1996, p. 136).

⁶ “De fato, o momento da construção da nova Capital é o da consolidação de um espaço geográfico nacional que vinha se gestando com a industrialização. [...] A interiorização da Capital Federal do Brasil, então, pode ser vista nesse bojo como parte ou etapa importante – não necessária, já que inserida na política, mas que uma vez realizada passa a acelerar o processo – no engendramento do espaço nacional integrado com a (nova) divisão inter-regional do trabalho” (VESENTINI, 1996, p. 116-117).

égida del poderío gubernamental del país. Mucha planeación, inversiones públicas y llamamiento popular de gran escala fueran necesarios para que al fin de cinco años el intento inicial hubiera alcance.

1.2. El “granero del mundo”

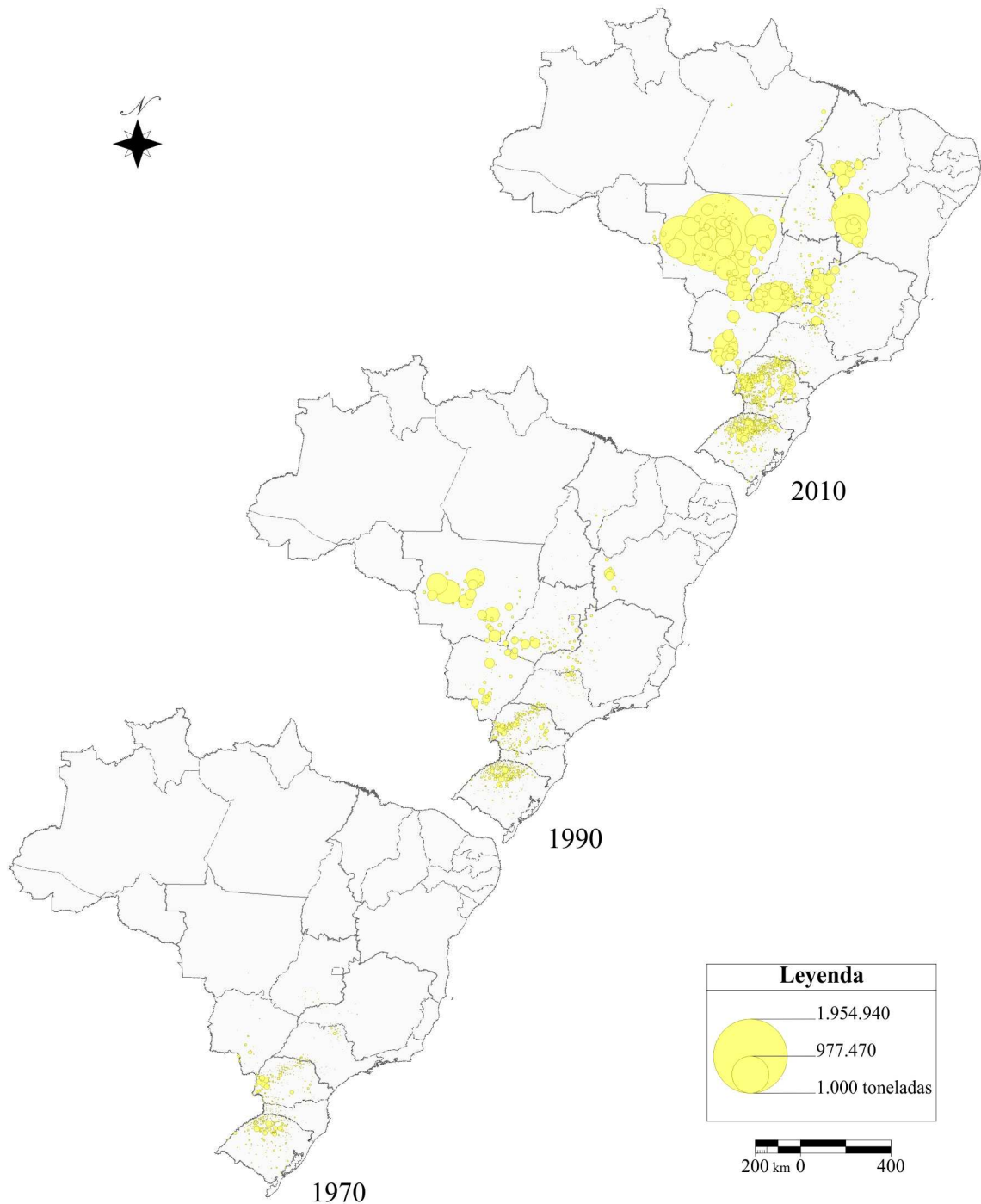


Figura 4. Cartogramas con la mediana de los años con producción de soja en las décadas de los 1970, 1990 y 2010

Fuente: Elaboración propia a partir de datos de IPEA (2014) e IBGE (2014).

No es de hoy que debatimos las razones por las que los terrenos planos del “*Planalto Central*” se han cambiados en hectáreas y más hectáreas de plantaciones de *commodities*, teniendo como buque insignia la soja. Lo que nos instiga a la crítica de esta situación es la manera por la que ocurre eso avance del discurso ruralista en el Centro-Oeste, principalmente después de la década de los 1970, cuando empieza los primeros indicios de la llamada revolución verde (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

Ya es sabido casi que de manera unánime la concepción del “*Planalto Central*” como un gran *belt* o, como es más conocido últimamente, *front* de expansión agrícola, cabiendo a sus competencias comandar la cifras de los gigantescos registros de producción de granos que sustentan buena parte de la economía brasileña que aún es, en gran medida, dependiente de los constantes y crecientes números alcanzados por la producción en el centro rural industrializado ubicado en parte en esta región del país.

Los últimos datos de la producción agrícola en el “*Planalto Central*” de Brasil muestran un visible crecimiento exponencial de los números del *agrobusiness*. En el caso de la soja, que puede ser considerado uno de los principales productos de la región, se puede percibir su evolución espacial y de amplitud productiva desde el Sur hacia para los Estados del Centro-Oeste (Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso y Mato Grosso do Sul), como se puede ver en los cartogramas de la figura 4. Esta expansión productiva sólo fue posible por medio del uso intensivo de tecnología combinado con la manutención de la concentración de tierras en grandes latifundios⁷.

Podemos considerar esta situación social, económica e histórica (o sea, espacial) como semióforo. Eso porque la idea de granero es transmitida como un bien común para el progreso de la nación y, principalmente, por el camuflaje que conlleva en las consecuencias de la adopción y aceptación de las causas que implican en la carga inmediata o de largo plazo que su sustentación implicará a toda la sociedad brasileña. En eso sentido, Theodoro, Leonardos y Duarte (2002, p. 151) destacan, en análisis que hacen sobre la producción agropecuaria en el bioma *Cerrado*, principal ecosistema del Centro-Oeste afectado por la ampliación del área de producción de soja:

⁷ “É, contudo, a partir dos anos 70 que se começa a desenhar uma nova estrutura fundiária para a região, motivada pelo ciclo modernizador [...] agrícola do cerrado. [...] Já nos anos 80, a agricultura intensiva tomou impulso na região, com a viabilização tecnológica do cultivo da soja, definindo a estrutura fundiária que mostra um perfil ainda mais claro quanto ao predomínio das grandes propriedades. Se, como no passado, já existia a figura dos latifúndios, a situação passou a ser potencializada após os incentivos oficiais [...]” (THEODORO; LEONARDOS; DUARTE, 2002, p. 149).

[...] La adopción de ese modelo de producción ha posibilitado, o mismo ha ampliado, las incoherencias ecológicas practicadas en suelos no aptos a este tipo de prácticas agrícolas. Conviene recordar que, muy raro, los problemas se manifiestan de inmediato. En muchos casos, el agricultor solamente se da cuenta de la insostenibilidad de la producción cuando los problemas ambientales – tierras erosionadas y pastos degradados – engrandecen e inviabilizan la mantención del nivel de producción⁸.

En cuanto a la idea de “granero del mundo”, hay una característica interesante. Es la de sustentación de ese semióforo para la sociedad hecho justamente con un discurso cargado de vinculación al poder de la nación en ser una de las principales productoras de granos del planeta, luciendo con cierta imponentia tal título que los números de la producción rural no han dejado desmentir.

1.3. Los faraones del “Planalto Central”

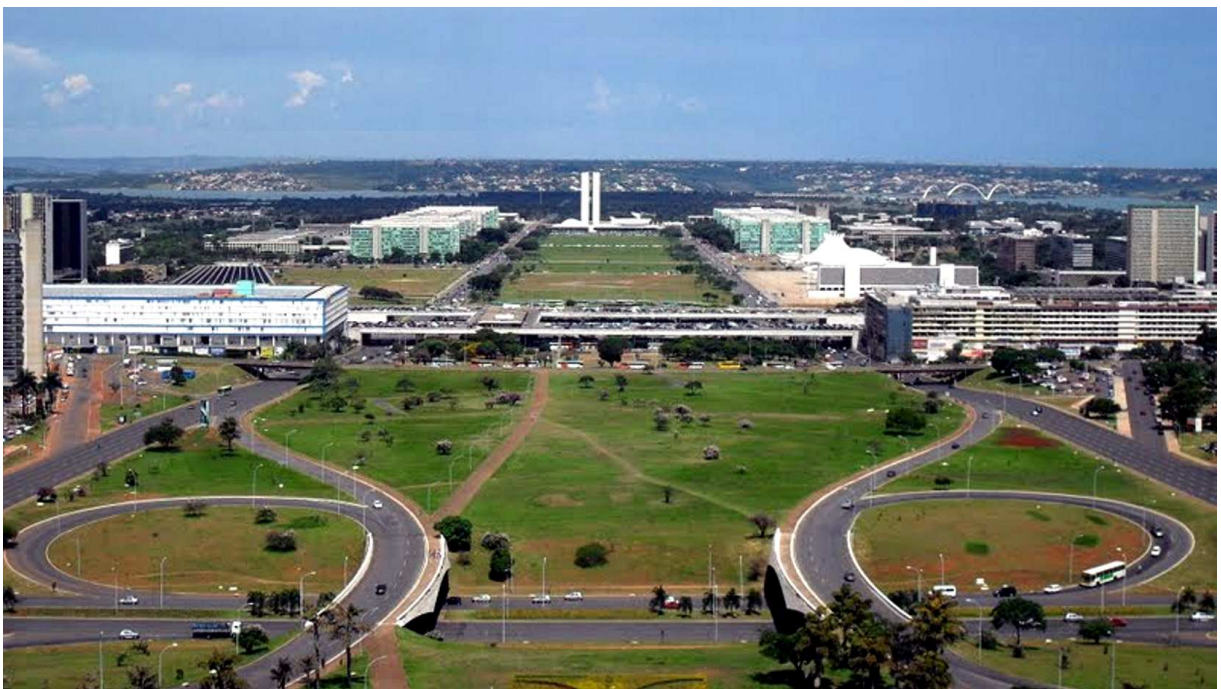


Figura 5. La monumentalidad de los predios en el centro de poder de Brasília, Distrito Federal
Fuente: Oliveira (2010).

Cuando el centro político, materializado en la forma de grandes predios que hoy configuran el paisaje de la capital de Brasil (figura 5), se hizo realidad, no fue llevado en

⁸ Traducción libre de: “[...] a adoção desse modelo de produção possibilitou, ou mesmo ampliou, as incoerências ecológicas praticadas em solos não aptos a este tipo de práticas agrícolas. Convém lembrar que, raramente, os problemas manifestam-se de imediato. Em muitos casos, o agricultor somente se dá conta da insustentabilidade da produção quando os problemas ambientais – terras erodidas e pastagens degradadas – se avolumam e inviabilizam a manutenção do nível de produção” (THEODORO; LEONARDOS; DUARTE, 2002, p. 151).

consideración la carga social y política que esta acción histórica provocaría en el decurso de décadas ascendientes.

La incumbencia de sintetizar la ostentación del poder en forma de grandes predios hay surgido en el periodo desarrollista, de cierto impulsado por los planos de expansión de las fronteras en el grande “sertão” (interior) brasileño. Sin embargo, no podemos dejar de revelar la importancia que fue la presión aristocrática de la época con relación al proyecto de integración nacional, discurso que hay tomado cuenta de las esferas académicas y asambleas de intelectuales desde la virada del siglo pasado tras la revolución republicana.

Que vemos ocurrir en el periodo es lo que Milton Santos llama de proceso (SANTOS, 1985), o sea, un cumbre de factores y vectores históricos que juntos han engendrado un paisaje espacial materializado en el territorio por la técnica. En el caso del Centro-Oeste brasileño tenemos dos grandes situaciones que configuran este cuadro.

De un lado hubo el impulso del discurso agrario a partir de la década de 1970 en la región, atendiendo a los grandes señores de tierra de aquellos Estados. Por otro lado tenemos la concentración del poder político y de buena parte de la aristocracia agraria del país – que hace parte de la tan famosa y polémica bancada agraria en las Asambleas Legislativas de los Estados y en el Congreso Nacional – insólita en sus colocaciones y abusos de representatividad al largo de la historia de la política brasileña.

Por estas y por otras razones podemos considerar este nuevo cuadro de grandes conspiraciones políticas representacionales con las decisiones previamente direccionadas del Congreso Nacional como un enorme semióforo social, históricamente construido y de difícil desconstrucción debido a la complejidad de su estructura de formación y sustentación.

1.4. El fin de los “dos Brasiles”

Diferente de que hay afirmado Jacques Lambert, al largo de su proceso de desarrollo histórico el Centro-Oeste hay rompido con una antigua dualidad secularmente defendida y difundida. Esto ocurría por el facto de gran parte de los magnates descendentes de los colonos europeos, aristócratas y políticos de todos los tipos estaban concentrados en grandes centros del litoral brasileño, en especial Salvador y Rio de Janeiro.

Después del cambio de ubicación de la capital federal hacia Brasíliya y el avance constante del discurso ruralista del “sertão” vemos el nacimiento de un nuevo semióforo que en los días actuales no relega para si su auto-justificación. O sea, la de que es en el centro de Brasil, en el Distrito Federal, que se encuentran los dueños de la Nación.



Esto fenómeno fue posible gracias a una acción conjunta y coordinada de fuerzas políticas y sociales, asociados a un aumento de los flujos materiales e informacionales en la región central del país, sin los cuales la construcción del ideario de la central gestora del poder no atingiría sus objetivos.

Milton Santos sintetiza esto aumento de los flujos en el Centro-Oeste cuando considera el factor de viabilidad territorial en uno medio casi natural ocurrido en el centro de Brasil, debido al avance del medio técnico-científico-informacional (SANTOS; SILVEIRA, 2002).

2. El imaginario social y la construcción de la identidad territorial

Los semióforos presentados constituyen un grupo de iniciativas acuñadas en un sesgo político embazado por el discurso aristócrata. La historia de la construcción de la identidad nacional brasileña está repleta de ejemplos así. En el caso de Brasil en particular, su territorio se cambió el principal soporte de generación de este discurso, estructurado principalmente por las riquezas naturales y características gentílicas del pueblo.

La geografía tiene un papel de singular importancia por el facto de representar, entre la lista de ciencias humanas, la que posee lo aparato teórico y metodológico para analizar el fenómeno de la aplicación del discurso y poder político como instrumento de dominación y control del Estado nacional. Sobre la relación entre el territorio, el discurso dominante y la importancia de la geografía en la escrutación analítica de la relación entre ellos, Iná Elias de Castro (1997, p. 155) dice que:

Considerar el imaginario político y territorio como términos que pueden articularse coherentemente en un debate académico transcurre de la acepción mínima de la política como control de las *pasiones* humanas y del territorio como el soporte material para la convivencia, necesaria a la liberación de la energía inherente a aquella pulsión. El imaginario social, a su vez, es el cimiento de esa coherencia por hacer visible e interpretable simbolismos presentes en la relaciones de los hombres entre sí mismo y con su medio, los que se materializan en los diferentes modos de organización socio-espacial. Es en esto sentido que el imaginario político, territorio y naturaleza se encuentran entrelazados en situaciones concretas, explicando unas de las cuestiones claves, tanto de la representación territorial de la política como el sentido de sus discursos y de las banderas regionalistas⁹.

⁹ Traducción libre de: "Considerar o imaginário político e território como termos que possam articular-se coerentemente numa discussão acadêmica decorre da aceção mínima da política como controle das paixões humanas e do território como o suporte material para a convivência, necessária à liberação da energia inerente àquela pulsão. O imaginário social, por sua vez, é o cimento dessa coerência por tornar visível e interpretável simbolismos presentes nas relações dos homens entre si e com seu meio, os quais materializam-se nos

Concluimos que es indisociable la relación entre el discurso formador y estructurador de la política territorial con su poder de valoración espacial y agregación de sentido y identificación. Cabe a la geografía y a los geógrafos establecer los parámetros para la comprensión de este flujo de vinculación entre el poder discursivo y la práctica política. Para Yves Lacoste (1977) el discurso geográfico siempre estuvo ligado a los intereses de los Estados nacionales. Este posicionamiento es ampliamente observable en el periodo vivido por los países europeos durante la dos grandes guerras y también en las largas décadas posteriores marcadas por la Guerra Fría. El conocimiento físico y humano del territorio posibilita a los gobiernos de los Estados nacionales fortalecer su discurso político de dominación y legitimación:

Ante toda ciencia, ante todo saber es obligatorio plantearse una cuestión epistemológica previa; el proceso científico va unido a una historia y debe ser visto por una parte en sus relaciones con las ideologías y por otra como práctica o como poder. Plantear de entrada que la geografía sirve, en primer lugar, para hacer la guerra no supone que sólo sirva para dirigir unas operaciones militares; sirve también para organizar los territorios no sólo en previsión de las batallas que habrá que librar contra tal o cual adversario, sino también para controlar mejor a los hombres sobre los cuales ejerce su autoridad el aparato del Estado. La geografía es, en primer lugar, un saber estratégico estrechamente unido a un conjunto de prácticas políticas y militares, y son dichas prácticas las que exigen la recopilación articulada de unas informaciones extremadamente variadas y a primera vista heterogéneas, cuya razón de ser y cuya importancia no es posible entender si nos limitamos a la legitimidad de la división del Saber para el Saber. [...] La geografía, en tanto que descripción metódica de los espacios, tanto bajo los aspectos que se ha convenido en denominar "físicos" como bajo sus características económicas, sociales, demográficas y políticas (por referimos a una cierta división del saber), debe situarse absolutamente, en tanto que práctica y en tanto que poder, en el marco de las funciones que ejerce el aparato de Estado para el control y la organización de los hombres que pueblan su territorio y para la guerra (LACOSTE, 1977, p. 7).

Estas colocaciones van de encuentro a la creación de los semióforos erigidos con fines claramente nacionalistas, con el intuito de establecer aún más referencias dominantes, muchas veces distantes de las camadas más modestas de la sociedad civil. Sin embargo las acciones, posturas y discursos políticos visan atender de inmediato los intereses del Estado y de las clases detentoras del poder económico del país, generando un círculo de mutua sustentación de este escenario. Para Castro (1997, p. 160-161), eso es decir que:

El campo de las relaciones entre política, como control de la acción individual y colectiva, y el espacio, como continente de estas acciones en función de la inserción

diferentes modos de organização sócio-espacial. É neste sentido que o imaginário político, território e natureza encontram-se entrelaçados em situações concretas, explicando algumas das questões-chave, tanto da representação territorial da política como o sentido dos seus discursos e das bandeiras regionalistas" (CASTRO, 1997, p.155).



territorial fundadora del hecho político, revela un amplio y estimulante gama de cuestiones que se colocan para la agenda de investigación de la geografía contemporánea¹⁰.

El trabajo de crítica a tal situación de atenuamiento ideológico de la geografía para fines políticos y económicos, de estructuración y mantenimiento de un aparato simbólico de dominación territorial es, sin duda, el campo de mayor interés al que lo profesional del saber geográfico debe atenerse.

El alma nacional de un país es formada por su referencia a sus fundadores y el culto a estos representantes de su liberación, emancipación o expansión. Un factor que hasta una cierta preocupación y curiosidad con relación a la identidad nacional brasileña es justo la ausencia de estos individuos, recordados como héroes nacionales (ÁLVARES, 2000). En primer lugar porque estos héroes, en la mayoría de las veces, pertenecían a las clases sociales distantes de gran parte de la población del país, como es el caso de los grandes generales, mariscales y coroneles de la élite de las fuerzas armadas de Brasil. Los verdaderos héroes nacionales son los pequeños representantes locales y regionales, mismo que venerados, aún permanecen ligados a un pasado lejano al de la contemporaneidad.

En segundo plano tenemos la responsabilidad de orgullo y referencia simbólica nacional direccionada para los arquetipos de valoración y sublimación de lo que es edénico. Como ya fue presentado por medio de la construcción simbólica de los semióforos del “*Planalto Central*”, los brasileños recurren a las cuestiones ambientales, naturales y gentílicas para hacerse representados en una *pseudo* alma nacional.

La veneración y respeto desde las más tiernas edades son sin lugar a dudas enfocados para la amplitud del territorio, sus riquezas y beneficios exploratorios. La invalidación de la fuerza identificativa de un pueblo con su propia historia provoca su alienación política y su abstención cultural y nacional. Eso es lo más claro exponente y ejemplo de la dominación económica y política de las clases aristocráticas que permean el poder de decisión y gestión del territorio e historia de Brasil:

Todos los países tienen y veneran a sus héroes. En unas naciones este culto llega a ser devoción. Se incorporan a los costumbres y tradiciones. Representan el alma de la Patria. [...] En Brasil, infelizmente, sepultamos la práctica de venerarlos. Se tornaron nombres expresivos para feriados prolongados. Más no apenas héroes fueran víctimas de la negligencia de nuestras autoridades, para implantarse una anti-

¹⁰ Traducción libre de: “O campo das relações entre política, como controle da ação individual e coletiva, e o espaço, como continente destas ações em função da inserção territorial fundadora do fato político, revela um amplo e estimulante leque de questões que se colocam para a agenda de pesquisa da geografia contemporânea” (CASTRO, 1997, 160-161).

cultura nacional. Las tradiciones son constantemente minadas en sus bases, permaneciendo apenas aquellas que sirven como fuentes de ganancias empresariales, como atractivos turísticos. Se invirtieron los valores culturales y el sentido de espontaneidad de las fases folclóricas regionales. El poder económico ha alcanzado las raíces de nuestras tradiciones (ÁLVARES, 2000, p. 64)¹¹.

El tema de dominación política por medio del discurso simbólico y su aplicación al territorio es tan vasto cuanto fueran las variables involucradas. La sociedad está intrincada al medio donde vive y en el crea lazos de dependencia, identificación y desarrollo histórico y territorial.

Las esferas cultural, social, política, económica y ambiental fueran el sustrato complejo de los hilos conductores de la relación entre el ser humano y el territorio habitado por él. El conjunto indisoluble de las esferas, el ser humano y el territorio forman, así, el espacio geográfico (OLIVEIRA; ARAÚJO SOBRINHO, 2012 y OLIVEIRA, 2013)¹². Es en esto interino conforme, ya explicado en las palabras de Castro (1997) y Lacoste (1977), que el trabajo del geógrafo encontrará su más proficua profundidad, utilidad y resultante de aplicabilidad y desenvoltura.

Consideraciones finales: semióforos y el espacio geográfico

En el inicio del texto buscamos exponer como el concepto de semióforo es expansible para un nivel histórico y territorial que va más allá de los simples objetos cargados de significados diversos. De este modo, los ejemplos de los semióforos relacionados al “*Planalto Central*” de Brasil corresponden a ideas materializadas o no, pero que componen un conjunto de símbolos rellenos de importancia en la sociedad brasileña.

¹¹ Traducción libre de: “Todos os países têm e cultuam os seus heróis. Em algumas nações este culto chega a ser devoção. Incorporam-se aos costumes e tradições. Representam a alma da Pátria. [...] No Brasil, infelizmente, sepultamos a prática de cultuá-los. Tornaram-se nomes expressivos para recessos e feriados prolongados. Mas não apenas heróis foram vítimas da negligência de nossas autoridades, para que se implantasse uma anticultura nacional. As tradições estão sendo constantemente minadas nas suas bases, permanecendo apenas aquelas que servem como fontes de lucros empresariais, como atrativos turísticos. Inverteram-se os valores culturais e o sentido de espontaneidade das festas folclóricas regionais. O poder econômico alcançou as raízes de nossas tradições” (ÁLVARES, 2000, p. 64).

¹² “[...] Temos o espaço geográfico como a conjunção indissolúvel e dialética de três elementos básicos: a materialidade (o físico, o concreto, a natureza, a superfície terrestre, os objetos, as formas ou, como aqui queremos salientar, o território), os tempos (geológico, cronológico, sincrônico, diacrônico, entre outros) e a sociedade (nas suas instâncias econômica, social, política, cultural e espacial). Desta maneira, não podemos sopesar o espaço somente como sendo o território, uma vez que os tempos e a sociedade também o constituem, dando a este território uma configuração territorial, com dinâmica, vida, intencionalidade, função, conteúdo, e por ele sendo constituídos, dialeticamente produzindo a totalidade” (OLIVEIRA; ARAÚJO SOBRINHO, 2012, p. 5).



Temas relacionados al que fue presentado en este trabajo son de extrema importancia para que comprendamos la dinámica de formación de las representaciones sociales brasileñas. El concepto de semióforo mostrado y desarrollado aquí posibilita un gran paso para llegar al debate de nichos semiológicos que, normalmente, no son explorados por los geógrafos, siendo que para una investigación geográfica es necesario una profundización que cubre varios otros estudios de diferentes ciencias sociales como historia, sociología, antropología, entre otras, más allá de otras áreas del conocimiento humano.

Justo por mostraren el paisaje de comprensión sobre unos aspectos de esta región brasileña, rompiendo paradigmas en el caso de la inversión de los “dos Brasiles”. O, entonces, construyendo nuevos, como es el caso de la edificación de la capital federal y de los incentivos de desarrollo agrario.

Llegamos, al final, en un punto donde podemos afirmar no sólo la existencia, pero también la constatación de estos semióforos del “*Planalto Central*”, más allá de los datos estadísticos y económicos, mirando una comprensión más histórica, ideológica y social del territorio y sus múltiples relaciones, conformando así la comprensión espacial del fenómeno, tan cara a nosotros geógrafos.



Referencias bibliográficas

ÁLVARES, Oto Ferreira. *Radiografía de uma nacionalidade desnuda*. Brasília: Verano, 2000.

AZEVEDO, Aroldo de. As grandes unidades do relevo brasileiro. *Revista Geográfica*, México: Instituto Pan-Americano de Geografía e História, v. 11, n. 31, p. 7-9, 1951. Disponible en: <<http://www.jstor.org/stable/40996331>>. Acceso en: 10 jun. 2014.

BURDEU, Georges. *O Estado*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Iná Elias de. Imaginário Político e Território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). *Explorações Geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 155-196.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

CLAVAL, Paul. *Espacio y Poder*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Downloads*. 2014. Disponible en: <<http://downloads.ibge.gov.br/>>. Acceso en: 10 jun. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Ipeadata*. 2014. Disponible en: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acceso en: 10 jun. 2014.

JABLONSKY, Tibor. *Candango*: Brasília (DF). 195-¿?. 1 fot.: p&b. Disponible en: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/fotografias/GEBIS%20-%20RJ/DF25458.jpg>>. Acceso en: 10 jun. 2014.

LACOSTE, Yves. *La geografía: un arma para la guerra*. Traducción de Joaquín Jordá. Barcelona: Anagrama, 1977. Disponible en: <<https://pt.scribd.com/doc/47557439/Geografia-un-arma-para-la-guerra>>. Acceso en: 10 jun. 2014.

PAVIANI, Aldo (org.). *Urbanização e metropolização*. Brasília: UnB / Codeplan, 1987.

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. *Esplanada dos Ministérios a partir da Torre de TV*. 2010. 1 fot.: colorida.



- _____. O espaço geográfico no prisma de Abbe: uma proposta de sistematização conceitual. In: ARAÚJO, Gilvan Charles Cerqueira de; OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; KUNZ, Sidelmar Alves da Silva. *Elementos de Teoria do Espaço Geográfico*. Brasília: ACLUG, 2013. p. 51-91.
- OLIVEIRA, Nathan Belcavello de; ARAÚJO SOBRINHO, Fernando Luiz. Aportes para a análise espacial do atual pacto federativo brasileiro: estabelecendo relações entre espaço urbano, cidade e exercício do poder. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: AGB / UFMG, 2012. Disponível em: <<http://www.belcavello.com.br/publica/artigos/anais/2012xviieng>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- RAFFESTIN, Claude. *Por una geografía del poder*. Traducción de Yanga Villagómez Velázquez. México: El Colegio de Michoacán, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/140332368/LIBRO-Por-una-geografia-del-poder-RAFFESTEIN>>. Acesso em: 10 jun. 2014.
- SANTOS, Milton. *Espaço e Método*. São Paulo: Nobel, 1985.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, María Laura. *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- SILVEIRA. A região e a invenção da viabilidade do território. In: SOUZA, Maria Adelia Aparecida de (org.). *Território brasileiro: usos e abusos*. Campinas: Territorial, 2003. p. 408-16.
- THEODORO, Suzi Huff; LEONARDOS, Othon H.; DUARTE, Laura Maria Goulart. Cerrado: o celeiro saqueado. In: DUARTE, Laura Maria Goulart; THEODORO, Suzi Huff (org.). *Dilemas do Cerrado: entre o ecologicamente (in)correto e o socialmente (in)justo*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. p. 145-176.
- VESENTINI, José William. *A capital da geopolítica*. 4. ed. São Paulo: Ática, 1996.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

A REGIÃO INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL E ENTORNO: entre planejamento regional e gestão metropolitana

Agnes de França Serrano^{*}

Alessandro Aveni^{**}

Fernando Luiz Araújo Sobrinho^{***}

Saimon Freitas Cajado Lima^{****}

Resumo

A articulação das relações político-institucionais entre Municípios, Estados e União representa a maneira mais tradicional de se estabelecer a governabilidade entre os entes federados brasileiros. Apesar das diversas regionalizações definidas no país, tanto para fins de caracterização demográfica e estatística, quanto na tentativa de garantir um melhor desenvolvimento regional intra ou interestadual, ainda hoje há muita dificuldade de gestão dessa escala de atuação do poder público, devido à falta de integração entre Municípios, Estados e União quanto à formulação e implementação das políticas públicas propostas e planejamento em geral. As próprias ferramentas de planejamento e gestão, muitas vezes, demonstram ausência de articulação entre os poderes, além de uma fragmentação da ação política. Apesar disso, a definição e gestão das regiões metropolitanas até hoje instituídas exigem esforços de planejamento e ordenamento entre diferentes poderes que se disponham a

^{*} Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Professora de Geografia do Magistério Público do Distrito Federal. Correio eletrônico: agnes.serrano@gmail.com

^{**} Doutorando em Geografia do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Correio eletrônico: alessandro@unb.br

^{***} Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Brasília. Correio eletrônico: flasobrinho@gmail.com

^{****} Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade de Brasília. Professor de graduação em Geografia do campus de Formosa da Universidade Estadual de Goiás – UEG e da União Pioneira de Integração Social – UPIS. Correio eletrônico: saimon.cajado2@gmail.com



atuar de maneira articulada e conjunta, de modo a justificar o próprio estabelecimento das mesmas. Dentre as regionalizações definidas no Brasil por conta da existência de um espaço urbano de caráter metropolitano encontram-se as RIDES, que são regiões nas quais, além de uma articulação entre os poderes públicos intermunicipais, é exigida também uma atuação de cooperação entre gestores de estados diferentes. Este grande desafio de governabilidade se faz necessário, por exemplo, na RIDE-DF, instituída em 1998. Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar a RIDE-DF e averiguar quais têm sido as atuações políticas e governamentais em prol da gestão dessa região, que compreende uma das maiores metrópoles brasileiras.

Palavras-chave: Geografia do Distrito Federal e Entorno; Brasília; Gestão Metropolitana; RIDE DF; Planejamento Regional.

Abstract

The articulation of political and institutional relations between municipalities, states and Union represents more traditional way of establishing governance between federal Brazilians. Despite various regionalization set in the country, for the purpose of demographics and statistics, as in trying to ensure better regional development intra or interstate, there is still a lot of difficulty managing this scale performance of the government due to lack of integration between municipalities, states and the Union regarding the formulation and implementation of public policy proposals and planning. As own tools for planning and management often show lack of coordination between branches in addition to a fragmentation of political action. Nevertheless, the definition and management of metropolitan areas today instituted efforts require planning and organization between different powers that are willing to act in a coordinated and joint, in order to justify the very establishment of the same. Among regionalization defined due to the existence of an urban space of metropolitan character are the RIDES, which are regions where, in addition to coordination between the public intercity, is also required an act of cooperation between managers of different states. This challenge governance is necessary, for example, RIDE-DF, established in 1998. This research aims to characterize the RIDE-DF and ascertain what have been the political and governmental actions on behalf of the management of this region, which comprises one of the largest Brazilian metropolis.

Keywords: Geography of the Federal District and Surrounding Areas; Brasilia; Metropolitan Management; RIDE DF; Regional Planning.



Introdução

A articulação das relações político-institucionais entre Municípios, Estados e União representa a maneira mais tradicional de se estabelecer a governabilidade entre os entes federados brasileiros. Apesar das diversas regionalizações definidas no país, tanto para fins de caracterização demográfica e estatística – tais quais as estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – quanto na tentativa de garantir um melhor desenvolvimento regional intra ou interestadual, ainda hoje há muita dificuldade de gestão dessa escala de atuação do poder público, devido à falta de integração entre Municípios, Estados e União quanto à formulação e implementação das políticas públicas propostas e planejamento em geral.

As próprias ferramentas de planejamento e gestão, muitas vezes, demonstram ausência de articulação entre os poderes, além de uma fragmentação da ação política. Apesar disso, a definição e gestão das regiões metropolitanas até hoje instituídas exigem esforços de planejamento e ordenamento entre diferentes poderes que se disponham a atuar de maneira articulada e conjunta, de modo a justificar o próprio estabelecimento das mesmas.

Dentre as regionalizações definidas por conta da existência de um espaço urbano de caráter metropolitano encontram-se as regiões integradas de desenvolvimento (RIDE), que são regiões nas quais, além de uma articulação entre os poderes públicos intermunicipais, é exigida também uma atuação de cooperação entre gestores de Estados diferentes. Este grande desafio de governabilidade se faz necessário, por exemplo, na região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE-DF), instituída em 1998.

Esta pesquisa tem por objetivo caracterizar a RIDE-DF e averiguar quais têm sido as atuações políticas e governamentais em prol da gestão dessa região, que compreende uma das maiores metrópoles brasileiras. O trabalho está estruturado em três seções. A primeira, contextualiza brevemente o planejamento regional no Brasil. A segunda, por sua vez, traz uma caracterização, do ponto de vista legal, da RIDE-DF frente ao cenário nacional de criação de regionalizações que compreendem espaços urbanos de caráter metropolitano. Por último, são discutidas questões referentes à gestão da referida região.



1. Breve contextualização do planejamento regional no Brasil

No Brasil, o ordenamento jurídico estabelece um equilíbrio de poderes em diferentes escalas. A organização do território nacional exige, portanto, uma gestão equilibrada dos poderes instituídos. Entre as ações governamentais que visam manter esse equilíbrio e administrar conflitos de interesses entre agentes sócio-espaciais encontra-se o planejamento territorial, contendo em sua própria esfera o planejamento regional.

Quanto à compreensão do conceito condizente a planejamento regional, bem como à sua finalidade, observa-se que eles perpassam por metamorfoses ao longo do tempo, estando vinculado às novas propostas quanto ao conceito de região e de regionalização, podendo ser verificado que essas transformações ocorrem de forma mais acentuadas no período Entre Guerras e Pós-Segunda Guerra Mundial.

Tais remodelagens teórico-conceituais refletem a necessidade de compreensão das transformações ocorridas no espaço, advindas da evolução das técnicas oriundas do progresso concernente à produção de inovações. Esta última é condição para o avanço da reprodução do modo de produção capitalista e, ao mesmo tempo, é condicionada por tal sistema em seu progresso, desdobrando-se no plano territorial nas novas lógicas de atuação do capital mediante a materialização das técnicas por intermédio da elaboração dos objetos espaciais. Esses, em meio a uma reação recíproca, recebem e sofrem o impacto das respectivas sociedades em sua reprodução desigual.

Nesse sentido, e de maneira prodigiosa, o modo de produção capitalista transforma-se em meio às suas crises, modificando e reestruturando também as formas e as lógicas espaciais segundo as suas demandas, em uma perspectiva espaço-tempo. Segundo Santos (1986), tais transformações se dão de maneira sincrônica (o todo em movimento) e assíncronica (no plano do singular em sua peculiaridade entre os lugares).

Quanto às frações que compõe a totalidade, na medida em que novas necessidades de expriamento do sistema se instalam, ou condições de reprodução lhe são oferecidas, os mecanismos de reprodução, de maneira seletiva, aportam-se sobre o espaço transformando suas dinâmicas.

Acerca de tal raciocínio, utilizando-se do exercício de periodização que permeia o olhar do espaço enquanto totalidade, assim como os seus subespaços, somados a acumulação desigual dos tempos e das técnicas nestes mediante uma abordagem sistêmica, cuja



reprodução diferenciada culmina nas disparidades entre regiões, Santos (1986, p. 211) assim assevera:

Dentro de um sistema histórico as variáveis evoluem assincronicamente; mas o sistema geográfico muda sincronicamente. Um sistema espacial é substituído por um outro que recria sua coerência interna, mesmo que cada variável isolada conheça uma velocidade de mudanças própria. Assim, sincronia e assincronia não são de fato, opostos, mas complementares, no contexto espaço-temporal, porque as variáveis são exatamente as mesmas. Levando em conta a defasagem entre as variáveis e os pedaços de tempo correspondentes, chega-se a explicar as diversidades de organização do espaço entre países, assim como o que se costuma chamar de “desigualdades regionais”.

É nessa perspectiva supracitada que se tem a necessidade de revisão/modificação quanto a concepções teórico-conceituais em detrimento ao movimento dialético espaço-sociedade, onde tal necessidade se rebate também quanto aos conceito de região, regionalização e no viés prático de ambos que corresponde ao planejamento regional.

Quanto a esse enfoque revisionista, Bezzi (2004, p. 102) assevera:

Assim, a revisão crítica, longe de destruir o que existe, permite um passo à frente na investigação e compreensão da realidade. Essa superação implica um conhecimento cumulativo e dinâmico, embora transitório, uma vez que os aspectos filosóficos e metodológicos incorporados a um conceito permitem explicá-lo em determinado tempo e lugar [...]. Nessa perspectiva, o conceito de região necessitou ser “reelaborado”, “recriado”, “repensado”, para surgir em termos diferentes (nova roupagem), a fim de atender as transformações políticas, econômicas, sociais e intelectuais que se impunham.

Nesse sentido, a perspectiva de concepção do conceito de região segundo Bezzi (2004), evolui, aprofunda-se sem que haja uma negação do que já fora produzido pela Geografia Tradicional (região natural determinista; região humana/geográfica possibilita), sendo tal conceito revestido de novas roupagens, ao passo em que se tem a necessidade de aprofundamento do entendimento do real.

Logo, o foco de análise realizado pela Geografia Tradicional dá lugar às proposições da Geografia Nova que, via modelos matemáticos, apresentavam teorias para a explicação das dinâmicas espaciais, tendo por método a indução. Bezzi (2004, p. 103) assim expõe:

Em outras palavras, não se poderia ficar limitado aos métodos e imprecisões da análise espacial realizados pela Geografia Tradicional, nem às observações de campo que a filosofia positivista entronizava, como forma de perceber a realidade objetiva, porém sem a base estatística para promover as generalizações que o método indutivo sugeria, e sem a base teórica e filosófica que a justifica-se. Introduziram-se, então, a Matemática e a Estatística aos estudos regionais como instrumentos de análise, teste, inferências e até mesmo como base de organização da



pesquisa regional, buscando-se um maior rigor metodológico fornecido pelo modelo dedutivo. A racionalidade instrumental permitia o tratamento dos processos mais complexos e de grande importância para o desenvolvimento da ciência geográfica e, em particular, da questão regional [...].

Bezzi (2004), também descreve que a Geografia Nova, por meio de uma nova proposição de método, possibilitou aglutinar o dualismo lógico (quantitativo) com uma abordagem abstrata (qualitativo), promovendo o enriquecimento do conceito de região e das proposições direcionadas à mesma, sendo esta, também, elevada a categoria de análise dentro da geografia.

Nesse contexto, o planejamento constitui o cerne dos estudos regionais, cuja finalidade repousava na equanimização das disparidades territoriais via progresso dos sistemas produtivos, que se desdobrariam no avanço econômico e na extirpação dos problemas sociais.

Entretanto, mesmo contendo tais proposições, verifica-se os limites do discurso teórico-metodológico de tal faceta neo-positivista da Geografia, uma vez que a mesma trás em seu bojo – segundo os geógrafos críticos que despontam em seu movimento durante a década de 1970 – a incapacidade de explicar as dinâmicas sócio-espaciais em meio ao seu movimento de totalização, trazendo apenas frações estáticas de tal processo por intermédio da utilização de inúmeros modelos explicativos.

Entretanto, é de fundamental importância reconhecer que a origem e o florescimento do planejamento regional no Brasil, permeia o contexto de transição entre uma abordagem clássica e neo-positivista, respondendo pelas primeiras iniciativas quanto à busca de se promover ações direcionadas ao planejamento territorial mediante reflexões, cuja base, a priori, é o próprio recorte regional.

Arrais (2007) ao citar Ianni (1986), define planejamento regional como técnica, enquanto instrumento estatal de política econômica intervencionista, tendo o seu uso em um contexto nacional a partir da Segunda Guerra Mundial. Em tal contexto, Bezzi (2004) aponta que o planejamento regional surge no fim do capitalismo concorrencial de forma concomitante a própria transformação do papel do Estado (interventor em um plano interno e regulador da economia).

Observa-se que anterior à gestão de Juscelino Kubitschek e nos transcorrer da mesma, em termos de políticas territoriais, tem-se a implementação de ações que buscavam somente resolver de maneira isolada os problemas de âmbito regional, onde tais ações também desconsideravam as dinâmicas territoriais como um todo e os seus desdobramentos no plano regional e local.

Costa (2000) destaca os casos das regiões Nordeste e Norte em tal perspectiva, tendo enquanto políticas territoriais a criação do DNOCS (1946), a Superintendência de Defesa da Borracha (1912) que em 1942 é remodelado enquanto Banco de Crédito da Borracha (BCB) e passa em 1950 a ser o Banco de Crédito da Amazônia, a criação da Comissão do Vale do São Francisco (1848), a implementação do Banco do Nordeste do Brasil (1952) e, por fim, a instituição da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (1953).

Em meio às ações supracitadas, percebe-se no transcorrer da primeira metade da década de 1950, na segunda gestão de Vargas, a continuação de sua política de aceleração do processo de industrialização, somado à modernização burocrática do Estado, sendo tais iniciativas o desdobramento de sua primeira gestão e condição preponderante para o desenrolar das políticas territoriais executadas no Plano de Metas do governo JK.

Segundo Costa (2000), há nesse contexto o investimento em programas infraestruturais, do setor de energia e de transporte, tais com a Cia Siderúrgica Nacional, da PETROBRÁS, assim com da ELETROBRÁS. Também é advinda de tal contexto a implementação do BNDE (Banco Nacional de Desenvolvimento) responsável pelos investimentos para a promoção das políticas de desenvolvimento regional.

Em sequência à segunda gestão de Vargas, observa-se de maneira mais nítida a presença do novo Estado interventor e promotor de políticas territoriais, cujo planejamento constituiu-se enquanto condição essencial para o desenvolvimento econômico nacional.

Costa (2000) ressalva que a execução do Plano de Metas de JK primava pela busca efetiva da integração da economia nacional via conexão do país através do extenso modal rodoviário implantado, tendo enquanto nó articulador do território a nova capital nacional, Brasília.

Nesse cenário, a concepção da capital é tida como condição essencial para a reprodução ampliada do capital sobre o território, estando o mesmo vinculado ao comando da indústria paulista, e ao mesmo tempo, apto ao uso das corporações externas, uma vez que a fluidez é assegurada:

Nesse sentido, Brasília representou a implementação de um poderoso “posto de vanguarda” para o norte e o oeste do país, regiões que o Estado vinha tentando “capturar” há algumas décadas. Como verdadeiro polo, ou nó de articulação inter-regional, deslocou para a imensa “hinterlândia” (território situado atrás de uma costa marítima ou de um rio) parte das atenções governamentais, dos segmentos privados da economia e da opinião pública nacional [...]. Enquanto esta era construída, vias de acesso para o sul, leste e nordeste e vias de penetração para o norte e o oeste eram abertas, todas convergindo para um mesmo ponto. A “ossatura” de circulação em torno do novo referencial geográfico do poder político do país estava assentado. No total, foram quase 6.000 km de estrada federais, ligando os seguintes pontos: Belém-



Brasília, Acre-Brasília, Fortaleza-Brasília, Belo Horizonte-Brasília e Goiânia-Brasília (COSTA, 2000, p. 54).

Fruto do financiamento via Tesouro Nacional, bem como da captação de recursos externos, ao citar o caso de Brasília, Costa (2000) assevera que nenhuma política territorial é geográfica ou geopolítica, sobre o julgo estratégico do Estado, mas estas constituem em substratégias para uma política econômica maior, sendo resultantes das demandas das grandes corporações, usando-se dos planos nacionais para uma ação desenvolvimentista como sua fonte de efetivo uso do território.

Doravante, ao se tratar efetivamente de políticas cujo pano de fundo perpassa pela prática quanto ao planejamento regional no contexto brasileiro, Costa (2000) expõe que a implementação da SUDENE no ano de 1959, efetivamente inaugura uma nova perspectiva de atuação do Estado brasileiro para com o território, onde, a priori, suas ações tinham por traço um caráter econômico-regional em suas práticas.

Costa (2000) pontua o contexto da proposição da SUDENE, tendo no atraso econômico da região Nordeste, somado às disparidades regionais em relação à macrorregião Centro-Sul, bem como a permanência das estruturas econômicas tradicionais que impediam que a região beneficia-se do progresso do processo de industrialização do Plano de Metas, os elementos que justificavam a implementação de tal superintendência.

Mediante o contexto apresentado, Costa desdobra o seu raciocínio quanto à lógica da condução das políticas territoriais após o mandato de JK, enfatizando as transformações do planejamento estatal, bem como a sua condução pelo Estado militarizado.

Sobre as características do foco atinente ao planejamento regional e a concepção de região, Arrais (2007) descreve nesse contexto a progressão de dois direcionamentos: o primeiro advém da concepção de região associando-se à existência de problemas regionais (gestão JK), encarando a região enquanto uma negativa, tendo no cerne da proposição das políticas territoriais medidas e ações que viessem combater as disparidades regionais; o segundo direcionamento que permeia a presença de um Estado militarizado, os componentes social e político que norteavam os ideais de planejamento quanto elementos de uma modernização e desenvolvimento, são desfocados do ato de planejar, as disparidades regionais dão lugar apenas à implementação de infraestruturas e aparatos produtivos.

Araújo (1993) afirma que, nesse contexto, buscava-se efetivar de maneira generalizada o espraiamento dos sistemas produtivos sobre o território, sendo constatado uma pequena desconcentração produtiva. O Estado militarizado criou estratégias para tal dispersão da



produção sobre o território, sendo reforçado em cada região o seu papel dentro do contexto nacional da divisão territorial do trabalho.

A pesquisa da FUNDAJ destaca como relevantes:

No Norte: a expansão da atividade primária em Rondônia, a instalação da Zona Franca de Manaus, os grandes projetos de mineração e de infra-estrutura de energia no Pará. No Nordeste: a implementação do eixo químico que vai da Petrobrás ao Complexo Integrado de Base de Sergipe, e ao Pólo Cloroquímico de Alagoas, a diversificação da indústria com especial destaque para os bens intermediários e o dinamismo agrícola no São Francisco. No Sul: a modernização da agricultura, sobre todo Paraná. A economia gaúcha se expandiu bem menos, mas nela se destaca a indústria de bens de capital, vinculada antes apenas à demanda do setor agrícola e diversifica a sua estrutura e o seu mercado nos anos 70, com destaque para a indústria mecânica e a de material elétrico. No Centro-Oeste: a instalação da moderna agricultura de grãos e a consolidação do Distrito Federal que dinamiza aí um terciário importante. No Sudeste: a expansão relativamente maior de Minas e Espírito Santo quando se comparado sobretudo ao Rio de Janeiro (ARAÚJO, 1993, p. 91-92).

Para Costa (2000), ao assumir o poder, o Governo Militar utilizou o discurso desenvolvimentismo semelhante ao do Estado Novo: centralização das políticas via coordenação do governo para com a política econômica e demais, mediante montagem de super-ministério, como o Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica.

Todavia, Costa (2000) ressalva que é de relevância considerar que foi com a proposição Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976, que, por sinal, não foi implementado) que tem-se pela primeira vez uma abordagem diferenciada para com as políticas territoriais do país, que serão dominantes a partir de então: a questão regional do ponto de vista da integração nacional não é vista de maneira difusa e uníssona, mas com um viés de interconexão entre as regiões, tendo por escala de planejamento todo o território nacional. A busca pela consolidação de um mercado nacional, conduzem ao empreendimento de esforços para com a ocupação econômica da Amazônia e do Centro-Oeste de maneira integrada com o restante do país.

Efetivamente, as estratégias de integração nacional elaboradas no Plano Decenal de 1967-1976, são mais uma vez apresentadas no I PND (Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), cujas estratégia para o desenvolvimento nacional perfazem também a escala regional media o PIN (Programa de Integração Nacional). Logo, o PND dava as diretrizes, o norteamento para com as políticas em escala nacional, já o PIN traduzia essas informações para o âmbito regional.

Para Costa (2000), enquanto elementos importantes nesse contexto do I PND (1972-1974), correlacionam-se a busca pelo efetivo crescimento e integração da economia nacional,



tendo como polo irradiador e condutor de tal dinâmica o Centro-Sul do país, cuja expansão da fronteira econômica advinda de tal polo seria o vetor de efetiva integração e desenvolvimento do território como um todo: o PND era aplicado tanto em áreas desenvolvidas como subdesenvolvidas do país. Outro ponto importante ainda no I PND, foi a proposta condizente ao planejamento urbano em escala nacional via instauração de *áreas metropolitanas*, enquanto estratégia para alcançar um maior e melhor desenvolvimento das mesmas.

Como sequência da macro-política supracitada, tem-se a implementação do II PND (1975-1970). Costa (2000) enfatiza que o plano em discussão mudou o enfoque quanto às diretrizes maiores do desenvolvimento nacional, uma vez que política econômica do país foi formulada no contexto de declínio de investimentos externos.

Os investimentos do Estado eram direcionados aos segmentos que pudessem ativar a econômica enquanto alternativa para com o comportamento declinante do comércio exterior. Logo, medidas agressivas foram tomadas para a expansão das fronteiras icônicas e ocupação das “áreas vazias do território”.

Entretanto, Costa (2000) aponta que diferentemente do I PND e do PIN, no II PND os projetos e colonização são deixados de lado – a dimensão social do planejamento territorial – dando lugar ao financiamento de grandes empreendimentos produtivos de capitais nacional e estrangeiro, tais como o Polamazônia e Polocentro.

Segundo Araújo (1993) a década de 1980 marcou a entrada e efetivo declínio das estruturas produtivas do Estado somado ao ato de planejar, uma vez que em um contexto mundial, as grandes economias que investiam no mercado brasileiro perpassavam por uma reestruturação de seus sistemas econômicos, resultando no fraco ou inexpressível investimento na economia nacional, assim como na cobrança da moratória advinda da captação de recursos de duas décadas anteriores.

Nesse contexto, Araújo (1993) afirma ainda que o planejamento regional de médio prazo deu lugar ao imediatismo do gerenciamento da crise econômica nacional, uma vez que o país não promoveu de imediato a estruturação/reorientação do gerenciamento de sua economia segundo a instauração de uma dinâmica pautada na ciência, na técnica e na informação, tal qual as economias centrais, tendo enquanto um de seus efeitos o impacto direto sobre todas as regiões do país, uma vez que o território já encontrava-se em um amplo e progressivo processo de integração econômica.

Sobre os impactos da crise, Araújo (1993, p. 92) expõe que:



No Brasil, não acompanhamos essa locomotiva e passamos a década nos debatendo na crise da dívida, transferindo poupança para o exterior, paralisando o investimento, aprofundando a crise financeira do setor público e convivendo na segunda metade da década, com a ameaça constante da hiperinflação. Na segunda metade da década, os choques estabilizantes se sucedem, cada vez mais próximos um do outro. O curto prazo domina o cenário nacional. O Governo, as famílias, a maioria das empresas entram em lógica de curto prazo. O modelo industrializante das décadas anteriores claudica, a ausência de investimentos degrada a infraestrutura econômica, deteriora os serviços sociais, dificulta que as empresas acompanhem os avanços que seguem se efetivando em outros países. Acumulando atrasos e aumentamos a concentração de renda [...].

Tal conjuntura passou por transformações após a implementação e estabilização da economia com o plano real. O planejamento voltou à pauta das políticas de Estado de forma vigorosa após o governo Fernando Henrique Cardoso, tendo na escala meso e micro-regional o centro da produção do planejamento.

Nessa perspectiva, buscou-se, através do fortalecimento das bases locais – Municípios –, uma nova tentativa de autonomia e fortalecimento das regiões, estando todas as escala integradas. Entretanto, o Município se tornou o espaço de “todas as ações”, fruto de políticas descentralizadoras, oriundas das disposições da Constituição de 1988. Tal fato é expresso por Arrais (2007, p. 26):

Já no período de democratização, cuja marca maior foi Constituição de 1988 e sua tendência descentralizadora, priorizando a escala municipal, dois pontos parecem importantes em relação ao planejamento: o primeiro foi o reconhecimento da necessidade de combater as chamadas desigualdades regionais, perspectiva presente tanto nas Constituição Federal quanto nas constituições estaduais. O segundo foi a exigência do Plano Plurianual (PPA) como instrumento de planejamento governamental e a indicação, de forma regionalizada, das metas da administração pública.

Entretanto, mesmo com esse novo direcionamento para a produção de políticas públicas territoriais de cunho municipal, observa-se que a efetivação das mesmas constitui em grande desafio para com o efetivo cumprimento de sua proposta constitucional. O problema ainda se agrava quando há a busca por um desenvolvimento integrado entre Municípios que se encontram em situação de igualdade para com o grande centro urbano promotor de uma dinâmica espacial, tal o qual o caso da RIDE-DF.



2. Planejamento regional metropolitano no coração do Brasil: criação e caracterização da RIDE-DF

A primeira vez que a temática “regiões metropolitanas” apareceu em uma Constituição Federal brasileira foi em 1967, assunto reforçado na Emenda Constitucional nº 1, de 17 de outubro de 1969, cujo art. 164 esclarecia que a definição de Regiões Metropolitanas seria competência exclusiva da União, a qual deveria elaborar leis complementares federais reguladoras quando do estabelecimento dessa regionalização no território brasileiro.

No ano de 1973 foi promulgada a Lei Complementar nº 14, de 8 de junho, que instituiu oficialmente as primeiras Regiões Metropolitanas do país: São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza. Posteriormente, a Lei Complementar nº 20 do ano de 1975 estabeleceu também a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. De acordo com Bordo (2005):

A criação dessas regiões tinha por objetivo a resolução dos problemas urbanos partilhados pelas cidades aglomeradas e que transpassavam a esfera dos Municípios, necessitando uma ação conjunta no planejamento e na gestão dos bens e serviços metropolitanos, nem como na promoção do desenvolvimento socioeconômico numa escala regional.

O autor destaca ainda que, apesar da criação dessas regiões metropolitanas, a gestão das mesmas ainda se constituía como uma questão de natureza complexa e difícil, devido à articulação que se exigia dos diversos poderes ligados à instituição e à governabilidade das regiões instituídas.

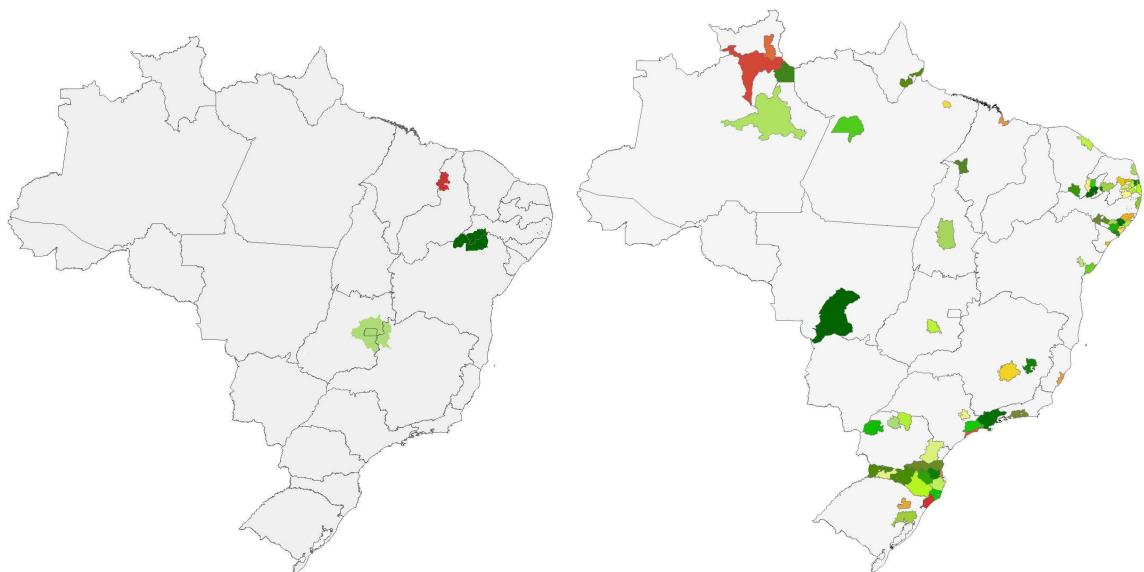
Mais de uma década após a criação legal da última região metropolitana até então estabelecida, a do Rio de Janeiro, a Carta Magna de 1988 modificou as condições de criação de Regiões Metropolitanas no país, primando pela descentralização do poder. Seu Artigo 25 estabeleceu que a definição das mesmas seria competência dos Estados, não mais da União, e se daria por meio de leis complementares estaduais. Essa descentralização do poder para os Estados permanece até a atualidade. Conforme a Constituição:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição. § 3º - Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

Em Brasília, a instituição de uma região metropolitana sempre se caracterizou como questão delicada, tanto do ponto de vista legal quanto prático, pois esse tipo de regionalização, de acordo com a Constituição Federal de 1988, deve abranger Municípios de *apenas uma unidade da federação*, fato que não ocorre na realidade da aglomeração urbana que compreende o Distrito Federal e alguns Municípios goianos, principalmente, limítrofes ao território do quadrilátero central brasileiro. Apesar desse entrave, Brasília¹ e seu entorno apresentam, desde a década de 1970, características marcantes de uma região de natureza metropolitana – muito embora não seja de caráter industrial –, tais como complexidade funcional, adensamento populacional, conturbação, dentre outros, como adverte Paviani (1987).

De fato, essa peculiaridade do espaço urbano-metropolitano que tem Brasília como aglomeração central e aglutinadora de fluxos não permitiu seu enquadramento oficial na lista de regiões metropolitanas do país. Entretanto, em 1998 o Estado brasileiro criou a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE-DF. Segundo Caiado (2006):

A criação da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno foi uma saída encontrada pelo Governo Federal para instituir regiões metropolitanas que abrangessem mais de uma unidade federativa, haja vista que a Constituição de 1988 relegou aos Estados da Federação a função de criação dessas regiões, sendo impossível a um único deles fazê-lo agregando municípios de um estado vizinho.



Figuras 1 e 2. RIDE e regiões metropolitanas instituídas no Brasil até 2014

Fonte: Elaboração de Nathan Belcavello de Oliveira a partir de dados de DEAP (2014).

¹ Entende-se por Brasília não apenas o Plano Piloto, mas o Distrito Federal, como um todo.



Após essa iniciativa Federal, outras duas RIDE foram criadas no país: a Região Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina, que abarca 14 Municípios do Estado do Piauí e do Maranhão, e a Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento do Polo Petrolina e Juazeiro, que além de compreender os Municípios que lhes dão nome, reúne outros seis, tanto do Estado da Bahia quanto de Pernambuco. Ambas foram instituídas em 9 de setembro de 2002, através dos Decretos federais nº 4.367 e nº 4366, respectivamente (vide figuras 1 e 2).

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE/DF)

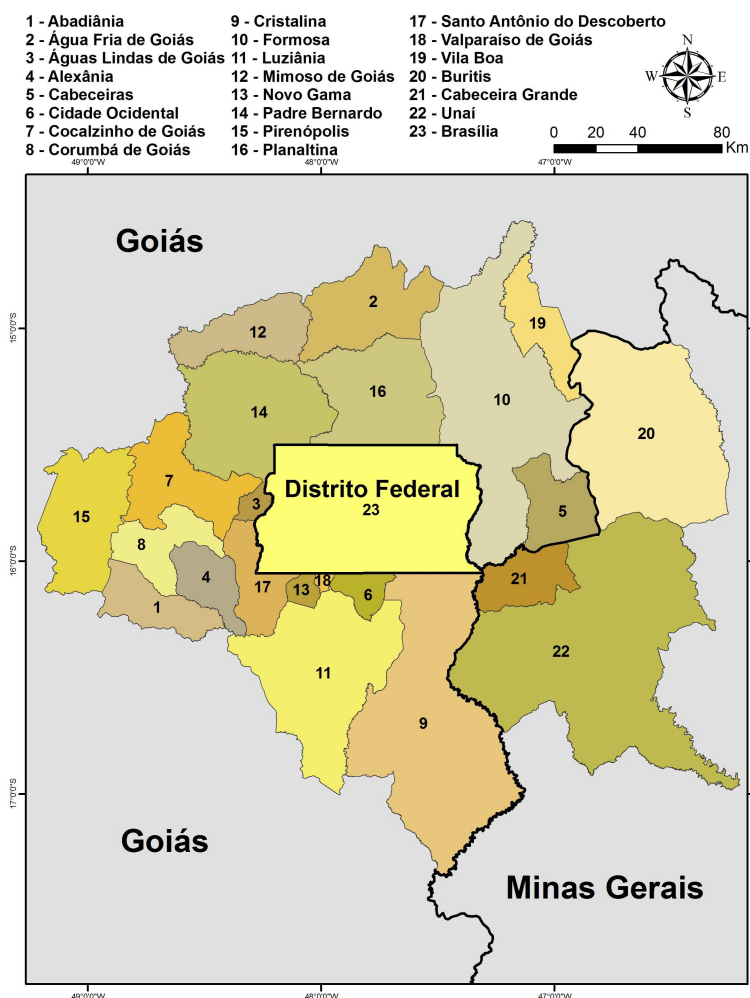


Figura 3. Região integrada de desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno
Fonte: IPEA (2014).

A RIDE-DF (figura 3), por sua vez, é formada atualmente por 22 Municípios, além do próprio Distrito Federal, dentre os quais 19 pertencem ao Estado de Goiás – Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho



de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso de Goiás e Vila Boa – e 3 ao Estado de Minas Gerais – Buritis, Cabeceira Grande e Unaí.

No caso da RIDE-DF, o fato de Municípios do Estado de Goiás e do Estado de Minas Gerais estarem ligados regional, econômica e politicamente ao Distrito Federal deve-se à própria constituição de Brasília. Por certo, grande parte desses Municípios, principalmente aqueles que fazem fronteira com o território do quadrilátero central brasileiro, constituiu-se por muitos anos como periferia da capital federal, consolidando-se como tal. Foi para onde se deslocou a parcela da população que apresenta a renda mais baixa da RIDE, devido ao menor custo de vida dessas localidades em relação ao próprio DF. Isso explica, por exemplo, a grande desigualdade (econômica e social) presente na metrópole que abarca Brasília, a qual tem sido extensamente retratada na literatura nacional. Como explicita Catalão (2008. p. 42):

[...] O crescimento das cidades goianas do entorno metropolitano deu-se muito mais como periferização da capital [...]. O entorno metropolitano de Brasília foi, desde sempre, uma alternativa governamental, direta ou indireta, para alocar as classes mais baixas que não podiam pagar por residência na capital [...]. Assim, o espaço urbano ampliou-se para uma escala metropolitana.

Esse espaço urbano de caráter metropolitano se constituiu a partir da elevada concentração de infraestrutura e equipamentos urbanos ligados à área da saúde e educação, por exemplo, bem como de ofertas de empregos no Distrito Federal. Essas constatações geraram uma dependência dos Municípios vizinhos com relação ao quadrilátero central, o que provoca ainda hoje uma intensa migração pendular dos moradores de localidades goianas, principalmente, próximas à Capital Federal. No total, a RIDE-DF possui atualmente uma população de 3.839.856 habitantes (IBGE, 2012). Destes, cerca de 67% residem no Distrito Federal. O segundo Município mais populoso é Luziânia, seguido de Águas Lindas e Valparaíso, todos localizados no Estado de Goiás.

A RIDE-DF fora criada com a jurisdição de articular as ações tanto da União quanto dos Estados que possuem Municípios compondo a região, bem como do próprio Distrito Federal. O objetivo maior com a instituição dessa regionalização seria a efetivação de projetos que promovessem um melhor desenvolvimento e maior dinamização da economia, bem como proovessem os entes federados que a compõem de infraestrutura adequada às principais demandas populacionais.

Quanto ao financiamento dos projetos pretendidos pelo planejamento regional, a RIDE-DF receberia prioritariamente recursos públicos que contemplassem o atendimento das



necessidades sociais, tanto com relação aos equipamentos públicos quanto aos serviços, bem como promovessem um melhor ordenamento e conseqüentemente, desenvolvimento territorial. Os recursos deveriam ser oferecidos tanto pela União quanto pelos Municípios abrangidos pela RIDE pertencentes aos Estados de Goiás e Minas Gerais, além do Distrito Federal, e, de acordo com o portal eletrônico do Ministério da Integração Nacional², seriam destinados principalmente:

ao sistema viário, transporte; serviços públicos comuns; geração de empregos e capacitação profissional; saneamento básico; uso, parcelamento e ocupação do solo; proteção ao meio-ambiente; aproveitamento de recursos hídricos e minerais; saúde e assistência social; educação e cultura; produção agropecuária e abastecimento alimentar; habitação popular; combate a causas de pobreza e fatores de marginalização; serviços de telecomunicação; turismo e segurança pública.

A partir da instituição da RIDE-DF e disposições políticas, governamentais, de planejamento e gestão realizados desde que a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, começou a vigorar, muito já deveria ter sido feito em prol do alcance dos objetivos da regionalização acima explicitada. Contudo, não se tem verificado ações políticas significativas que se realizem em prol do alcance dos objetivos da criação legal de uma região de caráter metropolitano que abrange Brasília e Municípios fronteiriços e próximos ao quadrilátero central, como será discutido a seguir.

3. Limites, questões e conflitos do planejamento e gestão da RIDE-DF

As questões de caráter metropolitano que envolvem Brasília e Municípios dos Estados vizinhos ao Distrito Federal, e, conseqüentemente, a própria constituição da malha urbana dessas Unidades da Federação – ou, pelo menos, parte delas – vêm estando presentes nas análises de pesquisadores acadêmicos e representantes de órgãos públicos e governamentais mesmo antes da definição e criação legal da RIDE-DF. Na década de 1980, Aldo Paviani (1989, p. 51) admitiu que Brasília se enquadrava em todos os requisitos para ser considerada uma metrópole. Na mesma década, Ferreira também afirmou que Brasília era uma metrópole, cujos limites envolviam os Municípios vizinhos do entorno do DF (*apud* SCHVASBERG, 2010. p. 257).

² <<http://www.integracao.gov.br/>>.

O cuidado com as terminologias utilizadas para denominar e/ou caracterizar o espaço metropolitano que envolve, dentre outras unidades administrativas, o Distrito Federal é nítido nas colocações de todos os que se aventuraram a tratar dessa temática. Schvasberg (2010, p. 255), por exemplo, preferiu utilizar o termo “área metropolitana” de Brasília. Steinberger (1999, p. 26), por sua vez, adotou a expressão “aglomerado urbano de Brasília” – devido a implicações políticas, conceituais e mesmo governamentais que as demais “nomenclaturas” poderiam carregar.

Além da indefinição e falta de consenso de denominações, há também diferenças no que se refere aos limites territoriais de cada uma dessas possíveis regionalizações, ou seja, os Municípios que as compreenderiam. Mesmo após a criação da RIDE-DF em 1998, ainda há outros órgãos governamentais que realizam análises norteadoras de políticas públicas de abrangência regional com recortes territoriais diferentes do estabelecido pela RIDE. A CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal – divulgou em 2013 um estudo referente à AMB – Área Metropolitana de Brasília –, que seria formada por 11 Municípios goianos – Águas Lindas de Goiás, Alexânia, Cidade Ocidental, Cristalina, Formosa, Luziânia, Novo Gama, Padre Bernardo, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto e Valparaíso de Goiás –, além do próprio Distrito Federal. Tal regionalização, por exemplo, fora definida pelo critério de contiguidade territorial, apenas.

Mesmo sendo realizadas tanto em âmbito científico-acadêmico quanto em âmbito político-administrativo, essa multiplicidade de nomenclaturas e tentativas de articulação regional existentes em torno do Distrito Federal e sua área de influência imediata – Municípios goianos e mineiros vizinhos – acaba por não priorizar a gestão governamental da mesma, de modo a minimizar questões problemáticas enfrentadas na esfera social, tais como atendimento médico adequado à população, provimento de transporte público, melhorias no planejamento e desenvolvimento urbano, dentre outros aspectos. Houve, desde a criação da RIDE-DF na década de 1990, poucas iniciativas governamentais e políticas em prol da gestão dessa região de caráter metropolitano, como a criação de um conselho, composto por representantes de diferentes órgãos e instâncias políticas, o COARIDE – Conselho Administrativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal. De acordo com a Lei Complementar que instituiu a RIDE-DF, caberia ao Poder Executivo a criação do referido conselho, de modo que este pudesse tanto planejar quanto coordenar as atividades desenvolvidas na região. Contudo, a atuação dessa entidade gestora pouco pôde ser percebida ao longo do tempo, tanto que ficou inativa por mais de seis anos até que suas atividades fossem retomadas em meados de dezembro de 2011.



A partir da reinstalação do COARIDE, foi necessário criar um regimento que esclarecesse aspectos relacionados tanto às funções quanto à própria formação do conselho. De acordo com esse documento, aprovado pela Resolução nº 01, de 20 de dezembro de 2012, questões como a minimização das desigualdades regionais, a aprovação e acompanhamento de planos e programas para a RIDE-DF, bem como a promoção da integração e unificação dos serviços públicos estariam listadas como finalidades do órgão.

Ainda conforme o regimento interno, o conselho deveria se reunir a cada três meses. Além disso, sua formação foi definida da seguinte maneira:

- O Ministro de Estado da Integração Nacional, que o presidirá;
- O Diretor-Superintendente da SUDECO ;
- Um representante de cada um dos seguintes Ministérios, indicados por seus titulares: do Planejamento, Orçamento e Gestão; da Fazenda; e das Cidades;
- Um representante da Casa Civil da Presidência da República, indicado por seu titular;
- Dois representantes do Ministério da Integração Nacional, indicados por seu titular;
- Um representante da SUDECO, indicado por seu titular;
- Um representante do Distrito Federal, um do Estado de Goiás e um do Estado de Minas Gerais, indicados pelos respectivos Governadores;
- Um representante dos Municípios que integram a RIDE, indicado pelos respectivos Prefeitos.

Os entraves na gestão dos problemas da RIDE-DF são perceptíveis desde o momento em que a região fora definida. Nota-se que a atuação política em prol dos alcances dos objetivos tanto da região quanto do seu próprio conselho tem sido mínima ao longo do tempo, de modo a gerar temporalmente a inativação do principal órgão que poderia regular as atividades e programas criados em torno da regionalização legalmente instituída no quadrilátero central e em alguns Municípios do Estado de Goiás e de Minas Gerais. Outra questão intrigante e que está relacionada diretamente aos programas e ações previstos para a RIDE-DF refere-se à própria formação do COARIDE. Como explicitado anteriormente, são, ao todo, 22 Municípios que estariam compreendidos por essa regionalização, além do Distrito Federal. Todo esse grupo possui apenas um representante. Os outros 12 membros representam

os poderes estadual e federal. Dessa maneira, é legítimo questionar como serão respondidas ou, ao menos, ouvidas as necessidades e os problemas de âmbito metropolitano presentes em escala municipal. Em verdade, não se nega a importância do conselho, mas é necessário interrogar tanto a respeito da formação quanto da atuação do mesmo. Esta, por exemplo, tem se mostrado escassa e, de certa maneira, inexistente nos últimos anos, o que dificulta o alcance dos objetivos da regionalização definida na década de 1990 para a área que abrange Brasília e Municípios vizinhos. De fato, é perceptível que, historicamente e de maneira geral, pouco se tem feito para minimizar, por exemplo, as desigualdades regionais existentes na RIDE-DF. Catalão (2008. p. 60) exprime bem essa falta de atuação política no que se refere ao planejamento e gestão da região da qual estamos tratando, quando afirma que:

embora reconhecida nacionalmente como de caráter metropolitano, a RIDE não apresenta integração desse caráter entre a capital federal e todos os demais Municípios componentes, não obstante significar um avanço em termos de política regional para a região circundante a Brasília.

Dessa maneira, as poucas iniciativas de gestão regional exprimem, dentre outros aspectos, falta de articulação e cooperação entre os poderes que deveriam atuar em prol do planejamento e efetivação das ações da RIDE-DF. Essa constatação não ocorre apenas na regionalização instituída no coração do país, mas em outras tantas regiões metropolitanas brasileiras. Como ressalta Gouvêa (2005. p. 234), “um aspecto é comum a todas elas: apesar de existirem legalmente, algumas há mais de 30 anos, as regiões metropolitanas brasileiras, na prática, não funcionam”. Ou seja, o planejamento regional que envolve o Distrito Federal e alguns Municípios do Estado de Goiás e de Minas Gerais tem se mostrado pouco efetivo e com baixa operacionalidade ao longo do tempo, muito por falta de articulação dos poderes que, em tese, deveriam estar envolvidos e empenhados em minimizar e sanar problemas de diferentes escalas no cenário metropolitano da RIDE-DF. Como bem ponderou França (2009. p. 85):

Após [mais de] dez anos de criação da RIDE, ainda permanecem dificuldades de articulação dos agentes envolvidos (das esferas federal, estaduais e distrital) com os interesses locais, somando-se a carência de recursos financeiros. Há uma reduzida integração entre os agentes distrital e goiano na efetivação de programas implementados para dinamizar as economias dos Municípios. [...] as ações são desarticuladas para os Municípios pertencentes a Goiás e inseridos da RIDE. Da mesma maneira, são desarticuladas as ações do Distrito Federal, o que acirra as dificuldades e dificulta o fortalecimento da RIDE.



O enfrentamento aos obstáculos e entraves da gestão metropolitana começaria com a superação de conflitos existentes entre os entes federados envolvidos na regionalização em questão, principalmente no que se refere aos investimentos e financiamento destinados aos projetos previstos, com a conciliação das prioridades de atuação do poder público, bem como a partir de uma efetiva cooperação das instituições e poderes envolvidos na RIDE-DF. Assim, a região da qual tratamos poderia receber um planejamento efetivo e deixar de existir apenas legalmente, passando a ser concreta territorialmente.

Considerações finais

Não se nega a existência de uma aglomeração de caráter metropolitano que envolva unidades da federação próximas ao Distrito Federal. Aliás, o espaço urbano desenvolvido em torno da capital brasileira se constitui como uma das maiores metrópoles do país, de acordo com o IBGE. Contudo, e apesar disso, tem havido uma ausência da atuação do Estado e dos poderes públicos do DF, do Goiás e de Minas Gerais no que se refere à governabilidade dessa aglomeração, denominada legalmente desde a década de 1990 como RIDE-DF.

O que se constata é que a referida região, apesar de enfrentar graves problemas de cunho social e de provimento adequado de infraestrutura, por exemplo, tem recebido escassos investimentos com relação ao alcance e efetivação de um planejamento regional. Poucas e recentes foram as iniciativas político-governamentais (re)criadas com o objetivo de tentar minimizar os problemas regionais que têm se agravado ao longo do tempo. Espera-se que essas poucas iniciativas possam ser eficientes e se multiplicar, e que sejam também um marco histórico em que se constituam como a própria mudança, produzindo, assim, o posterior em detrimento de um anterior que pouco deu atenção à gestão e planejamento da RIDE-DF.



Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Tania Barcelar de; LAVINAS, Lena *et alli*. *Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 1993.
- ARRAIS, Tadeu Alencar. Planejamento e desenvolvimento regional: a intervenção governamental e a problemática regional em Goiás. *Revista Mercator*, v. 6, n. 12, 2007.
- BEZZI, Meri Lourdes. *Região: uma (re)visão historiográfica da gênese aos novos paradigmas*. Santa Maria: UFSM, 2004.
- BORDO, Adilson Aparecido. Os eixos de desenvolvimento e a estruturação urbano-industrial do estado de São Paulo, Brasil. *Scripta Nova*, Barcelona, v. 9, n. 194(79), ago. 2005.
- BRASIL. Presidência da República. *Constituição* (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.
- CAIADO, Maria Célia Silva. *Estruturação intra-urbana e respostas sociodemográficas: a diferenciação socioespacial da população na região do Distrito Federal e Entorno*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2006.
- CATALÃO, Igor de França. *Brasília: metropolização e espaço vivido: práticas espaciais e vida cotidiana na periferia goiana da metrópole*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologias, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. Presidente Prudente, 2008.
- COSTA, Wanderley Messias. *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*. São Paulo: USP / Contexto, 2000.
- DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE ACESSIBILIDADE E PLANEJAMENTO URBANO. Ministério das Cidades. *Banco de dados sobre regiões metropolitanas instituídas no Brasil*. 2014.
- FRANÇA, Karla Christina Batista de. *Complexidade da Região Urbana GAB: o fragmento Alexânia-Goiás*. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.



GOUVÊA, Ronaldo Guimarães. *A Questão Metropolitana no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

PAVIANI, Aldo. Crescimento urbano – questões em escala intra-metropolitana. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS SOBRE CRESCIMENTO URBANO, 1., 1987, Recife. *Anais...* Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1987. p. 27-32.

_____. *Brasília: a metrópole em crise – ensaios sobre urbanização*. Brasília: UnB, 1989.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

STEINBERGER, Marília. Formação do aglomerado urbano de Brasília no contexto nacional e regional. In: PAVIANI, Aldo (org). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999.

SCHVASBERG, Benny. Do Plano Piloto a Brasília metropolitana: considerações sobre planos diretores e planejamento metropolitano. In: PAVIANI, Aldo *et alli*. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: UnB, 2010.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

**CICLOS GANADEROS Y MERCADO BOVINO EN LA ARGENTINA,
2000-2010. Comportamiento de los productores de General Belgrano,
provincia de Buenos Aires**

Susana Beatriz Fratini*

Jorge Osvaldo Morina**

Resumen

En este trabajo tenemos el objetivo de analizar los ciclos ganaderos bovinos en nuestro país, durante la primera década del siglo XXI, para interpretar y explicar la incidencia que han tenido en el mercado interno y en la exportación de carne vacuna. En ese contexto, se considerará el comportamiento de nueve productores ganaderos del Partido de General Belgrano, inserto en la Cuenca del Salado de la provincia de Buenos Aires. El estudio se basa en el análisis de diversos indicadores para comprender la evolución sectorial: *stock* ganadero bovino; la faena del mismo; la situación del mercado interno y externo. Los datos necesarios se obtuvieron de fuentes primarias y secundarias. Para el estudio de caso fue esencial el trabajo de campo, con entrevistas en profundidad realizadas a los productores en el distrito citado. Las políticas públicas para el sector, la expansión de la agricultura transgénica, sus incidencias en las rentabilidades y perspectivas, son elementos importantes para interpretar las estrategias adaptativas de los productores ganaderos.

Palabras-clave: Ciclos Ganaderos; Mercado Bovino; Comportamiento de Productores Ganaderos; Argentina.

* Docente-investigadora del Instituto de Investigaciones Geográficas (INIGEO), Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Luján (UNLu). Correo electrónico: susana.fratini@gmail.com

** Docente-investigador del Instituto de Investigaciones Geográficas (INIGEO), Departamento de Ciencias Sociales, Universidad Nacional de Luján (UNLu). Correo electrónico: ojmorina@gmail.com

Abstract

In this paper we aim to analyze cycles cattle farmers in our country during the first decade of the century, to interpret and explain the impact they have had on the domestic market and export of beef. In this context, consider the behavior of nine cattle producers Party General Belgrano, insert Salado Basin in the province of Buenos Aires. The study is based on analysis of various indicators to understand sectoral developments: bovine cattle stock; slaughter thereof; the situation of internal and external market. The necessary data were obtained from primary and secondary sources. For the case study was essential fieldwork, in-depth interviews with producers in that district. Public policies for the sector, expansion of GM agriculture, their impact on the profitability and prospects are important elements to interpret the adaptive strategies of livestock producers.

Keywords: Livestock Cycles; Cattle Market; Livestock Producer's Behavior; Argentina.

Introducción

En este trabajo, tenemos el objetivo de analizar el comportamiento de los ciclos ganaderos bovinos en nuestro país, durante la primera década del siglo XXI, para interpretar y explicar la incidencia que han tenido en el mercado interno y en la exportación de carne vacuna. El abordaje del tema se realiza teniendo en cuenta la articulación o interjuego de las escalas espaciales de análisis, reconociendo la necesidad de no soslayar los procesos socioeconómicos que son marco del estudio específico.

Luego del marasmo social y económico de 2001-2002, que afectó severamente al sector cárnico, durante el período 2003-2004 se vislumbra una notoria recuperación (crecimiento de las exportaciones; recuperación de mercados y apertura de otros nuevos – luego de superado el brote de aftosa; recuperación de la demanda interna; incremento de los precios del mercado interno; aumento de los precios mayoristas etc.). Esto alentó a los productores a recomponer las existencias ganaderas y el precio promedio de faena estimuló una mayor inversión para la implantación de pasturas, genética y mejoras técnicas para el manejo del rodeo. La región pampeana mantenía la supremacía en el stock bovino, concentrando en 2002 el 74,9% de las más de 48 millones de cabezas de ganado en el total del país, según datos del Censo Nacional Agropecuario.



Sin embargo, en 2005, la demanda interna potencial no pudo ser abastecida, debido a que la oferta creció en menor medida y a que la demanda externa estuvo dispuesta a pagar mejores precios. De un stock vacuno de más de 60 millones de cabezas en 2006, la abrupta caída llevó a un stock de poco más de 50 millones de cabezas en 2010, según el SENASA (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria) y estimaciones privadas. Por su parte, ante la caída de la oferta, el incremento del precio de la carne vacuna entre julio de 2009 y el mismo mes de 2010 fue del 46%; comparativamente, las carnes de cerdo y pollo sólo se incrementaron 13 y 7% respectivamente según una investigación del IPCVA (Instituto de Promoción de la Carne Vacuna Argentina). Esto incidió en el aumento de la inflación real, más allá del ocultamiento buscado con los índices oficiales. Pero la suba de precios se reconoció con la aplicación de una serie de medidas. Las políticas públicas instrumentadas por el gobierno nacional para el sector ganadero, generaron tensión en el sector y desataron un enfrentamiento. Este conflicto, producto de la puja por la apropiación de los excedentes, enfrentó al sector ganadero con un gobierno que se auto-asignaba “vocación populista-industrializadora”, tratando de controlar y regular la cadena de valor, interviniendo de manera directa en la misma, queriendo moderar los aumentos de precios e intentando abastecer al mercado interno.

Por su parte, el proceso de agriculturización/sojización influyó (e influye) en la reducción de las superficies destinadas a la ganadería, tanto en propiedad privada como en arrendamiento, en contraste con un incremento de la superficie dedicada a la agricultura industrial con trigo/soja o maíz/soja, por su mayor rentabilidad. Este proceso provocó una redefinición de las áreas productivas, así como la incorporación de innovaciones tecnológicas, en muchos casos como estrategia adaptativa ante los cambios operados. De esta manera, durante el período 2000-2010, los productores ganaderos debieron enfrentarse a un complejo contexto económico donde se articularon un proceso de agriculturización/sojización presente desde la década anterior en cuanto a soja transgénica (desde 1970 en cuanto a soja convencional), la implementación de políticas públicas para el sector ganadero y un ciclo ganadero de liquidación.

En ésta presentación se analizan diversos indicadores para comprender el comportamiento del mercado: stock ganadero bovino; la faena del mismo; la situación del mercado interno y externo. En ese contexto, se considerará el comportamiento de nueve productores ganaderos del Partido de General Belgrano, inserto en la Cuenca del Salado de la provincia de Buenos Aires. Para el estudio de caso fue esencial el trabajo de campo, con entrevistas en profundidad realizadas en el lugar citado.

1. Comportamiento del *stock* ganadero bovino

Gluck (1977) define al ciclo ganadero como las fluctuaciones periódicas que experimenta la actividad ganadera y que se refleja en todas las variables representativas. A su vez, Cuccia (1981) explica que los ciclos ganaderos están determinados por cambios en la capacidad productiva y en la oferta de ganado en respuesta a modificaciones en la rentabilidad de la actividad y, se manifiestan en fluctuaciones periódicas de factores relacionados con la actividad, como el nivel de existencias, la faena, su destino – consumo interno o exportación – y los precios relativos del ganado. Estos aspectos se relacionan entre sí, por razones biológicas-técnicas y económicas; aunque la vinculación entre los mismos no es estable: modificaciones en la política económica, perturbaciones en el mercado internacional o cambios climáticos pueden producir variaciones en éstos y, por lo tanto, en la relación entre sus fluctuaciones.

Así, el nivel de las existencias o *stock* ganadero, es la principal variable utilizada para caracterizar el ciclo ganadero bovino. Silva (2006) diferencia fases o etapas que se miden de máximo a mínimo, o viceversa, denominadas de expansión o retención, y de contracción o liquidación. Por su parte, Gluck (1977) considera como variable para caracterizar el ciclo ganadero al precio de la hacienda. El alza en los precios relativos incentivará a retener animales, si existen expectativas de que se sostendrán a futuro, de lo contrario se procederá a su liquidación.

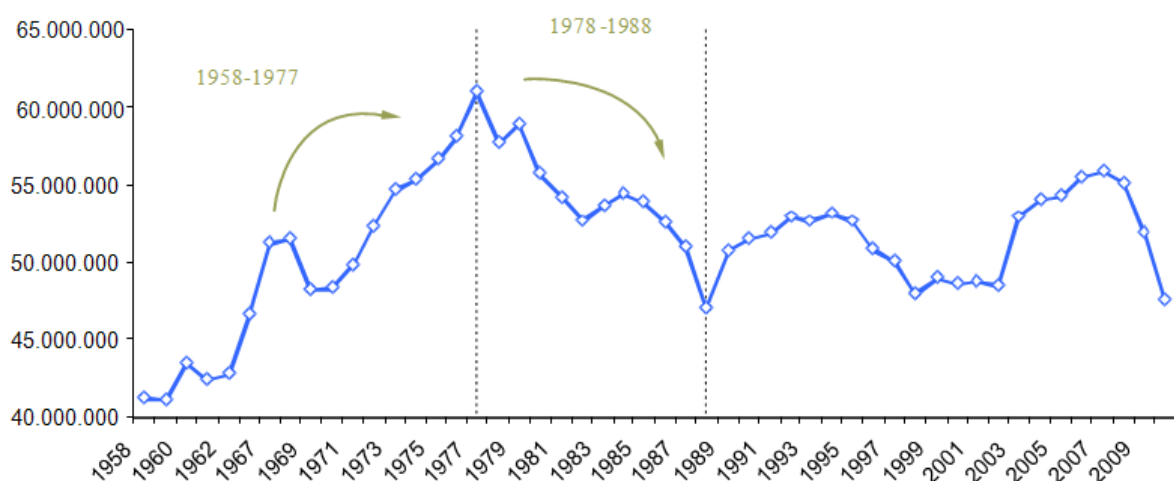


Figura 1. Evolución anual del *stock* de ganado vacuno 1958-2010

Fuente: elaboración propia en base al IPEC Santa Fe y al IPCVA.

Hacia mediados de la década del '90, las existencias de ganado decrecen hasta 2002,

cayendo de 53,2 millones de cabezas en 1994 a 48,6 millones en promedio en el período 1998-2002 (SILVA, 2006). Entre 2003-2008 se recuperan, presentando un valor promedio ligeramente superior al de la primera mitad de los años noventa. En 2009 y 2010, el stock ganadero exhibe una notable disminución, lo que se advierte claramente en la figura 1. Dichos valores difieren según las fuentes de información (IPEC, 2011, p. 7). Entre las posibles causas de la disminución se encuentran los elevados precios agrícolas y la caída de las exportaciones argentinas de 1998 debido a la aparición del “mal de la vaca loca” y al rebrote de fiebre aftosa a mediados del año 2000, que determinaron el cierre gradual de las ventas al exterior para los cortes no cocidos (BASUALDO; ARCEO, 2006). Además, durante los años noventa se incrementó el consumo de productos sustitutos de la carne vacuna, principalmente de pollo.

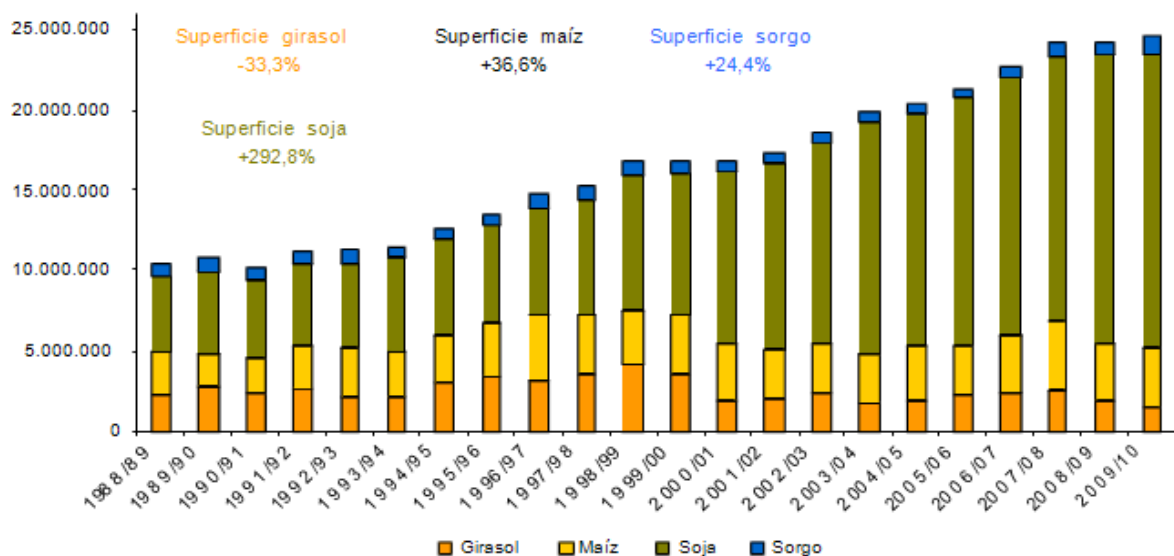


Figura 2. Superficie sembrada para cosecha gruesa por campañas, total del país (en hectáreas) – 1988/89-2009/10

Fuente: Elaboración propia en base a datos del IPCVA.

A su vez, la elevación de los precios internacionales de los granos y la consolidación de las nuevas tecnologías aplicadas al agro hacia fines de los noventa permitieron una significativa expansión de la superficie cultivada, al tiempo que se reducía el stock ganadero (BASUALDO; ARCEO, 2006; TEUBAL, 2006). Como se observa en la figura 2, en las últimas dos décadas, la superficie destinada a la cosecha gruesa – la más rentable –, se incrementó en más de 14 millones de hectáreas. El INTA (2007), en un trabajo sobre *Distribución Territorial de la Ganadería Vacuna*, destaca que, teniendo en cuenta que la actividad ganadera comparte el suelo con la agricultura, la superficie destinada a la primera ha

disminuido y parte de la actividad ganadera se desplazó hacia las regiones extra-pampeanas, aún así, la mayoría del stock ganadero bovino continúa localizado en la zona pampeana¹.

2. Comportamiento de la faena ganadera bovina

En 2010, se produjo una disminución de 13,5% del stock ganadero – esto es, casi 7,5 millones de cabezas – en relación a 2008 (IPEC, 2011, p. 10). Una de las causas de la disminución de las existencias se encuentra en el incremento de la faena de hembras, que pasa de un promedio anual de 41,5% de la faena total en 2006, a 47,4% en el año 2007 alcanzando el nivel máximo de 49,2% en 2009, como se observa en la figura 3.

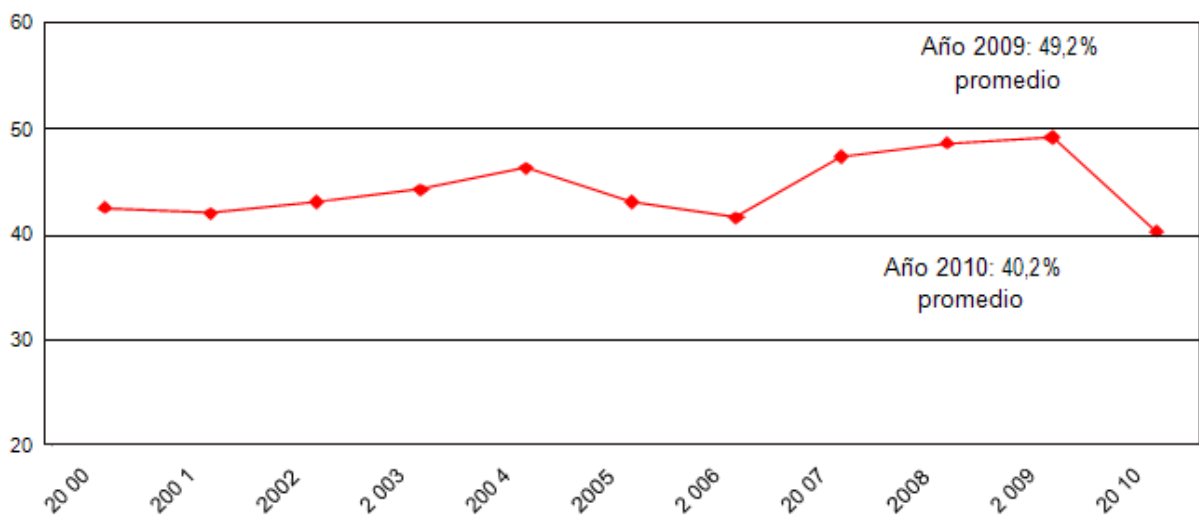


Figura 3. Participación porcentual anual de la faena de hembras en la faena total de ganado bovino – 2000-2010

Fuente: Elaboración propia en base a IPEC Santa Fe, MAGyP, SENASA y ONCCA.

Es decir, en los últimos años existió una tendencia hacia la “liquidación de vientres”, tomados como insumo o bien de capital en la actividad ganadera. Esta propensión estuvo motivada tanto por la menor rentabilidad de la actividad en relación a la agricultura, como por las sequías. Pero cabe agregar que, a partir de marzo de 2005 comienza una serie de intervenciones por parte del Gobierno en el mercado de carnes con el objetivo de apaciguar los incrementos de precios, a través del control de los mismos, regulación y, en algunos

¹ En la región pampeana, alrededor de 4.800.000 ha con soja no se implantaron en superficies correspondientes a otros cultivos de granos. Siguiendo la evolución del *stock* vacuno se observa, entre 1994 y 2002, una caída de poco más de 4,8 millones de cabezas, que a modo de supuesto podrían equipararse a otras tantas hectáreas. Así, se podría afirmar que cerca de un 70% de la expansión sojera pampeana se produjo sobre tierras dedicadas antes a la ganadería (MORINA; CACACE, 2013).

períodos, cierre de las exportaciones de carnes vacunas. De acuerdo a un informe del INTA, en Agosto de 2010, a pesar de la mejora durante 2007 y el primer semestre de 2008 en la rentabilidad de la actividad, no le resultaba posible competir o complementarse con la agricultura debido a los elevados márgenes de rentabilidad del cultivo de soja, que casi quintuplicaba al de la ganadería bovina.

Las cabezas faenadas en Argentina aumentaron 11,2% en 2009 en relación a 2008; la producción lo hizo un 9,2% y las exportaciones se incrementaron 54% en volumen y 11,2% en valor en el mismo período. En 2009, el valor de las exportaciones de carne vacuna fue el mayor desde 2003, mientras que en volumen, el total exportado se ubica detrás de la cantidad máxima exportada en 2005 (IPEC, 2011, p. 11). El nivel de exportaciones de 2005 fue el mayor de las últimas décadas (BASUALDO; ARCEO, 2006, p. 22). A partir de ese año, las retenciones a las exportaciones de carne vacuna se elevaron de 5% a 15% con el objetivo de reducir los precios del mercado interno. En 2010 la cantidad de animales faenados disminuyó 32,2%, mientras que la producción y las cantidades exportadas se contrajeron 31,9% y 53% respectivamente (IPEC, 2011, p. 11).

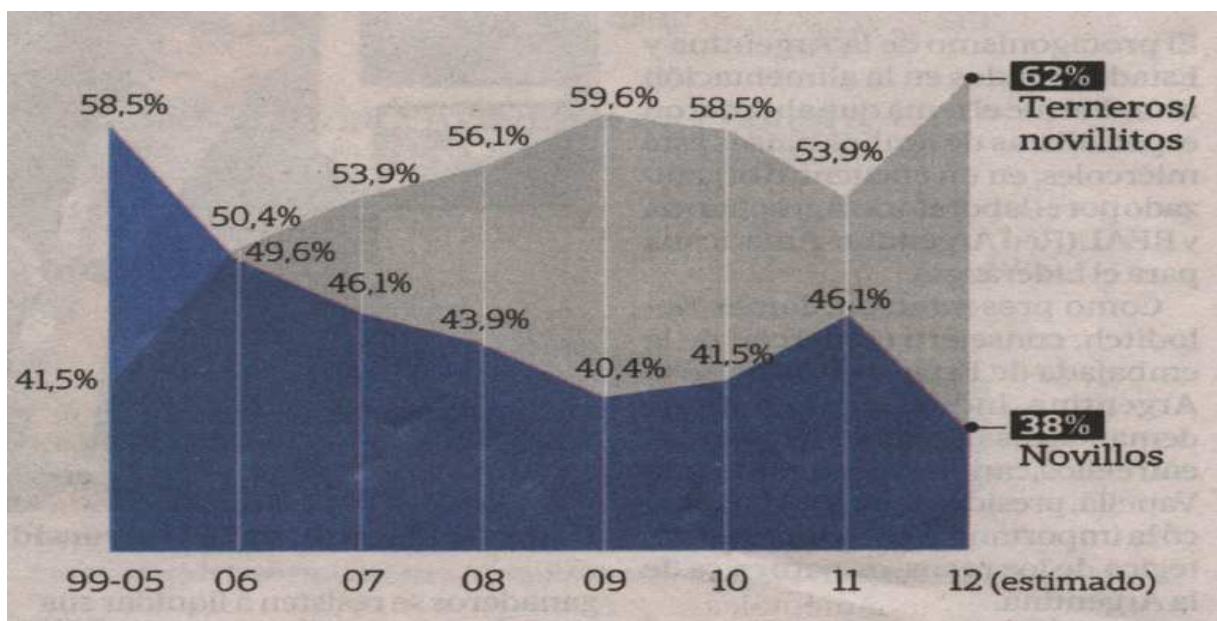


Figura 4. Participación de los machos en la faena
Fuente: Bertello (2012).

Según el consultor ganadero Víctor Tonelli, entre 1999 y 2005, sobre el total de los machos castrados que iban al frigorífico, el 58,5% se faenaba como novillos (con más de 430 kilos) y el 41,5% restante como terneros/novillitos. Pero en 2006, la intervención del Gobierno en el mercado de carnes mediante la aplicación de medidas restrictivas, provocó un

quiebre en la tendencia que terminó por dar vuelta por completo esos porcentajes de participación de una y otra categoría. Con exportaciones limitadas a la industria, el productor perdió el incentivo para hacer animales más grandes. Así, en 2006 el 49,6% de los machos faenados pasaron a ser novillos y el 50,4% terneros y novillitos. En 2009 la proporción fue de 40,4% para la primera categoría y 59,6% terneros/novillitos; en 2011 en tanto, 46,1% correspondió a novillos y 53,9% a terneros/novillitos (BERTELLO, 2012, p. 7). En la figura 4 se aprecia modificación producida.

Esa política significó un costo no sólo en menores exportaciones sino también una caída en la disponibilidad de carne en general para el mercado. Entre 2006 y 2012 se pasó de 780.000 toneladas equivalentes res con hueso a menos de 200.000 toneladas, lo que hizo perder cerca de 25 kilos por res de macho faenado, que se hubieran producido si no se hubiera tergiversado el mercado. Considerando que se faenan cerca de 8 millones de machos, se están perdiendo entre 170.000 y 180.000 toneladas de carne por año, o de 4-5 kilos por habitante para los consumidores.

En otro artículo del Diario La Nación, sección Campo (GROBA, 2012, p. 6), sobre datos del SENASA, el autor de Informe Ganadero, Ignacio Iriarte, reitera que entre el año 2005, cuando comenzaron las trabas, y el año 2012, la existencia de novillos se redujo un 43%. La pérdida se agudiza en las provincias tradicionalmente ganaderas, donde se sumó la competencia de la agricultura. Así, en Buenos Aires hay un -62% de novillos; en Córdoba, -64%; en La Pampa, -54%; en Santa Fe -35% y en Entre Ríos, -21% en esos siete años. El animal que abastece la exportación es el novillo pesado (de más de 430 kilos), pero al restringirse la exportación, los cortes que se destinan al mercado interno proceden de animales más chicos. Se produce entonces lo que el Consultor Ganadero Ignacio Iriarte llama “Efecto Herodes”: los machos no llegan a novillos. Los frigoríficos tienen básicamente el mismo costo para faenar un ternero (al que le saca 150 kilos) o un novillo (del que extrae 300 kilos), pero prefiere al primero porque coloca mejor esa mercadería. Luego, castiga en precio al animal más grande. Así, el productor cuyo negocio consistía en repartir en muchos kilos el gran costo de hacer un animal nuevo, prefiere ir a lo más seguro: vender rápido y no inmovilizar al capital.

En el Informe IPEC (2011, p. 11) sobre datos de CICCRA (Cámara de la Industria y Comercio de Carnes y Derivados de la República Argentina) del año 2010, se indica que a partir de Diciembre de 2009 se produce un importante aumento de los precios de la hacienda y, por consiguiente, de la carne. Este incremento se debe a la significativa contracción en la faena, explicada tanto por la falta de hacienda disponible como por la aparente culminación de

la fase de liquidación de hembras – de tres años y medio – más extensa de las últimas décadas.

Un estudio realizado entre Julio de 2006 y Junio de 2007, puntualiza que el perfil de la faena – por cabezas – puede sintetizarse de la siguiente forma: 4 empresas multinacionales cubrían poco más del 13%, 8 empresarios (que detentaban entre 2 y 9 firmas) controlaban alrededor del 20%, otros 4 empresarios y las cooperativas auto-gestionadas suman un 10%, es decir, que un grupo relativamente acotado de empresas/empresarios explicaban poco más del 40% de la faena (BISANG *et alli*, 2008, p. 27). El resto estaba altamente desconcentrado, en términos de propiedad y de dispersión geográfica. Con respecto a las compras, se especializaban por perfiles de firma (BISANG *et alli*, 2008, p. 28-29). Las empresas extranjeras y algunos empresarios nacionales tienen una presencia fuerte en las categorías “extremas” – novillo pesado y vacas de conserva –, lo que refleja el perfil exportador de las mismas. En contraposición, el perfil mercadointernista de las empresas de capital local queda evidenciado a través de la compra y faena de animales livianos – novillitos, vaquillonas y terneras. En el extremo opuesto, los frigoríficos de capitales externos vuelven a tener cierta relevancia en las categorías vacas y toros, presumiblemente debido a la fuerte presencia de este bloque empresario en el rubro termoprocesado, donde se aúnan las haciendas de menor calidad con los mercados externos de productos cárnicos elaborados.

3. Comportamiento del mercado ganadero bovino

3.1. El mercado interno

La faena equivale a la cantidad ofertada y demandada en el mercado de ganado en pie para ser industrializado (SILVA, 2006, p. 9-10). Las variaciones en la cantidad de animales faenados y la composición de la faena tienen su correlato en los precios, tanto del ganado en pie como de la carne en el mostrador: en las fases expansivas, los precios disminuyen; en las fases contractivas, tienden a incrementarse.

En el período 2000-2009, de acuerdo al Anuario Bovino 2009 de ONCCA, la Región Centro tuvo una participación del 88,7% en promedio en la faena total. De acuerdo al Sistema Informativo de Precios Bovinos de ONCCA, el 14,1% de los precios de referencia publicados en 2009 provinieron de los Mercados Concentradores, siendo Liniers el de mayor

participación, con 11,3%. En años anteriores, de acuerdo a Lema y Lastra (2007), del total de animales faenados en el país anualmente, alrededor de un 20% se comercializaban en Liniers. La participación en el mercado era de cerca del 40% si se tomaban sólo los animales faenados en el Gran Buenos Aires (IRIARTE, 2005, p. 10). Lo anterior resulta en un primer indicio de la relevancia del Mercado de Liniers como referencia para los precios de la hacienda destinado al consumo interno.

En la figura 5, se presentan los precios promedio mensuales deflactados del novillo de Liniers (\$/kg) y la cantidad de novillos comercializados en ese mercado en el período 1993-2010 (IPEC, 2011, p. 21). Ambas series muestran una relación inversa de cierta relevancia; es decir que, los precios se incrementan cuando disminuyen las cantidades faenadas y viceversa.

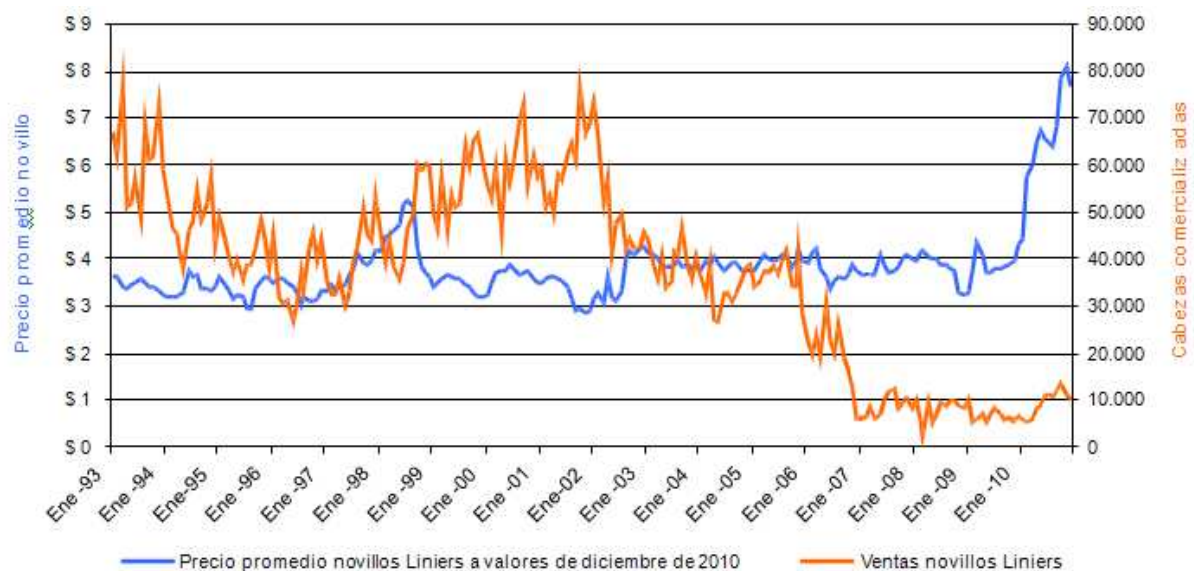


Figura 5. Precio promedio mensual del novillo Liniers deflactado* (\$/kg) y novillos comercializados en el Mercado de Liniers – enero 1993-diciembre 2010

* Deflactado por Índice de Precios Mayoristas (IPM) de INDEC, base 1993 = 100.

Fuente: Elaboración propia en base a datos de la Dirección de Mercados Agrícolas del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.

Es posible observar claramente en la figura 5 que, en el período estudiado (2000-2010), hay tres momentos contrastantes: *el primero* corresponde al 2000-2002, con una elevada oferta de novillos para su venta, pero con precios deprimidos, con una tendencia similar a los de la década del noventa. A partir de 1991 decrecen tanto las tasas de inflación como los precios del novillo, a la par que disminuyó el consumo de carne vacuna per cápita. Evidentemente, se está en una fase de retención, a la espera de cómo se resolverá la crisis económica desatada a fines del año 2001. *El siguiente momento* es el período 2003-2005, donde se aprecia un incremento en los precios del ganado y una caída rotunda en la oferta de

novillos para el Mercado de Liniers. Las causas pueden hallarse en el incremento de las cantidades exportadas de carne vacuna pero, a partir del año 2005 cuando se elevaron las retenciones a las exportaciones de carne de 5 al 15%, con el objetivo de reducir los precios en el mercado interno, la situación vuelve a cambiar (IPEC, 2011, p. 19). Finalmente, entre los años 2006-2010, continúa de manera notoria la reducción en las ventas de novillos en el Mercado de Liniers, a la par que los precios sufren una escalada sin parangón histórico. Asistimos a una clara fase de liquidación que, como se explicó previamente, alcanzó a hembras y novillos particularmente. El Informe ganadero del IPEC (2011, p. 26-27) también presenta los comportamientos de las categorías terneros y novillitos y novillos y vaquillonas, cuyos gráficos de las figuras 6 y 7 se expondrán a continuación.

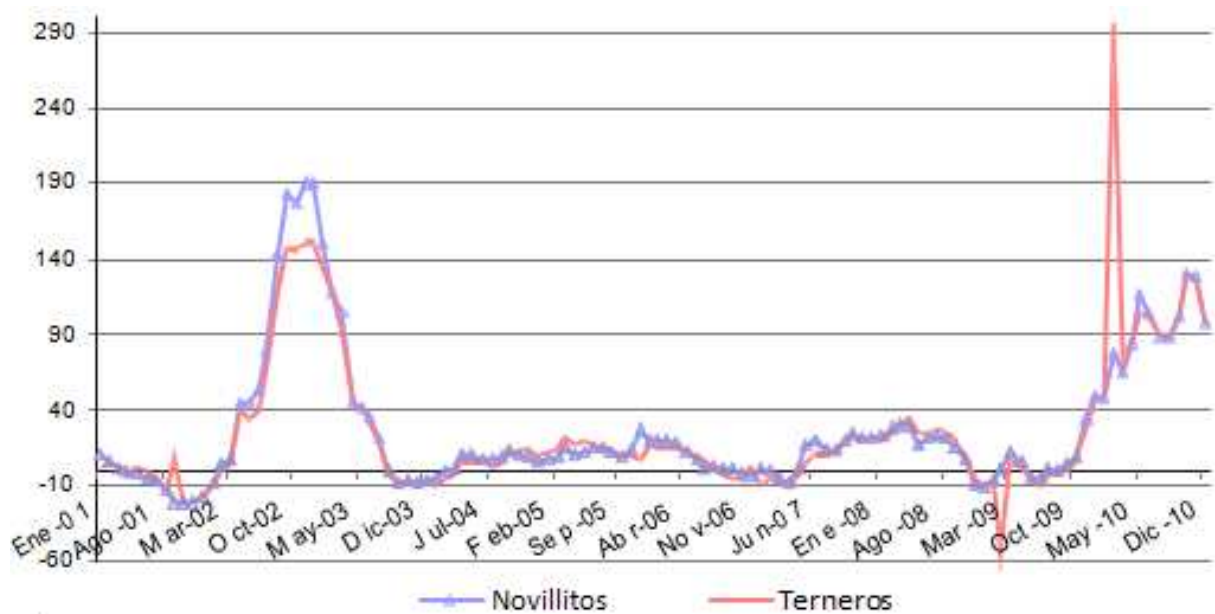


Figura 6. Evolución de precios de terneros y de novillitos, Mercado de Liniers – enero 2001-diciembre 2010. Variación interanual (en porcentaje)

Fuente: Elaboración propia en base a datos del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.

Las categorías novillitos y terneros – las de mayores niveles de precios – muestran un comportamiento similar en los últimos diez años, excepto en Febrero de 2009. A partir de fines de 2009 los precios de novillitos y terneros aumentan notablemente: 98,1% y 96,9% respectivamente entre Diciembre de 2009 y Diciembre de 2010. En el caso de los terneros, el incremento de precios se debe a la reducida oferta, consecuencia de la liquidación de hembras iniciada a fines de 2006 y a la sequía 2008-09, que obligó a la venta de hacienda y además repercutió en el nivel de nacimientos (CICCRA, 2010).

Las series de precios de vaquillonas y novillos muestran valores inferiores en relación a las de novillitos y terneros. Las primeras presentan niveles similares, siendo los precios de

las vaquillonas apenas superiores a los del novillo durante casi todo el período, y especialmente en los últimos años. Entre Diciembre de 2009 y Diciembre de 2010 el precio del novillo se incrementó 103,4% y el de la vaquillona un 90,4%. Los incrementos en los precios de todas las categorías se explican por la escasez de animales para la faena. De acuerdo a estimaciones de la Cámara de la Industria y Comercio de Carnes y Derivados de la República Argentina (CICCRA, 2010), la disminución interanual de la faena en Diciembre de 2010 fue 31,4%, observándose en Octubre el nivel mínimo de faena durante el año. En cuanto a la participación de hembras en la faena total, la disminución de este indicador a 40,1% en Diciembre de 2010, permite confirmar la fase de retención de vientres destinada a recomponer el stock, que comenzó a insinuarse a mediados de ese año.

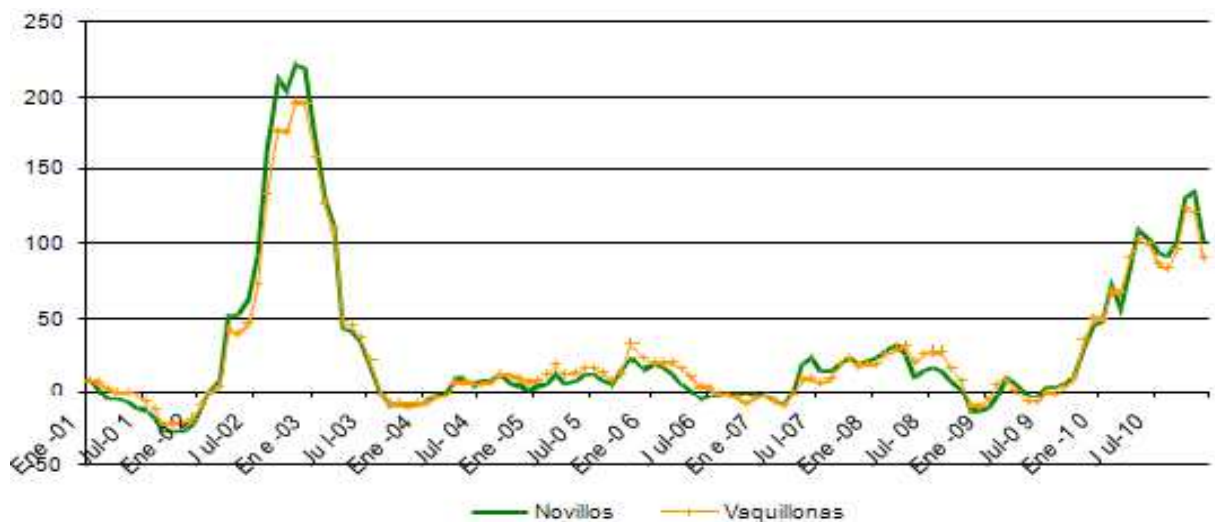


Figura 7. Evolución de precios de novillos y de vaquillonas, Mercado de Liniers – enero 2001-diciembre 2010. Variación interanual (porcentaje)

Fuente: Elaboración propia en base a datos del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca.

En el análisis del mercado también debe considerarse el comportamiento de los *feedlots* o establecimientos de engorde a corral. De acuerdo con los empresarios, en 2009 comprar y encerrar 1.000 terneros, representaba un capital hacienda de \$ 600.000. En 2010, la misma cantidad de animales representaba \$ 2,5 millones. Además, alimentar 1.000 terneros costaba alrededor de \$ 400.000 en unos 70/80 días; desde 2010 esa cifra es de \$ 1 millón, pero con 120 días. Es decir, se tiene el doble de costo y por más tiempo. Aunque en producción de carne, como mínimo, los animales salieron con un 10% más de carne. Según el Gerente de la Cámara Argentina de Feedlot, Rodrigo Troncoso, en una entrevista publicada por el Diario La Nación en Enero de 2012, hasta fines de 2009, el negocio del *feedlot* en la Argentina tenía su rentabilidad en la compraventa. Se apuntaba a encierres cortos, de 60/90 días, 100 kilos de

producción y a rotar el capital, vendiendo y volviendo a encerrar, varias veces al año. A partir de 2010, con la revalorización de la invernada, el negocio pasó a encontrar su rentabilidad en los kilos producidos. El negocio estaba en 2010 en la producción de la mayor cantidad de kilos posibles en los corrales, para poder compensar o amortizar el costo del ternero de invernada comprado.

Por su parte, en otro artículo del Diario La Nación de Marzo de 2010, el Presidente de la CICCRA, Miguel Schiariti, resaltaba que en el año 2009, con el ternero a \$ 3,20/3,30 por kilo, se podían comprar 7 kilos de maíz; en 2010, con esa categoría a \$ 6,50/7 el kilo, alcanzaba para 13 kilos de cereal, lo que beneficiaría la suplementación a campo. Por dicha razón, los *feedlots* no estaban reponiendo hacienda como antes (terneros para engordar) y había productores que iban a criar el ternero en su campo, pensando en sumarle más kilos. Debe recordarse que los *feedlots* fueron incentivados en su crecimiento a través de compensaciones entregadas a las empresas a través de la ONCCA (Oficina Nacional de Control Comercial Agropecuario) – la que fue desactivada a partir del año 2010 en virtud del manejo poco claro de dichas compensaciones. El objetivo era acelerar la terminación del ganado destinado al consumo del mercado interno, ya que se restringían las exportaciones de carne. Pero la ONCCA solía retrasarse en el pago de las compensaciones, algunas empresas denunciaban esperar 6-7 meses para cobrar. En Septiembre de 2009 y por más de 40 días los pagos se habían cortado. Esto motivó la contracción de la reposición en los corrales en tanto que se intensificó la venta de los animales terminados.

3.2. El mercado exportador

Cuadro 1. Exportaciones argentinas de carne vacuna en toneladas y en miles de dólares – 2003-2010

Año	Exportaciones de carne vacuna	
	En toneladas	En miles de U\$
2003	391.983	577.206
2004	631.030	972.522
2005	771.427	1.294.966
2006	565.057	1.199.889
2007	539.011	1.281.042
2008	429.360	1.486.335
2009	661.378	1.652.731
2010	309.874	1.187.454

Fuente: Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, presentado por IPEC (2011, p. 16).

Según datos tomados por el IPEC (2011, p. 16) del Ministerio de Agricultura, Ganadería y Pesca, para el período 2003-2010, en el año 2005 las exportaciones argentinas alcanzaron el récord en volumen exportado en los últimos años; mientras que el mayor valor

exportado se registró en el año 2009 y las cantidades se ubican detrás del pico de 2005. Durante 2010, se observa una notable retracción de las cantidades exportadas –de más de 50%- a causa de la disminución de animales para faena y de las restricciones a las ventas al mercado externo. Como política de intervención al mercado ganadero, en mayo de 2008, mediante la Resolución 42/2008, el ONCCA estableció el ROE “rojo”, que otorgó a dicho organismo la facultad de otorgar permisos de exportación; pero también debe mencionarse el cierre de las exportaciones de carne para frenar los aumentos de precios en el mercado interno, como ocurrió por primera vez en marzo de 2006 y luego en marzo de 2010. Paralelamente, los valores exportados entre 2005 y 2010, cayeron menos en relación al volumen exportado. Entre 2003 y 2010 la reducción fue de 28,2%. Esto se explica por el aumento de los precios internacionales en un caso y la intervención del Estado en el mercado exportador, en el otro.

Aunque en escasas cantidades, Argentina ha importado carnes durante todo el período considerado, como se observa en la figura 8.



Figura 8. **Importación de carnes bovinas en miles de dólares y en toneladas**
Fuente: Bertello (2010), tomado del SENASA.

Debido a los bajos volúmenes, es poco probable que tuviera incidencia en la reducción de los precios del mercado interno. Entre Julio de 2006/Junio de 2007, si bien las exportaciones estuvieron restringidas tanto en términos impositivos (retenciones) como cuantitativos, los mercados externos fueron relevantes para la actividad, dado que cerca de 1/3 de la carne producida en dicho período corresponde a animales destinados a los mercados externos (BISANG *et alli*, 2008, p. 30-32).

Del total de las exportaciones, alrededor del 40% estuvo a cargo de capitales extranjeros, evidenciando su mayor inserción externa respecto de las empresas nacionales. Para las firmas extranjeras, los mercados externos son esenciales ya que explican más del 75% de sus ventas. Esto es compatible con la presunción acerca de que las inversiones de capitales extranjeros registradas en el mercado ganadero para el período 2006/7, buscaron “integrar” redes mundiales de aprovisionamiento a terceros mercados, donde el rol que le cabe a Argentina es el de proveedor de materias primas (y/o elaborados) de calidad. Por su parte, los grupos empresarios (que controlan dos o más empresas) tienen una reducida presencia exportadora, mientras que un gran número de empresas independientes de capitales nacionales detentan, a “grosso modo”, otro 40% del total de las colocaciones externas para dicho período.

4. Comportamiento de los productores ganaderos de General Belgrano

Se analizará aquí el comportamiento esgrimido durante el período 2000-2010 por nueve productores ganaderos del Partido de General Belgrano, entre quienes se identifican productores criadores o productores de ciclo completo. Esta información es el resultado de entrevistas realizadas a productores que pertenecen a la Asociación de Fomento Rural de Gral. Belgrano. El tamaño de sus propiedades ronda entre las 250 hectáreas y las 620 hectáreas, es decir, productores de tamaño medio para la Cuenca del Salado.

Se contabilizan entre los entrevistados *cuatro productores criadores* que reconocen como período crítico los años 2008-2009, donde la intensa sequía empeoró la situación del sector ganadero que venía de arrastre desde fines del 2005-2006. Tres productores criadores se inclinaron por retener el ganado durante el período de crisis. No obstante, durante la sequía del 2008-2009 se vieron obligados a liquidar terneros/terneras en dos casos; en los otros, uno vendió parte de las hembras y el otro se deshizo de toros y vacas de descarte, pero retuvo terneras y vaquillonas. Pero se advierten en paralelo otras adaptaciones. Uno de los productores redujo la superficie destinada a la ganadería y arrendó el 20% a un tercero para hacer sorgo. El dinero en concepto de arrendamiento es invertido en la actividad ganadera. Otro productor también redujo la superficie ganadera, incrementando la superficie disponible para la práctica agrícola, la que alcanzó entonces el 80% de la superficie de la propiedad. Actualmente, ese productor abandonó la actividad de cría para realizar invernada en

exclusividad.

El comportamiento de los *cinco productores de ciclo completo* mantiene diferencias con lo explicado previamente. La totalidad de los entrevistados debieron deshacerse de cabezas de ganado, con algunas situaciones extremas. Dos productores liquidaron parte del plantel. En un caso, liquidó terneros y novillos gordos y dejó de hacer novillos gordos de exportación. En otro caso liquidó machos, vacas vacías y viejas y hembras que no llegaban a tiempo (en el peso adquirido) para criar y parir. En un punto de la crisis, se planteó la posibilidad de arrendar los mejores campos para hacer soja, trasladando la hacienda a campos arrendados de peor calidad. Sin embargo, la familia consideró que dicho traslado impactaría negativamente en la sanidad y se perdería la posibilidad de realizar una adecuada selección, por lo que se decidió aplicar el esquema de liquidación mencionado. Otros dos productores realizaron una drástica reducción de su plantel. Uno en el año 2005, advirtiendo los cambios en el mercado (excesivo intervencionismo del Estado; retenciones a las exportaciones; dificultades para obtener los ROE; prohibiciones a las exportaciones) liquidó casi toda su hacienda, quedándose con 120 vacas. Redujo la superficie destinada a la ganadería y arrendó el 60% del campo. El otro productor, en el año 2008 liquidó vientres y se quedó con 80 hembras y terneros. Arrendó 70 hectáreas a terceros para hacer papas.

El último productor de ciclo completo tuvo el comportamiento más extremo entre todos los entrevistados. Realizaba cría e internada, terminando novillos trazados para exportación. En el año 2009 decidió la liquidación total del plantel ganadero y dedicó los campos a la agricultura, particularmente soja. La liquidación sirvió para sustentar los gastos de inicio de la actividad agrícola. Considera que la agricultura, con un dólar competitivo, es mejor negocio que la ganadería. Pero, lo bueno de ésta es que en rotación con la agricultura, permite al productor ahorrar. La alta presión tributaria (ganancias, bienes personales, anticipos de ganancias) que sufren los productores, el atraso cambiario, las retenciones, es considerada una expoliación por parte del Gobierno al esfuerzo que realizan. Los productores sienten que los altos costos cierran las posibilidades de realizar inversión en tecnología, por lo que decae la calidad y los niveles de producción.

Puede señalarse, en general, que los *productores ganaderos criadores* tienden a retener la hacienda, aún trabajando a pérdida, esperando el cambio de ciclo y con una reducción de la superficie ganadera para destinarla a la actividad agrícola. En el caso de los *productores ganaderos de ciclo completo* hay un comportamiento más arriesgado, con liquidación del plantel ganadero, destinando una importante superficie de la propiedad a la agricultura, ya sea de manera directa o por arrendamiento a terceros.



Algunas consideraciones finales

El estudio realizado por PEEA-UCA-IPCVA (Programa de Estudio de Economía Aplicada-Universidad Católica Argentina-Instituto de Promoción de la Carne Vacuna) (2006, p. 45-46) afirma que el productor ganadero presta atención a los rendimientos alternativos y a las perspectivas, generándose de esta forma ciclos de retención de vientres o de faena de hembras. Por otra parte, la incorporación masiva de maquinarias y las nuevas tecnologías (semillas, agroquímicos, siembra directa etc.), especialmente para producir soja transgénica, explican la diferencia en los márgenes brutos de ambos negocios (granos/soja vs cría/invernada). Es así que el diferencial de márgenes brutos entre la producción agrícola y la ganadera tiene influencia en la decisión del productor de expandir o contraer el stock de hacienda vacuna, es decir, tiene un impacto directo en el ciclo ganadero. Con precios agrícolas fijados en dólares y el precio de la hacienda en pesos, una elevación de los precios internacionales de los granos o una devaluación de la moneda argentina, modifica sustancialmente la rentabilidad relativa a favor de la agricultura. A su vez, la reducción de stocks impacta a mediano plazo (30 meses), elevando el precio de la hacienda en pie y potenciando el proceso de retención en los primeros tiempos. Si bien en las fases de liquidación del ciclo ganadero, la sobreoferta de algunas categorías, en especial de vientres, determinan un margen mayor para los exportadores, el comportamiento autónomo del costo de la hacienda con relación al tipo de cambio – ya que el precio está expresado en moneda doméstica – determina quebrantos para la exportación, en los modelos económicos que se basan en un peso sobrevaluado, potenciados por el costo financiero que implica la cobertura de los mismos.

La cadena de valor cárnica se vio alterada en el proceso de acumulación de sus eslabones por intervención del Estado en la producción y comercialización a partir de 2005/6, a través de políticas públicas que desalentaron las inversiones en algunos segmentos (criadores, invernadores tradicionales, frigoríficos exportadores) en tanto sostuvieron abiertamente a otros (*feedlot*). El segmento de ganaderos criadores e invernadores tradicionales observó una caída de su rentabilidad por ausencia de incentivos desde el Estado, comprometiendo su sostenibilidad². La caída del stock de ganado determinó una menor oferta y el aumento de precios. El Estado subvencionó el uso de granos en los *feedlots* (los engordes a corral de bovinos tienen al maíz como principal componente de sus costos). Los incentivos

² Para producir un novillo se necesitan tres años: nueve meses de gestación, unos seis para el destete y otros dieciocho para el engorde. Las intervenciones afectaron negativamente al sector.

económicos vía subsidios a la producción, tuvieron por objeto terminar la hacienda en menor tiempo, alcanzando el peso de faena establecido por el Gobierno. Si bien podían acceder todos aquellos establecimientos agropecuarios dedicados al engorde de ganado bovino a corral inscriptos bajo la Resolución 70/2001 del SENASA (Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria), el requisito excluyente era que toda la hacienda que recibiera compensación debía salir del *feedlot* con destino exclusivo para el mercado interno. Así, no estaban comprendidos las exportaciones ni las salidas a terminación en pastoreo ni los sistemas de suplementación sin confinamiento total.

Esto incrementó la concentración de inversiones en este segmento, incluyendo transnacionales. El *feedlot* aumentó la faena de animales livianos, particularmente hembras. Al reducirse el número de vientres también cayó el de terneros y la sostenibilidad del sector se puso en riesgo. Las demoras en el pago de los subsidios al segmento de *feedlot* derivaron en una rápida liquidación del ganado, pero sin reposición. Esto explica la reducción de la oferta cárnica y el incremento de precios registrado a principios de 2010. Los precios del mercado interno son regulados por el Estado por dos vías: el férreo control del segmento de comercialización para exportación, desvinculándolo del mercado interno y los acuerdos de precios internos entre el Estado y los actores de la cadena de valor. El segmento de comercialización muestra un estricto control institucional con claro monopolio del Estado a través de la fijación de precios y la formulación de disposiciones sobre comercialización. El control se realiza a través del Ministerio de Economía y Producción (Restricción a las exportaciones de carne vacuna, con algunos períodos de cierre de las exportaciones de carnes vacunas); Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca y Alimentos (Restricción al peso de faena); Oficina Nacional de Control Comercial Agropecuario – ONCCA (Registro de Operaciones de Exportaciones – ROE ROJO, Registro de Operaciones de Importación – ROI, Encaje productivo exportador de carne, Cuota Hilton); y de la Secretaría de Comercio Interior (Acuerdos de precios de la carne con Cámaras, frigoríficos y supermercados).

El tipo de cambio devaluado a fines de 2001, que favorece al sector agroexportador, queda sin efecto en el sector ganadero debido a la veda impuesta por el Estado a las exportaciones y a las retenciones que las afectan. Las retenciones a las exportaciones captan para el Estado una proporción de la extraordinaria renta de los empresarios agroexportadores pero, en el caso del sector cárnico (con retenciones del orden del 15%), debido a las restricciones y prohibiciones que lo afectan, significó menores ingresos al fisco. Sin mencionar la pérdida de los mercados externos tradicionales para las carnes argentinas.



Referencias bibliográficas

- BASUALDO, Eduardo; ARCEO, Nicolás. Evolución y Situación Actual del Ciclo Ganadero en la Argentina. *Revista Realidad Económica*, Buenos Aires: IADE, n. 221, jul.-ago. 2006.
- BERTELLO, Fernando. Subió la Importación de Carne Uruguaya. *Diario la Nación*. Sección Campo, Buenos Aires, 17 feb. 2010.
- _____. El Feedlot Último Modelo. *Diario la Nación*. Sección Campo, Buenos Aires, 28 ene. 2012a.
- _____. La Faena de Novillos está en un Mínimo Nivel Histórico. *Diario la Nación*. Sección Campo, Buenos Aires, 13 oct. 2012b.
- BISANG, Roberto; ROBERT, Sergio; SANTÁNGELO, Federico; ALBORNOZ, Ignacio. *Estructura de la oferta de carnes en Argentina: actualidad y evolución reciente*. Buenos Aires: Instituto de Promoción de la Carne Vacuna (IPCVA) / CEPAL, jun. 2008.
- CÁMARA DE LA INDUSTRIA Y COMERCIO DE CARNES Y DERIVADOS DE LA REPÚBLICA ARGENTINA (CICCRA). *Evolución de Faena y Precios de la Carne Vacuna 2004-2010*. Buenos Aires: CICCRA, 2010.
- COLOMBRES, Mercedes. Cierran las Exportaciones de Carne para Frenar los Aumentos. *Diario la Nación*. Economía y Negocios, Buenos Aires, 16 mar. 2010.
- CUCCIA, Luis. *Tendencias y Fluctuaciones de la Actividad del Sector Agropecuario Argentino*. Indicadores del Ciclo Ganadero. Buenos Aires: CEPAL, jun. 1981.
- GROBA, Alejandra. Un Incierto Futuro para la Producción del Novillo Pesado. *Diario La Nación*. Sección Campo, Buenos Aires, 15 dec. 2012.
- GLUCK, Susana. Anatomía del Ciclo Ganadero Argentino. *Ensayos Económicos*, Buenos Aires: Banco Central de la República Argentina, n. 1, 1977.
- INSTITUTO DE PROMOCIÓN DE LA CARNE VACUNA ARGENTINA (IPCVA). La Industria Frigorífica Argentina. Pasado, Presente y Futuro. *Cuadernillo Técnico*, Buenos Aires, n. 13, 2012. Disponible en: <<http://www.ipcva.com.ar/>>. Acceso: 2014.

- INSTITUTO PROVINCIAL DE ESTADÍSTICAS Y CENSOS (IPEC). *Informe sobre la Evolución de la Ganadería Bovina*. Precios. Stock. Faena. Santa Fe: IPEC, jul. 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGÍA AGROPECUARIA (INTA). *Distribución Territorial de la Ganadería Vacuna*. Coordinador Daniel Rearte. Buenos Aires: INTA, ago. 2007.
- _____. *Programa Nacional de Carnes*. Las Retenciones y sus Efectos sobre la Ganadería Bovina. Buenos Aires: INTA, ago. 2010.
- LEMA, Daniel; LASTRA, Felipe. *Márgenes de Comercialización en los Mercados de Carne y Trigo de Argentina*. Documento de Trabajo número 36. Buenos Aires: Instituto de Economía / INTA, 2007.
- MORINA, Jorge Osvaldo; CACACE, Graciela P. Capitalismo agrario y expansión sojera en la Argentina: ¿un extractivismo sin retorno?. In: CACACE, Graciela P.; GÓMEZ, María; MORINA, Jorge Osvaldo; SUEVO, Graciela (org.). *Geografías Regionales y Extractivismo en la Argentina de los Bicentenarios*. Luján: UNLu, 2013.
- PEEA-UCA-IPCVA. *Estudio Sobre la Logística y Costos de Exportación en el Comercio Internacional de Carne Vacuna*. Análisis Comparativo con Países Competidores. Documento de Trabajo número 6. Buenos Aires: IPCVA, 2006.
- TEUBAL, Miguel. Expansión del modelo sojero en la Argentina. De la producción de alimentos a los commodities. *Realidad Económica*, Buenos Aires: IADE, n. 220, 2006.
- SILVA, Alejandro. *Descripción y Análisis del Ciclo Ganadero Argentino*. Buenos Aires: Asociación Argentina de Economía Agraria, mayo 2006.

THE SOYAZATION OF ARGENTINA: an Actor Network analysis of the soya production in the argentine provinces of Chaco and Santiago del Estero

Thaddeus Bergé*

Abstract

This article argues that to be able to do research into the production of GM soya in the Argentine provinces of Chaco and Santiago del Estero it is necessary to take into account both human and nonhuman actors. Actor Network Theory offers this possibility that alters the “modern” ontology that divides between “science” and “nature” and widens the scope of the research to every possible actant (human or nonhuman) we might encounter along the way. Therefore we were able to follow the GM soya seeds from the laboratories of Monsanto in the US until they arrived in Argentina. Then we have followed them through there sowing, growing, and harvesting. By showing the fluidity of the actor network and the different identities of GM soya within this actor network, it offers an alternative view on the discussion surrounding GM soya that mainly has been one of binary oppositions.

Keywords: GM Soya Production; Actor Network Theory; Argentina.

Resumen

Este artículo trabaja con la premisa que para investigar la producción de la soja transgénica en Argentina en las provincias del Chaco y Santiago del Estero sería necesario incluir actores humanos y no humanos. Eso es posible con la Teoría Actor-Red que cambia la ontología “moderna” que mantiene una diferencia entre la “ciencia” y la “naturaleza”. Cuando aplicamos la Teoría Actor-Red tenemos un ámbito que es mucho más amplio y podemos

* Master of Science in Human Geography, Radboud University Nijmegen. E-mail: thabee@hotmail.com

encontrar cualquier actor (humano y no humano) que está involucrado en la producción de la soja. Por lo tanto podemos seguir las semillas de la soja desde los laboratorios de Monsanto en los Estados Unidos hasta su uso en Argentina. Y en Argentina podemos seguir la soja a través de su siembra, crecimiento y cosecha. En esta manera mostramos la fluidez de la soja transgénica y sus diferentes identidades que tiene en este Actor-Red. De este modo ofrecemos una alternativa en el debate de la soja transgénica que mayormente es un debate entre dos opuestos.

Palabras-clave: Soja Transgénica; Teoría Actor-Red; Argentina.

Introduction

Between 2013 and 2014 I studied the production of soya in the province of Chaco and Santiago del Estero in Argentina as part of my graduation as a human geographer. Because of the limited amount of pages, this article will only contain a small part of my findings. On writing my thesis I struggled a lot with the academic formulation of the actors involved in the process of soya production in Argentina. I wanted to go beyond the dichotomous formulations of dividing things into wealthy/poor, global/local, urban/rural, central/peripheral, formal economy/informal economy and the underlying hierarchy with the first being valued or privileged and the latter being devalued or marginalized (MCPHAIL, 2008, p. 5). These formulations imply that there exist two different spheres/worlds/fields and I was looking for an approach with which I could study the production of soya in Argentina, without having to define which part of it took part in the local and which in the global or what in the urban and what in the rural. I wanted to look at the soya production without imposing these dichotomous structures on what I saw.

At the same time I didn't want to resort to using metanarratives like "globalization" or "capitalism" so charged with meaning, representing so much, that they have lost their meaning all together (ROMÁN, 2006, p. 1). What do these terms mean? What do they explain? I found that theories tried to encompass or catch the heterogeneity of the world but in doing so resorted to using terms like 'flows', 'nodes' and 'landscapes' (APPADURAI, 1990, p. 295,307-308; CASTELLS, 2009, p. 14-15), creating a meta-narrative that supersedes the actual world around us and reduces a lot of specific actors to just one single term in order to explain today's world.

I found that the boundaries, if they did exist, between the laboratories in which genetically modified (GM) soya seeds were developed, the technical and chemical processes to produce fertilizer, the farmers that eventually would sow the seeds with the help of their tractors and no-tillage systems, and eventually sell their harvest on the “global market”, were impossible to establish and would lead me to be very creative in connecting all the theoretical bits and pieces on all of these “domains”.

Eventually I came across Actor Network Theory (ANT) or the ‘sociology of association’ (LATOUR, 1988, p. 205), which offered me what I had been looking for in studying the production of soya in Argentina, without having to define all the separately defined domains like - the social, the economical or the political – with which the GM soya production in Argentina was related. ANT stresses that we don’t impose any hierarchy on the actors, both human and nonhuman, we are about to encounter. We just follow them, wherever they might go which shows a methodology that is very different from conventional ones.

1. Soya production from an ANT perspective

At present soya, either in the form of oil or meal is in high demand by fast growing economies like Brazil, China and India. Also the European Union’s (EU) economy accounted for over 10 million tons of soya oil in 2012. Most of this demand is met by the three biggest producers of soya (figure 1), The United States (US), Brazil and Argentina (NASSAR *et alli*, 2011, p. 6). If we want to study the production of soya we see ourselves confronted with what might be characterized as an “overwhelming impression of chaos and disorganization” (PLOEG, 2009, p.1).

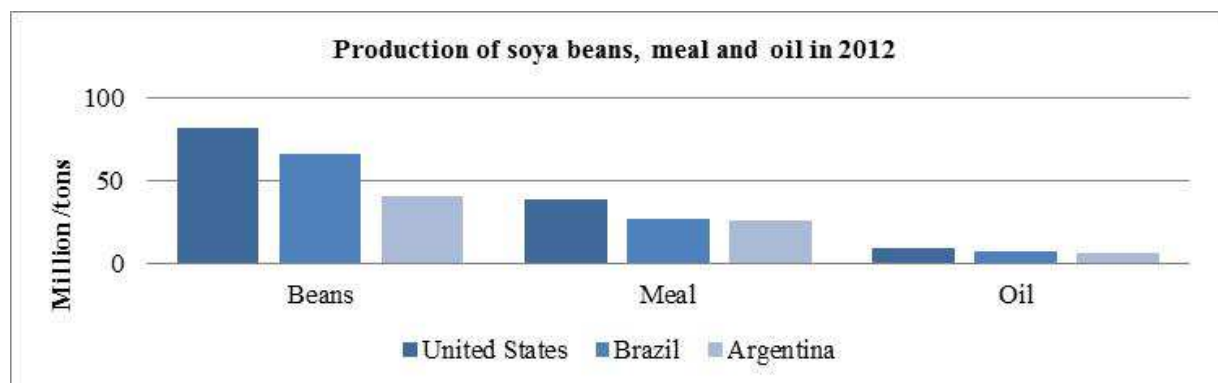


Figure 1. Production of soya beans, meal and oil in 2012 by the three main producers and exporters of soya

Source: FAO (n.d.).

According to Bruno Latour (1992, p. 278) a ‘tug-of-war’ has gone on in the social sciences between explaining society from nature or explaining nature from society, by distinguishing between subject and object:

This tug-of-war is played in one dimension. It is fun to play but after twenty years of it we might shift to other games, especially since it makes incomprehensible the very linkages between Nature and Society we wish to account for. I claim that the only way to go on with our work is to abandon this frame of reference and to set up another standard, all the more so if other scholars go on to make it more subtle, more precise by adding finer divisions and other labels to the same one-dimensional yardstick (GIERE, 1988). We do not want finer divisions and new schools of philosophy of science. We want philosophy to do its job and discover the origin of the yardstick in order for us to overcome it.

The production of soya in Argentina consists of a vast heterogeneous network of both human and nonhuman actors that occupy places both in what might be defined as “the rural” or “the global” and the actors interact with each other irrelevant of their geographical position. Which makes that we are forced to rethink our conception of geographical scale? Although we know that “the local”, “the global,” and “the micro-, meso-, macro level,” don’t exist as such, we should look at them as “points of view on networks that are by nature neither local nor global, but that are more or less long and more or less connected” (LATOURE, 1993 *apud* SMITH, 2003, p. 35). In looking at actor networks this way we can at last go beyond the ‘modernistic ontology’ of binary opposition and freely move back and forth from the rural to the urban, the local to the global and from the farm to the laboratory. ANT makes this possible because it takes both humans and nonhumans into account as actors. Instead of only studying the human actors or what might be called ‘the social’, which implies that nonhuman actors are mere passive actors completely adaptable for use by humans (SOUSA; BUSCH, 1998, p. 351). But what if a soya seeds won’t grow, a weed becomes resistant against herbicides designed to kill it, a combine breaks down during harvest? Who is the actant in these cases? Although ANT takes these nonhuman acts seriously, it doesn’t assign ‘intentionality’ and ‘freedom’ to them the same way we do to humans (VERBEEK, 2011, p. 4), ANT doesn’t attribute purposiveness to “nature” or “technology” (SOUSA; BUSCH, 1998, p. 350) but it accepts that human and nonhuman actors simply can’t be separated. In the same way human and nonhuman actors never act alone, they are always embedded in an actor network (SOUSA; BUSCH, 1998, p. 351). What sets ANT apart from system theories is the view that human and nonhuman actors are constituted and shaped by their involvement, their interaction with each other (LEE; BROWN, 1994, p. 775). “The actor network is reducible

neither to an actor alone, nor to a network” (CALLON, 1987, p. 93).

This irreducibility is the first principle of ANT as developed by Latour (1988). This principle states that “nothing is, by itself, either reducible or irreducible to anything else” (LATOURE, 1988, p. 158). If we should accept the fact that things could contain one another, could be reduced to one another, this implicitly means that things can become bigger than others, because they include these others. “They become impressive, majestic, sacred, intoxicating, dazzling” (LATOURE, 1988, p.190). They become the “society”, the “culture”, the “Modern World”, or the “globalized world”. This adds to things something more that comes from beyond the facts (LATOURE, 1988, p. 190). This means there is no “society”, no “culture”, no “science”, no “theory”, no “law”, no “economics”, no “capitalism”, no “globalization”, no “nature” (LATOURE, 1988, p. 201-207). There are only trials, trials of strength or weakness (LATOURE, 1988, p. 158). To look at the world from an ANT point of view we see a field of forces, “a seamless web of relations in which particular persons are able to speak for institutions, technical objects or natural objects” (SOUSA; BUSCH, 1998, p. 351). In this way we will look at the soya production in Argentina moving freely through the field of forces in which this production takes place without having to confine the human and nonhuman actors to certain ‘fields’ or ‘levels’.

2. Seeds

Almost all the soya produced in Argentina is genetically modified (BRAVO, 2010, p. 9; BISANG, 2003, p. 1), so this research is about the production of GM soya as opposed to soya that hasn’t been modified to become resistant to glyphosate based herbicides. Genetic engineering is different from “traditional” plant breeding in the sense that it is process of direct manipulation by adding or removing specific genes without the side effects of unwanted genes being transferred which make it a process of trial and error (PARAYIL, 2003, p. 981; CELEC *et alli*, 2005, p. 531; CELLINI *et alli*, 2004, p. 1091) leading to heterogeneous outcomes. By breeding plants in open fields the control or domination over the plants is limited and so is the control over the outcomes. So the plants have to be brought into the laboratory to be able to be fully dominated by breaking them down to their DNA and their individual genes. Therefore genetic engineering is faster because it is more specific. The balance of power is being reversed in such a way that the plants, seeds, and DNA’s can be

dominated. With genetic engineering first the characteristics needed to modify a crop is being determined, for example resistant to pests and drought or higher nutrition value and then they search for genes in animals or other crops to provide these characteristics, these genes are decoded and sometimes redesigned and then put into the targeted crop (PARAYIL, 2003, p. 981). This sound like a linear process in which the genes and cells can be manipulated without difficulty. This is where ANT shows its strength by being able to enter the laboratory, but also by being able to zoom in onto the actual process of genetic engineering and look at the actants involved. When the gene with the preferred characteristic, in this case resistance to herbicides based on glyphosate, has been selected it is being transferred using the recombinant DNA technique to another organism. But the gene with the desired characteristic is being transferred together with a selective marker gene. These are genes which present resistance to a selective agent, most often an antibiotic (CELEC *et alli*, 2005, p. 533). This is done to be able to select the GM organisms from the unmodified. So the ability of the gene to act, in conferring resistance to an antibiotic, is used to select GM organisms, because the resistance to the antibiotic makes only the GM organism visible, the non GM organisms will die.

For the modified genetic material to enter a cell, in this case the cells of plants, the cell wall poses a formidable barrier to overcome (SANFORD *et alli*, 1987, p. 27). The cell resists the entry of genetic material, the cell acts by not allowing foreign genes to enter. Therefore different techniques have been developed of which the bacterium transformation and microballistic impregnation are the most widely used with GM crops. The microballistic impregnation is done by using a gene gun that fires minute particle of gold or tungsten coated with the desired gene and selective marker gene, through the cell wall into the living cell, without killing it (SANFORD *et alli*, 1987, p. 27; CELEC *et alli*, 2005, p. 533). After the transfer the organisms can be grown in a culture containing antibiotics (or another substance to which the selective marker gene is resistant). The GMO's become visible because the unmodified organisms will die. So the soya seeds, by being dominated in the laboratory have been redefined as GM soya seeds and more specifically in the case of Monsanto they have literally been redefined by being named RoundUp Ready (RR) soya seeds, named after the herbicide based on glyphosate which is also produced by Monsanto under the name RoundUp (BRAVO, 2010, p. 18; FILOMENO, 2013, p. 37).

This chain of actions can be described as interessement, which is the group of actions taken by an actant, in this case Monsanto, to impose and stabilize the identity of other actants (CALLON, 1986, p. 8), in this case the GM soya seeds. Monsanto problematized the problem of agriculture in the sense that the weeds are a danger to the soya plants and obliged the

farmers to work very hard to get rid of so by making the GM soya plants resistant to RoundUp herbicide, all the weeds die except for the GM soya plants, making the work of the farmers much easier (FILOMENO, 2013, p. 37). So by problematizing agriculture in this way Monsanto has extracted the soya seeds from its context. By genetically modifying the seeds they have taken away the danger of weeds that can act on them. At the same time they force the other actants involved, the farmers for example to adopt their form of production and by claiming the patents on the GM soya seeds, Monsanto tries to disassociate other actants.

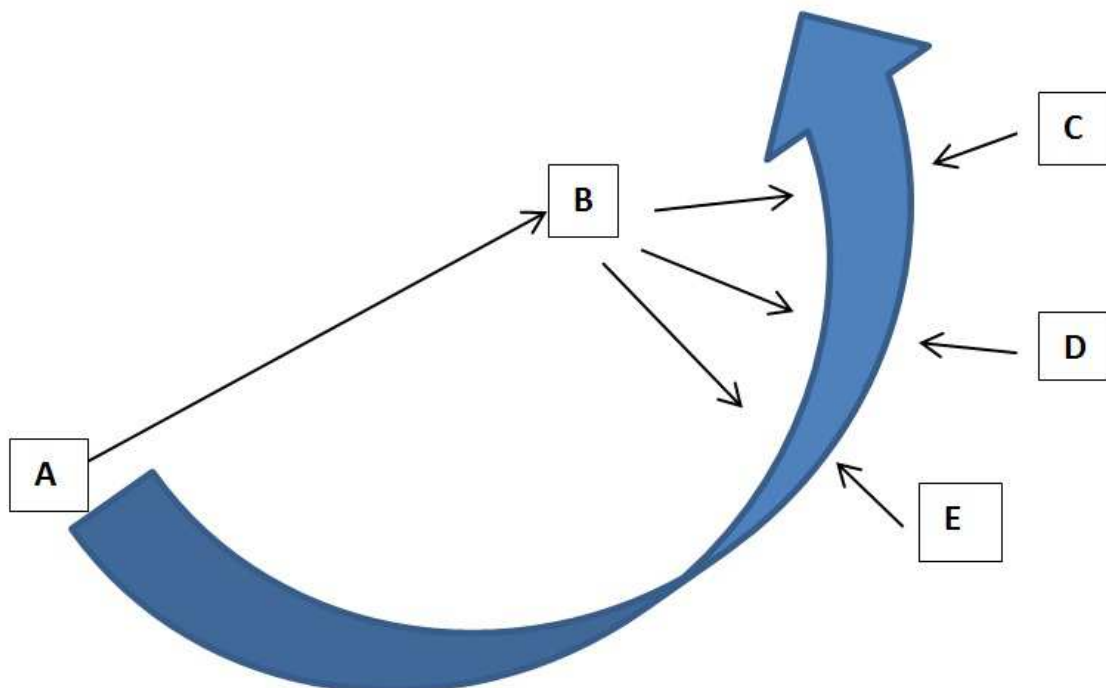


Figure 2. **The process of disassociation the Monsanto established between the GM RR soya seeds and the other actants**
 Source: Taken and adapted from Callon (1986, p. 12).

Let's say that 'A' is the GM soya seed produced by Monsanto and 'B' is the GM soya seed, by genetically modifying and claiming the patent on the GM soya seeds Monsanto consolidates and redefines the identity of 'B' by naming them RR soya seeds, on which they have the patent (FILOMENO, 2013, p. 37) and in this process of interessement, it cuts off all the other associations that might redefine the identity of 'B' in another way (CALLON, 1986, p. 9). These other actants might be 'C', the farmers that have a different way of selecting and producing the seeds they want to sow the next year, but it could also be 'D', another company that develops seeds for the market, for example Dow (PENGUE, 2005, p.317) and 'E' could be the weeds that are unable to act on the GM RR soya seeds. In this way Monsanto changes the balance of power in its favour.

Monsanto, as one of the actants in this trial of strength and weakness is dominating the seeds by taking them into their laboratories, where they have the upper hand and are able to dominate the seeds, experiment with them and changing their genetic structure (LATOURE, 1988, p.83). This process of domination makes the soya seeds into an immutable mobile (SOUSA; BUSCH, 1998, p. 352). The seeds have been broken down to their germplasm, put in petridishes, coded to be stored and archived in a seed bank. The International Union for the Protection of New Varieties of Plants (UPOV) established in 1991, and the agreement on Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights of the World Trade Organization (WTO) in 1994 (FILOMENO, 2013, p. 36) provide for this immutable mobile to be sold in other parts of the world, by protecting the patented RR soya seeds. Through this process of interessement, Monsanto has enrolled the GM soya seeds, meaning that they accept the role or the identity as defined and consolidated by other actors (CALLON, 1986, p.10). Just as Monsanto has enrolled the glyphosate based herbicide RoundUp.

Both these enrolments however are far from stable or given. In both cases the actants involves are far from passive. With the enrolment of the GM soya seeds Monsanto also redefines and tries to consolidate its alliance with the farmers. By obtaining the patent on their seeds, Monsanto forces an alliance with the farmers to buy their seeds. The patenting is again a form of interessement, it redefines the identity of the farmers and their alliance with seeds. The farmers used to own the seeds they produced, they used to keep part of their harvest to use as seeds for the next campaign, or they might sell or trade them with other farmers to obtain the best seeds for sowing (FILOMENO, 2013, p. 37; BUSTOS, personal communication, 15th November 2013). Monsanto sells GM soya seeds that are resistant to RoundUp, and the farmers have to pay for the seeds, the herbicides and the costs for the intellectual property that Monsanto has on GM RR soya seeds and the RoundUp herbicide. This interessement, if successful, might lead to the enrolment of the farmers in that they accept the new role they have been given as consumers, instead of owners, of the GM soya seeds and herbicides of Monsanto.

With the RR soya seeds of Monsanto becoming immutable mobile, they can be sold by Monsanto to other seed companies. Asgrow was one of these companies to which Monsanto sold its germplasm needed to produce the RR soya seeds. Asgrow was taken over by seed company Nidera that eventually was granted the distribution and commercialization of the first RR soya seeds in Argentina in 1996 (FILOMENO, 2013, p. 44). So it wasn't Monsanto that introduced their GM soya seeds in Argentina, but Nidera. At that time Europe did allow for 18 GM products, including crops, flowers and vaccines, to be introduced into its

market, but with the outbreak of BSE or “mad cow disease” confidence in food safety plummeted in the EU and although the BSE had no direct connection with GM crops, people were suspicious of the possible dangers of GM crops (PRAALBERG, 2001, p. 5). Argentina became the first country in Latin America to allow for GM crops to be produced on its territory (PRAALBERG, 2001, p. 4). Without the patent being obtained the farmers could purchase the RR soya seeds relatively cheap and they were allowed by law to trade and save some of their harvest for the next campaign. The Argentine state protected the Argentine farmers by state law n°. 20.247 which states the limits in which Argentine farmers are allowed to save seeds from their land.

The alliance that Monsanto has forged with the farmers and the *cooperativas*, was defined by some of the interviewees as too expensive for the small producers and was even called prostitution by the hands of Monsanto (COGNO, personal communication, 1st October, 2013). This position is also being voiced by the different agricultural associations that are allowed to speak for the farmers that formulate their message through their magazines, websites and also through scientific report they made by associating with universities (FILOMENO, 2013, p. 46). The agricultural associations partaking in the discussion surrounding the patents on RR soya seeds are the Federación Agraria de la Argentina (FAA), Confederación Intercooperativa Agropecuaria Cooperativa Limitada (ConInAgro), Confederaciones Rurales de la Argentina (CRA) and the Sociedad Rural Argentina (SRA). All are allowed to speak for small, medium or large producers or the agricultural sector as a whole. In respect to the patents on RR soya seeds they always defended the right of the farmers to save their seeds through publication of articles in their magazines and other media in order to influence the Argentine minister of agriculture in his decision.

So besides the FAA, CRA, ConInAgro, the SRA and the state interrupting the alliance that, Nidera and other seed companies tried to forge with the farmers, some other companies establish alliances outside the law, by trading illegally on what is called the ‘*bolsa blanca*’ (BUSTOS, personal communication, 11th November 2013), which is the black market for seeds. Seeds companies like Nidera however try to restore their alliance with their patented seeds by participating in a private royalty collection system based on individual contracts with producers. This system was created by the Asociación Argentina de Protección de las Obtenciones Vegetales (ARPOV) in 1999 (FILOMENO, 2013, p. 45) which allows the participating seed companies to conduct inspections on the seeds saved by farmers. Monsanto at the same time tried to restore its alliance by prosecuting in countries that imported Argentine GM soya and did recognize its patent, but their claims were rejected. At the

moment Monsanto, just like the ARPOV is applying a systems that works with individual contracts between them and the farmers purchasing their seeds (FILOMENO, 2013, p. 47). And the ultimate step taken by Monsanto is obtaining the patent on their newest generation of GM RR soya seeds, which they redefined as INTACTA RR2 Pro (Monsanto, n.d.) and has been developed especially for South-America. By this Monsanto is continuing to try and consolidate their alliance with the farmers, forcing them into paying for their seeds every time they want to sow them. In this way again redefining and enrolling the GM soya seeds.

All these actants show that the introduction of RR soya seeds is far from linear. It wasn't Monsanto alone that just implemented the RR soya seeds in Argentina. It was through an actor network in which the Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPS) and the International Union for the Protection of New Varieties of Plants (UPOV) treaties, the laboratories of Monsanto, Asgow, Nidera, contracts and the Argentine farmers and their representative institutions like the FAA, CRA, SRA and ConInAgro who all interacted with each other and tried to define the situation in such a way that the balance of power would change in their favour. The introduction of GM crops is not as powerful as it sometimes is being portrayed. This is also shown by Herring (2007) concerning the introduction of Bt cotton in India, where the farmers produced their own Bt seeds, which Herring (2007, p.135) redefined as 'stealth seeds' without paying royalties to Monsanto. And it might just be the interruption of the relation that Nidera and Monsanto tried to establish with the Argentine farmers through the patent on their seeds, that the GM soya could spread so rapidly through Argentina.

3. Sowing

The sowing of the GM soya seeds is done through a system that doesn't acquire for the field to be ploughed, it inserts the seeds directly into the ground at the required depth and with, which limits the disturbance of the soil structure (TRIGO *et alli*, 2009, p. 1). This system is called no-tillage, zero-tillage or, in Spanish, *siembra directa*. The system was developed to prevent or decrease soil erosion. This occurred when the production of oilseed crops was increased and the farmers tried to limit the risk of losing their harvest due to extreme rainfall during the autumn. Soya is sown from November till March and to save time the farmers burned the remnants after the first harvest, so they could immediately sow the

next campaign. This intensification of the production caused a decrease in the soil fertility (TRIGO *et alli*, 2009, p. 2). The no-tillage system was developed within a field of forces in which agricultural engineers of the INTA, fertilizer, farmers, iron discs, metalworkers, universities and many other actants worked together (TRIGO *et alli*, 2009, p. 4).

The agricultural engineers of the INTA made the degradation of the soils visible by investigating it and writing reports about more sustainable ways of cultivation, which was part of the Proyecto de Agricultura Conservacionista (PAC), a conservation program (TRIGO *et alli*, 2009, p. 4). This was the beginning of the change in balance in favour of the agricultural engineer. The solutions to the problem of soil degradation were defined by the agricultural engineers, based on their own research, but also on information from the US that became an immutable mobile through research and science reports and sometimes through visits of Argentine farmers to the US to see the no-tillage systems developed there in practice (TRIGO *et alli*, 2009, p. 5). Solutions were sought in the use of fertilizer, crop rotation systems and vertical tillage of the soil. The agricultural engineers of the INTA could also make their time and change the balance in their favour because of the way they moved and positioned themselves. The INTA established experimental stations throughout Argentina. These stations were close to the farmers so the agricultural engineers could learn from the farmers themselves and see the problems the farmers experienced with their own eyes. The experimental stations of the INTA therefore played an important role in developing the no-tillage systems further and adjusting it to local circumstances, for which it worked in close relation with the farm machinery industry (TRIGO *et alli*, 2009, p. 5).

4. The agricultural engineer

Both in the literature and some of my interviewees defined Argentina as “lacking behind to the rest of the world in the adoption of fertilizer, hybrid seeds and the wider process of mechanization between 1950 and 1980.” (BISANG, 2003, p. 2), lacking technological innovation (TRIGO *et alli*, 2009, p. 2) and “Argentina lost pace with the rest of the world” (URRICARIET, personal communication, 22nd November 2013). However this idea of what has been named the “green revolution” followed by the “gene revolution” doesn’t apply in a world of forces and actor networks where actors make their own time (LATOUR, 1988, p. 49). The agricultural engineers in the INTA were making their time by translating their

knowledge into conservation programs that introduced fertilizers and crop rotation systems, which in turn asked for the expertise of the agricultural engineer to plan the sowing of the different crops and determine the amounts of fertilizer that needs to be applied in relation with the nutrients present in the soil. When soya arrived in Argentina the farmers didn't know what to do with it. Until then farmers had been mainly producing wheat or corn. So GM soya demanded for the farmers to learn how to cultivate this unknown crop (TRIGO *et alli*, 2009, p. 2). The GM soya required an actor that could translate this GM crop and its alliance with herbicides and fertilizers. This left room for agricultural engineers to make time and forge an alliance with the crop. In doing so they redefined the alliance between the farmer and the GM soya and changed the balance of power in their favour. Analysis of the soil is needed to establish how much and which kind of fertilizer is needed for the soya to grow, the kind of weed present in the field has to be determined for the selection of the most effective herbicide. And to keep the soil fertility from degrading the crops with which to rotate the GM soya have to be selected. All these actants have to be dealt with by the agricultural engineer after which sowing can begin.

The result of taking samples of the soil, plant, grains and seeds and bring them into the laboratory to dominate them and to be able to subject them to experiments to determine the amount of the nutrients present in the soil, plant, grains and seeds is that they can be translated in numbers and tables which can be printed on papers making this information mobile and the agricultural engineer only has to read to calculate the amount of fertilizer that is needed per hectare. In Chaco for example the soil contains a high amount of potassium, so a fertilizer should be chosen that doesn't contain potassium (COGNO, personal communication, 1st October 2013).

5. Herbicides

The need to use herbicides introduces another chain of actants to the production of GM soya in Argentina. Farmers can do the spraying of the fields themselves for which they have to buy a spraying system that they can put behind their tractor or buy special tractors that are designed only for spraying. The rise in herbicide and pesticide use in Argentina has been connected to a rise of health problems in cities and towns surrounding the fields in which GM soya is being produced. Domínguez & Sabatino (2011, p. 66) registered the cases of

contamination in Paraguay and Argentina between 2002 and 2007 and came to a total of 65 cases, of which 40 occurred in Argentina. In 72,5% of the cases it concerned contamination effects on people and in 27,5% contamination of animals or crops (DOMÍNGUEZ; SABATINO, 2011, p. 67).

Many farmers of MOCASE-VC mentioned cases of malformation in the nearby village, like MOCASE-VC member, Beco (personal communication, 4th October 2013, Santiago del Estero):

They are waiting for an national investigation and we participated in some assemblies in Buenos Aires in which a doctor participated that had done experiments with rats and chickens and the effects of agrochemicals are the same, the contaminated them and here in Colorado there are malformations and children of which some organs are missing. Here not but [...] almost 15 kilometers from here. Here they don't sow because of the animals here, but in Colorado when you pass in a car or on your motor when they are fumigating, everything is poison, and it doesn't bother them because they are businesses, they don't bother.

Mister Mellinger (personal communication, 30th September 2013) doesn't believe that people can get cancer of the herbicides used on his fields:

That is politics because really this system of contamination it could be partly true, but I tell you if someone is living in a town or city and says that he has cancer because they are fumigating on the fields, then I don't understand that the applicator with whom I am working for years is still alive. So I think that this is all a big talking circus. Because when today a fumigator passes in front of my house I can't say that I will get cancer because of that. So no, it's okay, I agree that we have to be careful, we are all producers and there are producers that are very offensive and they use many things [...] but this isn't the way, this is the way nowadays with the rentability that this occurs.

In the province of Chaco there is a law that provides some kind of restrictions for the use of herbicides:

There exists a ley in the province to establish limits to the spraying, a regulation especially for the management of agrochemicals and there exists uncertainty in respect to the conditions that need to be taken into account, this is where the contaminations can occur, so application within certain norm that have to be considered and must insure a low risk for the consumption and the environment. In respect to this there are regulations in this province [Chaco] that establishes different standards for the application, which is a good thing because one can talk with a producer and control the application with these regulations and you can prohibit the application or you can sentence a producer for contamination so regulations are necessary (Marcelo, personal communication, 1st October 2013, Chaco).

But legislation doesn't stop the herbicide from collaborating with the heat of the sun that evaporates the herbicides so they form a cloud that is transported by the wind to other parts around the soya fields.

6. Growing

One actor that neither Monsanto, nor the agricultural engineer can enrol is the climate, the intensity and amount of sunshine or rainfall and the intervals between the two. These actants become the most important ones during the time that the seeds develop into plants and the soya plants develop their beans. And put the agricultural engineers to the daunting task to, within this field of forces, to ensure the harvest of the crops, but it also puts people up to the task to organize themselves in securing their access to water. All the people that I spoke with, both in Chaco and in Santiago del Estero talked about the weather and that they were waiting for it to rain. Chaco has a history of both flooding's and droughts (ALTAMIRANO, 2013, p. 25). During my field research Chaco was experiencing a drought that was in its third year which was almost historical. In 1978 it rained 312 mm and from January until the beginning of October 2013, it had rained only 327 mm (CANTEROS, personal communication, 1st October 2013).

The drought interrupts the alliances that actants are trying to consolidate. For example the alliance between fertilizer, no-tillage sowing and crop rotation that INTA is trying to consolidate, to keep the soil fertility stabilized, is being interrupted. Especially the alliances with crops other than GM soya, like corn, wheat and sorghum is being interrupted. The shortage of rain at times doesn't allow for more than two champagnes while oilseed crops, like GM soya and sunflower need to be rotated with cereal crops, like corn, wheat and sorghum for the soil to keep its fertility. This is the solution that INTA poses to their problematization of the decrease in soil fertility. This solution is published by the INTA in magazines and it advocates the alliances between the use of fertilizer, no-tillage sowing and rotation of crops as a sustainable agricultural practice (FERRARI, 2010, p. 6). This alliance is being threatened by the shortage of rain but also by the difference in price that farmers receive for GM soya beans, GM corn, GM wheat or GM sorghum. If farmers can only sow two or three times they prefer forging an alliance with GM soya to ensure the highest financial return. In this way the alliance between GM soya and the rotation crops is being interrupted

by the price farmers can receive by selling their crop after harvesting. The balance of power is in favour of GM soya beans. But the extreme droughts in Chaco and Santiago del Estero, also influences the GM soya production and might turn the balance in favour of other, more drought resistant crops like cotton.

7. Drought

With the alliance between the heat and the use of herbicides changing the balance of power the farmers in both Chaco and Santiago del Estero associate with all kind of actants to consolidate their access to water and in this way trying to change the balance of power in their favour. Mister Brabo who has 25 hectares, forged an alliance with other farming families and they put money together to be able to hire a lawyer to translate for them his knowledge of finance which allowed them to buy a wind mill to pump water, a water tank and a machine to grind the fodder for the animals. They started by associating with other families which made it possible for them to forge alliances with things for the pigs and a grinding mill. Then they went on to forge alliances with water mills, water tanks and water hoses which enabled them to change the balance of power a little bit in their favour by joining together and to be independent and able to solve their own problems.

In Santiago del Estero the indigenous farmers also sought cooperation with other families which cumulated in the MOCASE-VC and they also associated with wind mills to be able to pump up water for the animals. They also use their metal roofs to gather rainwater to use as drinking water. This alliance is being threatened by the airplanes that spray the fields with herbicides and contaminate the roofs and wells so they can't use the water anymore. This is especially problematic with the public school that is surrounded by fields on which GM soya is cultivated. When an airplane passes over the school the well is contaminated and they have to empty the well and clean the roof for it to be used as defined by the: for collecting rainwater.

8. Harvest

When the alliances between the farmer, the GM seeds, the herbicides, the no-tillage

machines, the fertilizer, the soil and the sun and the rain aren't interrupted by all the actants mentioned above the GM soya seeds can develop into plants and they can develop their soya beans that can be harvested. This is done with combines that are designed to harvest the GM soya beans or other grain crops like wheat or corn. The GM soya plant is being cut and then within the combine the plants is being separated from the GM soya beans which are being transported into a trailer driving next to the combine and transport the harvested beans off the field. Then another alliance is made with trucks to transport the GM soya beans to a corporation if the farmer is a member and here the GM soya beans are being redefined into GM soya meal or oil. Other producers might transport their harvest to the city of Rosario and send their harvest by truck to one of the mills around Rosario that will redefine the GM soya beans into meal, oil or biodiesel. The importance of Rosario in the soya actor network also becomes visible during the harvesting period on the roads around the city. The amount of trucks needed for the transport of the GM soya beans to the cordon of Rosario is so big that they act on the traffic around the city by causing traffic jams. The majority of the GM soya beans, meal or oil is being exported through an alliance with freighters that link the GM soya beans, meal or oil to the biodiesel refineries in Europe or the mills in China.

9. Taxes

Currently the national public debt of Argentina is 195,568,852,459 US dollars (The Economist, n.d., accessed on 8th August 2014). Argentina has had to deal with hyperinflation through much of the 70s, 80s and 90s to change the balance of power in their favour and stop the hyperinflation the Argentine government redefined the value of their peso by linking it directly to the US dollar, one peso equaled one Argentine peso. This decision was also supported by the IMF (STIGLITZ, 2002, p. 2). The only way that the Argentine government could spend beyond its means was to borrow money. Where the US could sustain its trade deficits, because other countries were, and still are, willing to finance this debt, they didn't want to finance the debt of Argentina when the forces outside Argentina were changing the balance of power in disadvantage of Argentina, the currency in Brazil went down and the Euro which made it difficult to compete with Brazil and less money came in through trade with the EU and finally Argentina couldn't pay the interest on their debts, and therefore couldn't maintain the balance of power any longer and the Argentine economy defaulted in

2001 (STIGLITZ, 2002, p. 3). After the crisis the Argentine government forged alliances with all kind of funds that bought state bonds that now have changed the balance in their favour because these bonds are currently worth billions of dollars and they have enrolled the Argentine state as debtors. To be able to pay the interest on its debt the Argentine state as a network 'acted at a distance' (SOUSA; BUSCH, 1998, p. 351) on the GM soya network through resolution n°. 125/08 by which they enroll the GM soya farmers or exporters to generate income for the state. When the GM soya is harvested and it arrives at the port of Rosario it will be redefined into an export product on which the Argentine government has imposed a tax to obtain permission to export GM soya, either in the form of beans, oil or meal, to other countries. The resolution doesn't discriminate between producers, every producer has to pay this percentage of the price of the GM soya. This resolution interrupts the alliance between farmers that have only 25, 50 or 100 hectares and want to export their GM soya harvest. But the high price that exporters can get by exporting or selling their GM soya beans to an exporter also elevates the value of land on which GM soya can be sown. Some small farmers therefore choose to rent their lands to producers that do have the machinery or the money to hire the machinery necessary for sowing those fields. This changes the actor network in which GM soya is produced towards an actor network that is defined by the interviewees as an actor network without farmers (BUSTOS, personal communication, 11th November 2013; MELLINGER, personal communication, 30th September 2013; FERRERAS, personal communication, 26th September 2013). The costs are too high to pay for farmers with small plots, so in not discriminating between farmers it does discriminate against farmers with small plots.

On its introduction the resolution n°. 125/08 set the export fee on 10% of the price of the amount of GM soya that was being exported. This percentage rose within four months from 17%, 23%, 28% and eventually to 35% in March of 2008 (BUSTOS, personal communication, 11th November 2013). The height of the taxes was directly coupled to the international prices, which would mean that if the price of GM soya on the international market would rise to 600 dollars per ton, the Argentine farmers would have to pay almost half of it in the form of export tax to the government.

With the balance of power being changed in the favour of the Argentine government, the SRA, ConInAgro, CRA and FAA decided to collaborate. They decided to participate in a strike acting on the traffic on all the main roads leading into the city of Buenos Aires by barricading them with farm vehicles (BRAVO, 2010, p. 9; CIBILS, 2011, p. 51; URRICARIET, personal communication, 22nd November 2013). In doing so they tried to turn

the balance of power in their favour. In the discussion that followed the Argentine government defined the countryside as a place where the big land owners of the SRA still lived on their estancias while the laborers lived in poverty (BUSTOS, personal communications, 11th November 2013). While the SRA and the FAA through its president Eduardo Buzzi defines the countryside as the biggest economic sector that keeps the Argentine economy going (LA NACIÓN, 14th August 2013). But instead of supporting this important sector for the Argentine economy this collaboration was being made more difficult by the export taxes imposed on GM soya and other crops.

Further costs are threatening the alliance that farmers in Chaco and Santiago del Estero have tried to establish with GM soya. Next to the fact that the export fee of 35% doesn't discriminate between bigger or smaller producers, it also doesn't discriminate between the different provinces. So a farmers that lives in the province of Buenos Aires, which has a much wetter climate and is only at 100 kilometers of the Rosario harbor, pays the same export fee as a producer in the much dryer province of Chaco which is at almost 1000 kilometers from the Rosario harbor. Through the transportation costs farmers in Chaco and Santiago del Estero are fined a second time.

Miss Urricariet (personal communication, 22nd November 2013) of the SRA mentioned the fact that taxes are the wrong word for the 35% the government collects on all the GM soya export, because by paying taxes to the government inhabitants hope to see some of their payments flow back to their province, city or town in the form of public services like schools, hospitals, cinemas and theatres. This point is also mentioned by mister Canteros who lives with his wife and little daughter in the town of Las Breñas, Chaco. He explains that with the production of GM soya on the fields around the town a lot of money is made, but this rise in income is not met with a rise or development of the local hospitals or schools:

I think that it was a very rapid growth, you see, 98, 99 the whole world started with this crop and it experience a very rapid growth and they left things at the side...in reality the word 'development' doesn't only mean economic development, social development and the health vocations so we have very rich cities and towns, like Las Breñas and Charata that have a very poor and basic hospital. [...] The quantity of the gross intern production of the towns grew but there is no development, with the schools happened the same. [...] When I need a pediatric for my daughter in the middle of the night I don't know where to go, because the doctor isn't here and the other hasn't got the stuff and if you go to the hospital they have the same that I have at home (CANTEROS, personal communication, 1st October 2013).

So the alliance that might be possible between the money earned with the production of GM soya and the local hospitals, schools and theatres is not being made. This alliance is

also possible with the taxes paid by every inhabitant of Argentina. But in its capacity to act at a distance the Argentine government acts on the money they collect in the provinces. During the government of Carlos Menem, the minister of economy Domingo Caballo changed the tax system in the sense that he organized for all the taxes to be gathered in Buenos Aires after which they would be redistributed.

So the taxes paid in Chaco and Santiago del Estero only partially return to these provinces. But the redistribution of the taxes by the government of the Chaco province is being defined according to the amount of people living in a town or city. So the more inhabitants a city has, the more money it will receive from the state. The city of Resistencia has the biggest concentration of people in the province of Chaco so the majority of the redistributed taxes go to Resistencia, while the people that produce and paid most of the taxes live around small towns like Las Breñas. Both the taxes of 35% on the GM soya production and the redistribution of taxes in Argentina change the balance of power in favour of the people living in the cities and into a disadvantage for the producers living in the towns.

Since of October 2013, the EU has closed its market for Argentine bio-diesel which accounted for 90% of Argentine export of the almost 800.000 tons of soya oil the EU imported in 2012 (FAO, n.d.). In the same year the EU countries imported over 10 million tons of soya beans (FAO, n.d.). The EU commission has imposed a 340 dollar antidumping tax on every ton of Argentine bio-diesel (SAMMARTINO, La Nación, 5th October 2013). Thereby interrupting the alliance that Argentina sought to consolidate through the export of GM soya oil, redefined as bio-diesel to European countries. The EU accused Argentina of dumping and unfair competition. Argentina has objected at the WTO, but it will take at least two years for the dispute to settle and until then the antidumping tax needs to be paid.

10. The fluid actor

In this chapter we have followed the soya seeds through its process of enrolment and redefinition into GM soya seeds, through its sowing and growing until the harvest of the beans and the redefinition of them into oil or beans. Along the way we have at times followed other chains of actants connected to the actor network of GM soya production in the provinces of Chaco and Santiago del Estero. Without assigning intentionality and freedom to the nonhuman actors we have looked at both the humans and nonhumans actors and how they

acted and interacted with each other and how they acted on others by processes of intersement and enrolment and how they acted by resisting enrolment and domination by others. We have seen that the GM soya seeds aren't made by "science", but by a whole chain of actants acting within an actor network, we have seen that the GM soya seeds don't enter from the "scientific" into the "agricultural" in the same way we have seen that taxes aren't made in the "political" and act on the "social", they act in relation to other actors, for example with the price of soya on the world market, the national debt of Argentina and the distance to the Rosario harbor. We have seen how knowledge concerning the cultivation of GM soya was being translated by the agricultural engineers who gave them the power to influence the actor network by their way of problematizing and solving of the degradation of the soils which led to specific actors, like fertilizers, herbicides and no-tillage sowing systems to be introduced into the actor network. And we have looked at how the sun and wind interact with herbicides and unwanted relation with the forest, people, animals, schools, water and plants around the GM soya fields.

We were able to follow all these actants in this actor network, because we looked at them as actants (human and nonhuman) in a field of forces that participate in trials of strength and weakness. This also illustrates the point that we should reflect on the term scale that is used within human geography. In following the actants we have crossed from what might be defined as the macro-, to the micro level and from the meso-, to the macro level or the other way around. At times we might even have stayed in between any of these levels. So in order to really be able to look at developments like the introduction of GM soya seeds we shouldn't start out by dividing the multitude of actants into a predetermined micro-, meso-, macro level structure, we should follow the actants wherever they go. We were free to follow the actants because we didn't try to put them into a pre-defined structure, we know that the relations, associations and interrelations within the actor network are fluid and are constantly being redefined and are far from linear, and in this fluidity they don't discriminate between humans and nonhumans showing that both human and nonhumans never act alone, they are always embedded within an actor network and are constituted and shaped by their involvement and their interaction with each other (LEE; BROWN, 1994, p. 775).

This embedding and the fluidity of the interrelations make it hard to establish sharp boundaries on what GM soya is. In this article we have come to know some of these identities, in the form of GM soya seeds they are a commodity that can be sold to make a profit, in the eyes of the agricultural engineer they are a plant that need 75 kg of nitrogen per ton, to the people living around the field, GM soya and its need for herbicide use causes

cancer and other health problems, to the Argentine government it's a form of income to pay the interest on the national debt, to the Chinese it is high nutrient pig food and to the EU it is bio-diesel that lowers the CO² emissions. In each of these identities GM soya "contains a variant of its environment" (LAET; MOL, 2000, p. 252). In their study on the Zimbabwean bush pump Laet & Mol (2000, p. 252) use the notion of the fluid to be able to describe this aspect of an actant. Because of this fluidity, next to the fact that the boundaries aren't sharp, the answer to whether GM soya is successful also becomes a non- binary matter. The answer to the questions if GM soya works can't be answered with a simple 'yes' or 'no', there are many more relevant answers possible. GM soya might prove a very profitable crop, but not for the farmers with small plots, it might provide for high nutrient pig fodder, but not for people. The discussion surrounding GM soya production in Argentina does present the answer to whether it is successful as being a binary matter.

Final considerations

So the human and nonhuman actors that make up the GM soya actor network in Chaco and Santiago del Estero have clearly shown to form a heterogeneous network in which most actants could be made visible, not only the most visible ones that were able to change the balance of power in their favour but also the ones that were being dominated by other actors. Actants were made to speak by showing them resisting or acting within the actor network which showed a process that is far from linear. Moreover the way they acted or resisted shaped and constituted other actors made the GM soya actor network into a network in which the associations and alliances are constantly being redefined, interrupted and sometimes terminated. This brought to the fore the fluidity of the GM soya in the form of different identities within the actor network. GM soya ensures high revenues by selling it on the world market, but not for farmers with plots of 25, 50 or 100 hectares, GM soya also generates high revenues for seed companies like Monsanto and Nidera, but not for the farmers that have to buy from them. GM soya redefined as bio-diesel lowers the CO² emission in the EU, but contaminates the air of the people living near the fields, it feeds pigs in China making their meat available for more people, but it doesn't feed hungry people. GM soya production might be successful in the wet climate of the provinces of Buenos Aires and Santa Fe, but not in the dry climate of Chaco and Santiago del Estero, and GM soya might generate higher income for

the Argentine state, but excludes farmers with small plots. These identities might be categorised according to political ways of reasoning, GM soya as tax instrument; environmental ways of reasoning, CO² emission reduction and herbicide contamination; economic ways of reasoning, GM soya as an high revenue generating crop for farmers and seed companies, even Marxist ways of reasoning, the small farmers can't purchase the GM soya and machinery but large scale farmers and the 'seed pools' can. And finally these identities also have a moral connotation; GM soya feeds pigs in China, but not the hungry people elsewhere in the world. By formulating these identities in this way, by presenting them as binary oppositions it might be possible to just answer the question if GM soy is successful with a simple 'yes' or 'no'. But what this study has tried to show is that all these identities exist within the same actor network and that the sciences in sticking with the modern ontology of putting everything in boxes that aren't made for it – boxes like “globalization”, “social”, “nature”, “economic”, “political”, “agriculture”, and “Green-, and Gene Revolution” – aren't able to encompass or explain the heterogeneity of the identities and the interrelations between human and nonhuman actors in the GM soya actor network.

By accepting the fact that all these identities and interrelations between human and nonhuman actors are part of the same actor network that exists in a field of forces in which nothing is reducible to anything else and there are only trials of strength and weakness (LATOUR, 1988, p. 158), we have taken science out of the 'tug-of-war' (LATOUR, 1992, p. 278) between subject and object, or human-, and physical geography, the heterogeneity of the identities described above and the interrelatedness between all the actants involved makes it impossible to maintain this binary opposition that is at the basis of this “modern” ontology. So “subject” and “object”, “human-“, and “physical” geography, “nature” and “society” are so intertwined that it is impossible to separate them. In the same way there doesn't exist a divide between “science” and “politics” or “society” and “science” they are all interrelated and connected in an actor network. This way of formulating and doing research has both ontological and epistemological consequences. The consequences for the ontology have already been mentioned and that is that everything is real, everything is taken into account, both human and nonhuman and especially the interrelation between the two. Epistemological consequences are that we won't present science as a place that offers us the only real answers because of the method through which they are reached. We will only state that the world is a field of forces in which both human and nonhuman actors are connected, but without a-priori stating in which way these connections might occur or exist (LATOUR, 1988, p. 6-7).

Bibliographic references

- ALTAMIRANO, Marcos. Panorama histórico del Chaco. In: ALTAMIRANO, Marcos; FERRERES, Orlando; ARAUJO, Manuel Mora y; ETCHEVERRY, Guillermo Jaim; MANZUR, Juan; HUERGO, Héctor; FRIGERIO, Rogelio; BARROS, Marta; CAPITANICH, Jorge. *Chaco: su historia en cifras*. [Resistencia]: Gobierno del Pueblo de la Provincia del Chaco / Fundación Norte y Sur / Consejo Federal de Inversiones (CFI), 2013.
- APPADURAI, Arjun. Difference and Disjuncture in the Global Cultural Economy. *Theory, Culture & Society*, London / Newsbury Park / New Delhi: SAGE, v. 7, p. 295-310, 1990.
- BISANG, Roberto. Diffusion Process in Networks: the case of transgenic soybean in Argentina. In: GLOBELICS CONFERENCE INNOVATION SYSTEMS AND DEVELOPMENT STRATEGIES FOR THE THIRD MILLENIUM, 5., 2003, Rio de Janeiro. *Proceedings of...* Rio de Janeiro, nov. 2003. Available in: <http://www.redesist.ie.ufrj.br/globelics/pdfs/GLOBELICS_0065_Bisang.zip>. Accessed: 2 jun. 2014.
- BRAVO, Ana Lucía. Introducción. In: BRAVO, Ana Lucía; MERELES, Hugo Florencio Centurión; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio; SABATINO, Pablo; POTH, Carla Mariela; RODRÍGUEZ, Javier Leonel. *Los Señores de la Soja: la agricultura transgénica en América Latina*. Buenos Aires: CICCUS / CLASCO, 2010. p. 9-30. Available in: <<http://bibliotecavirtual.clasco.org.ar/ar/libros/becas/soja.pdf>>. Accessed: 2 jun. 2014.
- CALLON, Michel. Some elements of a sociology of translation: domestication of the scallops and fisherman of St. Briec Bay. In: Law, John (ed.). *Power, Action and Belief: a New Sociology of Knowledge*. London: Routledge, 1986. p. 196-223.
- _____. Society in the Making: the study of technology as a tool for sociological analysis. In: BIJKEN, Wiebe E.; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor (ed.). *The Social Construction of Technological Systems: new directions in the Sociology and History of Technology*. Massachusetts / Cambridge: MIT, 1987. p. 83-106.
- CASTELLS, Manuel. *The Information Age: Economy, Society, and Culture. The Rise of the Network Society*. Volume 1. 2. ed. West Sussex: Wiley-Blackwell, 2009.

CELEC, Peter; KUKUČKOVÁ, Martina; RENCZÉSOVÁ, Veronika; NATARAJAN, Satheesh; PÁLFFY, Roland; GARDLÍK, Roman; HODOSY, Július; BEHULIAK, Michal; VLKOVÁ, Behuliak; MINÁRIK, Gabriel; SZEMES, Tomás; STUHLÍK, Szemes; TURŇA, Ján. Biological and Biomedical Aspects of Genetically Modified Food. *Biomedicine & Pharmacotherapy*, v. 59, n. 10, p. 531-540, 2005.

CELLINI, Francesco; CHESSON, Andrew; COLQUHOUN, Ian; CONSTABLE, Anne; DAVIES, Howard V.; ENGEL, Kjeld H.; GATEHOUSE, Angharad M.R.; KÄRENLAMPI, Sirpa; KOK, Esther J.; LEGUAY, Jean-Jacques; LEHESRANTA, Satu; NOTEBORN, Hubert P. J. M.; PEDERSEN, Jan; SMITH, Maurice. Unintended effects and their detection in genetically modified crops. *Food and Chemical Toxicology*, v. 42, n. 7, p. 1089-1125, jul. 2004.

DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio; SABATINO, Pablo. La muerte que viene en el viento: la problemática de la contaminación por efecto de la agricultura transgénica en Argentina y Paraguay. In: BRAVO, Ana Lucía; MERELES, Hugo Florencio Centurión; DOMÍNGUEZ, Diego Ignacio; SABATINO, Pablo; POTH, Carla Mariela; RODRÍGUEZ, Javier Leonel. *Los Señores de la Soja: la agricultura transgénica en América Latina*. Buenos Aires: CICCUS / CLASCO, 2010. p. 31-121. Available in: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/soja.pdf>>. Accessed: 2 jun. 2014.

FERRARI, Manuel. Nuestros actuales sistemas de producción agrícolas son ambientalmente sustentables? *Informaciones Agrónimas del Cono Sur*, International Plant Nutrition Institute, n. 48, 2010. Available in: <[http://www.ipni.net/publication/ia-lacs.nsf/0/E0F1D4402BFC17B285257984005754F5/\\$FILE/6.pdf](http://www.ipni.net/publication/ia-lacs.nsf/0/E0F1D4402BFC17B285257984005754F5/$FILE/6.pdf)>. Accessed: 2 jun. 2014.

FILOMENO, Felipe Amin. How Argentine Farmers Overpowered Monsanto: The Mobilization of Knowledge Users and Intellectual Property Regimes. *Journal of Politics in Latin America*, Hamburg: Hamburg University, v. 5, n. 3, p. 35-71, 2013. Available in: <<http://journals.sub.uni-hamburg.de/giga/jpla/article/view/686/684>>. Accessed: 2 jun. 2014.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION. *FAOSTAT*. n.d. Available in: <http://faostat3.fao.org/faostat-gateway/go/to/browse/Q/*/*E>. Accessed: 2 jun. 2014.

HERRING, Ronald J. Stealth Seeds: Bioproperty, Biosafety, Biopolitics. *Journal of Development Studies*, v. 43, n.1, p. 130-157, jan. 2007. Available in: <http://government.arts.cornell.edu/assets/faculty/docs/herring/jds_herringstealthseeds.pdf>. Accessed: 2 jun. 2014.

- LAET, Marianne de; MOL, Annemarie. The Zimbabwe Bush Pump: Mechanics of a Fluid Technology. *Social Studies of Science*, London / Thousand Oaks / New Delhi: SAGE, v. 30, n. 2, p. 225-263, apr. 2000. Available in: <http://josiah.berkeley.edu/2007Fall/ER275/Readings/DP1-2/delaet_mol.pdf>. Accessed: 2 jun. 2014.
- LA NACIÓN. *Eduardo Buzzi dijo que Cristina Kirchner excluyó al campo del diálogo "por revanchismo"*. 14 aug. 2013. Available in: <<http://www.lanacion.com.ar/1610683-eduardo-buzzi-dijo-que-cristina-kirchner-excluyo-al-campo-del-dialogo-por-revanchismo>>. Accessed: 2 jun. 2014.
- LATOUR, Bruno. *The Pasteurization of France*. Cambridge: Harvard University, 1988.
- _____. One More Turn After the Social Turn: Easing Science Studies into the non-Modern World. In: MCMULLIN, Ernan (ed.). *The Social Dimensions of Science: studies in Science and the Humanities from the Reilly Center for Science, Technology, and Values*. Notre Dame: Notre Dame University, 1992. p. 272-292.
- LEE, Nick; BROWN, Steve. Otherness and the Actor Network: the undiscovered continent. *The American Behavioural Scientist*, v. 37, n. 6, p. 772-790, may 1994. Available in: <https://www.academia.edu/1316907/Otherness_and_the_actor-network_The_undiscovered_continent>. Accessed: 2 jun. 2014.
- MCPHAIL, Beverly A. Questioning Gender and Sexuality Binaries. *Journal of Gay & Lesbian Social Services*, v. 17, n. 1, p. 3-21, 2004.
- MONSANTO. *Biotecnología*. n.d. Available in: <http://www.intactarr2pro.com.ar/02_1_biotecnologia.html>. Accessed: 2 jun. 2014.
- NASSER, André; ANTONIAZZI, Laura Barcellos; BRANDÃO, Joyce; MOURA, Paula. *Soy Strategic Gap Analysis: Brazil and Argentina*. São Paulo: ICONE, 2011. Available in: <<http://www.idhsustainabletrade.com/site/getfile.php?id=221> >. Accessed: 2 jun. 2014.
- PARAYIL, Govindan. Mapping Technological Trajectories of the Green Revolution and the Gene Revolution from Modernization to Globalization. *Research Policy*, v. 32, n. 6, p.971-990, jun. 2003.

- PENGUE, Walter A. Transgenic crops in Argentina: The ecological and social debt. *Bulletin of Science Technology & Society*, v. 25, n. 4, p. 314-322, 2005.
- PLOEG, Jan Douwe van der. *The New Peasantries: struggles for autonomy and sustainability in an Era of Empire and Globalization*. London: Earthscan, 2009.
- PAARLBERG, Robert L. *The Politics of Precaution: Genetically Modified Crops in Developing Countries*. Baltimore / London: The Johns Hopkins University, 2001.
- ROMÁN, Joseph. *The Three Uses of Glocalization*. Paper prepared for the 78th conference of the Canadian Political Science Association. Toronto: York University, 2006. Available in: <<http://www.cpsa-acsp.ca/papers-2006/roman.pdf>>. Accessed: 2 jun. 2014.
- SANFORD, John C.; KLEIN, Theodore M.; WOLF, Edward D.; ALLEN, Nelson. Delivery of Substance into cells and Tissues Using a Particle Bombardment Process. *Particulate Science and Technology: An International Journal*, v.5, n. 1, p. 27-37, 1987.
- SMITH, Richard G. World City Actor- Networks. *Progress in Human Geography*, v. 27, n. 1, p. 25-44, feb. 2003.
- SOUZA, Ivan Sérgio Freire de; BUSCH, Lawrence. Networks and Agricultural development: The Case of Soybean Production and Consumption in Brazil. *Rural Sociology*, v. 63, n. 3, p. 349-371, 1998.
- STIGLITZ, Joseph E. Argentina Short-Changed: Why the Nation That Followed the Rules Fell to Pieces. *The Washington Post Sunday*, 12 may 2002.
- TRIGO, Eduardo; CAP, Eugenio; MALACH, Valeria; VILLAREAL, Federico. *The Case of Zero-Tillage Technology in Argentina*. Discussion paper 00915. Washington: IFPRI, nov. 2009. Available in: <<http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/ifpridp00915.pdf>>. Accessed: 2 jun. 2014.
- VERBEEK, Peter-Paul. *Moralizing Technology: understanding and designing the morality of things*. Chicago: University of Chicago, 2011.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

FEIJÃO *MADE IN CHINA*

João Batista Villas Boas Simoncini*

Resumo

O texto tem como objeto de análise a produção e o consumo de um dos principais ingredientes da mesa do brasileiro: o feijão. A discussão trata de sua importância histórica, socioeconômica e cultural. Problematisa-se ainda a falta de incentivo à produção nacional dessa leguminosa na atualidade.

Palavras-chave: Feijão; Produção Alimentar; Soberania e Segurança Alimentar.

Abstract

This article aims to analyze the production and consumption of one of the main ingredients of the Brazilian food: the beans. The discussion is about their historical, socio-economic and cultural importance. It also problematizes the lack of incentives to domestic production of this leguminous presently.

Keywords: Bean; Alimentary Production; Food Sovereignty and Security.

* Doutorando em Geografia na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Pesquisador do Núcleo de Estudos Agrários e Culturais da Universidade Federal do Rio Grande – ARCA/FURG – RS. Correio eletrônico: vbsbrasil@hotmail.com

1. O feijão em si

“O feijão era a refeição, o sustento, a força promotora da energia humana. Devia ser comido devagar, disposto o círculo de participantes, como para um cerimonial” (CASCUDO, 2004, p. 441).

A citação materializa a importância social e a hospitalidade gerada pelo feijão. Juntamente com a mandioca, foram agentes de fixação das populações, principalmente dos grupos indígenas, contribuíram com o processo de ocupação, expansão e formação do território brasileiro e constituíram-se em alimentos básicos utilizados contra a fome durante todo período colonial.

De acordo com Antonio Candido de Mello e Souza (2010), o feijão foi incorporado à culinária dos similares portugueses, fervendo-se com sal e banha de porco e adicionando-se quando possível, pedaços de carne de porco. Indígena quanto à origem, foi lusitanizado pelo modo de preparar.

Menciona Cascudo (2004) que o brasileiro, filho de portugueses, ameríndios e africanos foi o consumidor-propagandista do feijão. Os pais tiveram o uso, intermitente e acidental, valorizado, ampliado, enobrecido no âmbito do consumo pelo filho.

Como explica Cascudo (2004), todos os naturalistas estrangeiros que percorreram o Brasil desde princípios do século XIX mencionam o feijão como essencial, típico, apresentado, diariamente, no Sul, no Centro, no Nordeste do país. O século XIX revela que o ecúmeno feijoeiro se alargara, tornando indispensável, acompanhando o desenvolvimento da população, já um prato nacional, inseparável da farinha de mandioca, inevitável em todas as mesas.

Segundo Saint-Hilaire (1975, p. 96), “o feijão era produto indispensável nas mesas de pobres e ricos, sendo que para os primeiros essa leguminosa era a base e, na maioria das vezes, o único alimento existente”.

Pode-se afirmar que o feijão é um dos principais componentes da alimentação básica brasileira, exerceu e exerce forte influência cultural na literatura, na música, ou mesmo nas cozinhas regionais. É tido como fonte de inspiração literária, musical e gastronômica. Na literatura com o clássico “João e o pé de feijão” dos Irmãos Grimm (Jacob Ludwig Karl Grimm, Wilhelm Karl Grimm), na música através das canções: “Feijoada Completa” de Chico Buarque (1978), “Um, dois, feijão com arroz” (Canção Popular), “Pratododia” canção de Danilo Souza interpretada pelo grupo musical Teatro Mágico – TM. Na gastronomia

brasileira materializa-se através de elaborações regionais em diversos pratos: feijoada, feijão tropeiro, virado à paulista, tutu à mineira, dobradinha, baião de dois, feijão mexido (mexidão), acarajé, arribação, entre outros.

No que tange à origem dessa leguminosa, o trabalho “EVIDÊNCIAS GENÉTICO-ARQUEOLÓGICAS SOBRE A ORIGEM DO FEIJÃO COMUM NO BRASIL”, de autoria de Fábio de Oliveira Freitas (2006), pesquisador da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, demonstra a complexidade de entendimento em torno da origem do feijão.

De acordo com Freitas (2006), a origem evolutiva do gênero *Phaseolus* e sua diversificação primária ocorreram nas Américas, mas o local exato onde isto se deu é ainda motivo de controvérsia. Acrescenta que espécies selvagens de feijão crescem, atualmente, desde o Norte do México até o Norte da Argentina, em altitudes entre 500 e 2.000 m, e não são encontradas naturalmente no Brasil. Vestígios arqueológicos da espécie cultivada chegam a idades próximas de 10.000 anos. A ampla área de ocorrência da espécie é um dos fatores que permitiram o surgimento de diversas variedades locais, embora também seja uma das causas da dificuldade de localização exata dos locais de domesticação desta cultura.

Segundo publicações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Arroz e Feijão – EMBRAPA/CNPAF (2006) existem diversas hipóteses para explicar a origem e domesticação do feijoeiro. Tipos selvagens, similares a variedades crioulas simpátricas (espécies que possuem divergências genéticas), encontrados no México e a existência de tipos domesticados, datados de cerca de 7.000 a.C., na Mesoamérica¹, suportam a hipótese de que o feijoeiro teria sido domesticado na Mesoamérica e disseminado, posteriormente, na América do Sul. Por outro lado, achados arqueológicos mais antigos, cerca de 10.000 a.C., de feijões domesticados na América do Sul (sítio de Guitarrero²) são indícios de que o feijoeiro teria sido domesticado na América do Sul e transportado para a América do Norte.

Dados mais recentes, com base em padrões eletroforéticos de faseolina³, sugerem a existência de três centros primários de diversidade genética, tanto para espécies silvestres como cultivadas: o mesoamericano, que se estende desde o sudeste dos Estados Unidos até o

¹ Mesoamérica é um nome que há muito vem sendo usado pelos antropólogos para designar uma região que somente numa pequena porção se sobrepõe àquela que se costuma chamar de América Central. Nos atlas, a América Central geralmente inclui os países desde a Guatemala até o Panamá. Mas se entende por Mesoamérica aquela região que abrigou as grandes civilizações indígenas dos maias, dos astecas e de seus antecessores e que até hoje tem uma população indígena numerosa e densa. A Mesoamérica inclui o centro e sul do México, mas não o norte; inclui também a Guatemala e Belize (MELATTI, 2013).

² A caverna Guitarrero está localizada na região de Ancash, na província de Yungay, no Peru. Fica a 2.580 acima do nível do mar e a 50 metros do Rio Santa. (SOCIEDADE BRASILEIRA DE Espeleologia - SBE, 2011).

³ A faseolamina é uma substância extraída da *Phaseolus vulgaris*, o feijão branco. Faseolamina é uma glicoproteína inibidora da aminalase, ou seja, inibe a absorção do amido (reserva energética dos vegetais) encontrado em massas, batatas, arroz, pão, entre outros alimentos. (COPACABANA RUNNERS, 2014).

Panamá, tendo como zonas principais o México e a Guatemala, o sul dos Andes, que abrange desde o norte do Peru até as províncias do noroeste da Argentina, e o norte dos Andes, que abrange desde a Colômbia e Venezuela até o norte do Peru. Além destes três centros americanos primários, podem ser identificados vários outros centros secundários em algumas regiões da Europa, Ásia e África, onde foram introduzidos genótipos americanos.

O gênero *Phaseolus* compreende aproximadamente 55 espécies, das quais apenas cinco são cultivadas: o feijoeiro comum (*Phaseolus vulgaris*), o feijão de lima (*P. lunatus*), o feijão Ayocote (*P. coccineus*), o feijão tepari (*P. acutifolius*), e o *P. polyanthus* (EMBRAPA/CNPAF, 2006).

Os feijões estão entre os alimentos mais antigos, remontando aos primeiros registros da história da humanidade. Eram cultivados no antigo Egito e na Grécia, sendo, também, cultuados como símbolo da vida. Os antigos romanos usavam extensivamente feijões nas suas festas gastronômicas, utilizando-os até mesmo como pagamento de apostas. Foram encontradas referências aos feijões na Idade do Bronze, na Suíça, e entre os hebraicos, cerca de 1.000 a.C. As ruínas da antiga Tróia revelam evidências de que os feijões eram o prato favorito dos robustos guerreiros troianos. A maioria dos historiadores atribui a disseminação dos feijões no mundo em decorrência das guerras, uma vez que esse alimento fazia parte essencial da dieta dos guerreiros em marcha. Os grandes exploradores ajudaram a difundir o uso e o cultivo de feijão para as mais remotas regiões do planeta (EMBRAPA/CNPAF, 2006).

Como destaca o Centro de Inteligência do Feijão – CIF (2013), não há consenso sobre essas origens. Entretanto, na atualidade, há convergência de opiniões entre os pesquisadores de que realmente a origem do feijoeiro é o Continente Americano, mas em outros continentes como a Ásia, África e Europa, existem variedades consideradas secundárias.

Como mostra a figura 1 e o quadro 1, o Brasil é o maior produtor de feijão do mundo até 2009. No entanto, em 2012 e 2013, com quedas de produtividade e produção, o Brasil perdeu espaço para os países asiáticos, foi o terceiro maior produtor mundial de feijão no último ano considerado, com 2,8 milhões de toneladas, atrás de Myanmar (3,8 milhões de toneladas) e Índia (3,6 milhões de toneladas). Quanto ao consumo total, o Brasil é o primeiro do ranking mundial (GLOBO RURAL, 2014).

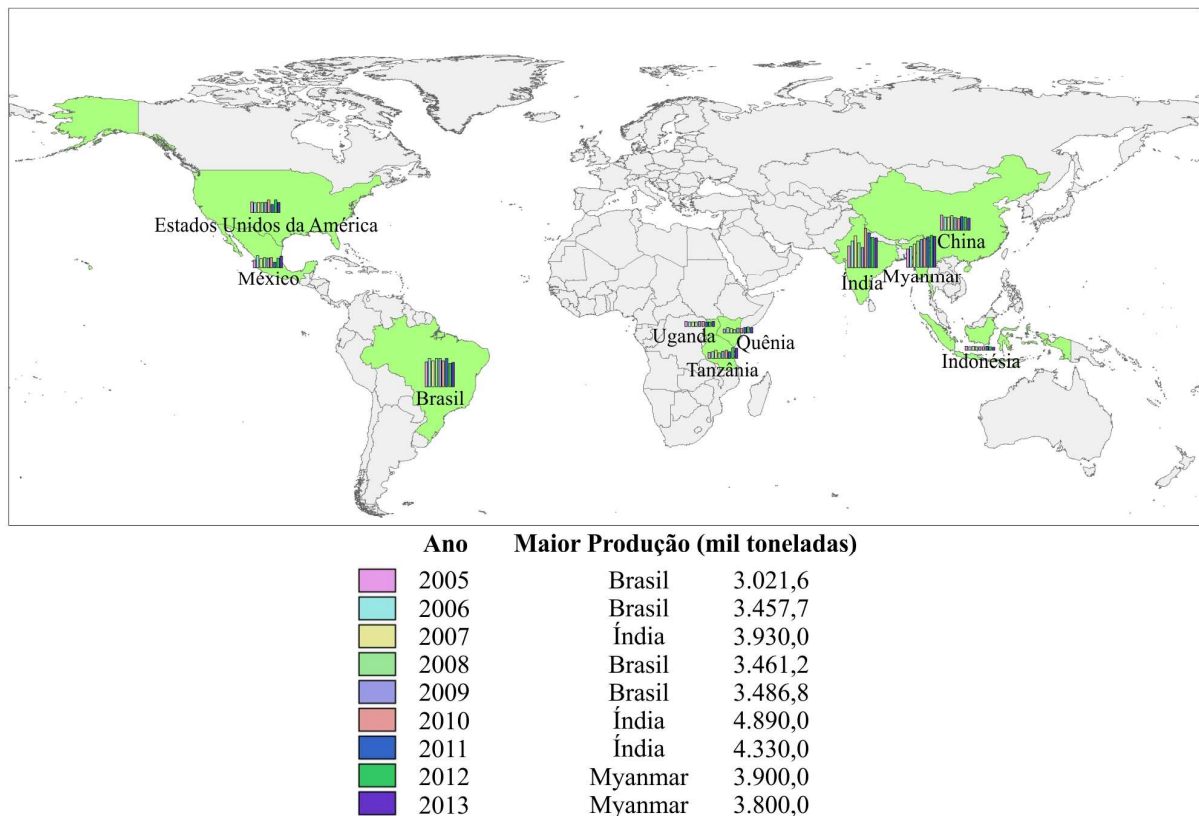


Figura 1. Cartograma com a produção de feijão dos 10 maiores produtores mundiais de 2005 a 2013
 Fonte: Elaboração de Nathan Belcavello de Oliveira a partir de dados da FAO (2014).

Quadro 1. Produção mundial de feijão de 2005 a 2013

Países	Área colhida (10 mil hectares)									Quantidade Produzida (10 mil toneladas)								
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Brasil	375	403	379	378	410	342	367	271	283	302	346	317	346	349	316	344	279	294
Índia	805	855	1.000	800	600	1.100	1.100	910	910	263	327	393	301	243	489	433	371	363
Myanmar	218	239	254	273	272	271	271	275	270	218	250	281	322	338	353	375	390	380
China	122	95	99	100	90	91	91	97	93	180	155	153	170	148	133	157	155	140
EUA	62	62	60	58	59	75	48	68	53	121	110	116	116	115	144	90	145	111
México	126	172	149	151	121	163	89	156	175	83	139	99	112	104	116	57	108	129
Tanzânia	89	89	92	75	87	121	74	133	130	63	71	89	57	77	87	68	120	115
Uganda	83	85	87	90	93	95	98	106	110	48	42	44	44	45	46	45	43	46
Quênia	103	100	85	64	96	69	104	106	100	38	53	43	27	47	39	58	61	53
Indonésia	32	31	31	28	29	26	30	25	18	32	32	32	30	31	29	34	28	20
Outros	654	654	679	660	719	728	770	786	781	543	557	568	572	624	629	661	691	662

Fonte: Elaboração de Nathan Belcavello de Oliveira a partir de dados da FAO (2014).

Ao analisar a figura 2 e o quadro 2, verifica-se que o Estado do Paraná, historicamente maior produtor de feijão do Brasil, teve redução na produção, enquanto Mato Grosso teve aumento significativo. De maneira geral, pode-se afirmar que ocorreu uma redução de área plantada e quantidade produzida de feijão no Brasil nos últimos 10 anos.

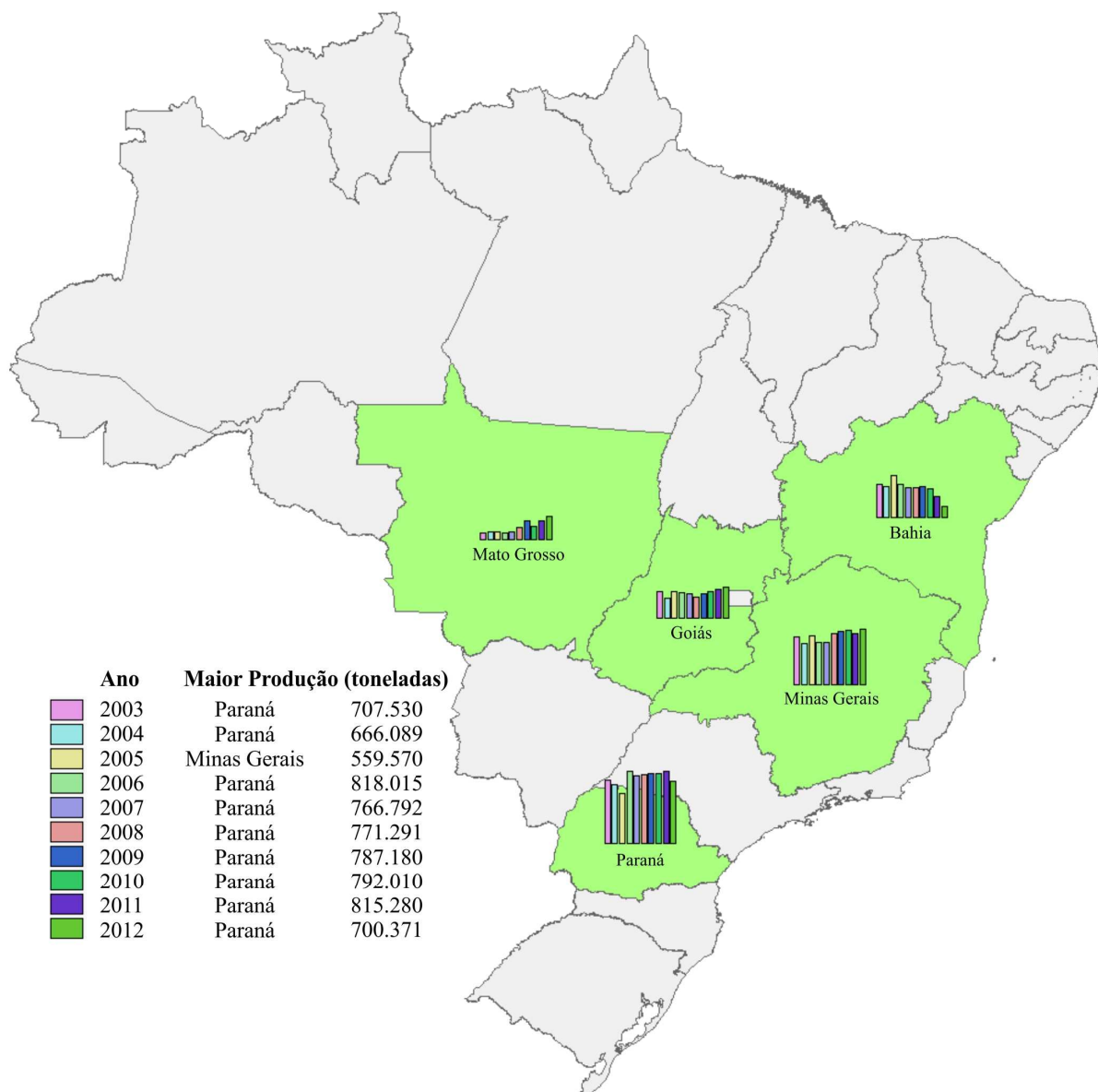


Figura 2. Cartograma com a produção de feijão dos cinco Estados maiores produtores de 2003 a 2012
 Fonte: Elaboração de Nathan Belcavello de Oliveira a partir de dados

Quadro 2. Área plantada e produção de feijão dos cinco Estados maiores produtores de 2003 a 2012

Ano	Bahia		Minas Gerais		Paraná		Mato Grosso		Goiás	
	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)	Área (ha)	Quant. (t)
2003	805.237	356.300	456.966	544.147	550.788	707.530	38.276	50.274	140.067	289.172
2004	834.240	331.121	449.140	464.290	506.035	666.089	43.476	66.492	121.037	209.835
2005	789.935	462.320	438.043	559.570	443.429	557.019	42.244	66.122	118.242	280.461
2006	739.781	358.887	427.616	476.640	599.479	818.015	35.466	46.218	133.408	268.478
2007	634.136	319.402	396.030	480.863	567.819	766.792	42.985	60.282	124.452	253.668
2008	589.328	318.522	421.085	584.292	504.420	771.291	72.107	110.299	97.400	220.449
2009	615.839	341.989	420.538	602.274	642.816	787.180	153.525	190.128	113.928	261.925
2010	615.945	316.377	422.866	623.720	520.798	792.010	107.845	133.813	119.002	288.816
2011	551.237	222.382	399.345	582.966	521.196	815.280	169.917	196.006	134.390	311.837
2012	319.456	106.653	419.314	633.827	478.242	700.371	181.411	243.365	140.503	336.304

Fonte: Elaboração própria a partir de dados IBGE (2009).

Referente ao volume e tipos produzidos Varaschin (2011) no Brasil, 63% do volume produzido é de feijão-cores, enquanto 18% é de feijão-preto⁴ e 19% de feijão-caupi⁵. O feijão carioca⁶ está distribuído de forma uniforme nas três safras anuais, o feijão-preto concentra-se no Sul do país e aproximadamente 70% de sua produção origina-se da primeira safra. A variedade caupi, cultivada na região Nordeste, concentra-se na segunda safra, à exceção da produção do estado da Bahia.

2. O feijão no Brasil

O feijão-comum (*Phaseolus vulgaris* L.) destaca-se nos hábitos alimentares nacionais. Possui grande importância na dieta nutricional dos brasileiros no provimento de proteínas, ferro e carboidratos, principalmente para aqueles com carência na ingestão de proteína de origem animal. Há ainda outras espécies de feijão plantadas no país, como feijão-azuki (*Vigna angularis* (Willd.) Ohwi e Ohashi), mais cultivados por colonos japoneses, feijão-de-porco (*Canavalia ensiformis* (L.) DC.), usado como adubo verde, feijão-fava (*Phaseolus lunatus* L.), consumido como grãos verdes e o caupi ou feijão-de-corda (*Vigna unguiculata* (L.) Walp.), que no Nordeste do Brasil constitui a alimentação básica da população (CIF, 2013).

O Brasil destaca-se como o maior produtor mundial de feijão. O estado do Paraná é o maior produtor e Minas Gerais é o segundo maior produtor nacional, com aproximadamente 15% da produção total. Atualmente o país é também o maior consumidor mundial de feijão-

⁴ De acordo com Karl von den Steinen (1942), o prato predileto dos brasileiros é o famoso feijão-preto com carne-seca.

⁵ Nome científico *Vigna unguiculata*. O feijão-caupi tem vários nomes populares e isso por vezes confunde as pessoas. Desse modo, para tirar as dúvidas que possam existir, alguns desses nomes mais usados no Brasil são: feijão-macassa e feijão-de-corda, na região Nordeste; feijão-de-praia, feijão-da-colônia e feijão-de-estrada, na região Norte; feijão-miúdo, na região Sul. Na região Norte, há ainda um tipo de feijão-caupi muito importante para a culinária local chamado de manteiguinha, tem grãos de cor creme, muito pequenos. O feijão-caupi é também chamado de feijão-gurutuba e feijão-catador em algumas regiões do Estado da Bahia e norte de Minas Gerais. Além desses nomes, há um tipo de grão que tem o tegumento branco com um grande halo preto, que é chamado de feijão-fradinho nos estados de Sergipe, Bahia e Rio de Janeiro. O feijão-fradinho é o preferido para o preparo do acarajé, comida típica do Estado da Bahia. A grande produção de caupi encontra-se na região Nordeste, constitui um dos principais componentes da dieta alimentar do nordestino, é um importante gerador de emprego e renda na região nordeste. (FREIRE FILHO, 2011; 2012).

⁶ Segundo a jornalista Danusia Barbara (2005, p.10) o feijão carioca ou carioquinha recebeu este nome por conta do desenho em ondas de sua casca, semelhante ao do calçadão da praia de Copacabana. Orlando Melo de Castro, coordenador da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - APTA, menciona que por ser assim rajado, ficou conhecido como carioca, uma raça de porcos da fazenda no sul de São Paulo onde brotou pela primeira vez no final dos anos 1960. (G1, 2009).

comum, com um consumo estimado em aproximadamente 16 kg/ano. Vale ressaltar que este valor é inferior à média estimada na década de 1970, quando o consumo era de aproximadamente 25 kg/ano (CIF, 2013).

Alguns fatores, como pragas e doenças, intempéries climáticas, falta de subsídios econômicos e de acompanhamento técnico afastam pequenos e grandes agricultores de praticarem essa cultura.

O cultivo do feijão no Brasil fica a cargo dos agricultores familiares. Segundo o Censo Agropecuário de 2006, apesar de cultivar uma área menor, a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira (87% mandioca; 70% feijão). Complementa Raquel da Silva Sá (2008), que em todas as safras de feijão cultivadas no Brasil, a condição predominante de posse da terra dos produtores é de proprietários. Acrescenta que o cultivo do feijão se dá basicamente por pequenos produtores em pequena escala, predominantemente em minifúndios.

No que tange à cadeia produtiva do feijão, Carlos Magri Ferreira (2001) explica que existem vários fatores que dificultam a comercialização do produto: a abrangência geográfica e temporal da produção e as frequentes importações do produto, a dispersão geográfica das regiões produtoras com reflexos nos custos com transporte, as dificuldades técnicas para armazenamento e a consequente inexistência de estoques reguladores, a grande variedade de feijões consumidos, as preferências regionais, as mudanças de hábito alimentar da população, as condições climáticas que afetam a quantidade e a qualidade do produto ofertado, a variação do consumo *per capita* em diferentes épocas, a utilização do artifício de intermediários e varejistas baratarem o preço final da mercadoria, comercializando produtos de menor qualidade quando os preços do feijão atingem níveis mais elevados.

Dentre os fatores mencionados que prejudicam a cadeia produtiva do feijão e dificultam a sua comercialização, existem outros que foram citados e discutidos no VII Congresso Nacional de Pesquisa de Feijão, realizado de 08 a 12 de setembro de 2002, em Viçosa – MG. Neste congresso, salientaram Carlos Magri Ferreira; Maria José Del Peloso; Luís Cláudio de Faria (2002) que:

não há explícita preocupação, por parte dos planejadores de política, em se entender a organização e tentar resolver as dificuldades dos segmentos da cadeia produtiva desse produto. A busca desse entendimento tem se limitado a algumas instituições embora a demanda por este conhecimento seja constante [...] (FERREIRA; PELOSO; FARIA. 2002. p.11).

De acordo com Ferreira, Peloso e Faria (2002), os planejadores de políticas macroeconômicas têm deixado em segundo plano a produção de alimentos básicos, como o feijão que, apesar de ser importante, não tem recebido o mesmo tratamento de outros produtos. As políticas negligenciam a produção de gêneros alimentícios básicos em detrimento dos produtos agrícolas com maior possibilidade de exportação. Os dados do quadro 3 demonstram os resultados dessa política, ou seja, o crescimento da renda da soja e a diminuição da renda dos produtos básicos.

Quadro 3. Crescimento percentual da renda agrícola 1994 a 2001 no Brasil

Produtos						
Feijão	Milho	Arroz	Laranja	Café	Cana-de-açúcar	Soja
-0,50	-1,34	-1,58	-1,86	-3,80	1,23	6,50

Fonte: Readaptado de Ferreira, Peloso e Faria (2002).

Com relação à temática sobre as pesquisas referentes ao feijoeiro no Brasil, pode-se afirmar que são recentes, datam da década de 1950. Nesse período, de acordo com os dados do IBGE, a população brasileira teve um crescimento significativo, o que não ocorreu com a produção do grão. Desse descompasso ocorreu escassez temporária do feijão no mercado interno. Este cenário despertou a atenção de pesquisadores para a cultura dessa leguminosa, levando-os a desenvolver pesquisas sobre variedades mais produtivas e técnicas de aumento da produção.

Argumenta André Souto Maior Pessôa (2004), que a cultura do feijão no Brasil vem passando por profundas mudanças nos últimos anos. Até bem pouco tempo caracterizava-se por cultivos em áreas pequenas, com pouca utilização de tecnologia, voltada para a subsistência ou apostando na verdadeira “loteria” que era o mercado de feijão.

Complementa Pessôa (2004) que o baixo uso de tecnologia e a fragilidade agrônômica da lavoura, que não resiste bem à seca, ao excesso de chuvas e ainda é facilmente acometida por pragas e doenças, provocavam quedas nas safras, que resultavam em disparadas de preços seguidas de ofertas na safra seguinte. Esse excesso deprimia os preços e desestimulava novamente os produtores. O comportamento irregular da produção e a possibilidade de produção de feijão em todos os estados, em várias épocas do ano, começaram a despertar o interesse de outro perfil de produtores que entraram na atividade com um sistema produtivo mais tecnificado.

Segundo Pessôa (2004), os produtores de feijão podem ser classificados em dois grupos: os pequenos, que ainda usam baixa tecnologia e têm sua renda associada às condições climáticas, concentrados na produção das águas (primeira safra); e um segundo grupo, que usa

produção mais tecnicizada, com alta produtividade, plantio irrigado por pivô-central, concentrado nas safras da seca e do inverno (segunda e terceira safra).

A primeira safra, conhecida como safra das águas, é plantada entre agosto e outubro e tem como principais regiões produtoras o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e a região de Irecê na Bahia, que planta de outubro a dezembro. Em geral essa safra responde por 1/3 da oferta anual e serve de balizamento de mercado para a segunda safra.

A segunda safra é plantada de abril a junho, sendo a maior parte dos produtores do Sul-Sudeste, e é usada como rotação para as áreas de cultivo de soja e milho. Já para os produtores do Norte, Centro-Oeste e Nordeste, é a primeira e única safra do ano. Destacam-se na produção os estados de Rondônia, Ceará, Pernambuco, Paraná, Minas Gerais, São Paulo e Goiás. Essa safra representa hoje 50% do total anual de feijão.

A terceira e última safra é conhecida como safra de inverno e é plantada em junho/julho nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Bahia (Barreiras), sempre sob sistema irrigado com pivô-central, atingindo alta produtividade e abastecendo o mercado entre o final da comercialização da segunda safra e o início da primeira (PESSÔA, 2004).

Por priorizar a questão econômica e não levar em conta fatores históricos, sociais e culturais, a cultura do feijão passa a fazer parte da especulação econômica como as demais *commodities*. Projeções e dados da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB comprovam este cenário.

De acordo com a previsão da CONAB, a safra 2011/2012 de feijão teve a menor área plantada dos últimos 20 anos, chegando a pouco mais de 3,2 milhões de hectares plantados, nas suas três safras. Segundo a CONAB, o aumento dos preços da soja e do milho no mercado internacional são os principais responsáveis pela redução da área cultivada de feijão.

Segundo a previsão da produção brasileira de feijão na safra 2012/2013, divulgado pela Conab, o Brasil deverá produzir 2,83 milhões de toneladas somando as três safras. Esse número é 0,5% menor que o apresentado no relatório de junho, de 2,84 milhões de tonelada. Na comparação com o ciclo anterior, quando o país produziu 2,92 milhões toneladas, a queda é de 3,1%. Este cenário reflete a migração dos agricultores para lavouras de soja e milho, como verificado na safra 2011/2012.

Ao elaborar e desenvolver políticas públicas direcionadas à produção alimentar no Brasil, outros fatores além do econômico, devem ser considerados, tais como: o simbólico/cultural, o ambiental (modos de produção alternativos), o social e a saúde humana (segurança alimentar).

Considerações finais

A notícia veiculada em 24 de junho de 2013 divulgou que a Câmara de Comércio Exterior (Camex) decidiu reduzir, através de publicação da Resolução Camex nº 47/2013, de 10% para 0% o imposto de importação do feijão preto e de outros tipos de feijão, exceto o feijão branco, demonstram a gravidade do problema da produção de feijão no Brasil.

O fato de o feijão estar diariamente presente na mesa dos brasileiros e de ser base da alimentação nacional não é levado em conta. Os gestores das políticas públicas (em âmbito municipal, estadual e, principalmente, federal) e boa parte dos envolvidos na cadeia produtiva do feijão não têm dimensão do problema da importação dessa leguminosa e não analisam o problema por uma perspectiva histórica, socioeconômica e cultural. O descaso pode ser confirmado com a divulgação dos dados referente à safra 2012/2013.

Segundo a Sociedade Nacional de Agricultura (SNA - 2014), o Brasil plantou 3,11 milhões de hectares de feijão e colheu, em 2013, 2,8 milhões de toneladas, o que representa cerca de 500 mil toneladas a menos do que a produção normal, que é de 3,3 milhões de toneladas. De acordo com a SNA (2014), a safra é insuficiente para atender ao consumo.

Destaca Alcido Elenor Wander, pesquisador da área socioeconômica da Embrapa Arroz e Feijão, que esta realidade elevou os preços do feijão em maio e junho de 2013 para patamares nunca antes vistos no Brasil, chegando perto de R\$ 300,00 a saca de 60 quilos em algumas regiões (RURAL BR AGRICULTURA, 2014).

O consumo per capita do grão em 2013 está estimado em 16 kg por habitante ao ano, ante 17 kg/habitante/ano consumidos em 2011 e 2012. Lembrando que a média estimada na década de 1970 era de aproximadamente 25 kg/ano (CIF, 2013).

Acredita-se que a diminuição do consumo per capita tenha sido apenas momentânea, em função de os preços terem aumentado de forma exorbitante, limitando o acesso para a parcela da população com renda mais limitada.

Com o consumo nacional estimado em 3,45 milhões de toneladas, para suprir a demanda, o país teve de importar mais de 500 mil toneladas de janeiro a novembro de 2013 de países como China, Argentina, México, Bolívia e Paraguai. A tendência, segundo o diretor de Assuntos Comerciais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Benedito Rosa, é que o Brasil importe cada vez mais feijão.

Dado o panorama da produção e consumo do feijão no Brasil, cabe a pergunta de Marcelo Eduardo Lüders (Presidente do conselho administrativo do Ibrafe). Por que importar feijão preto?

Os fatores que levaram o Brasil a importar feijão é motivo de especulação e divergência de opiniões. Falta de planejamento e gestão? Desorganização na cadeia produtiva? Pouca assistência técnica e subsídios econômicos insuficientes para os produtores? Pouco investimento em pesquisas científicas referentes à cadeia produtiva do feijão? Ignorância ou descaso político? Problemas climáticos? Especialistas no assunto relacionam o problema com fatores estruturais da agricultura brasileira.

Faz-se necessário compreender historicamente os problemas, os questionamentos e as intervenções em relação à produção alimentar no Brasil. Entre tantas indagações, vale ressaltar a de Sérgio Buarque de Holanda (1960, p.181): [...] nos velhos mercadões das cidades antigas do Brasil sudeste, há falta de quase tudo, não se vende mais aquela variada produção dos roceiros caipiras que até certo ponto foram símbolo de fartura.

Dados da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA (2013), apontam que de 1990 para 2011 as áreas plantadas com alimentos básicos como arroz, feijão, mandioca e trigo declinaram, respectivamente, 31%, 26%, 11% e 35%. Já as áreas de produtos exportados, como cana e soja, aumentaram 122% e 107%.

Salienta o economista e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Guilherme Costa Delgado (2013), os alimentos da cesta básica – o arroz, feijão e a diversidade de produtos hortifrutigranjeiros, que não entram na lista exígua das ‘*commodities*’ – vão cada vez mais se distanciando dos centros urbanos, pressionando por essa via uma inflação de alimentos. Ainda de acordo com Delgado, é preciso pensar melhor em como atender as demandas interna e externa para resguardar a estabilidade de preços dos produtos alimentares.

Pode-se afirmar que existem muitas dúvidas e inseguranças para todos os envolvidos na cadeia produtiva do feijão, entretanto, de acordo com estudiosos do assunto, para reverter essa situação é necessário melhoramento genético e da engenharia de alimentos visando agregar valor ao grão, melhorando as qualidades funcionais e nutricionais do feijão, explicar os mecanismos funcionais e nutricionais divulgando os resultados por meio de campanhas publicitárias, estimular instituições para estudar e acompanhar o mercado continuamente, detalhar a sequência das safras nas regiões produtoras, entender como as regiões se relacionam, compreendendo o poder de cada uma na formação do preço, monitorando e automatizando a produção das regiões produtoras, possibilitar troca de informações entre as

instituições de pesquisa e produtores, aproximar os produtores das diversas regiões através de feiras, oficinas, cursos, seminários, congressos etc.

A cultura do feijão, se compreendida de forma holística, propicia uma boa discussão e entendimento do conceito de soberania alimentar⁷ e da dimensão simbólica desse alimento, entendido como um dos elementos de organização social, pois desenvolve-se na perspectiva da valorização dos saberes tradicionais (manutenção e guarda das sementes crioulas), da sustentabilidade socioambiental e das relações familiares e comunitárias, como preconiza a Agroecologia, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, a Via Campesina e o Movimento *Slow Food*⁸, dentre tantos outros movimentos.

Reconhecer que existem problemas na cadeia produtiva do feijão é o primeiro passo para mudança. Como elucidava Herbert de Souza (1996), para mudar, ainda precisamos de muita ação. De muita indignação. É preciso que nossa indignação seja produtiva, que nos motive na ação, que leve à criação de alternativas e à construção de novas relações econômicas e sociais.

⁷ La soberanía alimentaria es el derecho de los pueblos a alimentos sanos y culturalmente adecuados, producidos mediante métodos sostenibles, así como su derecho a definir sus propios sistemas agrícolas y alimentarios. (LA VÍA CAMPESINA, 2011).

⁸ Segundo o ativista alimentar Carlo Petrini (2009), o *Slow Food* está comprometido com a proteção dos alimentos tradicionais e sustentáveis de qualidade, dos ingredientes primários, na conservação de métodos de cultivo e processamento e na defesa da biodiversidade tanto de espécies cultivadas como silvestres. Sustenta que a única forma de agricultura que pode oferecer uma perspectiva de desenvolvimento, é aquela baseada na sabedoria de comunidades locais em harmonia com os ecossistemas que as cercam.

Referências bibliográficas

BARBARA, Danusia. *Feijão*. Rio de Janeiro: Editora Senac Rio, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História da alimentação no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

COPACABANA RUNNERS, *Faseolamina*. Disponível em: <<http://www.copacabamarunners.net/faseolamina.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

DELGADO, Guilherme Costa. *Manifestações urbanas e questão agrária*. Disponível em: <http://www.correiocidadania.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=8600:su_bmanchete110713&catid=48:guilherme-delgado&Itemid=109>. Acesso em: 13 jul. 2013.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. Embrapa Arroz e Feijão. *Origem e história do feijão*. 2006. Disponível em: <<http://www.cnpaf.embrapa.br/feijao/historia.htm>>. Acesso em: 06 ago. 2006.

FERREIRA, Carlos Magri. *Comercialização de feijão no Brasil: 1990-99*. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FERREIRA, Carlos Magri; DEL PELOSO, Maria José; FARIA, Luís Cláudio de. *Feijão na economia nacional*. Santo Antônio de Goiás: Embrapa Arroz e Feijão, 2002.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS. *Production*. Crops. Disponível em: <<http://faostat.fao.org/site/567/default.aspx#ancor>>. Acesso em: 19 jun. 2014.

FREIRE FILHO, Francisco Rodrigues *et al.* *Feijão-caupi no Brasil: produção, melhoramento genético, avanços e desafios*. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2011.

FREIRE FILHO, Francisco Rodrigues *et al.* *Production, breeding and potential of cowpea crop in Brazil*. Teresina: Embrapa Mid-North, 2012.

FREITAS, Fábio de Oliveira. Evidências genético-arqueológicas sobre a origem do feijão comum no Brasil. *Pesquisa Agropecuária Brasileira*, Brasília, v. 41, n. 7, p. 1199-1203, jul. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pab/v41n7/31203.pdf>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

- G1. *Feijão carioca faz 40 anos.* 2009. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Ciencia/0,,MUL1353147-5603,00-FEIJAO+CARIOCA+FAZ+ANOS.html>>. Acesso em: 23 out. 2009.
- GLOBO RURAL. *Safra de feijão é insuficiente para atender ao consumo.* 2014. Disponível em: <<http://revistagloborural.globo.com/Noticias/Agricultura/Feijao/noticia/2014/01/safra-de-feijao-e-insuficiente-para-atender-ao-consumo.html>>. Acesso em: 18 abr. 2014.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Aspectos da geografia econômica do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo I. 2º Volume. São Paulo: DIFEL, 1960. p. 181.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo agropecuário 2006*. Agricultura Familiar. Primeiros Resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE / Ministério do Desenvolvimento Agrário / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2009.
- LA VÍA CAMPESINA. *Yakarta*. Indonesia. Fev. 2011. Disponível em: <<http://www.viacampesina.org/downloads/profiles/2011/BROCHURE-LVC2011-ES.pdf>>. Acesso em: mai. 2011.
- LÜDERS, Marcelo Eduardo. *Por que importar feijão preto?* [2013]. Disponível em: <<http://www.diadecampo.com.br/zpublisher/materias/Materia.asp?id=24352&secao=Colunas%20e%20Artigos>>. Acesso em: 13 jul. 2013.
- MELATTI, Julio Cezar. *Mesoamérica*. [2011]. Disponível em: <<http://www.juliomelatti.pro.br/areas/36meso.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2013.
- NIEDERLE, Paulo André, ALMEIDA, Luciano de, VEZZANI, Fabiane Machado (org.). *Agroecologia: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura*. Curitiba: Kairós, 2013.
- PESSÔA. André Souto Maior. *Feijão*. 2004. Disponível em: <<http://www.tecsi.fea.usp.br/eventos/Contecsi2004/BrasilEmFoco/port/economia/agric/producao/feijao/index.htm>>. Acesso em: 13 jul. 2013.

PETRINI, Carlo. *Slow Food: princípios da nova gastronomia*. Tradução Renata Lucia Botini. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. *A globalização da natureza e a natureza da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Tradução: Vivaldi Wenceslau Moreira. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1975.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESPELEOLOGIA. *Caverna no Peru guarda tecidos de 12.000 anos*. ano 6, n. 188, 21 abr. 2011.

SOUZA, Antonio Candido de Mello e. *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010.

SOUZA, Herbert de. Prefácio. In: GALEAZZI, Maria Antonia Martins (org.). *Segurança alimentar e cidadania*. Campinas: Mercado de Letras, 1996. p.11-13.

STEINEN, Karl von den. *O Brasil Central*. Tradução: Catarina Baratz Cannabrava. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

VARASCHIN, Márcia Janice Freitas da Cunha. *Feijão*. Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina. 2011. p. 34-39. Disponível em: <http://cepa.epagri.sc.gov.br/Publicacoes/Sintese_2011/Feijao%20sintese%202011.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2013.

VIEIRA, Clibas; PAULA JÚNIOR, Trazilbo José de; OLIVEIRA, Aluizio Borem de. *Feijão*. 2. ed. Viçosa: UFV, 2006.

Sites:

<http://agricultura.ruralbr.com.br/>

<http://viacampesina.org/en/>

<http://www.abrarefaormagraria.org/>

<http://www.agricultura.gov.br>

<http://www.cifeijao.com.br/index.php>

<http://www.cnfaf.embrapa.br/>

<http://www.conab.gov.br/index.php>

<http://www.copacabanarunners.net/faseolamina.html>

<http://www.correiodadania.com.br>

<http://www.desenvolvimento.gov.br>

<http://www.fao.org/home/en/>

<http://www.mst.org.br/>

<http://www.slowfood.com/>

<http://www.slowfoodbrasil.com/>

<https://www.embrapa.br/arroz-e-feijao>

ESTABELECENDO A TIPOLOGIA DOS PRODUTORES DE FUMO: Município de Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil

Éder Jardel da Silva Dutra*

Luiz Fernando Mazzini Fontoura**

Resumo

O presente artigo dá conta das especificidades da fumicultura no Município de Canguçu, Rio Grande do Sul, Brasil. Adotou-se como área de estudo o 1º e 2º distritos de Canguçu e o recorte temporal estabelecido, enfocou os últimos 30 anos, período no qual o cultivo do fumo tornou-se importante. Para tal se identifica cinco distintos tipos de produtores. Nesse mesmo contexto, evoca-se a fala dos produtores como uma das formas de demonstrar as variáveis em curso. Ainda, projeta-se o futuro da fumicultura e das unidades familiares de produção, e as consequentes derivações inerentes à intensificação da relação cidade-campo.

Palavras-chave: Canguçu; Produtores de Fumo; Tipificação.

Abstract

The present article gives account of the specificities of tobacco farming in the Municipality of Canguçu, Rio Grande do Sul, Brazil. It was adopted as study area the 1st and 2nd districts of Canguçu and the time frame established focused on the last 30 years, period during which tobacco farming became important. In order to do so, we identify five different types of producers. In this same context, it is evocated the speech of the producers as a way to show the variables analyzed. Yet, it is projected the future of tobacco farming and of the production

* Bolsista da Capes, Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Correio eletrônico: ej.dutra@bol.com.br

** Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (Pósgea), UFRGS. Correio eletrônico: luiz.fontoura@terra.com.br



family units, and the subsequent derivations inherent to the intensification of the relation city-countryside.

Keywords: Canguçu; Tobaccoproducers; Typification.

Introdução

Estudiosos do rural, afirmam que, mesmo em universos restritos de produtores rurais, existe enorme diversidade. É o caso dos produtores de fumo, dentre os quais se verificaram distintas formas de produção, adoção de tecnologias e integração, entre outros aspectos. Desse modo estabeleceu-se a tipificação dos produtores de fumo na área pré-estabelecida. Pelas características específicas da pesquisa, a abordagem constituiu-se em estudo de caso, com aplicação da metodologia qualitativa. Para a realização da pesquisa, as 15 entrevistas junto aos produtores pré-selecionados cumpriu o princípio da saturação da amostra.

As investigações de campo permitiram identificar cinco tipos de produtores, quais sejam, a saber: (i) com larga trajetória na atividade (antigos ou tradicionais); (ii) que ingressaram na fumicultura a partir do ano 2000 (novos); (iii) reconvertidos (oriundos de outros cultivos); (iv) que não estão vinculados às empresas fumageiras; e, por fim, (v) orgânicos.

As diferenças entre os cinco grupos de produtores revelaram-se bastante significativas, entre as quais estão aspectos como a ampliação da produção, grau de modernização e tecnologias aplicadas, bem como perspectivas de permanência do produtor e sua família no meio rural. Observa-se um novo momento dos processos de integração, em que existe maior especialização produtiva e seletividade de produtores, onde a indústria cumpre papel central na indução do processo.

Os horizontes possíveis para essa importante atividade econômica, que é a fumicultura, apontam para a consolidação do Município de Canguçu e região como um novo polo produtor de tabaco, onde se articulam e ampliam-se as relações campo-cidade, através do aumento do consumo e da adoção do modo de vida citadino. Destaca-se, por fim, que a expansão da fumicultura em Canguçu é um processo em amplo desenvolvimento, reflexo de um novo momento na relação de integração produtor-indústria.

O presente trabalho, para tal, está dividido em quatro partes: (i) introdução; (ii) metodologia; (iii) desenvolvimento; e (iv) considerações finais. Na introdução descreve-se a

interação campo-cidade, propiciada pela fumicultura no Município de Canguçu com foco nos 1° e 2° distritos, e a intrínseca relação que a intensificação dessa dinâmica provoca no meio urbano. Na metodologia, destaca-se o método de amostragem empregado nas entrevistas, bem como se enfoca a caracterização da área de estudo. No desenvolvimento, por sua vez, aborda-se a dinâmica capitalista na agricultura. Ressaltam-se, ainda, os números relativos à produção de fumo e especialmente os dados relativos à Canguçu. Caracterizam-se os produtores de fumo e se estabelecem as cinco diferentes tipologias, como um reflexo das dinâmicas das interações que se desenvolvem no campo. Para explicar os métodos empregados na realização do trabalho é que segue o próximo capítulo.

1. Metodologia

Dada à natureza peculiar da pesquisa, adotamos o questionário semiestruturado, com questões abertas¹, aplicado a um número pré-determinado de fumicultores, de modo que atingimos a saturação da amostra. Para tal entrevistamos 15 produtores de fumo no primeiro e segundo distritos do município.

Almeida (1989), com base em Kerlinger (1966), explicita que a população ou universo é “[...] definido como todos os membros de um conjunto bem delimitado de pessoas, eventos ou objetos. A população pode ser a população real ou um subgrupo dentro da população”.

Ainda nesse quesito Almeida (1989), quando evoca a amostra intencional, explica que esta consiste “[...] em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas”.

A realização de uma pesquisa exige o dimensionamento da amostra e o tipo de amostragem a ser utilizado, fundamentalmente, quando se evoca o ângulo qualitativo da análise. É preciso ter em conta o que destacam Deslauriers e Kerisit (2008), ao afirmar que, “[...] contrariamente ao que certos pesquisadores pensam, a pesquisa qualitativa também recorre à amostra”.

Pires (2008, p. 154-155), ao referir-se ao universo de amostra, diz que:

¹ “A experiência também mostra que a entrevista aberta permite acompanhar o fio condutor do pensamento dos próprios agricultores, é capaz de revelar as informações qualitativas preciosas para o diagnóstico. Essas entrevistas são mais ricas se forem realizadas no campo - nas parcelas ou nas instalações do produtor [...]” (GARCIA FILHO, 1997).



A palavra “amostra” pode conter uma dupla significação. No sentido estrito ou operacional, ela designa exclusivamente o resultado de um procedimento visando extrair uma parte de um todo bem determinado; no sentido amplo, ela designa o resultado de qualquer operação visando constituir o corpus empírico de uma pesquisa. É no âmbito desse segundo sentido que se deve entender aqui a referida palavra. Assim compreendida, a noção de amostra concerne tanto às grandes investigações por questionário quanto as pesquisas referidas a um único indivíduo. [...] As estratégias de amostragem são, então, portadoras de uma parte razoavelmente grande de imprevisível.

O pesquisador tem papel central nessa relação que, de acordo com Pires (2008), “[...] consiste em saber tirar partido de seus dados: isto é, construir satisfatoriamente seu problema de pesquisa e sua análise, a partir dos dados que dispõe”.

Novamente ao buscar subsídios em Pires (2008) percebe-se que “[...] o objetivo da amostra consiste, portanto, em dar base a um conhecimento ou a um questionamento, que ultrapassa os limites das unidades e mesmo do universo de análise, servindo para produzi-lo”.

A aplicação da entrevista² composta por perguntas abertas – mas que evidentemente enfocam o universo da agricultura familiar, da produção de fumo, da sucessão e do sistema integrado de produção, entre outros pontos – atingiu a saturação da amostra. Para tal, o recorte espacial foi estabelecido no 1º e 2º distritos do Município de Canguçu. As entrevistas foram realizadas com número pré-determinado de fumicultores³, até atingir-se o ponto de saturação da amostra e, dessa forma, buscar o conjunto de variáveis que caracterizam a produção de fumo na área de estudo.

Tendo em vista a delimitação espacial da área de estudo é relevante que se destaque a divisão distrital do Município, conformada e atualizada de acordo com a Lei Municipal nº 2.967/2007, assinada pelo então Prefeito Cássio Luiz de Freitas Mota. Tal divisão é estruturada em cinco distritos.

Segundo a Secretaria Municipal de Planejamento, Meio Ambiente e Urbanismo (SMPU), a área do Município perfaz um total de 3.252 km². Ressalta-se que algumas localidades⁴ como Armada, Costa do Sapato e Coxilha do Vento distam mais de 80 quilômetros da sede, revelando as dimensões e a diversidade presente no Município de

² Para Goode e Hatt (1969, p. 237), a entrevista consiste no desenvolvimento de precisão, focalização, fidedignidade e validade de um ato social, como a conversação. Trata-se, pois, de uma conversação efetuada face a face, de maneira metódica, que proporciona ao entrevistador a informação necessária. Alguns autores consideram a entrevista como o instrumento por excelência da investigação social (MARCONI; LAKATOS, 1999, p. 95).

³ O tamanho da amostra é, pois, determinado, sobretudo, pela complexidade e pela diversidade da realidade estudada. Não se trabalha, portanto, com amostragens aleatórias, pois elas não asseguram, justamente por seu caráter intrínseco, a representação e a análise aprofundada de toda essa diversidade (GARCIA FILHO, 1997).

⁴ Conforme o dicionário da coordenação cartográfica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, “[...] localidade é uma categoria que define o espaço geográfico com alguma concentração humana” (IBGE, 2000).

Canguçu. Pelas especificidades da área de estudo e suas diferenças intrínsecas adotamos como recorte espacial o 1º e o 2º distritos, áreas onde há presença majoritária das unidades familiares de produção e o predomínio da produção de fumo. A figura 1 destaca a área de estudo e os demais distritos do Município de Canguçu.

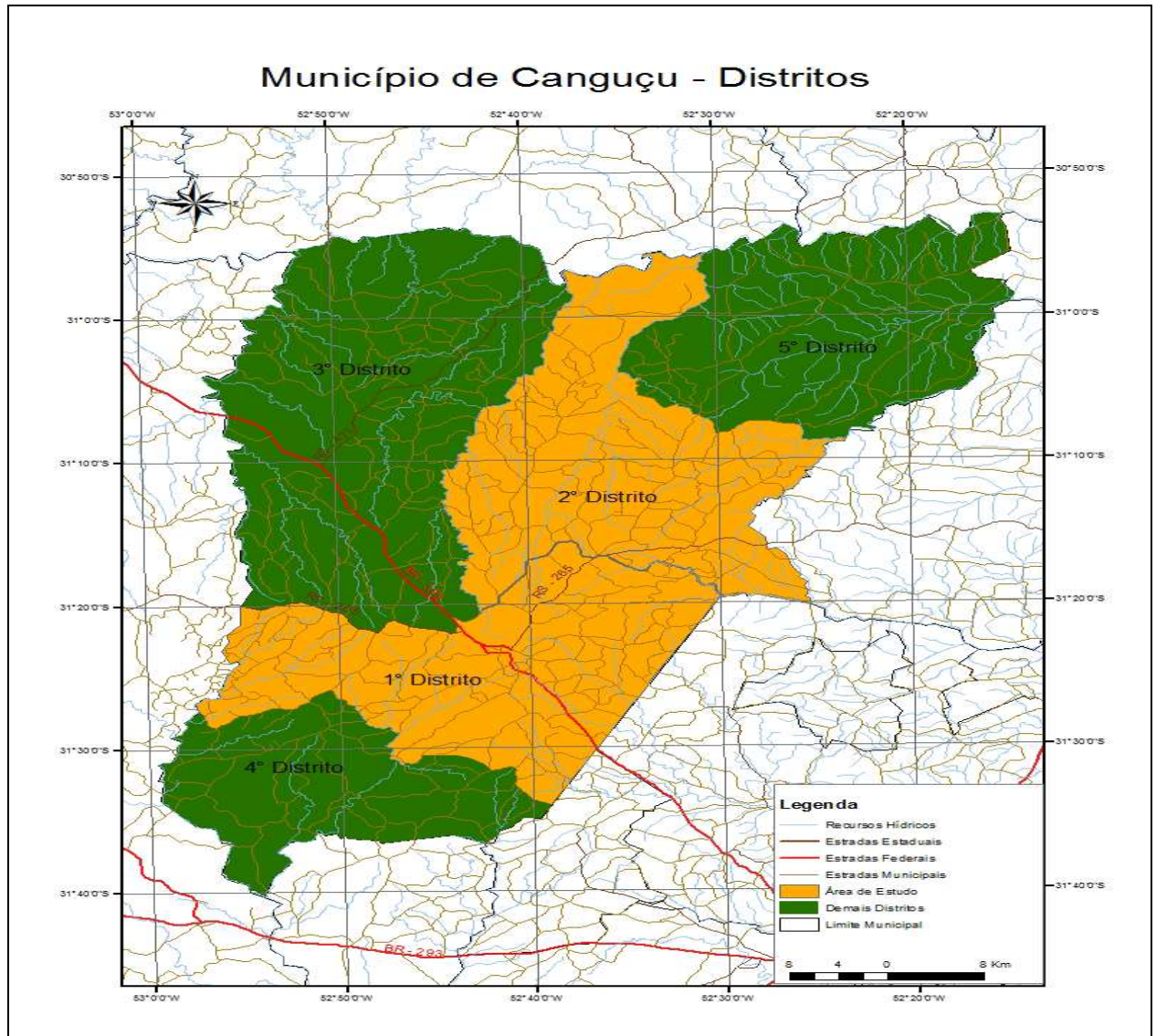


Figura 1. Mapa da divisão distrital do município de Canguçu, área de estudo

Fonte: elaboração de Michele Barbosa da Silva Soares.

Como demonstra o mapa, o Município de Canguçu é composto por cinco distritos, sendo que o primeiro compreende a sede urbana. As diferenças entre os distritos se dão em vários aspectos, como povoamento e atividades econômicas desenvolvidas. O povoamento, por exemplo, não é homogêneo; há distritos que concentram boa parte da população, enquanto outros possuem menor população residente. O 1º e 2º distritos, por exemplo, são onde existe



o predomínio das unidades familiares de produção, com diversidade produtiva, mas, sobretudo, com presença maciça da fumicultura.

Dessa forma, o próximo capítulo visa a dar conta das dinâmicas modernas no campo e especialmente identificar as implicações da aplicação de capitais. Assim, identificam-se os cinco distintos tipos de produtores de fumo nos 1º e 2º distritos, obedecendo-se o recorte dos últimos 30 anos, período em que se intensificou a produção de fumo.

2. Desenvolvimento

De acordo com Abramovay (1992, p. 140):

A previsão de Marx de que a grande empresa capitalista se generalizaria na agricultura tanto quanto na indústria possui a virtude histórica. As formas de produção familiar existentes há seu tempo exprimiam sobrevivências de um passado que o desenvolvimento capitalista se encarregaria de remover [...].

Postulado importante é o evidenciado por Kautsky (1980, p. 27-28) ao elucidar que:

Sem dúvida alguma – e admitimos como provado – a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo da indústria. Ela segue leis próprias. Mas isto absolutamente não quer dizer que a evolução da agricultura se coloque em oposição à da indústria e que ambas são inconciliáveis. Ao contrário, julgamo-nos com elementos para demonstrar que ambas tendem para o mesmo fim, uma vez que não as isolemos uma da outra, e as consideremos como partes de um mesmo progresso de conjunto.

A predominância das relações capitalistas de produção é algo inequívoco e não se pode ignorar o papel que o sistema integrado de produção cumpre na organização desse processo que tem consequências diretas no campo. É assim que Alves *et alli* (2005, p. 153) destacam:

A integração, nascida da forma empresarial busca seu desenvolvimento em regiões de predomínio da agricultura familiar [...], no entanto, esta inserção vem se modificando, porque as imposições tecnológicas chegaram a tal ponto que não é mais possível ser suportado pela agricultura familiar, aos poucos esta vai cedendo espaço ao modo empresarial de produção.

Quanto à operacionalização do sistema integrado, entende-se que:

O sistema de integração constitui uma estratégia adotada pelas grandes agroindústrias, que vem conquistando novos mercados, ampliando sua produção e conseqüentemente seus lucros. A integração com os agricultores garante produção com qualidade e baixos custos, pois a empresa não precisa comprar terras, ampliar contratação da mão-de-obra, nem se preocupar com questões trabalhistas (ALVES *et alli*, 2005, p. 145).

É notório no campo brasileiro o processo de interação entre ‘as empresas integradoras’ e setores da sociedade que compõem uma lógica peculiar, em que as políticas públicas são direcionadas para atender a setores específicos e interesses dos grupos econômicos. Em certos casos com dinheiro público, mas isso continua sendo visto como umas das formas de gerar emprego e renda. Algumas das razões para a defesa da atuação das empresas integradoras pode ser encontrada em Alves *et alli* (2005, p. 145), quais sejam:

i) *Uma relação íntima com o poder governamental*, que significa a fusão de interesses entre empresa e Estado, de modo que os interesses das empresas tornam-se políticas de Estado; ii) *Uma relação íntima com os órgãos de pesquisa* [...], as necessidades da empresa passam a constituírem-se em linhas de pesquisa das instituições, procedimento aceito com argumentos de interesse público, em nome do desenvolvimento social e dos mais pobres; e iii) *Desvalorização do trabalho*, frente ao aumento da produtividade e ao avanço da tecnologia.

A relação de integração produtor/indústria, ao contrário do que se possa vislumbrar, não é pacífica. São comuns e usuais processos de integração em que o produtor passa a ser submisso aos interesses da empresa, tendo que cumprir as regras estabelecidas. Acentua-se a relação de dependência e conflitos surgem a todo o momento, no caso do fumo especialmente com os preços praticados pela indústria.

[...] a relação das famílias com as empresas é regida por contratos de integração vertical que, se por um lado, asseguram a compra antecipada da produção, por outro, obrigam as primeiras à adoção de um pacote tecnológico: adubos, agrotóxicos e serviços (assistência técnica) que serão descontados ao final da safra. Mas os produtores são responsáveis pela secagem do fumo colhido a campo [...] sendo essa uma etapa das mais complexas face aos riscos que envolvem a qualidade da produção, a insalubridade da operação e a extensão das jornadas de trabalho (SACCO DOS ANJOS; CALDAS, 2009, p. 159).

No Brasil, a cadeia produtiva está organizada e sua vinculação com o mercado ocorre no plano internacional. É preciso salientar que a atividade da fumicultura sul-brasileira é operacionalizada por empresas multinacionais. Raros são os casos de indústrias locais ou empresas de pequeno porte na atividade e, quando existem, possuem escala de atuação limitada.

A contribuição de Fontoura (2009, p. 282) menciona que a produção agrícola realizada pelas propriedades familiares é especializada, dessa forma:

O campo passa a produzir um produto específico para um segmento específico de consumidor urbano, que se relaciona com seu imaginário, valores e até mesmo fetiches. De uma forma, ou de outra, por resistência ou alternativa ao capitalismo, ao se inserir no mercado, a relação campo-cidade garante a reprodução social capitalista contemporânea, flexível e globalizada. Sabe-se que não disputa com as grandes lavouras capitalistas modernas nem mercados, nem localização. Ao contrário busca espaços em branco deixados nos mercados e nas regiões onde a renda da terra é mais baixa, não isolada da informação e com a relação cidade-campo.

Quadro 1. Situação mundial da fumicultura (2011/2012)

Países	Produção (t)	Exportação (t)	Exportado (%)
África do Sul	15.700	1.000	6,36
Argentina	115.330	36.100	31,3
Brasil	745.360	651.190	87,36
China	2.229.920	0	0
Colômbia	11.010	3.100	28,15
Croácia	13.330	4.900	35,76
Estados Unidos da América	235.580	153.130	65,00
Índia	640.820	271.060	42,29
Itália	59.700	39.000	65,32
Malavi	79.250	71.500	90,22
Portugal	900	10,00	1,11
República Dominicana	10.030	9.000	87,38
Tanzânia	71.200	20.390	28,63
Zâmbia	40.000	40.000	100,00
Zimbábue	141.320	43.520	30,79
Outros	2.116.540	645.900	30,51

Fonte: Afubra, ITGA (2012).

O quadro 1, por exemplo, faz um apanhado geral da produção de fumo em nível mundial (em toneladas), ressaltando os principais países produtores e exportadores na safra 2011/2012. De modo geral, verifica-se que muitas nações produzem fumo, entretanto poucas concentram a produção mundial.

A China, embora seja o país líder em produção e consumo de tabaco, destina sua produção para atender às necessidades do mercado interno. Já o Brasil vem nos últimos 30 anos consolidando sua posição ao articular a escala local de produção em consonância com as exigências internacionais. As exportações brasileiras estão em constante crescimento em diferentes produtos agrícolas, como soja e fumo, e dessa forma são responsáveis pela estabilidade da balança de pagamentos. Em que pesem as críticas feitas aos problemas desencadeados pelo agronegócio, não podemos negar a influência que o setor agroexportador exerce no equilíbrio das contas externas.

Pode-se verificar que as necessidades de dólares para fazer frente ao desequilíbrio na balança de pagamentos tende a exigir maiores quantidades exportadas. Entretanto, as exportações nacionais se concentram em matérias-primas com baixo valor agregado, como é o caso do fumo. De uma maneira geral, pode entrever-se que o Brasil se consolida como um país agroexportador de matérias-primas, entretanto países como a China, que nos últimos anos tem sido um grande parceiro comercial, impõem certas condições para realizar a transação comercial.

Entre essas condições, está à aquisição por parte do Brasil de manufaturados, o que acaba de alguma forma por impactar a indústria nacional. O sucesso do agronegócio redundará em reduzir o parque industrial nacional e o ingresso em uma espiral de desindustrialização. Em razão disso, o governo brasileiro deverá impor medidas drásticas, que beneficiem a indústria local e possam permitir maior agregação de valor à produção.

Quadro 2. Evolução da fumicultura na região Sul do Brasil

Safra	Famílias Produtoras	Hectares plantados	Produção (t)
1979/1980	94.080	171.080	286.090
1989/1990	127.400	201.940	367.960
1999/2000	134.850	257.660	539.040
2000/2001	134.930	253.790	509.110
2001/2002	153.130	304.510	635.110
2002/2003	170.830	353.810	600.540
2003/2004	190.270	411.290	851.060
2004/2005	198.040	439.220	842.990
2005/2006	193.310	417.420	769.660
2006/2007	182.650	360.910	758.660
2007/2008	180.520	348.720	713.870
2009/2010	185.160	401.703	669.619
2010/2011	186.810	372.930	832.830
2011/2012	165.170	324.610	727.510
Média	164.082	331.256	650.289

Fonte: elaboração própria a partir de dados do SINDITABACO (2012).

Nos Estados do sul do Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná) é elevado o número de famílias que têm como a sua principal fonte de renda a produção de fumo. Como mostra o quadro 2, a região Sul do Brasil possui considerável número de famílias produtoras. Destacam-se os dados para um período superior a trinta anos, ou seja, desde as safras 1979-1980 até 2011-2012, com destaque para as famílias envolvidas e dados propriamente da produção obtida.

Os dados postos apresentam fatos que *a priori* verificavam-se de modo empírico, ou seja, que a produção de tabaco tende a concentrar-se, sobretudo, nos estados do Sul do Brasil. Ao longo dos anos verificam-se aumentos na área plantada e produção total. Em safras como



a de 1979/80 eram 171.080 hectares (ha) e uma produção da ordem de 286.090 toneladas (t), envolvendo um total de 94.080 famílias. Em 2000/2001 plantaram-se 253.790 ha com uma produção total de 509.110 t, envolvendo um universo de 134.930 famílias. Em 2010/2011, a área plantada foi de 372.930 ha com uma produção total de 832.830 t e um número de famílias envolvidas da ordem de 186.810. Os valores apresentados permitem evidenciar incrementos na produção para os períodos analisados, em famílias produtoras, área cultivada e produção total.

O conjunto de dados colocados, seja em termos absolutos ou relativos, aponta inexoravelmente para o aumento e importância da fumicultura, com aumento nos índices de produtividade⁵. Isso comprova que o aumento de produção está diretamente relacionado ao investimento em tecnologia (estufas, sementes, fertilizantes etc.) que propiciaram a produção em maior quantidade, mas com qualidade superior àquela alcançada nos anos 80 do século passado.

Nos últimos 30 anos tem-se a expansão do cultivo de fumo em áreas do sul do Rio Grande do Sul, especificamente em Municípios como São Lourenço do Sul, Pelotas e Canguçu. No último Município, verifica-se a ampliação da produção em áreas pré-determinadas e localizadas fundamentalmente no 1º e 2º distritos, onde há o predomínio marcante das unidades familiares de produção.

Fruto da importante agricultura familiar existente no Município, pode-se dizer que Canguçu consolidou-se como um polo regional de produção de fumo. O quadro 3 demonstra a produção de fumo em Canguçu e municípios limítrofes para a safra 2009/2010 enfocando aspectos como número de produtores, estufas e área plantada (ha).

Quadro 3. Produção de fumo em Canguçu e Municípios limítrofes (2009/2010)

Município	Produtores	Estufas	Área plantada (ha)
Canguçu	5.013	6.036	9.321
Encruzilhada do Sul	215	272	532
Morro Redondo	48	54	105
Amaral Ferrador	859	1.216	1.923
Pelotas	2.006	2.557	4.009
Piratini	81	93	170
São Lourenço do Sul	3.708	4.892	7.894
Cerrito	13	15	28
Cristal	335	527	750

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Afubra (2013).

⁵ A respeito do aumento de produtividade, Mazoyer e Roudart (2010, p.27) conferem importante destaque em relação à agricultura mundial: “Em pouco mais de meio século, a [diferença de] produtividade da agricultura menos produtiva do mundo, praticada exclusivamente com ferramentas manuais (enxada, pá, cajado, facão, faca ceifeira, foice...) e a agricultura mais bem equipada e produtiva do momento, realmente se acentuou: passou de 1 contra 10 no período de entre-guerras, de 1 para 2.000 no final do século XX”.

Os dados destacam a produção de fumo em Municípios do sul gaúcho que fazem divisa com Canguçu, quais sejam, a saber: a) Encruzilhada do Sul; b) Morro Redondo; c) Amaral Ferrador; d) Pelotas; e) Piratini; f) São Lourenço do Sul; g) Cerrito e h) Cristal.

Identifica-se a relevância que a fumicultura adquire nos Municípios destacados, em especial Canguçu, Pelotas, São Lourenço do Sul e Amaral Ferrador, que são os mais significativos. O número de 5.013 produtores em Canguçu, 3.708 em São Lourenço do Sul, 2.006 em Pelotas e 859 em Amaral Ferrador é uma demonstração clara da presença da agricultura familiar e sua adesão ao plantio do fumo. É um setor dinâmico, com ampla aplicação de capitais, para tal há uma gama de empresas que possuem produtores integrados em Canguçu.

O quadro 4 destaca as empresas com atuação em Canguçu e a assistência técnica fornecida na safra (2013-2014) como um dos pontos centrais que permite o desenvolvimento da atividade. A assistência técnica ao produtor é um dos fatores relevantes que permite a orientação dos tipos de variedades adequadas ao tipo de solo, condições climáticas, bem como as orientações sobre o tipo de produto requerido pelo mercado.

Quadro 4. **Assistência Técnica prestada pelas fumageiras em Canguçu (2013-2014)**

Nome fantasia	Número de Instrutores
Souza Cruz	7
Philips Morris International Brazil	2
Continental Tobaccos Alliance S/A Brazil (CTA)	1
Associated Tobacco Company (ATC)	1
Premium Tabacos do Brazil	2
Japan Tobacco International(JTI)	3
Universal Leaf Tabacos Ltda.	4
Indústria de Tabacos e Agropecuária (INTAB)	1
Alliance One Internantional	1
China – Brasil Tabacos Exportadora S/A	Não informado
Total	22

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Afubra Canguçu (2014).

Os dados colocados mostram claramente a gama de empresas regionais, nacionais e internacionais com atuação no município de Canguçu, algumas com larga trajetória de atuação como a Souza Cruz e outras com atuação recente, como a China – Brasil Tabacos Exportadora. Dado chamativo é o fato de que a hoje multinacional Souza Cruz possui o maior número de instrutores (7) ao total, demonstrando a importância dessa companhia fumageira. A atuação das empresas desse ramo, com acompanhamento da produção em suas diferentes fases (plantio, colheita, cura etc.) e fornecimento de assistência técnica é fundamental para a qualidade do produto final.

Mesmo em um universo onde as técnicas de produção são similares, e a atuação das



empresas fumageiras tende a homogeneizar o setor, ainda assim, persistem situações que denotam enormes diferenças, especialmente quanto ao tipo de produtores envolvidos. Em princípio os produtores aparentam ter uma mesma dinâmica, todavia a experiência de campo nos levou a perceber exatamente o contrário. A existência de disparidades tecnológicas, experiência na atividade, bem como solução de continuidade nos levou a identificar distintos grupos de produtores. Isso implica que se diferenciem os produtores e suas realidades.

A questão propriamente dita de estabelecer uma tipificação *a priori* remete a que se conceituem os sistemas agrários, que podem ser entendidos da seguinte maneira: “A teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas” (MAZOYER; ROUDART, 2010, p.71).

Mazoyer e Roudart (2010, p. 71) reportam o universo da agricultura e explicitam que:

[...] Pode-se observar que as formas de agricultura praticadas num dado momento variam de uma localidade a outra. E se estende longamente a observação num dado lugar, constata-se que as formas de agriculturas praticadas variam de uma época para outra.

As complexidades que envolvem a agricultura são enormes e novamente Mazoyer e Roudart (2010, p. 72) destacam que “[...] a agricultura se apresenta como um conjunto de formas locais, variáveis no espaço e no tempo, tão diversas quanto as próprias observações”.

Para compreender os diferentes tipos de produtores e estabelecer parâmetro de análise é imperioso que se observe a necessidade de elaborar um diagnóstico. Nas palavras de Garcia Filho (1997, p. 9), o diagnóstico deve dar conta:

Da complexidade e da diversidade que, em geral, caracterizam a atividade e o meio rural. [...] A complexidade reside também no fato de que essas sociedades são diferenciadas, isto é, são compostas de categorias, de camadas e de classes sociais que mantêm relações entre si [...].

É importante ter em conta a diversidade da agricultura:

[...] isso resulta na existência de distintos tipos de produtores, que se diferenciam tanto pelas suas condições socioeconômicas e por seus critérios de decisão quanto pelos seus sistemas de produção e pelas suas práticas agrícolas. Essa diversidade existe mesmo quando se considera a agricultura familiar ou um grupo de assentados, pois nem todos apresentam o mesmo nível de capitalização, a mesma forma de acesso a terra, aos recursos naturais, aos financiamentos e aos serviços públicos (GARCIA FILHO, 1997, p. 9).

Carneiro (2008), ao reportar-se à questão, diz que é válido lembrar Weber, quando ele nos ensina que os modelos classificatórios e as tipologias não se referem à realidade empírica imediata, mas que nem por isso deixam de ser construídos em conformidade com essa realidade, encontrando nas relações sociais a matéria-prima para essas construções abstratas. Nesses termos, o modelo não pode jamais ser reduzido a um conjunto de relações sociais (de trabalho, por exemplo) no contexto em que se expressam e na sua relação com a totalidade que os envolve, já que, em se tratando de sistemas, cada parte não pode ser isolada da outra.

Carneiro (2008) reflete que a abordagem e a interpretação da realidade pressupõem, portanto, a escolha de uma estruturação teórica que irá definir os princípios de articulação entre os componentes do sistema, ou seja, a maneira como abordaremos tal grupo, uma dada sociedade. Não há uma desestruturação mais verdadeira que outra, tratam-se de alternativas que irão orientar nosso olhar de maneira a enfatizar, ou a menosprezar, determinados aspectos da realidade. Para tal o seguinte subcapítulo irá dar conta da realidade presente, que visa a distinguir os tipos de produtores de fumo no 1º e 2º distritos do Município de Canguçu.

2.1. Os cinco tipos de produtores de fumo no 1º e 2º distritos do Município de Canguçu

Por suas particularidades, a fumicultura em Canguçu desenvolve-se no universo das unidades familiares de produção, onde teoricamente e aparentemente, por ser um recorte restrito de análise, deveria haver certa homogeneidade. Entretanto, as entrevistas junto aos produtores mostraram que mesmo em estratos restritos há enorme diversidade de histórias, possibilidades, realidades e, enfim, vivências.

A partir do critério espaço-temporal adotado, identificam-se na área de estudo cinco tipos de produtores, a saber: (i) com larga trajetória na atividade (antigos ou tradicionais); (ii) que ingressaram a partir dos anos 2000 (novos); (iii) reconvertidos, (iv) que não estão vinculados às empresas fumageiras; e, por fim, (v) orgânicos.

O primeiro tipo identificado são *os produtores com larga trajetória na atividade (antigos ou tradicionais)*, representados por aqueles que ingressaram na atividade antes dos anos 1990 e possuem larga trajetória e experiência no trato cultural, desde as primeiras técnicas desenvolvidas no chamado “fumo em corda” com transmissão de conhecimento ao longo das gerações. Nesse grupo é bastante comum os orientadores agrícolas buscarem informações sobre, por exemplo, determinadas pragas que aparecem nas lavouras de tabaco, época adequada de plantio, entre outras situações. Nos cursos de formação, não raro são esses



produtores que em conjunto com os instrutores têm a incumbência de socializarem o conhecimento adquirido ao longo de suas vidas no cultivo do tabaco.

Em muitos casos são os que possuem a estrutura de produção em melhores condições. Essas propriedades na maioria dos casos são levadas adiante por filhos, genros, enfim, agregados familiares. É nesse grupo que se encontram os melhores resultados, especialmente com índices de produtividade elevados, quando comparados aos outros grupos de produtores.

A fala do produtor revela e desvela uma tendência: “[...] o meu guri tá pensando em aumentar um pouco o fumo, esse ano vai dar um bom dinheiro”. Aqui claramente se revela a condição do preço praticado que tende a ser bom e claro um dos incentivos para que se produza mais. Segue a fala do produtor: “[...] a diferença entre quando eu iniciei e agora é muito grande. Tu vê que naquela época, se plantava de qualquer jeito, eles levavam o que tivesse e não pagavam quase nada, agora não, se não tiver qualidade tem indústria que não aceita fumo preto. Outra coisa essa estufa normal, o instrutor já me disse que não demora muito vai ser só as LL, quem não tiver essas moderna, não vão dá pedido, só não tão exigindo mais LL, porque não tem energia suficiente”.

As palavras de um produtor com muitos anos de experiência são indicativas, pois ele tem consciência de que é uma época diferente na produção de fumo, com outras exigências, além daquelas que vigiam, por exemplo, há vinte anos. Ao mencionar que as indústrias vão passar a exigir estufas modernas, mostra mais uma evidência de que os sistemas integrados são muito seletivos, pois a implantação de uma estufa modelo LL exige uma produção que esteja acima de 40 mil pés para se viabilizar economicamente e um investimento que supera os R\$ 25 mil na estufa – ainda se deve acrescentar os gastos com adequação na rede de energia elétrica da propriedade e na mão-de-obra especializada para instalação da estufa.

Como segue a diferenciação, outro grupo são *os produtores que ingressaram na atividade a partir dos anos 2000, ou novos produtores*, que é o mais heterogêneo e complexo de entender. Constitui-se em sua maioria por indivíduos que haviam migrado para as periferias urbanas de Canguçu e Pelotas, mas que, dadas as dificuldades de sobrevivência no meio urbano, retornaram ao campo. Dado o grau de especialização produtiva que o sistema integrado de produção implica, muitos desses produtores que haviam ingressado na atividade viram-se descapitalizados para fazer frente às necessidades de uma produção que exige intensos tratamentos culturais e especialização produtiva, sendo perceptíveis os insucessos de muitos que se dedicaram a essa atividade.

Em razão dos fracassos na fumicultura, embora continuem residindo no meio rural, passam a trabalhar na zona urbana do Município de Canguçu, especialmente na construção

civil. É comum, em alguns casos ao final do dia de trabalho, dedicarem-se ao cultivo de hortas e pomares ou ao cuidado de animais, especialmente vacas leiteiras, configurando-se em famílias pluriativas. Ainda nesse grupo existem aqueles que tiveram sucesso na atividade e puderam capitalizar-se e aumentar as áreas de produção e que se mostram dispostos a continuar na atividade, todavia ressalte-se que perfazem percentual pouco expressivo do universo compreendido.

O agricultor entrevistado na localidade do Passo dos Oliveiras agrega importantes elementos: “Eu morei muitos anos em Pelotas, mas voltei para o interior, tava ficando difícil lá [...]” e ainda complementa “[...] até agora eu tô até me saindo bem no fumo, eles têm me assessorado bem, isso eu não posso negar”. Outro dos dados significativos colocados pelo produtor podem ser entendidos nesta fala: “[...] agora tchê te digo, aqui teve muito produtor que deu com os burros na água, ficaram com dívida e mais dívida e vão tirá de onde? Fumo não é pra qualquer um”.

Embora sejam indivíduos com origens rurais, muitos desses produtores não tinham experiência no cultivo do tabaco, nem com as técnicas requeridas. Muito dos insucessos desse grupo está no fato de que adquiriram dívidas e não conseguiram a qualidade da produção requerida pelo mercado. A falta de qualidade do produto deve-se em grande parte ao fato desses produtores não dominarem as técnicas de cura e secagem do tabaco, que são fases cruciais do processo produtivo.

Por sua vez, o terceiro grupo se constitui daqueles *produtores reconvertidos*, aqueles que por diversas razões abandonam ou diminuem paulatinamente cultivos agrícolas como milho e produção de frutas para as indústrias conserveiras, deixam de produzir leite ou diminuem essa produção. Esse grupo adere a financiamentos públicos e investe na melhoria da infraestrutura da propriedade e em equipamentos de produção, dentre os quais se podem destacar as estufas LL e tratores.

É preciso ressaltar que nesse grupo há menores insucessos que no grupo anterior (produtores novos). Embora não tenham uma trajetória na atividade da fumicultura, contam com assistência técnica dos orientadores agrícolas, em muitos casos recorrem ao mutirão de mão-de-obra com vizinhos que já plantavam fumo e, além disso, são pessoas com longa trajetória no meio rural.

As visitas de campo revelam dados significativos e sintomáticos desse universo. Uma indicação dessa tendência pode ser verificada nas palavras de um produtor da localidade da Fávila: “[...] eu planto fumo, há poucos anos, meu pai sempre trabalho com esse negócio de pêssego”. A fala informal revela outros indícios: “[...] eles levam o pêssego e depois pagam



uns trocados, por isso eu desisti do pêssego, derrubei tudo, e queimei na estufa, agora planto praticamente só o fumo, se não ia vivê de que?”. Esta perspectiva oferecida pelo agricultor é pontual, mas significativa: “[...] o fumo é o que resta, se planto e colho eu faço um bom dinheiro, eu planto com a certeza de que vou vender”. A discussão segue e a contribuição do agricultor é relevante: “[...] se eu plantar pêssego, quem vai comprar? E quanto vão me pagar? Eu não quero mais saber, planto umas coisinhas pra comer e o resto planto fumo, se continuarem pagando bem, é a única alternativa”.

Fruto de toda a complexidade dos sistemas integrados de produção, identifica-se o quarto grupo de produtores representados por *aqueles que não possuem vínculo com as fumageiras*, sendo que na maioria dos casos são indivíduos que plantam pequenas áreas como uma forma de complemento da renda. Destinam a pequena produção que obtêm para atravessadores que abastecem a princípio indústrias locais. Ficam na maioria dos casos submetidos aos baixos valores praticados e sem garantia alguma de compra da produção. Ainda, pelo fato do produto ter baixa qualidade, dificilmente torna-se uma atividade lucrativa. Isso coloca em evidência que os produtores nessa modalidade dificilmente continuarão na atividade, demonstrando que sem a guarida das garantias da compra da produção, fornecimento dos insumos básicos à produção e assistência técnica, ou seja, vinculação ao sistema integrado de produção, dificilmente haverá êxito na atividade.

Esse grupo é bastante interessante, embora haja casos de produtores que produzem fumo há muitos anos e tiveram ligação com as indústrias fumageiras. Nos casos verificados, esse desligamento foi unilateralmente realizado pela empresa. São produtores que não conseguiram acompanhar a realidade do sistema integrado, fundamentalmente atender aos padrões de qualidade. A fala do produtor é significativa: “[...] plantei quase quarenta anos, com a Souza, depois passei para a JTI, mas ando meio desiludido, eles só exigem qualidade”. O tema é controverso, pois em anos de maiores problemas climáticos (chuvas em excesso, estiagens, ou ventos fortes etc.) é o produtor quem sai prejudicado ao não conseguir a qualidade exigida.

Segue a fala de outro dos produtores da localidade de Nova Gonçalves, 2º distrito do Município: “[...] eu estou parando com essa coisa de fumo, já tô ficando velho, os meus filhos já se foram para a cidade de Rio Grande, trabalha no tal de porto”. Os fragmentos da fala do produtor oferecem indícios de problemas que esse grupo tem ao longo da produção.

E, por fim, um grupo que é bastante novo para a realidade da fumicultura, que é o dos *produtores orgânicos*. Como menciona Guerra (2009, p. 193), a agricultura orgânica possui algumas características básicas, como segue: “[...] se propõe a criar um sistema baseado em

processos biológicos para a lavoura [...] e que proteja contra pestes e doenças. [...] a agricultura orgânica não utiliza defensivos agrícolas e nem fertilizantes artificiais”.

A pesquisa *in loco* possibilitou verificar que existe um valor de mercado 60% superior ao fumo convencional. A existência do fumo orgânico e o entusiasmo dos produtores com essa possibilidade têm sido chamativos. Se não, vejamos a entrevista realizada com um produtor da divisa da localidade do Pantanoso com Faxinal. Diz o produtor: “[...] eu nasci aqui, morei muitos ano em Rio Grande, quando voltei inventei plantá o fumo convencional, mas é muito veneno, não tem um passarinho num pé de fumo, só de chega perto, já cai morto”. De fato, o agricultor mostra uma das faces da produção convencional, onde são utilizados agrotóxicos em ampla escala.

Segue a fala do produtor: “[...] tô há dois anos no orgânico e se soubesse que pagavam tão bem, já tinha plantado há mais tempo, tu sabe que o orientador tá sempre aqui, me ajudando, vendo como tá saindo à produção. [...] Olha, tem vindo muito vizinho vê o orgânico, eu não nego tô me saindo bem, só em não tê veneno, eu já te digo é uma maravilha”.

Há desde produtores que estão estruturados e enxergam nessa produção uma possibilidade de ter uma melhor renda até aqueles que estão vinculados à produção orgânica por decisão e conhecimento da realidade. É preciso destacar que a produção de orgânicos na fumicultura é realizada a partir das diretrizes da empresa e um pacote tecnológico fornecido pelo grupo empresarial. A pesquisa *in loco* possibilitou verificar que existe um valor de mercado 60% superior ao fumo convencional. Como destaca Guerra (2009, p.193):

O controle de ervas daninhas, doenças e insetos é feito através de práticas agrônômicas, que incluem o uso de rotação de culturas, cultivos adequados e seleção de lavouras resistentes a doenças e insetos. Os adubos de origem animal e vegetal são utilizados para ajudar a manter os níveis de matéria orgânica nos solos [...].

A proposta da produção orgânica é diferenciada, visa a atender a um mercado específico, especialmente na Alemanha, segundo as informações de um instrutor. Há um rigor muito grande de parte da indústria no controle dessa produção. A produção orgânica por excelência é destinada a um mercado consumidor reduzido, mas, ao mesmo tempo, poderá crescer muito nos próximos anos. A produção orgânica no fumo é algo novo, isso é uma verdade incontestável, pois somente nos últimos 10 anos abriu-se essa possibilidade.



Considerações finais

A pesquisa de campo revelou e apontou, a partir do entendimento dos agricultores, que as empresas fumageiras e o sistema integrado cumprem importante papel na dinamização da produção, especialmente as garantias de compra e os bons preços praticados. Isso coloca em evidência a existência de uma nova fase na realidade produtiva: embora possa haver exploração e seletividade das indústrias, é mais sutil e há uma necessidade premente que o produtor possua uma boa rentabilidade e disposição para produzir com qualidade.

A concorrência entre as próprias fumageiras acaba favorecendo os produtores, especialmente aqueles que já estão bem estruturados. Isso posto, identifica-se que tínhamos um modelo de integração até os anos 80 do século passado, onde a exploração ao produtor era uma marca registrada. Outro modelo passou a predominar ao longo dos últimos anos, o qual se caracteriza pela valorização do produtor de fumo, sendo que há uma maior disputa das empresas para fidelizar o integrado. Quando comparamos ao modelo de integração precária, que predominava nas indústrias conserveiras percebem-se enormes diferenças. Nesse contexto, foi natural a migração de produtores das conservas para a produção de fumo. Se nas indústrias conserveiras, por exemplo, não havia financiamento da produção nem contratos pré-estabelecidos de compra e venda da produção, com a produção de fumo é bastante diferente: existe uma estruturada e organizada cadeia produtiva. Essa cadeia produtiva e suas nuances são responsáveis pela expansão da produção fumageira em Canguçu.

A partir dessa expansão produtiva, ampliam-se sobremaneira as relações campo-cidade e suas articulações, onde os produtores passam a demandar novos serviços prestados no meio urbano e, por uma imposição da atividade, uma maior exigência de acesso aos serviços de crédito e financiamento. A interação cidade-campo altera-se e intensifica-se colocando novas dinâmicas à realidade local.

Por todo esse conjunto de particularidades o município de Canguçu passa a ser um polo de produção fumageira, com importante número de produtores e uma produção consolidada, em cuja área rural ocorre importantes modificações. Aqueles produtores que obtiveram sucesso na atividade acabaram por melhorar suas propriedades e a demandar novos serviços no meio urbano.

Com a valorização do fumo no mercado internacional e a qualidade da produção obtida abrem-se oportunidades únicas para a inserção da agricultura familiar e geração de empregos e renda nos meios rural e urbano. Dessa forma, se resolvidas as questões relativas à

infraestrutura em estradas vicinais e energia elétrica, tende a ampliar-se a produção de fumo e por consequência os desdobramentos desse processo.



Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Edusp, 2007.
- ALMEIDA, Joaquim Anecio. *Pesquisa em extensão rural: um manual de metodologia*. Brasília: MEC / ABEAS, 1989.
- ALVES, Adilson Francelino *et alli*. Impactos da agroindústria integradora na agricultura familiar do sudoeste do Paraná. In: ALVES, Adilson Francelino; FLÁVIO, Luiz Carlos; SANTOS, Roseli Alves dos (org.). *Espaço e território: interpretações e perspectivas do desenvolvimento*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS FUMICULTORES DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.afubra.com.br>>. Acesso em: 15 jan. 2012.
- CARNEIRO, Maria José. Em que consiste o familiar da agricultura familiar? In: COSTA, Luiz Flávio Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (org.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Mauad / Seropédica: EDUR, 2008.
- DESLAURIERS. Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lione-H.; LAPIERRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008. p. 127-153.
- FONTOURA, Luiz Fernando Mazzini; VERDUM, Roberto. *Temáticas Rurais: do local ao regional*. Porto Alegre: UFRGS / Universidade Aberta do Brasil / Curso de Graduação Tecnológica - Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS, 2009.
- GARCIA FILHO, Danilo Prado. *Análise diagnóstico de sistemas agrários: guia metodológico*. Brasília: Inca / FAO, 1997.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Coordenação Cartográfica. *Dicionário de dados*. Categoria: localidade. [s.d.]. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapeamento_sistematico/base_continua_ao_milionesimo/1_documentacao/dicionariodedados_lc.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2013.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1999.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *Histórias das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP / Brasília: NEAD, 2010.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPIERRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. (org.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2008. p. 154-211.

SACCO DOS ANJOS, Flávio; CALDAS, Nádia Velleda. A horta agonizante: mercantilização da agricultura e transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. *Pensamento Plural*, Pelotas, v. 5, p. 151-169, jul.-dez. 2009.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO. *Lei nº. 2.967*, de 01 de outubro de 2007. Institui o limite dos distritos municipais em Canguçu e dá outras providências. 2007. Disponível em: <http://portal.tce.rs.gov.br/aplicprod/f?p=50202:4:929110152714976::NO::P4_CD_LEGISLACAO:100178>. Acesso em: 21 nov. 2013.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

RESENHA

HARVEY, David. *Seventeen Contradictions and the End of Capitalism*. New York: Oxford University, 2014a. 336 p.

HARVEY, David. *Diecisiete contradicciones y el fin del capitalismo*. Traducción Juan Mari Madariaga. Quito: IAEN, 2014b. 296 p. Disponible en: <<http://www.cpalsocial.org/documentos/73.pdf>>. Acceso en: 2 nov. 2014.

A LÓGICA TURBULENTA DO CAPITAL: resenha do livro *Seventeen contradictions and the end of capitalism* de David HARVEYⁱ

Esteban Mercatante*

No princípio era a crise. Ali inicia *Dezessete contradições e o fim do capitalismo*ⁱⁱ, de David Harvey. Sua premissa supõe que o capitalismo não sobreviverá tal como era – si é que assim o faz – depois das ondas expansivas que segue produzindo a falência de Lehman Brothers em 2008. No curso da crise, “os desequilíbrios do capitalismo são confrontados, redesenhados e reconfigurados para criar uma nova versão do que gera ao capitalismo”

ⁱ Tradução feita por Nathan Belcavello de Oliveira de resenha publicada em *Ideas de Izquierda*: Revista de Política y Cultura, número 11, julio de 2014 (MERCATANTE, Esteban. La lógica turbulenta del capital. *Ideas de Izquierda*: Revista de Política y Cultura, Buenos Aires, n. 11, p. 30-32, jul. 2014. Disponível em: <http://ideasdeizquierda.org/wordpress/wp-content/uploads/2014/08/30_32_Mercatante.pdf>. Acesso em: 2 out. 2014). As notas inseridas pelo tradutor estão numeradas em algarismos romanos. As citações do livro de David Harvey estão traduzidas como Esteban Mercatante fez em sua resenha da versão em inglês, mas as referências de página correspondem a sua localização na versão em espanhol que tivemos acesso, referenciada como 2014b.

* Economista do Instituto del Pensamiento Socialista Karl Marx, membro do Comitê de Redação de *Ideas de Izquierda*: Revista de Política y Cultura.

ⁱⁱ Com tradução para o português prevista para 2015 pela Boitempo.

(HARVEY, 2014b, p. 11). As crises também alteram de maneira profunda as ideias, instituições e relações entre classes.

O peculiar da crise que atravessamos é que, já transcorrendo seu sexto, “deveria haver já diagnósticos concorrentes sobre o que está ruim e uma proliferação de proposta para remediá-la. É surpreendente a escassez de novas abordagens ou políticas” (HARVEY, 2014b, p. 12). As respostas até o momento caminham entre a intenção de manter a aprofundar as políticas neoliberais dos últimos 30 anos, ou um keynesianismo diluído, como pouca atenção – sublinha Harvey – na ênfase do economista britânico às políticas distributivas (ainda que desde a publicação do livro de Harvey o economista Thomas Piketty tenha criado um *best seller* dizendo respeito à desigualdade de renda e riqueza¹). Ambas linhas políticas seguem contribuindo ao enriquecimento dos super ricos, que continuam multiplicando suas fortunas desde a bancarrota de Lehman até hoje. A esquerda “tradicional” (partidos políticos e sindicatos) tão pouco mostra capacidade de fazer uma oposição sólida ao poder do capital e seus expoentes hoje aparecem concentrados em “manejar principalmente fora de qualquer canal institucional ou de oposição organizada, na esperança de que ações de pequena escala e ativismo local possam finalmente levar a alguma alternativa maior que seja satisfatória” (HARVEY, 2014b, p. 14).

É nesse contexto que Harvey apresenta seu livro e coloca em jogo uma vasta elaboração teórica a que se agrega *Os limites do capital* (HARVEY, 2013) *O enigma do capital* (HARVEY, 2011) e os estudos reunidos em *A produção capitalista do espaço* (HARVEY, 2005), para mencionar somente alguns. Este livro expõe com rigor uma visão integradora e uma exposição única das contradições que caracterizam o capital em sua forma atual.

A engrenagem econômica do capital em estado “puro”

O objeto de seu livro, previne-nos o autor, não será o capitalismo senão o capital. O que significa esta distinção? A capitalismo, o autor faz referência a qualquer formação na qual os processos de circulação e acumulação do capital que determinam domínio na configuração da vida social, em termos materiais e intelectuais. As contradições que perpassam o capitalismo não dizem respeito, algumas vezes, à acumulação do capital, como é o caso das

¹ Para uma leitura sobre o fenômeno Piketty e uma crítica a seus argumentos, ver Paula Bach (2014).

de gênero ou raciais. Ainda que “onipresentes no capitalismo, não são específicas à forma de circulação e acumulação que constitui a engrenagem econômica do capitalismo” (HARVEY, 2014b, p. 22). É esta engrenagem que constitui o centro da análise do autor. O tratamento da circulação e acumulação do capital como um “sistema fechado” leva a identificar suas principais contradições internas.

As contradições, no sentido proposto por Harvey, surgem “quando duas forças aparentemente opostas se encontram presentes simultaneamente em uma situação particular, em um ente, em um processo ou em um acontecimento” (HARVEY, 2014b, p. 17). Como indica o título do livro, o autor aborda 17 dessas contradições que caracterizam o capitalismo contemporâneo. Essas são organizadas em três níveis: sete contradições fundadoras, outras sete denominadas mutáveis e três perigosas. O primeiro grupo está ligado a funções básicas de funcionamento do sistema, invariáveis ao longo de sua história. A mais essencial das contradições constitui a relação entre valor de uso e de troca. Harvey escolhe tratá-la desde o que foi uma das expressões mais eloquentes desta contradição recentemente como a questão da moradia, que esteve no *core* do burburinho instalado em 2007. De maneira crescente, as necessidades são definidas e dominadas pelo valor de troca, já que o capital se encontra impulsionado permanentemente a incursionar em novas esferas da produção social: “Por isso, numerosas categorias de valores de uso que eram providas gratuitamente pelo Estado foram privatizadas e mercantilizadas – moradia, educação, saúde e serviços públicos seguiram esta direção em várias partes do mundo” (HARVEY, 2014b, p. 39).

Continua analisando a contradição entre o valor social e sua expressão necessária – segundo Marx – no dinheiro. Este permite que a polaridade da mercadoria entre valor de uso e valor possa ser implementada, facilitando a troca. Mas também cria as condições para que o centro da cena seja ocupado pelo crescimento infinito do valor, a acumulação. O dinheiro, “diferente do valor social que representa, é intrinsecamente apropriável por privados, [...] [e isso significa] que pode ser acumulado sem limite por eles” (HARVEY, 2014b, p. 66). O dinheiro de meio passa a fim e domina o processo social. A terceira contradição que o autor apresenta é entre a propriedade privada e o Estado capitalista, que é tanto fiador desta e de processos que são fundamentais para a reprodução do capital, mas que também defende interesses que vão além da lógica de acumulação, podendo criar contradições. A quarta contradição definida por Harvey, gerada entre a apropriação privada e o bem comum, remete a um aspecto chave para sua elaboração, desapropriação como fonte primária para a valorização do capital. A desapropriação não é outra coisa que a apropriação da riqueza comum por parte de agentes privados; contrariando as idílicas apresentações da economia

capitalista como uma baseada nos mercados e que gera valorização “por meio de trocas legalmente sancionadas [...], [o autor sustem que] existem fortes razões teóricas para considerar que uma economia baseada na desapropriação jaz no coração do que define fundamentalmente ao capital” (HARVEY, 2014b, p. 65-66). A “desapropriação” no lugar de trabalho é uma das vias, importante, mas não a única, por meio das quais se sustenta a apropriação privada da riqueza comum. Um dos aspectos por meio dos que ilustra isso é como a classe trabalhadora pode ser espoliada pelos proprietários fundiários, pelo sistema de crédito, pelas cadeias comerciais e pelos impostos, todas vias de apropriação da mais-valia.

Apoiando-se em estudo de Karl Polanyi (1980) em *A grande transformação*, Harvey assinala como a conversão do dinheiro, da terra e da força de trabalho (que em palavras de Polanyi “obviamente não são mercadorias”), que foram essenciais para o funcionamento do capitalismo, “apoia-se na violência, no engano, no roubo, na fraude e em meios similares” (HARVEY, 2014b, p. 69). Outra das contradições fundadoras, a que nos deteremos mais adiante, constitui a relação capital-trabalho. E, finalmente, o autor analisa a natureza contraditória do próprio capital e da unidade diferenciada que conformam produção e realização.

Se o primeiro grupo de contradições são “características constantes do capital, a qualquer tempo e lugar” (HARVEY, 2014b, p. 98), as contradições mutáveis têm como único elemento constante suas instabilidades e estão em continua mudança. Estas contradições se referem ao desenvolvimento da técnica e sua apropriação pelo capital, ao desenvolvimento desigual que o caracteriza e que adquire contornos específicos a cada momento, na relação contraditória entre monopólio e concorrência, nas disparidades de renda e riqueza e na dialética de liberação e domínio. A forma assume este conjunto de contradições, a cada momento determina mudanças significativas na estrutura do sistema capitalista, ainda que suas leis básicas permaneçam iguais. As respostas políticas, argumenta Harvey, devem partir de uma análise específica destas contradições no atual momento.

O último conjunto é as contradições que Harvey define como “perigosas”. Estão constituídas pela exigência do capital pelo crescimento composto (ou seja, acumulativo) sem fim, a relação do capital com a natureza e a “alienação universal”. As denomina como perigosas por contraposição às fatais, distinção que rebate a ideia de que o capitalismo irá colapsar pelo peso de suas contradições. Ainda que parte de uma prudente prevenção contra o fatalismo e destacando a necessidade de uma vontade consciente de superar o capitalismo, o autor superestima a capacidade de perpetuação do capital quando sustem que esse pode continuar funcionando indefinidamente “de maneira a provocar uma degradação progressiva

na Terra e empobrecimento em massa, incrementando de modo radical a desigualdade pela desumanização da maior parte da humanidade” (HARVEY, 2014b, p. 217), sustentado mediante a repressão estatal crescente.

A última das contradições perigosas é a alienação universal. Remete-se a diversas dimensões. “O trabalhador aliena legalmente o uso de sua força de trabalho durante um tempo ao capitalista em troca de um salário [...], o trabalhador se vê alienado do produto de seu labor, assim como está do restante dos trabalhadores [e] da natureza” (HARVEY, 2014b, p. 260). Esta carência e desapropriação “são experimentadas e internalizadas como um sentimento de perda e pena pela frustração dos instintos criativos” (HARVEY, 2014b, p. 260). O mal-estar generalizado que tende a criar a desapropriação generalizada em todas as ordens da vida, e que o capital tenta remeter ao impulso de um consumismo vazio, poderia chegar a se constituir em freio fatal à distopia que promete o capital como perspectiva, como última trava à perpetuação da engrenagem desenfreada da acumulação. A possibilidade de uma alternativa, não totalmente garantida, depende de uma revolta generalizada ante a alienação universal.

Um fim político sem meios de o alcançar

Creio, como o fazia Marx, que o futuro já está em boa medida presente no mundo que nos rodeia e que a inovação política (igualmente à inovação tecnológica) é capaz de reunir possibilidades existentes, mesmo que separadas de um modo diferente.

Apesar desta afirmação, diferentemente de Marx, Harvey não prefigura as vias pelas quais poderia ser possível a radical transformação pela que luta. Reconhece corretamente várias das debilidades que afligem hoje os movimentos de oposição anticapitalista, como a dificuldade para transcender a uma escala local, alcançando uma nacional (ou internacional). Também aponta corretamente que “não há uma resposta não contraditória à contradição” (HARVEY, 2014b, p. 271) e que qualquer iniciativa contra a “alienação universal” impõe ter presentes em conjunto as 17 contradições que o autor estuda ao longo do texto. Não pode haver um movimento emancipatório que só se proponha a intervir sobre algumas delas. Como encerramento ao livro, Harvey oferece como “guia para a *práxis* política” uma série de “mandatos” – 17 como resposta a cada uma das contradições comentadas em seu livro – que são como um programa “máximo” para uma sociedade não capitalista, que vão desde a

provisão direta de valores de uso para todos (moradia, educação, segurança alimentar) até a conformação de seres humanos não alienados, passando pela organização da produção por meio de produtores associados que decidam livremente o que, como e quanto produzir, em atendimento às necessidades sociais. Mas nos apresenta isto que é, como preferir, um fim político, sem especificar os meios pelos quais esse poderia ser alcançado. Isso é inseparável da carência de um agente que possa articular uma política que nos conduza a essa transformação de raiz a que aspira. Harvey propõe como horizonte um “humanismo revolucionário”. “A crença de que podemos, por meio do pensamento e da ação conscientes, mudar o mundo em que vivemos e a nós mesmos para melhor define a tradição humanista” (HARVEY, 2014b, p. 273).

O humanismo revolucionário, ao contrário do pretendido por Althusser (“o marxismo não é um humanismo”), “unifica o Marx de *O Capital* com o dos *Manuscritos econômico-filosóficos* de 1844 e dá uma flechada no coração das contradições que qualquer programa humanista deve estar disposto a abraçar se vai mudar o mundo” (HARVEY, 2014b, p. 278).

Porém, entre ambos textos, modera em Marx o desenvolvimento melhor acabado da perspectiva comunista, assim como a precisão dos contornos do sujeito capaz de a levar a cabo. Para Harvey, entretanto, seria errôneo atribuir lugar central ao proletariado. A contradição entre capital e trabalho é, sem dúvida, algo muito importante. Mas o autor critica a “tendência no pensamento de esquerda a privilegiar o mercado de trabalho e seu lugar como gêmeos principais da luta de classes [...] [, quando, em sua opinião,] existem outros terrenos de luta que podem ser de igual ou de mais imperiosa significação” (HARVEY, 2014b, p. 77).

Harvey enfatiza que a contradição entre capital e trabalho está estreitamente entrelaçada às restantes contradições do capital. Isso sem dúvida é assim. E tem razão em que qualquer transformação anticapitalista deve observá-las com o conjunto das contradições do capital. Todavia, ao descartar os aspectos que a distinguem dentro do conjunto de contradições, o autor termina apresentando um vasto conjunto de tensões que o capitalismo está obrigado a mover mais que a superar – “as contradições têm o desagradável hábito de não ser resolvidas, mas simplesmente substituídas” (HARVEY, 2014b, p. 19) – para continuar funcionando, mas sem encontrar um centro de gravidade que o quebre para construir outra sociedade alternativa.

Esta questão se encontra estritamente ligada ao papel que representa no esquema teórico de Harvey a acumulação por desapropriação. Em vários trabalhos indica que ela se tornou a forma dominante no capitalismo neoliberal, concedendo primazia às formas de valorização que transcendem a esfera da exploração no lugar de trabalho. Na realidade os

mecanismos de “desapropriação” desempenham um papel importante no enriquecimento da classe capitalista recentemente, porém esta característica acompanhou toda a história do capitalismo. Ernest Mandel (1982, p. 31), indicava em *O capitalismo tardio* que aquilo que caracteriza o desenvolvimento histórico do capitalismo estava configurado por “uma unidade dialética de três momentos”. A “acumulação de capital em andamento, no âmbito de processos de produção já capitalistas; [...] [a] acumulação primitiva de capital em andamento, fora do âmbito de processos de produção já capitalistas; [...] [e a] determinação e limitação do segundo momento pelo primeiro” (MANDEL, 1982, p. 31)ⁱⁱ. Tal determinação, que opera de distintas maneiras, é comprovada nas características que apresentou a acumulação do capital no último período. A financeirização descomedida, a multiplicação dos mecanismos de desapropriação devem sua origem às condições por meio que pôde o capitalismo recuperar a rentabilidade após a crise que pôs fim ao *boom* do pós-guerra.

Atacando as condições de trabalho, reestruturando e localizando a produção em países que se transformaram em plataformas manufatureiras, pôde impor uma linha decrescente aos salários e recuperar, assim, a rentabilidade, mas a custa de agravar as contradições no plano da valorização. Aqui é onde urge suas raízes o crescimento da valorização financeira e a pressão crescente para subordinar novas esferas na valorização. O capital sem dúvida se mostra inventivo em espoliar a força de trabalho de todas as maneiras possíveis e cria múltiplos terrenos para a resistência contra a espoliação. Mas o terreno laboral encerra uma potencialidade que outros não possuem para ameaçar um domínio central de todo o edifício de desapropriações que maneja o capital, como é o da força de trabalho, convertida em mercadoria.

Harvey indica corretamente que, no cruzamento entre capital e capitalismo, propõe-se a necessidade de “lutar contra toda outra forma de discriminação, opressão e repressão violenta no capitalismo como um todo [...] [e que, por isso,] é necessária claramente uma aliança de interesses” (HARVEY, 2014b, p. 288). Porém, justamente devido à contradição capital-trabalho não ser mais que uma das que caracterizam a este modo de produção, é que pode o proletariado, se se dotar de uma política hegemônica e não corporativa, atuar como articulador para esta aliança que pregoa. Em Harvey não existe base nem estratégia para esta aliança. Entre o horizonte não capitalista e as distopias das quais já encontra presentes vários elementos, só fica o vazio.

ⁱⁱ Originalmente citado em referência a Mandel (1979, p. 47).

A vibrante exposição do desenfreado avanço do capital substituindo suas contradições e aprofundando suas múltiplas alienações, que nos lembra a frase do *Manifesto comunista*, “todo o sólido se desvanece no ar” (MARX; ENGELS, 1999, p. 12)ⁱⁱⁱ, resulta, no entanto, em um grande estimulante a provocar o debate sobre a mesma.

ⁱⁱⁱ “Tudo que era sólido e estável se esfuma” (MARX; ENGELS, 1999, p. 12).

Referências bibliográficas

BACH, Paula. Sobre Thomas Piketty y la desigualdad como destino manifiesto. *Ideas de Izquierda: Revista de Política y Cultura*, n. 10, p. 28-31, jun. 2014. Disponible en: <http://ideasdeizquierda.org/wordpress/wp-content/uploads/2014/07/28_31_Bach.pdf>. Acceso en: 2 out. 2014.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *O enigma do Capital: e as crises do capitalismo*. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

MANDEL, Ernest. *El capitalismo tardío*. México: Era, 1979.

_____. *O Capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto comunista*. [s.l.]: Ridendo Castigat Mores, 1999. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2014.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

NORMAS DE PUBLICACIÓN EN MERIDIANO – REVISTA DE GEOGRAFÍA

Se aceptan para publicación en la Revista Meridiano artículos originales en español, portugués, francés o inglés.

La extensión mínima será de 10 y la máxima de 30 hojas por artículo, considerando figuras, cuadros y bibliografía, en archivo con extensión *.doc, preferencialmente hecho en Word Microsoft.

Las páginas deben ser en formato A4 (21 x 29,7 cm); con márgenes superior e izquierdo de 3 cm; inferior y derecho de 2 cm; con espacio interlineado de 1,5.

Todo artículo se escribe con Times New Roman.

Títulos

El título principal es en tamaño 14 puntos; en Negrita; Mayúsculas; y centralizado en la página. El subtítulo principal debe ser escrito después del título principal y de dos puntos, en tamaño 14; en Negrita; Mayúsculas y Minúsculas; y centralizado en la página.

Los títulos de las partes del artículo se escribe en tamaño 14 puntos; en Negrita; Mayúsculas y Minúsculas; alineado a izquierda. La “Introducción” y “Consideraciones finales” no son numeradas, pero los títulos de desarrollo del texto deben ser numerados en algarismo arábigos seguidos de punto (1.; 2.; 3.; etc.). Los subtítulos de las partes se escribe en tamaño 12 puntos; en Negrita; Mayúsculas y Minúsculas; y alineado a izquierda. Deben seguir la numeración de la parte, seguido de su propio número y punto (ejemplo: 1.1.; 1.2.; etc.). No se indica la subdivisión mayor de las partes de desarrollo del texto, más habiendo la necesidad, escribir el subtítulo en tamaño 12; en Cursiva; Mayúscula y Minúscula; alineado a izquierda y no numerado.

Sobre los títulos de Figuras y Cuadros ver ítem *Figuras y Cuadros*.

Nombre de autor y coautor(es)

El nombre del autor y coautor(es) deben ser escritos después del título (y subtítulo, se existir) principal separado por dos línea, en tamaño 14 puntos; Normal; Mayúsculas y

Minúsculas; y alineado a derecha. Cada nombre en una línea. Hacer una nota de rodapé con un breve curriculum vitae del autor y coautor(es), escribiendo nombre de la institución, cargo o actividad de ejercicio, dirección postal y electrónica, en tamaño 10 puntos; Normal; Mayúsculas y Minúsculas; justificado. La nota del autor debe ser llamada con un “*”, sumando cuantos más fueren los coautores (“**”; “***”; etc.).

Resumen

A dos líneas después del nombre del autor o de coautor(es) (se existir), escribir un resumen en la lengua del artículo del mínimo de 100 y máximo de 200 palabras, en tamaño 12 puntos; Normal; Mayúsculas y Minúsculas; y justificado, seguido, en línea abajo, del mínimo de 3 y máximo de 5 palabras claves.

Escribir un *abstract* en inglés, a dos líneas después de las palabras clave del resumen en la lengua del artículo, con mínimo de 100 y máximo de 200 palabras, en tamaño 12 puntos; Normal; Mayúsculas y Minúsculas; y justificado, seguido, en línea abajo, del mínimo de 3 y máximo de 5 *keywords*.

Texto del artículo

El texto debe ser escrito en tamaño 12 puntos; primera línea empezando a 1,25 cm del margen izquierda; justificado; sin quiebras de palabras. Debe ser escrito en la norma culta de la lengua elegida para desarrollo del texto, de forma clara y objetiva.

Empeza a dos líneas después de las *keywords* del *abstract*.

Las partes principales del texto empiezan a dos líneas de la anterior. Las subdivisiones inician a una línea.

Figuras y Cuadros

Más allá del texto, sólo existirán cuadros y figuras.

Figuras

Con la denominación de *Figuras* se incluyen los gráficos, mapas, fotografías, dibujos y similares. Su inclusión en el artículo debe responder a verdaderas exigencias del contenido y en ningún caso a meras razones estéticas. Deberá remitirse a ellas explícitamente en el texto del artículo. Las figuras se enumerarán correlativamente con algarismos arábigos y se situarán en el texto, en el lugar que les corresponda. Asimismo, se enviarán en archivo a parte

en uno de las extensiones habituales (*.jpg, *.gif, *.png, *.bmp, etc.), con resolución mínima de 100 y máxima de 300 dpi.

Cada figura llevará al pie la indicación Figura con su número y punto en tamaño 10 puntos; Normal, seguida del título en Negrita; Mayúscula y Minúscula, justificado (ejemplo: Figura 4. **Mapa del estudio de caso**). A continuación puede añadirse alguna breve explicación y la indicación de la fuente, con letra de 10 puntos; Normal; y justificado.

Cuadros

Como *Cuadros* incluyen información que no puede ir en el texto, o que amplía o complementa lo que se dice en él: cuadros, tablas estadísticas y resúmenes sintéticos, entre otros. Se enumerarán correlativamente con algarismos arábigos y se situarán en el texto, en el lugar que les corresponda. Siempre habrá que aludir a ellos explícitamente en el texto.

Cada cuadro debe encabezarse con la expresión Cuadro con su número y punto en tamaño 10; Normal, seguida de su título en Negrita (ejemplo: Cuadro 3. **Cuadro sintético conceptual**). Al final, en tamaño de 10 puntos; Normal, se indicará la fuente de información. Cuando proceda se indicará “Fuente: Elaboración propia”.

Los cuadros de cierta complejidad se enviarán en archivo aparte.

Notas

Las notas serán de rodapé en la página de su llamada, de manera numerada y vinculada, en tamaño 10 puntos; normal; y justificada. Se utilizarán para aportar datos u observaciones complementarios al contenido del texto y para citar de forma abreviada. En este último caso, la nota incluirá el apellido del autor en Mayúscula, el año de publicación de la obra y la(s) página(s) donde se encuentre la referencia obtenida (ejemplo: OLIVEIRA, 2006, p. 8 o OLIVEIRA, 2008).

En caso de que haya más de tres autores se podrá incluir únicamente el primero de ellos seguido de la expresión “et al.”. Las citas abreviadas siempre se harán en las notas, y jamás en el texto.

Bibliografía

Como sugerencia, la bibliografía deberá aparecer completa al final del artículo, ordenada alfabéticamente y, para cada autor, en orden cronológico, de más antiguo a más

reciente. Serán escritas en tamaño 11 puntos; justificado; con sangría francesa de 0,8 cm y separadas con una línea.

La bibliografía disponibles en internet, deben seguir las normas a seguir, acrecido de la dirección donde está disponible y fecha de acceso.

Libros completos

Apellido(s) en Mayúscula con una goma y el nombre(s) o su(s) inicial(es), terminado con punto (separar coautor con punto y goma – se fuera organizador(es) del libro, acrecentar “org.” entre paréntesis); título del libro en Cursiva (se hay subtítulo, separar con dos puntos, escrito Normal), terminado con punto; edición (cuando se tratar de la segunda o más ediciones) terminado con punto; local de publicación, terminado con dos puntos; editora(s), terminado con goma; año de la edición, terminado con punto.

Cuando un mismo autor tiene más de un libro con el mismo año de publicación, ordenar con letras minúsculas después del año.

Ejemplo:

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. Distrito Federal: síntese de informações socioeconômicas. Brasília: CODEPLAN, 2010. Disponible en: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000749.pdf>>. Acceso en: 2 mayo 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica a Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: USP, 2002a.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP, 2002b.

VELÁZQUEZ, Guillermo Angel; GARCÍA, María Celia (org.). *Calidad de Vida Urbana: aportes para su estudio en Latinoamérica*. Tandil: CIG, 1999.

Capítulos de libro

Apellido(s) en Mayúscula con una goma y el nombre(s) o su(s) inicial(es), terminado con punto (separar coautor con punto y goma); título del capítulo en Normal, terminado con punto; término “In”, terminado con dos puntos; Apellido(s) en Mayúscula con una goma y el nombre(s) o su(s) inicial(es), terminado con punto (separar coautor con punto y goma – se

fuera organizador(es) del libro, acrecentar “org.” entre paréntesis); título del libro en Cursiva (se hay subtítulo, separar con dos puntos, escrito Normal), terminado con punto; edición (cuando se tratar de la segunda o más ediciones) terminado con punto; local de publicación, terminado con dos puntos; editora(s), terminado con goma; año de la edición, terminado con punto; páginas del capítulo.

Cuando un mismo autor tiene más de un libro con el mismo año de publicación, ordenar con letras minúsculas después del año.

Ejemplo:

MUNILLA, Diana Gabriela. Pobreza y condiciones de vida de los inmigrantes limítrofes en la Plata.

In: VELÁZQUEZ, Guillermo Angel; GARCÍA, María Celia. *Calidad de Vida Urbana: aportes para su estudio en Latinoamérica*. Tandil: CIG, 1999.

STEINBERGER, Marília; AMADO, Theodelina Moreira. O espaço urbano no Zoneamento Ecológico-Econômico: esboço metodológico. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 151-185.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____ (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 29-82.

Artículo en periódico

Apellido(s) en Mayúscula con una goma y el nombre(s) o su(s) inicial(es), terminado con punto (separar coautor con punto y goma); título del artículo en Normal, terminado con punto; título del periódico en Cursiva (se hay subtítulo, separar con dos puntos, escrito Normal), terminado con goma; local de publicación, terminado con dos puntos; editora, terminado con goma; volumen y número de la edición, separados por gomas; páginas del artículo; periodo de la edición (meses y año), terminado con punto.

Ejemplo:

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. Discutiendo parâmetros urbanos para o Estudo de Viabilidade Municipal. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.19, n. 3, p. 693-706, oct.-dec. 2009.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes: Revista*

de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande: UFCG, vol. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, 2004.
Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_4.pdf>. Acesso em: 10 dec. 2009.

Leyes y normas

Nombre, en Mayúscula, del país o de la entidad político-administrativa y el órgano responsable por la publicación (cuando se tratar de acto administrativo), separado por punto, terminado con punto; tipo y número de la norma (ley, decreto, etc.) en Cursiva, terminado con goma; fecha de publicación de la norma; epígrafe (cuando existir), terminado con punto; local de publicación, terminado con dos puntos; editora, terminado con goma; año de publicación, terminado con punto.

Ejemplo:

DISTRITO FEDERAL. *Lei Distrital n.º. 385*, de 16 de dezembro de 1992. Autoriza a implantação do Bairro Águas Claras, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III, e aprova o respectivo Plano de Ocupação. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1992. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/portal/legislacao/leis-distritais-1>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

_____. *Lei Complementar n.º. 90*, de 11 de março de 1998. Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Taguatinga – RA III, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1998. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/portal/legislacao/leis-distritais-1>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

Para elaboración de otras bibliografías no citadas aquí, seguir las orientaciones de la NBR 6023/2002 de la ABNT. Se puede consultar la norma en <http://www.tse.jus.br/hotSites/eje/arquivos/concurso_monografia/ABNT_6023.pdf>.



MERIDIANO – Revista de Geografía. número 3. 2014 – versión digital.

<http://www.revistameridiano.org/>

NORMAS DE PUBLICAÇÃO EM MERIDIANO – REVISTA DE GEOGRAFIA

Aceitam-se para publicação na Revista Meridiano, artigos originais em espanhol, português, francês ou inglês.

A extensão mínima será de 10 e a máxima de 20 páginas por artigo, considerando figuras, quadros e bibliografia, em arquivo com extensão *.doc, preferencialmente feito em *Word Microsoft*. As páginas devem ter formato A4 (21 x 29,7 cm); com margens superior e esquerda de 3 cm; inferior e direita de 2 cm; com espaçamento entre linhas de 1,5 no texto principal. Todo artigo será escrito com fonte *Times New Roman*.

Títulos

O título principal será em tamanho de fonte 14; Negrito; Maiúsculas; e centralizado na página. O subtítulo principal, caso houver, deve ser escrito depois do título principal e de dois pontos, em tamanho 14; Negrito; Maiúsculas e Minúsculas; e centralizado na página.

Exemplo de título:

APORTES PARA A ANÁLISE ESPACIAL DO ATUAL PACTO FEDERATIVO BRASILEIRO: estabelecendo relações entre espaço urbano, cidade e exercício do poder

Os títulos das partes do artigo serão escritos em tamanho 14; Negrito; Maiúsculas e Minúsculas; alinhado à esquerda. A “Introdução”, as “Considerações finais” e as “Referências bibliográficas” não serão numeradas, mas os títulos de desenvolvimento do texto devem ser numerados em algarismos arábicos seguidos de ponto (exemplo: 1.; 2.; 3.; etc.). Os subtítulos das partes serão escritos em tamanho 12; Negrito; Maiúsculas y Minúsculas; e alinhado à esquerda. Devem seguir a numeração da parte, seguido de seu próprio número y ponto (exemplo: 1.1.; 1.2.; etc.). Não se aconselha mais subdivisões das partes de desenvolvimento

do texto, mas havendo a necessidade, escrever o subtítulo em tamanho 12; Itálico; Maiúscula e Minúscula; alinhado à esquerda y não numerado.

Sobre os títulos de Figuras e Quadros ver item *Figuras e Quadros*.

Nome de autor e coautor(es)

O nome do autor e coautor(es) deverão ser escritos depois do título principal (e subtítulo principal, se existir), separado por duas linhas, em tamanho 14; Normal; Maiúsculas e Minúsculas; e alinhado à direita. Cada nome em uma linha. Fazer uma nota de rodapé com um breve currículo do autor e coautor(es), escrevendo nome da instituição que representa, cargo ou atividade de exercício, endereço postal e eletrônico, em tamanho 10; Normal; Maiúsculas e Minúsculas; justificado. A nota de rodapé do autor deve ser chamada com um “*”, somando quantos mais forem os coautores (“**”; “***”; etc.).

Resumo

A duas linhas depois do nome do autor ou de coautor(es) (se existir), escrever um resumo na língua do artigo com o mínimo de 100 e o máximo de 200 palavras, em tamanho 12; Normal; Maiúsculas e Minúsculas; e justificado, seguido, na linha abaixo, de no mínimo 3 e no máximo 5 palavras-chave.

Escrever un *abstract* em inglês, a duas linhas depois das palavras-chave do resumo na língua do artigo, com o mínimo de 100 e o máximo de 200 palavras, em tamanho 12; Normal; Maiúsculas e Minúsculas; e justificado, seguido, na linha abaixo, de no mínimo 3 e no máximo 5 *keywords*.

Texto do artigo

O texto deverá ser escrito em tamanho 12; primeira linha iniciando-se a 1,25 cm da margem esquerda; justificado; sem quebras de palavras. Deverá ser escrito na norma culta da língua escolhida para desenvolvimento do texto, de forma clara e objetiva.

Inicia a duas linhas depois das *keywords* do *abstract*, considerando também o título da parte.

As partes principais do texto iniciam-se a duas linhas da anterior, considerando seus títulos. As subdivisões se iniciam a uma linha.

Entre os títulos e o texto, deixar uma linha.

Figuras e Quadros

Além do texto, só existirão quadros e figuras.

Figuras

Com a denominação de *Figura* se incluem os gráficos, mapas, fotografias, desenhos e similares. Sua inclusão no artigo deve responder a verdadeiras exigências do conteúdo e em nenhum caso a meras razões estéticas. Deverá remeter-se a elas explicitamente no texto do artigo (exemplo: vide figura 1). As figuras serão enumeradas correlativamente com algarismos arábicos e se situarão no texto, no lugar que lhes correspondam. Mesmo assim, enviar-se-ão em arquivo a parte n umas das extensões habituais (*.jpg, *.gif, *.png, *.bmp, etc.), com resolução mínima de 100 y máxima de 300 dpi.

Cada figura levará abaixo a indicação Figura com seu número e ponto em tamanho 10; Normal; iniciando junto à margem esquerda, seguida do título em Negrito; Maiúscula e Minúscula, justificado (exemplo: Figura 4. **Mapa do estudo de caso**). Abaixo se pode assinalar uma breve explicação e se fará a indicação da fonte, em tamanho 10; Normal; iniciando junto à margem esquerda; e justificado.

Quadros

Como *Quadro* incluem informação que não pode ir no texto, ou que amplia ou complementa o que se diz nele: quadros, tabelas estadísticas e resumos sintéticos, entre outros. Enumerar-se-ão correlativamente com algarismos arábicos e se situarão no texto, no lugar que lhes correspondam. Sempre haverá que se aludir a eles explicitamente no texto (exemplo: vide quadro 1).

Cada quadro será encabeçado com a expressão Quadro com seu número e ponto em tamanho 10; Normal; iniciando junto à margem esquerda, seguido de seu título em Negrito; Maiúscula e Minúscula, justificado (exemplo: Quadro 3. **Quadro sintético conceitual**). Ao final, em tamanho 10; Normal; iniciando junto à margem esquerda, indicar-se-á a fonte da informação. Quando for o caso se indicará “Fonte: Elaboração própria”.

Os quadros com certa complexidade serão enviados em arquivo a parte.

Notas

As notas serão de roda pé na página de sua chamada, de maneira numerada e vinculada, em tamanho 10; Normal; Maiúscula e Minúscula; espaçamento simples; e

justificada. Se utilizarão para aportar dados ou observações complementares ao conteúdo do texto e para fazer referência abreviada a obras citadas direta ou indiretamente. Neste último caso, a nota incluirá o sobrenome do autor e coautor(es) (se houver) em Maiúscula, o ano de publicação da obra e a(s) página(s) em que se encontra a referência citada (exemplo: OLIVEIRA, 2006, p. 8 ou OLIVEIRA, 2008).

No caso de haver um autor e mais de dois coautores, poder-se-á incluir unicamente o sobrenome do autor, seguido da expressão “et al.”. As indicações de referência das citações sempre serão feitas nas notas, jamais no texto, salvo o caso em que os autores sejam evocados diretamente no texto.

Citações

Citações diretas que não excedam três linhas, serão feitas no texto entre aspas.

Exemplo:

Como nos diz Oliveira e Araújo Sobrinho (2012, p. 2), "em toda disciplina científica, o conceito fundamental é aquele que traduz seu objeto de estudo".

Quando a citação direta exceder três linhas, será feita separada do texto por uma linha, recuo de 4 cm da margem esquerda; tamanho 10; Normal; espaçamento entre linhas simples; e justificada.

Exemplo:

[...] estando associada a uma porção específica da superfície da Terra identificada seja pela natureza, seja por um modo particular como o Homem ali imprimiu as suas marcas, seja com referência à simples localização. Adicionalmente a palavra espaço tem o seu uso associado indiscriminadamente a diferentes escalas, global, continental, regional, da cidade, do bairro, da rua, da casa e de um cômodo no seu interior¹.

Mesmo que a citação seja feita de forma indireta, por meio da interpretação sobre conceito de outrem, por exemplo, é aconselhável a indicação da referência abreviada.

Referências bibliográficas

Como sugestão, as referências bibliográficas deverão aparecer completa ao final do artigo, ordenada alfabeticamente e, para cada autor, em ordem cronológica, da obra mais

¹ CORRÊA, 2000, p. 15.

antiga à mais recente. Serão escritas em tamanho 11; iniciando junto à margem esquerda; justificado; deslocamento de 0,8 cm e separadas com uma linha.

As referências bibliográficas disponíveis na internet, deverão seguir as normas a seguir, acrescidas do endereço eletrônico em que estão disponíveis e a data de acesso.

Exemplo:

BRASIL, Presidência da República. *Constituições*. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/principal.htm> Acesso em: 7 jun. 2012.

Livros completos

Sobrenome(s) em Maiúscula com uma vírgula e o nome(s) ou sua(s) inicial(is), terminado com ponto (separar coautor com ponto e vírgula – se for organizador(es) do livro, acrescentar “org.” entre parênteses); título do livro em Itálico (se houver subtítulo, separar com dois pontos, escrito Normal), terminado com ponto; edição (quando se tratar da segunda ou mais edições) terminado com ponto; local de publicação, terminado com dois pontos; editora(s), terminado com vírgula; ano da edição, terminado com ponto.

Ao ordenar as publicações de um mesmo autor ou autor e coautor(es), não é necessário repetir o sobrenome e nome. Colocar somente sete travessões (*underline*) seguidos de um ponto.

Quando um mesmo autor possui mais de um livro com o mesmo ano de edição, ordenar com letras minúsculas depois do ano.

Exemplo:

DISTRITO FEDERAL. Governo do Distrito Federal. Secretaria de Planejamento e Orçamento do Distrito Federal. Companhia de Planejamento do Distrito Federal. *Distrito Federal: síntese de informações socioeconômicas*. Brasília: CODEPLAN, 2010. Disponível em: <<http://www.codeplan.df.gov.br/sites/200/216/00000749.pdf>>. Acesso em: 2 maio 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma Geografia Nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo: USP, 2002a.

_____. *A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: USP, 2002b.

VELÁZQUEZ, Guillermo Angel; GARCÍA, María Celia (org.). *Calidad de Vida Urbana: aportes para su estudio en Latinoamérica*. Tandil: CIG, 1999.

Capítulos de livro

Sobrenome(s) em Maiúscula com uma vírgula e o nome(s) ou sua(s) inicial(is), terminado com ponto (separar coautor com ponto e vírgula); título do capítulo em Normal, terminado com ponto; termo “In”, terminado com dois pontos; Sobrenome(s) em Maiúscula com uma vírgula e o nome(s) ou sua(s) inicial(is), terminado com ponto (separar coautor com ponto e vírgula – se for organizador(es) do livro, acrescentar “org.” entre parênteses); título do livro em Itálico (se houver subtítulo, separar com dois pontos, escrito Normal), terminado com ponto; edição (quando se tratar da segunda ou mais edições) terminado com ponto; local de publicação, terminado com dois pontos; editora(s), terminado com vírgula; ano da edição, terminado com ponto; número das páginas do capítulo.

Exemplo:

STEINBERGER, Marília; AMADO, Theodelina Moreira. O espaço urbano no Zoneamento Ecológico-Econômico: esboço metodológico. In: STEINBERGER, Marília (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 151-185.

STEINBERGER, Marília. Território, ambiente e políticas públicas espaciais. In: _____ (org.). *Território, ambiente e políticas públicas espaciais*. Brasília: Paralelo 15 / LGE, 2006. p. 29-82.

Artigos em revista

Sobrenome(s) em Maiúscula com uma vírgula e o nome(s) ou sua(s) inicial(is), terminado com ponto (separar coautor com ponto e vírgula); título do artigo em Normal, terminado com ponto; título da revista em Itálico (se houver subtítulo, separar com dois pontos, escrito Normal), terminado com vírgula; local de publicação, terminado com dois pontos; editora, terminado com vírgula; volume e número da edição, separados por vírgulas; páginas do artigo; período da edição (meses abreviados e ano), terminado com ponto.

Exemplo:

OLIVEIRA, Nathan Belcavello de. Discutindo parâmetros urbanos para o Estudo de Viabilidade Municipal. *Bahia Análise & Dados*, Salvador: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, v.19, n. 3, p. 693-706, out.-dez. 2009.

SCHNEIDER, Sergio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. *Raízes: Revista*

de Ciências Sociais e Econômicas, Campina Grande: UFCG, vol. 23, n. 1 e 2, p. 99-116, jan.-dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufcg.edu.br/~raizes/artigos/Artigo_4.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2009.

Leis e normas

Nome, em Maiúscula, do país ou da entidade político-administrativa e o órgão responsável pela publicação (quando se tratar de ato administrativo), separado por ponto, terminado com ponto; tipo e número da norma (lei, decreto, etc.) em Itálico, terminado com vírgula; data de publicação da norma; epígrafe (quando existir), terminado com ponto; local de publicação, terminado com dois pontos; editora (quando houver), terminado com vírgula; ano de publicação, terminado com ponto.

Exemplo:

DISTRITO FEDERAL. *Lei Distrital n.º 385*, de 16 de dezembro de 1992. Autoriza a implantação do Bairro Águas Claras, na Região Administrativa de Taguatinga – RA III, e aprova o respectivo Plano de Ocupação. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1992. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/portal/legislacao/leis-distritais-1>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

_____. *Lei Complementar n.º 90*, de 11 de março de 1998. Aprova o Plano Diretor Local da Região Administrativa de Taguatinga – RA III, conforme o disposto no art. 316 da Lei Orgânica do Distrito Federal. Brasília: Câmara Legislativa do Distrito Federal, 1998. Disponível em: <<http://www.cl.df.gov.br/portal/legislacao/leis-distritais-1>>. Acesso em: 8 jun. 2008.

Para elaboração de outras referências bibliográficas não citadas aqui, seguir as orientações da NBR 6023/2002 da ABNT. Pode-se consultar a norma em <http://www.tse.jus.br/hotSites/eje/arquivos/concurso_monografia/ABNT_6023.pdf>.